

**BIBLIOTECA VIRTUAL DE CIÊNCIAS HUMANAS**

**TEMPO PRESENTE:  
do MDB a FHC**

**Fábio Wanderley Reis**

## Tempo presente do MDB a FHC

Fábio W. Reis

SciELO Books / SciELO Livros / SciELO Libros

REIS, FW. *Tempo presente: do MDB a FHC* [online]. Rio de Janeiro: Centro Edelstein de Pesquisas Sociais, 2009. 294 p. ISBN: 978-85-99662-80-9. Available from SciELO Books  
<<http://books.scielo.org>>.

---



All the contents of this chapter, except where otherwise noted, is licensed under a Creative Commons Attribution-Non Commercial-ShareAlike 3.0 Unported.

Todo o conteúdo deste capítulo, exceto quando houver ressalva, é publicado sob a licença Creative Commons Atribuição - Uso Não Comercial - Partilha nos Mesmos Termos 3.0 Não adaptada.

Todo el contenido de este capítulo, excepto donde se indique lo contrario, está bajo licencia de la licencia Creative Commons Reconocimiento-NoComercial-CompartirIgual 3.0 Unported.

Fábio Wanderley Reis

# **Tempo Presente: do MDB a FHC**

Rio de Janeiro  
2009

## SUMÁRIO

Esta publicação é parte da Biblioteca Virtual de Ciências Humanas do Centro Edelstein de Pesquisas Sociais - [www.bvce.org](http://www.bvce.org)

Copyright © 2009, Fábio Wanderley Reis  
Copyright © 2009 desta edição on-line: Centro Edelstein de Pesquisas Sociais

Nenhuma parte desta publicação pode ser reproduzida ou transmitida por qualquer meio de comunicação para uso comercial sem a permissão escrita dos proprietários dos direitos autorais. A publicação ou partes dela podem ser reproduzidas para propósito não-comercial na medida em que a origem da publicação, assim como seus autores, seja reconhecida.

ISBN 978-85-99662-80-9

Centro Edelstein de Pesquisas Sociais  
[www.centroedelstein.org.br](http://www.centroedelstein.org.br)  
Rua Visconde de Pirajá, 330/1205  
Ipanema - Rio de Janeiro - RJ  
CEP: 22410-000. Brasil  
Contato: [bvce@centroedelstein.org.br](mailto:bvce@centroedelstein.org.br)

Nota do Autor .....	1
PRIMEIRA PARTE: Autoritarismo e Transição .....	3
SEGUNDA PARTE: Democracia, Eleitorado e Reformas .....	50
TERCEIRA PARTE: Nação Brasileira e Questão Social .....	121
QUARTA PARTE: Cena Mundial e Globalização .....	168
QUINTA PARTE: Governo FHC e Oposição.....	213
EPÍLOGO: Ir para Casa em Paz .....	293

## NOTA DO AUTOR

Este volume reúne uma seleção de artigos aparecidos em jornais do país ao longo de mais de vinte anos. A ideia de publicá-lo me ocorreu quando me dei conta do possível interesse, para o leitor, de ter num só volume artigos motivados por aspectos da cambiante conjuntura em que passamos, no plano mundial, da Guerra Fria ao colapso do socialismo e à afirmação da globalização e, no plano nacional, do autoritarismo do regime de 1964 às vacilações do processo de abertura e transição política e ao pleno funcionamento da democracia – que talvez venha mesmo a resultar, com as eleições de 2002, no acesso de uma liderança de esquerda ao poder presidencial. Cabe assinalar, no que se refere ao plano nacional, que, enquanto a última parte do volume junta artigos que tratam de temas de alguma forma relacionados aos dois governos de Fernando Henrique Cardoso, o artigo que abre a coletânea festeja a afirmação eleitoral do MDB que, após o êxito inicial de 1974, ocorre mais maduramente em 1978, justamente quando Fernando Henrique dá o primeiro passo de sua trajetória político-eleitoral.

Quanto à organização do volume, separei o artigos em algumas categorias amplas de assuntos, dispondo-os simplesmente em ordem cronológica dentro de cada categoria. Exceto por pequenas revisões estilísticas e alguns retoques ocasionais, os artigos são aqui publicados tal como apareceram na imprensa. Por certo, o leitor encontrará avaliações que retrospectivamente se mostram talvez de sustentação mais precária. Mas as verdades que o passar do tempo evidencia são de pouca ajuda nas incertezas da conjuntura. E pode ser que haja o que aprender em olhar de novo o passado como presente de desdobramentos incertos.

Como se verá, os artigos têm em comum, na grande maioria dos casos, a característica de procurarem trazer uma perspectiva analítica à discussão de aspectos salientes da conjuntura. Isso não impede, porém, que haja variações em duas direções: por um lado, alguns textos de natureza um tanto mais abstrata, em que a referência a problemas conjunturais leva a reflexões sobre questões de maior alcance; por outro lado, textos em que o empenho analítico se deixa impregnar mais fortemente pela perspectiva do cidadão e suas disposições de ordem não apenas intelectual. Mas julgo não

haver aridez excessiva no primeiro caso. E quero crer que o transbordamento de um ânimo positivo ou negativo (temo que com maior frequência negativo...) a respeito de eventos ou personagens possa ajudar a compor as razões de interesse que o leitor eventualmente encontre no volume. Trata-se, afinal, sobretudo de política, e é de esperar que haja embate e posições a serem afirmadas.

Fábio W. Reis

Abril de 2002

## PRIMEIRA PARTE: AUTORITARISMO E TRANSIÇÃO

### A AFIRMAÇÃO ELEITORAL DO MDB

As revoluções, com o passar do tempo, produzem instituições que transmudam sua inspiração e seu impulso inicial em molduras e preceitos para as tarefas do dia-a-dia. Será, talvez, uma peculiaridade da “revolução” de 64 – e por subprodutos como este ela talvez acabe merecendo que se lhe tirem as aspas – que a verdadeira instituição a resultar dela venha a ser o partido que se criou em oposição aos rumos por ela tomados desde a primeira hora: a antiinstituição do MDB.

Com efeito, enquanto tateava em busca da quadratura do círculo de sua própria institucionalização – isto é, de uma fórmula que regularizasse e estabilizasse o processo político e consagrasse simultaneamente o arbítrio e a exclusão – a revolução segregava, com o MDB, um partido que terminou por desempenhar várias funções importantes e ganhar substância. Assim, servindo, por um lado, de principal expressão organizacional da oposição liberal ao regime, o MDB pôde também, aos poucos, atrair a lealdade dos setores populares urbanos e atuar como denominador comum simbólico capaz de absorver os órfãos não só do antigo PTB, mas também do populismo paulista e dos demais partidos e movimentos que se dirigiam a tais setores. E essas funções se cumpriram sem os vícios mais óbvios (se se quiser, talvez sobretudo pelas poucas oportunidades de se manifestarem) que acompanharam, nos antigos partidos, as características cuja fusão o MDB realiza: sem o oportunismo do liberalismo udenista, o oficialismo e o peleguismo petebistas, a manipulação e o localismo ademaristas etc. Dada a natureza do amálgama que o partido veio a realizar e os aspectos positivos que marcaram sua atuação nesse sentido, a contaminação pelo “fisiologismo” de um Chagas Freitas surge como contrapeso que surpreende antes pelo que tem de restrito e possivelmente extirpável com relativa facilidade.

A mitologia dos mentores do regime se viu desmentida em aspectos importantes pela trajetória do MDB. Um desses aspectos é o que pretendia ver no apoio eleitoral aos partidos e movimentos de cunho popular o mero resultado da engabelação de massas eleitorais amorfas por parte de

lideranças espúrias. Extirpadas, presumivelmente, tais lideranças, “esclarecido” o público através de esforços doutrinários e propagandísticos de diversos tipos, a afirmação eleitoral do MDB deixou patente que há algo mais consistente em jogo no processo político brasileiro e frustrou as esperanças de que o bipartidarismo imposto viesse a ser o arcabouço da aquiescência popular ao regime. Não admira, portanto, que o governo seja agora o promotor do multipartidarismo e eventualmente da extinção dos partidos existentes.

Seria admirável falta de acuidade política, porém, que as forças democráticas da sociedade brasileira fossem levadas pelo apego a mitos de outro tipo a fazer o jogo do regime e a abrir mão apressada e levemente do precioso instrumento que o MDB passou a representar. Instituições políticas não se fazem por puro ato de vontade, nem da noite para o dia. Elas requerem o amadurecimento no embate político, a experiência de enfrentar e vencer desafios, a dimensão simbólica que só o transcurso do tempo, condição para o amadurecimento, pode propiciar. O MDB tem hoje um acervo a exhibir relativamente a tais requisitos, e representa um instrumento precioso porque esse acervo o torna, em alguma medida, uma instituição efetiva. Mas não só isso. Em parte (isto é, descontados os excessos fisiológicos), ele é também tanto mais uma instituição efetiva justamente como consequência daquilo que faz dele um organismo diverso e heterogêneo, complexo e maleável, com perspectivas de continuar a apresentar eficácia político-eleitoral nas condições brasileiras da atualidade. Buscar os canais de expressão, no processo político brasileiro, de aspirações socialistas, por exemplo, é certamente um objetivo legítimo. Seria tolo, contudo, que o aqodamento nessa direção resultasse em dividir forças em proveito apenas da expressão ideologicamente pura e sofisticada de intelectuais socialistas.

Como transparece da dose de “realismo” implícita nessas proposições, não se trata de idealizar o atual partido de oposição. Mas um partido capaz não somente de ganhar eleições, como também de abrigar e fornecer um palanque eficaz a um Fernando Henrique Cardoso provê com sobras o antídoto para os Chagas Freitas da vida. Haveria que agradecer a Ulysses Guimarães e alguns mais por fazerem política enquanto outros faziam muxoxo.

*O Estado de S. Paulo, 20/11/78*

## O MINISTRO E A PANELA DE PRESSÃO

Tivemos recentemente a experiência inédita de ver falar o regime. Por certo, nós, da platéia, estamos acostumados, de longa data, às declarações bombásticas de chefes militares em que se retoma a retórica anticomunista de 1964, ocasionalmente combinada com a reafirmação do fundamental compromisso democrático da Revolução. Estamos também afeitos ao discurso articulado e fluente de ministros otimistas, geralmente os da área econômica. Mas aparentemente nunca, como agora, houve a oportunidade de apreciar uma tentativa interna ao regime de avaliar analítica e didaticamente – apesar do jargão e do estilo – os problemas que o confrontaram em seu desdobramento e que o confrontam numa conjuntura dada. Tentativa tanto mais significativa quando provém de seu principal mentor, o discreto ministro Golberi do Couto e Silva.

Certamente tem a ver com o processo de abertura que uma manifestação explícita como a da conferência de Golberi na ESG seja divulgada pela imprensa. Mas, vindo de onde vem a manifestação, ela é naturalmente de interesse pelo que omite tanto quanto pelo que diz, enquanto indício e matéria-prima bem como enquanto texto expresso.

O ministro vê no pós-64 um momento de “centralização” num processo secular de alternância entre fases de “sístole” e “diástole” na história do país. Parece claro, porém, que as tendências contraditórias que essa metáfora fisiológica procura descrever marcam a própria dinâmica interna do regime e situam mesmo seu dilema fundamental. O dilema transparece não só no fato curioso de que um regime autoritário se proponha a si mesmo o objetivo de abrir-se e mudar de natureza, mas sobretudo na forma sinuosa e vacilante assumida pelo processo de abertura, que encerra patentemente o risco de desaguar em nova fase de rigidez e fechamento.

Não resta ao regime, segundo Golberi, outra opção senão a “liberalização democratizante”. A afirmação poderia ser lida como correspondendo ao reconhecimento da insatisfação da sociedade com a situação existente, e o próprio ministro refere-se, a propósito, à panela de pressão em que se teria transformado o organismo nacional. No entanto, duas outras afirmações feitas por ele na mesma passagem merecem

destaque: em primeiro lugar, a de que momentos muito mais favoráveis à abertura política, do ponto de vista da situação econômica, não foram anteriormente aproveitados, por motivos, conforme suas palavras, “que aqui não nos cabe pesquisar”; em segundo lugar, a de que, se se retardasse ainda mais o “processo descentralizador”, as pressões contrárias “voltariam a acumular-se aceleradamente, pondo em risco a resistência de todo o sistema”.

Não há dúvida de que a insatisfação da sociedade é bastante real e concorre para compor o dilema do abre-fecha em que se debate o regime. Ela se revela, por exemplo, nas dificuldades deparadas por este para legitimar-se pela via eleitoral. Mas o dilema tem outro lado, crucial para o entendimento da opção pela abertura e de suas marchas e contramarchas, bem como para a maneira de nos situarmos perante o processo de liberalização em curso. Esse outro lado corresponde a parte substancial dos motivos que “não cabe pesquisar” da demora em firmar-se aquela opção – sendo congruente, porém, com o fato de que a retórica liberalizante esteve presente desde os primeiros momentos do pós-64 e foi retomada com vigor sempre crescente. Trata-se de que a implantação e a persistência de um regime autoritário nas condições que prevalecem em nosso caso, isto é, sem que tenha sido possível a emergência da figura de um caudilho que de alguma forma o personifique e estabilize, resulta na criação de uma permanente ameaça à coesão da corporação militar que o sustenta, fazendo desta um partido político e de cada general um candidato potencial à Presidência da República. Como a evolução do regime deixa bastante claro nas crises surgidas sobretudo nos momentos de sucessão, essa ameaça não faz senão crescer com o passar do tempo, dadas as ambições preteridas e as frustrações acumuladas. O problema se agrava, além disso, pelo êxito mesmo em implantar e desenvolver o aparato de segurança do regime, o qual termina por erigir-se em núcleo relativamente autônomo, com pretensões de ditar-lhe a ortodoxia.

A abertura aparece, assim, como saída para o problema da coesão do sistema de poder, reduzindo os estímulos à competição e à dissensão internas contidos na situação de autoritarismo puro e permitindo eventualmente diluir o poder do núcleo extremista por meio da regularização do processo político. Dois aspectos, porém, militam contra a adesão consequente e sem reservas à estratégia liberalizante e justificam uma atitude reticente quanto às perspectivas de êxito do processo em curso.

O primeiro é que são fortes demais os interesses criados, há demasiado em jogo para que se possa ter pura e simplesmente uma real e pronta abdicação do regime. Trata-se de abrir sem escancarar, sobretudo em circunstâncias em que as parcelas mais substanciais e crescentes do eleitorado, especialmente o eleitorado urbano, se mostram hostis ao regime. Por outras palavras, trata-se inequivocamente, com a abertura, de encontrar os meios para institucionalizar a “fórmula política” básica do próprio regime, com o que ela envolve de visceral desconfiança com respeito aos setores populares – e cabe esperar, se o processo de abertura encontra condições de desdobrar-se e ter continuidade, todos os casuísmos imagináveis.

O segundo aspecto é o de que, precisamente pelo muito que há em jogo, o regime revela no fundo, e paradoxalmente, um alto potencial de coesão, que se tem tornado efetivo sempre que a dinâmica dos processos internos, em sua articulação com o jogo da sociedade civil, ameaça levar as Forças Armadas à cisão real. Para nós, da platéia (que nesta peça não podemos, porém, simplesmente ir embora), o problema é que a reafirmação da coesão ameaçada tende a consistir na rearticulação do regime pelo recurso renovado aos instrumentos de coerção – aos quais a sociedade civil, com todo o vigor que possa ter ganho ultimamente, não tem como opor-se – e pelo possível ingresso em novo período de “sístole”.

Em suma, há panelas e panelas. E o drama reside em que aumentar a pressão em umas pode ser a condição para aliviar a pressão nas outras.

*Folha de S. Paulo, 2/10/80*

## **PARTIDOS, FUSÃO E BOMBAS**

Muito do que se tem dito a propósito da chamada reforma partidária se tem situado num plano doutrinário. Em áreas oposicionistas, por exemplo, ainda quando se ressalve o caráter oportunista ou violento da dissolução da estrutura bipartidária recente, tende-se a destacar não só a violência contida na própria imposição anterior do bipartidarismo, mas também a suposta maior “autenticidade” de uma estrutura multipartidária e o que ela teria, assim, de preferível numa perspectiva democrática.

Essa doutrina, porém, é facilmente contestável, pois a representação autêntica dos interesses que ela postula levaria, no limite, a uma pulverização indefinida dos partidos. A doutrina só escapa a tal limite por meio da suposição de que os partidos, em vez de meramente expressarem interesses, também os adicionam ou agregam de alguma forma. Ora, se a agregação de interesses é uma função dos partidos, cabe admitir que o âmbito ou alcance em que se dará essa agregação é uma questão aberta – e que qualquer prescrição de inspiração democrática a respeito tem de estar atenta para a correlação de forças e a dinâmica da confrontação e composição de interesses em um momento dado.

Tais problemas, que se imporiam a qualquer discussão sobre partidos políticos, ganham especial relevo na cena brasileira com as consequências das bombas do Riocentro e com o pacote eleitoral que se prepara. Pois, seja como for que se situem no plano doutrinário, os esforços relacionados com a criação e consolidação dos novos partidos na área oposicionista têm, em geral, ignorado sobranceiramente certos aspectos da conjuntura política do país que os últimos acontecimentos colocaram dramaticamente em evidência. Assim, é notório – tendo sido mesmo explicitado em manifestações como a conferência do ministro Golberri na ESG, alguns meses atrás – o conteúdo estratégico que marca a iniciativa da reforma partidária, a qual visa a assegurar ao regime maior viabilidade eleitoral como instrumento para a realização de objetivos do próprio regime como tal. Ora, os partidos oposicionistas em organização, ou as forças oposicionistas em geral, têm operado sem questionar, em sua atuação, os objetivos estratégicos do governo, e tudo se tem passado, na área das oposições, como se a retórica democratizante da “abertura” devesse ser tomada ao pé da letra e expressasse as autênticas metas do regime. Por

outras palavras, diante das manobras estrategicamente concebidas e executadas por parte do governo, a atuação das oposições só não pode ser descrita em termos de “candura” porque ela tem como ingrediente, entre outros, também os interesses estreitos de lideranças antigas e novas – interesses com os quais, precisamente, contaram desde o início os estrategistas do regime.

Sem dúvida, cumpre reconhecer que iniciativas como a reforma partidária, e as demais idas e vindas que compõem o jogo da abertura, representam respostas a dilemas e dificuldades bem reais que o regime passa a enfrentar na medida em que se prolonga a vigência do autoritarismo puro ou não-regulado. Duas dessas dificuldades avultam: por um lado, a ameaça à coesão da corporação militar que advém de sua transformação em arena de competição pelas posições de comando político do país; por outro, o problema do controle dos núcleos ou organismos destinados a garantir a segurança do regime, que tendem fatalmente a expressar a lógica mais íntima deste, como regime autoritário, e a pretender ditar-lhe a ortodoxia. É inegável, porém, que os parâmetros do jogo de abertura estão dados pela contradição contida na convivência do empenho de minimizar tais dificuldades com o de preservar as premissas fundamentais em que se assenta o próprio regime. Um aspecto crucial disso, como destacou o vice-presidente da República, é o de que a abertura “passa pela unidade militar”: não apenas o objetivo de manter a unidade militar é uma das motivações subjacentes à curiosa abdicação que a abertura consequente representaria, mas também, o que é mais importante, a disposição de mantê-la levará a corporação militar a cerrar fileiras sempre que as vicissitudes do processo produzam circunstâncias que ameacem aprofundar linhas de clivagem existentes dentro dela – evidenciando o que há de relativo naquela aparente “abdicação” e os limites da própria abertura.

Tudo parece indicar que o caso das bombas do Riocentro terminou por configurar-se como uma dessas ameaças, e que, ao contrário do ocorrido em episódios como o da demissão do general Ednardo pelo presidente Geisel, o diagnóstico a que chegaram os estrategistas do governo foi o de que uma ação drástica envolveria em grau inaceitável o risco de que, desta feita, a atualização do potencial de coesão militar viesse a dar-se contra a liderança presidencial, e não em torno do presidente. Se isso for certo, estaremos vivendo, no momento, uma crise de especial gravidade, com perigo real de retrocesso ou fechamento. Em tal conjuntura, a

“engenharia” institucional casuística adquire alma nova, e não admira que a reforma eleitoral que se delineia vá ganhando contornos cujo cinismo poderia parecer impensável em outras circunstâncias.

Do ponto de vista das forças de oposição, vê-se que o quadro atual contém advertências bem claras. No fundamental, elas se referem à necessidade de diagnosticar corretamente as linhas maiores de confrontação e composição de interesses de que se falou acima, para daí extrair os critérios a orientarem a definição do âmbito de agregação de interesses a ser buscado nos esforços de construção partidária, ou pelo menos na linha de ação dos partidos. Se se justifica a pronta articulação destes no apoio trazido à enérgica ação presidencial que se esperava no episódio das bombas, como deixarem os partidos opositoristas de indagar-se sobre formas de atuação articulada e eficaz na eventualidade de que, quaisquer que sejam seus anseios mais íntimos, o presidente venha a revelar-se atado antes pelos compromissos com o “sistema” do que pelo compromisso com a democratização? Em última análise, é, com efeito, o tema de alguma forma de fusão das oposições que se impõe. Dir-se-á que qualquer proposta de consideração desse tema é irrealista, dada a força dos interesses menores que se cristalizam em torno das lideranças dispersas. Ou que a própria hipótese do êxito de uma ação opositorista concertada seria *self-defeating*, representando um desafio e a redução do espaço de manobra de um adversário cujas disposições (ou áreas) truculentas se exacerbam. Mas é justamente a implausibilidade de uma ação concertada, se apreciada do ponto de vista dos interesses menores, que garante o peso que ela teria na conjuntura brasileira se viesse a efetivar-se – e faz dela um desafio digno de lideranças capazes de se alçarem acima do jogo miúdo. Por outro lado, seria inútil esperar que a democracia viesse a resultar de uma prudência capaz de conviver com bombas terroristas impunes e de entregar a um poder que as acoberte os mecanismos institucionais necessários para ganhar eleições. Com adversários que adotassem tal postura, os adeptos da eternização do autoritarismo não precisariam de amigos.

*Folha de S. Paulo, 2/6/81*

## CONSTRUÇÃO INSTITUCIONAL E PARTIDOS POLÍTICOS

Oito anos atrás, na transição Médici-Geisel, o ministro Leitão de Abreu foi talvez o principal interlocutor do cientista político Samuel Huntington, de Harvard, que andou visitando o país. Tratava-se então de procurar definir rumos e estratégias para a institucionalização do processo político brasileiro. E Huntington, cujos estudos incluem como temas destacados os da institucionalização política e da “descompressão” estável de sistemas políticos autoritários, teria supostamente muito a sugerir. Sem dúvida, Huntington cometera erros sérios de avaliação, como o de ver como exemplo por excelência de política institucional bem-sucedida a que se executou na Paquistão de Ayub Khan – registrando por escrito essa avaliação pouco tempo antes da sangrenta explosão popular que sacudiu aquele país e terminou por comprometer de vez até mesmo sua integridade territorial. Mas suas ideias dão ênfase à articulação necessária entre os mecanismos políticos formais e o substrato representado pelas “forças sociais”, e o próprio desenlace do caso paquistanês pode ser visto como ilustração dramática da importância de tal articulação.

Ora, à medida que Leitão de Abreu se torna peça decisiva do governo Figueiredo, seria talvez de esperar que essa sensibilidade sociológica viesse a impregnar as decisões relativas ao processo de abertura. Em particular, que os esforços de implantação dos dispositivos institucionais referentes ao processo eleitoral e ao sistema partidário revelassem o reconhecimento da necessidade de que tais dispositivos possam amadurecer no desdobramento “natural” do processo social, embora, por certo, procurando enquadrar e dirigir esse desdobramento. Ao invés disso, porém, o que temos é o caos das espertezas casuísticas e os artificialismos impostos: em junho, políticos, observadores e o próprio Poder Judiciário não conhecem as regras para a eleição de novembro; e as regras conhecidas, como a da vinculação, estipulam por decreto que o eleitor brasileiro tem necessariamente não apenas de conhecer com nitidez os partidos recém-criados, suas propostas e seus integrantes, mas também de *preferir* os candidatos de um mesmo partido. Não admira, assim, que o resultado mais notório dos esforços político-institucionais do governo, a esta altura, seja a total incerteza sobre o que nos reserva o futuro imediato, incluída a eleição de novembro, e que a

única aposta em torno da qual parece haver crescente convergência seja a de que a partir de novembro se recomeça tudo – sabe Deus em que rumo.

Admita-se, com senso de realismo, que o governo procure encontrar fórmulas institucionais por meio das quais possa evitar que o processo de abertura redunde na pura e simples abdicação do regime. Ainda assim, há evidência bastante, na história eleitoral recente do país, a indicar não existir fórmula capaz de garantir, por si só, a legitimação eleitoral estável de um regime dotado dos traços antipopulares que marcam o atual. É certo, as características exibidas pelo eleitorado popular, mesmo em seus segmentos urbanos em expansão, não comportam a idealização feita por setores de esquerda: trata-se aí de eleitores em sua grande maioria desinformados, politicamente alheios e com frequência propensos a se deixarem mesmo impregnar, ao nível dos valores verbalizados, pela retórica empregada na propaganda governamental. Mas as próprias deficiências no que diz respeito ao interesse por questões políticas e ao envolvimento nelas, bem como a percepção pouco sofisticada do universo sociopolítico, impedem que aqueles traços redundem em apoio eleitoral ao regime. No plano do comportamento eleitoral, com efeito, já é bastante claro que as decisões se tomam antes com base nos valores latentes envolvidos na contraposição simples entre povo e elite, ricos e pobres. E o simplismo mesmo dessa percepção é um dos fatores a emprestar relativa consistência e estabilidade aos padrões de votação popular: assentada a poeira das perturbações do quadro partidário, vislumbrados os novos contornos político-partidários daquela contraposição, volta-se, como no populismo de pré-64 ou no MDB de pós-64, ao leito “natural”.

O significado disso parece nítido: do ponto de vista da consciência popular, o que temos em operação, na verdade, é uma espécie de bipartidarismo tosco e plebiscitário. Daí, vistas as coisas do ângulo do regime, o que houve de desastrado na imposição do bipartidarismo, que compôs e reforçou no plano institucional o plebiscitarismo latente. Segue-se que a tentativa de substituição do bipartidarismo pelo multipartidarismo era, ainda do ângulo do regime, um passo óbvio, e que foram de novo desastradas as reações espasmódicas de que resultou a eliminação do nítido ponto intermediário do espectro político que corresponderia ao PP de Tancredo Neves. Não se faz construção institucional com espasmos – nem, nas circunstâncias da atualidade brasileira, com a desfrutável substituição

do empenho de ganhar eleições estavelmente com a Arena pelo de ganhar com o PDS.

Mas do anterior decorrem consequências também para os demais partidos. Se mesmo a implantação do bipartidarismo, apesar da congruência deste com certos simplismos da consciência popular, representou perturbação que tomou algum tempo para ser assimilada e neutralizada eleitoralmente, é claro que a atual transformação do quadro partidário na direção do multipartidarismo é um fator muito mais poderoso de confusão do eleitorado, como se não bastassem as confusões introduzidas pelas regras eleitorais prontas e em fabricação. Ponham-se de lado as oscilações de emagrecimento e engorda, em si mesmas, do herdeiro do MDB, as quais são reflexo direto das manobras institucionais do regime. As vicissitudes que as acompanham, porém, têm perceptível efeito sobre a imagem do partido e suas chances eleitorais – a ponto de que a fusão há pouco empreendida, prescrita meses atrás como forma de evitar deixar nas mãos do governo os trunfos eleitorais, mostre agora mais claramente os seus problemas na aparente melhora das perspectivas eleitorais imediatas do partido do governo.

Quanto aos chamados pequenos partidos, não é muito o que se pode dizer a partir da rala presença de PTB e PDT na cena política atual. Apesar do efeito perturbador ao menos marginal que certamente terão sobre o eleitorado popular em função da mensagem trabalhista que em princípio compartilham com o PT, é altamente duvidoso que o charme político das reminiscências já algo empoeiradas a que atualmente se reduz o seu apelo venha a seduzir parcelas significativas dos amplos setores jovens do eleitorado. Resta o PT, para o qual as características do eleitorado popular, conjugadas às circunstâncias do surgimento do partido, colocam claro dilema: ser um partido de proselitismo “pedagógico” de longo prazo, que busque precisamente *transformar* esse eleitorado em hostes de seguidores politicamente lúcidos e aguerridos, empenhados nas causas dos trabalhadores; ou tratar de beneficiar-se eleitoralmente, em termos mais imediatos, da forte atração que a legenda do PT parece ter tudo para exercer sobre os setores populares do eleitorado.

Cabe fazer, porém, duas ponderações. Primeiro, a de que, apesar do que têm de peculiar as condições de surgimento do partido e da imagem de vanguarda autêntica dos trabalhadores que suas lideranças buscam

consolidar, seu potencial de atração eleitoral inclui de maneira decisiva entre os fatores que o favorecem as próprias deficiências do eleitorado popular acima indicadas – mesmo se se concorda em ver sob luz especial o núcleo inicial do partido no ABC paulista. Em segundo lugar, a de que a escolha de uma ou outra das pontas do dilema que o partido defronta não acarreta automaticamente uma linha determinada, seja de composição ou de beligerância, nas relações com outros partidos de oposição com que o PT venha a ter de coexistir na atualidade política brasileira: feita a escolha, resta fazer política, o que envolve a articulação complexa entre objetivos de curto prazo e de longo prazo e as inescapáveis condições da realidade. E purismo udenista não resolve.

Vejamos o que temos pela frente, enquanto o eleitor olha atônito – quando olha.

*Folha de S. Paulo, 13/6/82*

## DEMOCRACIA, IDEOLOGIA E BICA D'ÁGUA

Descontadas as mal ensaiadas “improvisações” com que a Rede Globo nos tentou passar a imagem de dinamismo em seu noticiário, menos mal que as eleições no Brasil se tenham transformado, neste ano, num *show* que dá Ibope. Fomos todos espectadores atentos, e por vezes emocionais e irados, da marcha das apurações. Seremos também eleitores conscientes?

Lula, diante dos resultados obtidos pelo PT, declara ser necessário preparar melhor politicamente o povo. O candidato do PDT ao governo de Minas, Theotônio dos Santos, lamenta pelos jornais a disposição plebiscitária manifestada pelo eleitorado, a substituir-se a uma postura politicamente “positiva”. O senador Jarbas Passarinho, do PDS, concorda, deplorando que o multipartidarismo não se tenha afirmado e prevendo de novo a implosão do PMDB, por julgar impossível que sigam convivendo nele forças ideologicamente distintas.

Assim, convergem todos na suposição de que a política que cabe ver como “genuína” ou “autêntica” corresponde a certa ideia latente de “política ideológica”, na qual o processo político-eleitoral viria a ser a expressão fiel de um eleitorado que, distribuindo-se com clareza ao longo de um eixo esquerda-direita, se orientasse ideologicamente perante as questões políticas – ou seja, tomasse posição sobre partidos e candidatos com base numa percepção universalista e orgânica do mundo sociopolítico, com seus núcleos abrangentes de interesses, e não em interesses estreitos e imediatos. Naturalmente, os eleitores seriam tanto mais racionais quanto mais apresentassem tais características.

Esse modelo idealizado de política ideológica, muito difundido também entre nossos cientistas sociais, é geralmente contraposto de maneira cortante a toda uma série de manifestações efetivas da realidade política (não apenas brasileira), que não podem então aparecer senão como formas “degeneradas”. Clientelismo e máquinas políticas, com suas barganhas e bicas d'água eleitoreiras em favelas cariocas que vimos há pouco, o clássico pessedismo mineiro e o populismo em suas diversas faces são algumas dessas manifestações – às quais seria preciso acrescentar agora essa mania de votar no PMDB, entidade partidária de composição heterogênea e, portanto, necessariamente espúria.

Do ponto de vista governista, o apelo algo súbito à pureza ideológica ajusta-se, naturalmente, ao objetivo de minar a força eleitoral com que conta a oposição ao regime na medida em que se apresente partidariamente coesa. Do ponto de vista dos movimentos partidários supostamente mais à esquerda, porém, bem como dos analistas interessados em melhor compreender o processo político brasileiro, o recurso não problematizado à concepção idealizada e mesmo mistificada de política ideológica acarreta ambiguidades pouco confortáveis e cegueira para matizes importantes.

Dá-se, para começar, na perspectiva do ideário de esquerda, clara tensão entre o postulado “realista” que vê nos interesses o fator decisivo do processo político – postulado central àquele ideário – e certos componentes do modelo idealizado de política ideológica. Por certo, há interesses de curto e de longo prazo, assim como mais ou menos amplamente compartilhados. Aos movimentos político-partidários de esquerda é teoricamente possível, portanto, jogar com o postulado realista e qualificá-lo em sua relevância. Daí se extrairia a justificação para depositar as esperanças na eficácia de um esforço pedagógico e edificante de longo prazo, ao cabo do qual viessem a contar no cenário político interesses que seriam compartilhados ou se oporiam em termos “adequados” – ou seja, em correspondência com as fronteiras das classes sociais.

Os dois aspectos – o da perspectiva de tempo mais ou menos longa e o do maior ou menor alcance social dos interesses em jogo, seu caráter “particularista” ou “universalista” – são de grande importância para a avaliação do papel dos partidos e da racionalidade de partidos e eleitores. Mas é preciso evitar certas confusões.

Aos partidos, se lhes cabe expressar interesses mais ou menos claramente identificáveis em seus contornos sociais, cabe-lhes também, sob pena de se pulverizarem indefinidamente na busca de representatividade e “autenticidade”, *somar* ou *agregar* interesses diferenciados e dar-lhes, assim, condições de afirmação eficaz no processo político. A questão da avaliação da racionalidade, de sua parte, tem como consideração central esse problema de eficácia. E, se é certo que os agentes políticos serão provavelmente tanto mais racionais quanto mais se mostrem capazes de recorrer a perspectivas de tempo dilatadas e ter em conta o jogo de interesses amplos e múltiplos, é fundamental reconhecer que a ação racional, ao procurar viabilizar um projeto orientado para o futuro (um fim),

não tem como escapar à atenção para as condições do presente, que lhe fornecem e em parte lhe ditam os meios. Assim, compete aos partidos diagnosticar corretamente a correlação de forças e as linhas maiores de confrontação e composição de interesses em qualquer momento dado, para daí retirar os critérios a orientarem o alcance da agregação de interesses a ser buscada em sua ação.

Vindo ao caso brasileiro da atualidade, nosso eleitor típico, correspondente aos setores populares majoritários, está longe de comportar-se, mesmo nos centros urbanos, com a sofisticação intelectual requerida pelo modelo de política ideológica em sua forma “pura”. Faltam-lhe, sabidamente, tanto a perspectiva de tempo quanto a estruturação refinada das diversas dimensões do universo sociopolítico e suas relações. E este é, certamente, um dado relevante da correlação de forças do momento, sem falar do autoritarismo vigente e dos constrangimentos estratégicos resultantes.

Nessa óptica, se os movimentos políticos ao estilo do PT quiserem cristalizar-se em partidos viáveis num futuro visível, ser-lhes-á necessário precisamente evitar continuar esquecendo o eleitor do presente em nome do eleitor (ou trabalhador) do futuro – e não parece haver dúvida de que o êxito eleitoral inquestionavelmente maior do PDT em comparação com o PT nestas eleições tem a ver, entre outras coisas, com o menor pudor ideológico do primeiro na caça ao voto. Não há como negar os ingredientes populistas do fenômeno Brizola no Rio de Janeiro, bem como a heterogeneidade social de seu apoio eleitoral.

Mas o eleitor típico de que falamos, em particular o urbano, tem, não obstante, certa propensão oposicionista consistente que se associa à percepção semi-intuitiva do contraste entre o popular e o elitista, ou mesmo simplesmente entre “povo” e “governo”. Essa propensão, que redundava num singelo bipartidarismo latente, foi “vestida” institucionalmente pela imposição formal do bipartidarismo em 1965, que simplificou as opções e permitiu a afirmação mais nítida de certas tendências.

O MDB foi, sem dúvida, o grande beneficiário desse conjunto de circunstâncias. E a indagação maior suscitada pelas feições assumidas pela reformulação partidária recente era a de saber se, nas condições de desinformação do eleitorado e de perturbação introduzida pela legislação

nova e casuística, o PMDB seria capaz de continuar tirando proveito da imagem adquirida pelo seu antecessor aos olhos do eleitorado popular.

Os resultados de 15 de novembro parecem impor a resposta afirmativa a tal questão. As ressalvas a serem feitas a essa constatação não chegam a afetar sua validade. O apoio obtido pelo PDT, restrito como foi ao Rio de Janeiro e ao Rio Grande do Sul, deveu-se claramente à presença direta de Brizola e a sua força política pessoal, ajudada no Rio de Janeiro pelas complexidades peculiares à política daquele estado e as dificuldades por elas trazidas (como as oscilações das preferências evidenciaram) a que o “povão” pudesse discernir, no entrechoque de partidos e candidatos, o lado “dos homens” e o seu próprio lado – que terminou por corresponder a Brizola.

Quanto ao PT e ao apoio relativo que conseguiu obter em São Paulo, cumpre reconhecer que temos lá o berço da liderança de Lula e um núcleo socioeconomicamente bastante singular – onde certamente se encontram *até mesmo* parcelas significativas de eleitores afins ao modelo ideológico. O que não permite esquecer, porém, que foi lá que se deu a vitória mais categórica do PMDB.

Dois pontos relacionados para concluir. Primeiro, o reconhecimento de que, nas condições da atualidade brasileira, um partido que se pretenda popular tem de ter espaço tanto para a minoria ideológica que se empenha nas causas populares quanto para o cidadão em princípio mais facilmente recrutável pelos movimentos populistas, estruturas clientelísticas ou máquinas políticas. Sem arrogâncias (e ilusões) vanguardistas, impõe-se buscar, na convivência assim obtida da sofisticação política com o realismo e o imediatismo dos interesses de tipo bica d’água, a produção do universalismo e a alteração, na direção democrática, da operação da racionalidade.

Finalmente, pondere-se que a afirmação da democracia e a ocorrência de estruturas e mecanismos clientelísticos tendem a dar-se juntas – e não sem que uma coisa se ligue à outra, ao contrário do que pretendem alguns. Este é um ponto salientado por Eli Diniz em livro recente, ao lembrar, com Max Weber, a associação existente entre a emergência do regime democrático e o aparecimento do empresariado político – por um lado na figura do líder que se profissionaliza como político e passa a viver “a política como vocação”, na imagem mais favorável (que teria entre nós no

próprio Lula um exemplo recente), por outro na figura negativa do *boss* pragmático e pouco escrupuloso em torno do qual se estruturam as máquinas.

Em vez de assinalar simplesmente a tensão que essa dicotomia envolve, tudo parece recomendar que se indague sobre os matizes e transições entre os dois pólos. De que maneira, por exemplo, nascentes identificações partidárias de natureza inicialmente clientelística poderiam redundar eventualmente em estruturação mais “adequada” do mundo político, num processo análogo ao da “dialética do populismo” de que falava Celso Furtado anos atrás?

*Jornal do Brasil*, Caderno Especial, 28/11/82

## A EMENDA E A ORDEM DO DIA

No *Jornal do Brasil* de domingo passado, o chargista Michel mostra o presidente Figueiredo falando ao país sob a sombra de Tancredo Neves, numa alusão ao discurso por este proferido no Rio de Janeiro na véspera da fala presidencial. Pelo menos igualmente significativo, porém, é o fato de que a mensagem do presidente se tenha divulgado simultaneamente com a ordem do dia do general Walter Pires alusiva aos 20 anos do movimento de 1964. Na mensagem presidencial, a comunicação (bem mais reticente do que se esperava...) do encaminhamento ao Congresso da emenda constitucional que redundaria em cerrar, de alguma forma, o ciclo iniciado há 20 anos. Na ordem do dia do ministro, e em vários pronunciamentos concomitantes de outros chefes militares, a equiparação da conjuntura atual à que antecedeu o movimento de 64, em que “se traficava o interesse nacional”; nos “bastidores” das mobilizações populares, diz o ministro, “removidas as caracterizações, percebe-se que o projeto é o mesmo”.

Essa é a ilustração mais expressiva das incertezas do momento político brasileiro, no qual se leva talvez ao ponto mais agudo o dilema que caracterizou desde o início o regime vigente. Visto na óptica da crise geral e das clivagens produzidas pela sucessão presidencial em marcha, conjugadas com os comícios gigantescos pelas eleições diretas (resultado irônico de 20 anos de esforços mais ou menos “espertos” em busca de legitimação eleitoral e popular), o regime não parece ter condições de manter-se. Visto, porém, na óptica do complexo de sublevação de que sofrem seus líderes mais ortodoxos e que lhe exprime a lógica mais íntima, o regime *não pode* ceder o passo – e certas manifestações em que se patenteia de maneira mais evidente o seu desgaste não surgem senão como a confirmação dessa ideia aos olhos de lideranças militares decisivas.

Que fazer? Certamente, é preciso negociar. Mas quem negocia com quem, e quais serão realmente os parâmetros da negociação geral? Figueiredo, por certo, “negocia” antes de mais nada com o ministro do Exército e a liderança militar. E não é nisso uma exceção. Ao contrário, não faz mais do que dar consequência a algo que é talvez o principal parâmetro a ser tido em conta no jogo geral de negociações e pressões que se vem desenvolvendo: o de que se apostará em vão nas clivagens militares. A assimilação tranquila, em última análise, da exoneração há pouco ocorrida

de Maximiano da Fonseca (mesmo por parte de um Délio Jardim de Matos, que parece compartilhar as opiniões a que se deve o afastamento do ministro da Marinha) representa apenas a mais recente corroboração do alto potencial de coesão das Forças Armadas, já repetidamente posto à prova em episódios mais críticos. Dado um fator qualquer de divergência e disputa, movimentam-se as figuras envolvidas, uma que outra palavra discordante ganha divulgação pela imprensa, eventualmente se extirpa com maior ou menor energia o foco real ou potencial de dissidência – e, ao cabo, cerram-se fileiras, diante do muito que há em jogo e dos grandes riscos do confronto aberto. Apesar da óbvia intensificação das dificuldades do regime no *front* da coesão interna, que é parte da singularidade da crise do momento e que se ilustra pela manifestação da oficialidade da Marinha na demissão de Maximiano, esse padrão leva a temer que, ocorrendo certos “cenários” facilmente imagináveis no desdobrar da crise política e econômica, o êxito de eventuais iniciativas destinadas a fazer retroceder o processo de democratização venha a depender apenas do atrevimento ou da determinação com que se executem, produzindo o fato consumado e o conseqüente cerrar fileiras. E não se fará democracia contra a vontade de militares coesos, por mobilizada que esteja a chamada “sociedade civil”.

De outro lado, não parece haver razões para esperar que os fatores subjacentes a esse aspecto do nosso impasse institucional sejam sanáveis a curto prazo, ainda diante de hipóteses otimistas quanto ao desenlace da atual disputa sucessória ou mesmo do processo corrente de abertura. Pois nele contracenam, por uma parte, uma sociedade complexa e um eleitorado composto em sua maioria de setores populares tendencialmente reivindicantes e inconformistas e, por outra, Forças Armadas socialmente isoladas e suspicazes, além de propensas (e já agora, ao cabo de 20 anos de uso do cachimbo, mais afeitas do que nunca) ao exercício da tutela. Considere-se o incidente da agressão recente do general Newton Cruz a um jornalista, pondere-se até que ponto a truculência revelada no episódio realmente se distinguirá de outros estouvamentos de lideranças militares até mesmo mais graúdas (os juízes do Superior Tribunal Militar dispondo-se a resistir às “pressões” do Supremo Tribunal Federal...) – e aposte quem quiser na estabilidade de uma eventual saída democrática para o presente *imbróglio*, mesmo se de imediato bem-sucedida.

Eis aí o que parece o desafio fundamental da atualidade política brasileira: o de encontrar a criatividade e a inventiva necessárias à

recomposição institucional de nossa vida política de maneira a não apenas redesenhar formalmente seu enquadramento jurídico, mas antes a fazer do novo marco institucional a moldura e o instrumento de um indispensável aprendizado de convivência cívica – e sobretudo de convivência de nossas Forças Armadas com um processo democrático efetivo e capaz de crescente aprimoramento. A experiência de pós-64 ensinou duramente a amplos setores da esquerda brasileira importante lição, que oxalá não seja esquecida: a da crucial relevância de certas “formalidades” da democracia liberal, que podem ser a diferença entre a vida e a morte e a condição para o avanço até na direção da democracia social. Que aquela experiência, conjugada com a penosa transição que presentemente vivemos (três golpes na madeira!), ensine também aos militares brasileiros, como seus protagonistas principais, certas lições. Basicamente, a de que não é possível tratar-nos indefinidamente a todos seja como recrutas algo estúpidos, seja como subversivos reais ou potenciais – mesmo quando declaramos nas praças e ruas, como o fazemos agora, que não aceitamos mais a distinção entre oposição ao governo e contestação ao regime; que para nós se trata, sim, de contestar o regime; e de que estamos fartos – afinal, são 20 anos de nossas vidas – de ver ordens do dia ganharem a primeira página dos jornais simplesmente por serem ordens do dia, carregadas das eternas advertências.

*Jornal da Tarde, 7/4/84*

## TANCREDO E A DECANTAÇÃO

Estando fora do Brasil no segundo semestre do ano passado e procurando acompanhar a política brasileira através de jornais e revistas recebidos semanalmente, tinha com frequência a impressão de que o país era outro a cada semana. Mais recentemente, com as reviravoltas na cena política em seguida à campanha das eleições diretas para presidente, as coisas pioraram: os próprios jornais do dia muitas vezes surgiam envelhecidos, atropelados pelo noticiário mais ágil do rádio e da televisão, ou com as colunas de comentário político já desatualizadas pelas manchetes de primeira página.

No entanto, com toda essa efervescência, cá estamos nós diante de um quadro notavelmente próximo, por certos aspectos, do que descreviam previsões feitas há tempos: de um lado, o renitente Paulo Maluf como provável candidato do PDS à sucessão de Figueiredo; de outro, o governador Tancredo Neves como pólo catalisador de um conjunto de forças heterogêneas e peça central de um provável governo de transição democrática. Uma expressão feliz para caracterizar essa mescla algo surpreendente de fluidez e consistência vem sendo posta em uso pelo próprio Tancredo, que se tem referido ao processo de “decantação” por que passa o jogo político no país.

A indagação crucial que isso sugere é a de qual a perspectiva de tempo a ser adotada para a avaliação adequada do processo. Como saber se as tendências que agora se mostram mais densas e plausíveis não serão senão flutuações de um ciclo mais amplo? Quais serão os elementos reais de consistência e solidez a se revelarem no processo de “decantação” quando apreciado a mais longo prazo?

Há, naturalmente, incertezas para o futuro imediato. Afinal, longuíssimos meses transcorrerão entre as convenções do próximo fim de semana e a eleição e eventual posse de um novo governo. Um reduzido Colégio Eleitoral sujeito a pressões de todo tipo e os problemas inerentes à composição de forças opositoristas e dissidentes em torno de uma chapa improvável – eis alguns dos fatores mais óbvios de incerteza. Cabe acrescentar, porém, que não seria o caso de descontar inteiramente as chances de que o “sistema”, mesmo reduzido a um *bunker* acossado de todos os lados (ou por isso mesmo), venha a recompor-se no

desespero e a reagir, em determinadas circunstâncias, com eficácia ao menos temporária, em que a ação “dura” poderia ser seguida da retomada da retórica aberturista, com a inauguração de um novo ciclo de curta duração. Sem pretender que este seja o rumo provável dos acontecimentos, uma advertência didática nesse sentido se teve na maneira pela qual, na votação da emenda Dante de Oliveira, o clima eufórico da campanha das eleições diretas se viu substituído, num par de dias, pelas tropelias brasilienses do general Newton Cruz, executadas diante do pasmo e impotência da nação de novo sob censura. Depois de tudo, os instrumentos legais de exceção continuam a existir.

Mas afastemos as hipóteses mais sombrias, e aceitemos que a inegável desmoralização resultante da crise geral que vivemos efetivamente empurre o “sistema” a admitir como inevitável, de imediato, um novo governo fatalmente comprometido com a liquidação do próprio regime (embora viabilizado e composto em parte por crias políticas dele). É preciso atentar, ainda assim, para o fato de que as condições sociais gerais que levaram a 1964 não foram abolidas nesses 20 anos. De certos ângulos, podem mesmo ter-se agravado, na medida em que a insatisfação popular há muito contida e focos antigos e novos de mobilização política passam agora a defrontar-se com a desconfiança e os temores de Forças Armadas longamente afeitas ao exercício da tutela – e equipadas para ele. Por outras palavras, continuam vigentes, em princípio, condições propícias ao jogo em que populismo e pretorianismo... se nutrem reciprocamente, e a questão é saber se a “decantação” ulterior do processo político brasileiro simplesmente as reativará, ou se nos levará além delas.

A resposta está necessariamente nas possibilidades de êxito de um esforço de construção institucional capaz de lançar bases estáveis de convivência democrática. E o drama consiste em que, como qualquer ação política que vá além da defesa de interesses imediatos, esse esforço se debate num dilema: se visa a desdobrar-se em consequências num horizonte de longo prazo, não pode, contudo, senão manobrar nos limites dos constrangimentos impostos nas conjunturas que se sucedem – às vezes com fortes raízes num passado mais ou menos longo. O dilema requer, como parece claro, que as forças efetivamente empenhadas na transição saibam encontrar o equilíbrio apropriado entre ousadia e firmeza, de um lado, e senso de realismo, de outro. Esperemos que esse equilíbrio não escasseie demasiado nos tempos delicados que temos pela frente. E que, para começar, Tancredo tenha saúde.

*Jornal da Tarde, 10/8/84*

## O GRAVE BRASIL DE TANCREDO

Acostumamo-nos a pensar o Brasil como país de cínicos e espertalhões. E, longe de vermos nisso algo a lamentar, essa suposta característica surgia aos nossos olhos numa luz favorável, como parte da simpática síndrome da malandragem, do jogo de cintura, do jeitinho e da aptidão para o futebol e o Carnaval. O caldo resultante, pensávamos, fatalmente dissolveria em risada e gozação o apego a valores mais “nobres” de qualquer tipo, que pudessem eventualmente servir de base a esforços construtivos de fôlego.

Presenciamos, porém, a derrota do cinismo. Habitados a associar vibração coletiva com, no máximo, Copa do Mundo, descobrimos na campanha das eleições diretas, um tanto encabulados, um país capaz de emoção cívica. Na eleição de Tancredo, vimos (tentando macunaimicamente, por vezes, resistir à empolgação) o povo reapropriar-se sem pudor dos símbolos do país, cantar e bisar o Hino Nacional, cobrir-se e enrolar-se com a Bandeira – e exibir com ela, sim, o jogo de cintura, sambando embandeirado rumo ao Congresso. E vemos agora, na morte do presidente, a comoção grave e unânime, e como que o espírito singelo de São João del Rei que se apossa de todos.

Menos mal. Pois, se buscamos assegurar a transição a uma democracia estável, cumpre reconhecer que não se faz democracia com cinismo. Este se traduz antes em vale-tudo e inviabilidade de regras reais, e é irmão gêmeo, politicamente, da corrupção, do aventureirismo e do golpismo. Por certo, não se trata de substituir o cinismo por qualquer forma de ingenuidade patrioteira, nem de deixar de reconhecer que a política é, antes de tudo, jogo de interesses. Mas a presença dos interesses, por si mesma, não faz dela um jogo “sujo” – com a condição, precisamente, de que esteja lastreada em certos compromissos e convergências básicas a traduzirem-se em instituições que mereçam o nome e se revelem capazes de processar com efetividade e isenção o jogo dos interesses.

Tancredo foi fator decisivo para que se tornasse possível ao país superar o cinismo (e sem perda do bom-humor: para um povo disposto a reaproximar-se da Bandeira para sambar com ela, um presidente que não confundia dignidade e autoridade com truculência e casmurrice, e sabia rir

gostosamente). Tanto instrumentalmente, por sua competência e habilidade em compor interesses, como simbolicamente, por sua biografia de equilíbrio e coerência, sua contribuição foi crucial. Como encarar, agora, a necessidade de seguir sem ele?

Ora, Tancredo chega ao fim como o mito em que soube erigir-se e que a morte permite situar em sua dimensão de grandeza. Assim, se desaparece como homem e líder, avulta em sua condição de símbolo, e tem ainda importante papel a cumprir em tal condição. O fenômeno único de psicologia coletiva que Tancredo representa na história do país, ao expirar cercado do respeito e mesmo do carinho de toda a população, não pode ser minimizado em sua significação. Ao contrário, tem de ser referência necessária da atuação dos que o sucedem com alguma parcela de responsabilidade.

Impõe-se o senso da história – a percepção de que, se a presente encruzilhada envolve grandes dificuldades, representa igualmente singular oportunidade que se poderia perder. Não se pode pretender que o povo testemunhe emocionado a tragédia de Tancredo e acompanhe em seguida, pela imprensa, fofocas miúdas de disputas espertas. Na ausência de Tancredo, o presidente é Sarney, e o resto é golpe. Da mesma forma, se há decisões difíceis de conteúdo político e econômico, envolvendo embates de interesses, há também parâmetros e compromissos bastante claros, incluindo os enunciados em várias ocasiões pelo próprio Tancredo, capazes em princípio de balizar seu encaminhamento razoável.

Que os responsáveis se entendam. Trata-se de construir instituições, com visão larga. Queremos toda a gravidade e circunspeção. Queremos mesmo solenidade, a solenidade requerida pela dolorosa fundação de uma

República genuinamente nova e que possa estender-se às gerações futuras. Estamos emocionados, proclamamos e reclamamos nossa emoção – e recusamos, enquanto esperamos a volta do bom-humor, vê-la aviltada no releu jogo míope do poder, com o espectro de novas truculências e carrancas ao fundo.

*Jornal da Tarde, 23/4/85*

## A CONSTITUIÇÃO E SEU LASTRO

Como a festa que o adolescente espera ansioso e que resulta em frustração, nossa ansiada Assembléia Constituinte chegou e, passado certo desencanto que sucede a toda aspiração que de uma forma ou de outra se alcança, é agora vista por muitos como ameaçando desandar de vez. Parte substancial do desalento com respeito a ela tem certamente a ver com os mecanismos de deliberação que decidiu adotar e com os resultados até aqui produzidos por esses mecanismos: a opção por abrir mão de um projeto orgânico como ponto de partida, a atuação desordenada e “catártica”, como pretende o deputado Nelson Jobim, de constituintes distribuídos por numerosas comissões e subcomissões, a “sistematização” até agora limitada regimentalmente a justapor o produto do trabalho das comissões e a escoimá-lo das incoerências mais patententes... E todos reclamam de um projeto “ruim” de constituição.

Mas outros aspectos da insatisfação manifestada exprimem preconceitos que sem dúvida não são politicamente neutros ou inocentes. Assim, muito do que se alega está perpassado de certo ideal de “cultura” que faz lembrar o lado pior do udenismo de outrora e que é invocado para apontar o suposto despreparo dos nossos constituintes de hoje. Pondo de lado tais alegações, e sem negar a importância de que a constituição tenha, ao cabo, uma redação formalmente consistente e conforme à canônica do saber jurídico, é claro que o que está em jogo não é a questão algo estética de saber se vamos ter uma constituição “orgânica”, “avançada” e abstratamente “boa”. A pergunta crucial, que se coloca para todos que se sentem afetados, é simples e dramática: boa para quem?

Tudo gira, naturalmente, em torno do diagnóstico que se faça da situação que vivemos presentemente no país e do significado a atribuir, em consequência, à Assembléia Constituinte. A perspectiva dominante é mais ou menos a de que, superado um momento espúrio da vida nacional, trata-se agora de arrumar a casa. Tende-se a esquecer, porém, que o problema da arrumação da casa está longe de ser um problema técnico que possa ser tratado consensualmente e cuja solução pudesse consistir em chamar arrumadeiras competentes e dar-lhes instruções que resultem do consenso. Em vez disso, a arrumação da casa é o problema político decisivo – e foi precisamente em função de dificuldades decorrentes da questão

fundamental de como arrumar a casa que vivemos recentemente o período autoritário. Nessa óptica, o fato de estarmos diante da tarefa de elaborar uma nova constituição, tanto quanto a experiência autoritária há pouco superada que a motivou diretamente, pode ser visto como sendo talvez a expressão e a catalisação de impasses fundamentais, antes que uma razão para otimismo quanto ao encaminhamento e solução dos problemas correspondentes. Disso não decorre que seja o caso de lamentar a própria ideia de convocar e eleger uma Assembléia Constituinte, pois não há alternativa ao esforço de buscar resolver os problemas no plano institucional. Mas sim decorrem algumas observações importantes quanto ao que caberia esperar da nova constituição e quanto às disposições a serem adotadas pelos diferentes núcleos de interesses em suas reivindicações constitucionais.

Penso que a ponderação mais importante é a de que não se faz revolução com Assembléia Constituinte. Ainda que se possa conceber, sem dúvida, que uma constituição que resulte de um processo revolucionário e o culmine institucionalmente tenha em princípio melhores condições de êxito, essa ideia não é senão a consequência de outra mais básica: a de que uma constituição bem-sucedida requer lastro adequado nas condições estruturais e nas relações reais de poder que se dão na sociedade. Ora, não temos, em nosso caso (seja como for que se prefira avaliar esta constatação, de maneira positiva ou negativa), nenhum processo revolucionário de terraplenagem para a construção de um edifício constitucional em que se redesenhassem profundamente as relações sociais. Daí que os setores empenhados em que se obtenha uma constituição “avançada” e “progressista”, embora devam naturalmente afirmar-se e pôr à prova, por assim dizer, os limites do possível, devem também estar atentos para os requisitos de viabilidade da nova constituição nas condições brasileiras e para o caráter de compromisso que terá necessariamente de marcá-la se se quiser justificar a esperança de que ela venha a enquadrar de modo efetivo o processo político do país.

Essa perspectiva de realismo e prudência tem, porém, uma contraface. É bastante claro que a aposta de que estejamos elaborando, neste momento, uma constituição capaz de durar séculos é uma aposta precária, e que teremos sorte se ela vier a durar alguns decênios. Tal ceticismo se justifica pelas mesmas razões que levam a ver a atual Constituinte como possivelmente a expressão de dificuldades fundamentais:

em sentido sociológico mais denso, em que se trata da reacomodação nas relações entre categorias e classes sociais como consequência da transformação socioeconômica do país, nosso “problema constitucional” não se encontra resolvido nem em vias de resolver-se prontamente. Basta considerar que, enquanto certos temas conjunturais críticos contaminam talvez imprópriamente os debates constitucionais, o anverso da medalha é que algumas das questões mais candentes a dividirem os constituintes, como parlamentarismo ou presidencialismo, nem sequer existem como questões reais para a grande maioria alheia e desinformada do eleitorado que os escolheu e lhes deu o mandato. Além disso, recém-saídos do autoritarismo militarista, as notícias sobre os trabalhos da Constituinte se mesclam para nós, nos jornais, com declarações como a do general Ururahy, que, com a responsabilidade de comandante de uma região militar, constata que “ainda” não chegou a hora de os militares intervirem no processo político, mas atribui disciplinadamente a decisão sobre a oportunidade dessa intervenção ao ministro do Exército...

Tudo isso deveria acrescentar, creio, certa desmitificação da tarefa de elaborar a nova constituição e uma saudável redução da perspectiva de tempo: não se trabalha para o milênio, mas para o futuro próximo. Daí que coubesse talvez adotar uma postura experimental perante a tarefa da Constituinte, a qual estaria guiada pela preocupação modesta que se poderia expressar em termos de evitar que a próxima assembleia constituinte tivesse de partir do mesmo ponto. A condição para isso seria que a dose adequada de ousadia e inventividade se combinasse com a consciência agudamente realista dos limites e responsabilidades impostos à nossa geração.

Não creio que essa seja a perspectiva sequer de uma minoria de nossos constituintes. Mas talvez as dificuldades resultantes da fase “catártica” dos trabalhos influenciem favoravelmente a instância final do plenário. Depois, se as muitas crises simultâneas amainarem, quem sabe a nova constituição nos ajuda a transitar para um futuro de democracia sem sobressaltos – e portanto sem assembleias constituintes.

*Jornal da Tarde, 28/7/87*

## **SIMONSEN, IDEOLOGIA E PRAGMATISMO**

O documento que o ex-ministro Mário Henrique Simonsen fez publicar há pouco (“O Risco de Optar pelo Atraso”, *Veja*, no. 997, 14/10/1987) merece atenção por vários aspectos. Um deles, obviamente, é o acerto de muitas das advertências contidas em seus enunciados. Outro aspecto de interesse é o fato em si de que uma autoridade econômica destacada do regime autoritário recente já se sinta à vontade para vir a público com tal rompante. A consideração decisiva a respeito é provavelmente a deterioração resultante da dinâmica da Nova República, que, afinal, já permite até mesmo rompantes do ex-presidente Figueiredo em nome da saúde econômica nacional e da democracia. De qualquer modo, é inegável que Simonsen, diferentemente de alguns de seus colegas, soube preservar uma autoridade pessoal que não se esgota em suas qualidades intelectuais.

A característica talvez mais saliente do documento é o tom mordaz de quem se propõe dizer verdades duras a ouvintes não apenas iludidos, mas obtusos. Esta, naturalmente, é uma arma frequente do discurso de intenção prática e política, que entre nós tem sido usada sobretudo por intelectuais e políticos situados à direita. Contra o sonho das esquerdas, as duras réplicas do feijão e dos requisitos factuais imperiosos de sua obtenção. Ou, na forma que a proposição assume de maneira explícita no documento de Simonsen: contra o mito, a farsa e a ideologia, a necessidade de lidar pragmaticamente com os fatos. Dois elementos adicionais se ligam com esse aspecto da denúncia de Simonsen: por um lado, os “economistas do PMDB” apresentados como ideólogos e, por outro, o nacionalismo como fator ou foco por excelência de ilusão ideológica.

Deixemos de lado a dificuldade da simetria que se pode apontar no uso político da pretensão de objetividade (ideológico é sempre o discurso do adversário). Além disso, não há como negar as canduras que frequentemente se ligam com o nacionalismo erigido em valor inquestionável e a confusão mental daí resultante, que tendem a bloquear a capacidade de reflexão crítica de muitos dos nossos cientistas sociais – incluindo, sem dúvida, os economistas. Eu próprio presenciei, em simpósio internacional de alguns anos atrás, um intercâmbio entre economistas que ilustra exemplarmente o efeito mencionado: depois de ouvir um economista

americano “brasilianista” traçar minucioso diagnóstico da crise econômica brasileira e derivar dele certos prognósticos e um conjunto de recomendações, um de nossos conhecidos economistas (do PMDB...) declarava, em seu comentário, estar inteiramente de acordo com o diagnóstico e os prognósticos, mas não poder concordar igualmente com as recomendações – não por razões analíticas, mas porque elas envolviam, alegava, limitações à autonomia nacional. Isso equivale, naturalmente, a introduzir na discussão o sentido do pecado. E as confusões envolvidas ficam tanto mais evidentes quando se tem em conta que vivíamos ainda sob o regime autoritário e que, portanto, aqueles que teriam sua autonomia supostamente cerceada eram sobretudo as autoridades econômicas do regime, ou seja, gente que tende a surgir, aos olhos do PMDB, como incluindo os principais vilões econômicos do nosso passado recente.

Mas justamente o reconhecimento dessa “contaminação” ideológica da óptica dos economistas torna curiosa certa ramificação das proposições de Simonsen. Trata-se de que, na perspectiva do ex-ministro, os “fatos” a exigirem consideração pragmática e eventuais medidas realistas nas dificuldades da atualidade brasileira não são senão os que dizem respeito à esfera econômica e aos constrangimentos que dela resultam. Em contraste, as questões da política aparecem sob a luz de um moralismo difuso: embora ligado a limitações quanto à lucidez na apreciação dos fatos, o problema real seria, em última análise, o de evitar as falhas de caráter que se associam com a “farsa” e com a propensão corrupta a aproveitar-se dos “favores” e “benesses” do Estado e que resultam, em particular, no “capitalismo cartorial”, cujo vírus se mostra capaz de corromper até mesmo os imigrantes inicialmente responsáveis pela implantação do “verdadeiro capitalismo” entre nós, contra a aristocracia cafeicultora cartorial e “chinfirim”...

Ora, não há razão para imaginar que o capitalista “verdadeiro” que busca o lucro e o agente que se move no âmbito (ou na vizinhança) do Estado ou da política sejam feitos de massas diferentes – os motivos de um vistos como um simples fato a ser tratado como tal e os do outro tomados como em princípio suspeitos e provavelmente viciosos. E a observação de que os filhos de imigrantes bem-sucedidos como capitalistas “verdadeiros” se ajustam pronta e gostosamente às oportunidades cartoriais que se lhes oferecem não vem senão corroborar a semelhança das duas categorias. Sem dúvida, há tradições (mais do que meros “cacoetes culturais”, como as

desqualifica Simonsen) e estruturas que se mostram menos e mais favoráveis ao dinamismo capitalista. Convém lembrar, porém, que estão longe de ser claras as fronteiras entre o nefando cartorialismo que se aponta em nossa história, por um lado, e, por outro, a complexa articulação entre os interesses econômicos privados e o Estado expandido que acompanha o dinamismo capitalista dos países ocidentais economicamente avançados (quer se pense na “tecnoestrutura” de que nos fala John Kenneth Galbraith há tempos ou no “neocorporativismo” que tanto tem ocupado, mais recentemente, os cientistas sociais desses países). Também a lógica complexa e contraditória do próprio dinamismo capitalista, na qual se produzem atores organizacionais poderosos e empenhados no controle das condições de seu ambiente, induz a expansão do Estado e sua articulação corporativa com interesses privados. E mesmo o refluxo que se observa agora, com o neoconservadorismo e a crise do estado de bem-estar, não pode ser avaliado senão como vicissitude incerta de uma trajetória marcada decisivamente por aqueles traços.

O crucial, contudo, é que também na esfera do contexto sociopolítico geral em que se desenvolvem as atividades econômicas se trata de *fatos* – e que não cabe opor-lhes o mero voluntarismo moralizante (a mera denúncia ideológica?) e ansiar por um Estado que, identificado com a corrupção e o mal, reflua, talvez, ao “estado mínimo” dos sonhos liberais. Admitamos que Simonsen tem razão em muito do que diz ou sugere sobre a dimensão política de nossa crise: isso significaria antes de mais nada que seu documento contém, por detrás da diatribe moralizante, um diagnóstico a ser levado a sério como diagnóstico – e que há fatos e dados de nossa realidade política a serem tratados como tal em qualquer tentativa de agir com eficácia para modificá-la.

As consequências talvez não sejam do gosto de Simonsen: quer por “cacoete” cultural ou imperativo funcional, o Estado está conosco para ficar – e é provavelmente bom que esteja, por mais que possa recomendar-se esta ou aquela privatização de empresa; o desafio não é acima de tudo o de conter pura e simplesmente o Estado, mas sim o de *construí-lo* (ou reconstruí-lo) de maneira adequada, o que é condição para assegurar mesmo o seu caráter responsável e a sua contenção democrática; e não se fará construção institucional efetiva se o esforço correspondente incorporar como condição de êxito a de que os agentes políticos sejam virtuosos, cívicos e altruístas. Pelas mesmas razões que ligam o relativo sucesso da

ciência econômica como disciplina de orientação prática a seus pressupostos realistas (a motivação de lucro e o egoísmo são fatos da vida...), é preciso reconhecer que as condições para a construção de uma democracia brasileira autêntica são antes de tudo as condições que aí estão diante dos nossos olhos. Também aqui a viabilização do sonho da democracia depende do feijão do cartorialismo e quejandos – não, naturalmente, para erigir tais traços negativos em virtudes, mas para processá-los institucionalmente com realismo.

Lamentavelmente, não há qualquer indício de que os nossos constituintes estejam mais próximos de tal perspectiva do que Simonsen.

*Jornal do Brasil, 22/10/87*

## **COLLOR E AS DUAS CRISES**

É possível falar, no quadro de dificuldades vividas pelo país, de duas crises distintas. Uma (de caráter mais conjuntural, mesmo se prolongada) é a crise econômico-financeira, que se manifesta em inflação, estagnação, dívidas interna e externa etc. Se esta nos pesa e faz sofrer, a outra é certamente mais profunda e duradoura. Ela pode ser descrita como correspondendo ao nosso problema constitucional não resolvido, o qual se encontra subjacente à instabilidade político-institucional que vem caracterizando a vida brasileira há várias décadas. Na perspectiva desta segunda crise, o fato de termos estado recentemente às voltas com a elaboração de uma nova Constituição é antes um sintoma negativo do uma razão de otimismo, associado como se acha com a experiência autoritária da qual mal saímos e que foi provavelmente a expressão mais dramática de nossa crise constitucional. De outro lado, a constatação de que o autoritarismo foi capaz de promover grande expansão econômica deixa claro que efetivamente as duas crises não se confundem.

As raízes da duradoura crise constitucional se encontram no processo secular de transformação estrutural do país e nos grandes desajustes que o acompanham. Em primeiro lugar, desajustes sociais, onde se trata antes de tudo da coexistência entre a prosperidade da minoria plenamente integrada ao desenvolvimento capitalista do país e as precariedades ou mesmo a destituição de parcelas majoritárias da população. Mas esse desajuste social se traduz em consequências políticas ligadas diretamente à instabilidade institucional em que a crise constitucional se expressa. Pois se a lógica do processo de desenvolvimento econômico tem sido emperrada e excludente, a lógica da democracia política é inevitavelmente expansiva e incorporadora. Daí que já tenhamos atualmente 82 milhões de eleitores e que o processo eleitoral, pelo peso dos estratos populares, represente a única dimensão da vida nacional onde decisões de crucial importância escapam em grande medida ao controle das elites socioeconômicas. A consequência é que aquele processo, na óptica da lógica supostamente “sadia” das exigências do sistema econômico, se torne em princípio suspeito e passível de ser questionado em seus resultados. Pois o eleitorado popular, carente de educação e socialmente marginalizado, se mostra

sensível à sedução de lideranças populistas em geral pouco confiáveis – e, temem as elites, talvez mesmo às mensagens propriamente radicais.

Como avaliar, na perspectiva dessas duas crises, a sucessão presidencial que ocorre no momento? Não há razão para esperar, em princípio, que o governo Collor deva falhar no combate à crise econômica. Em conformidade com alguns aspectos do simplismo que se difundiu e virou moda, segundo o qual os verdadeiros problemas do país se situam na contraposição entre o “moderno” e o “tradicional” (ou “atrasado”), cumpre mesmo reconhecer que certas dificuldades prementes em que nos debatemos dificilmente teriam equacionamento adequado nos termos do desgastado manual da esquerda brasileira, e que Collor terá provavelmente melhores condições de enfrentá-las do que alguns de seus concorrentes (é o caso, por exemplo, de certo nacionalismo míope e rombudo, que não parece necessário temer da parte de Collor). E é sem dúvida uma indagação em aberto a de que tipo de consequência o eventual êxito (ou fracasso) do governo Collor no plano econômico poderá ter, a prazo mais longo, no que se refere à nossa crise constitucional mais profunda, especialmente tendo-se em conta a capacidade de penetração populista que Collor já demonstrou.

Mas há outro ângulo: o de que, ponderadas as coisas do ponto de vista da crise constitucional, a vitória de Collor na última eleição representou o adiamento de um teste real de nossa democracia – teste este que se teria tido com a vitória do PT no segundo turno. Não pretendo sustentar, a respeito, que teria sido preferível a vitória do PT. Na verdade, acho que a democracia brasileira recém-restaurada não resistiria ao teste, que este teria sido provavelmente demasiado precoce. É difícil visualizar, neste momento do processo político brasileiro, um Lula (e aliados como Brizola...) chegando à Presidência da República, governando sem mais durante cinco anos e passando a faixa ao sucessor num quadro de normalidade.

Mas se escapamos, assim, das prováveis consequências negativas do teste, é preciso ponderar que isso significa justamente que nossa democracia não se acha consolidada, o que é outra maneira de dizer que o problema constitucional subsiste sem solução confiável, não obstante a Constituição novinha em folha (ou por isso mesmo, como sugerido). Um governo petista teria representado uma aposta de altos riscos, mas também de altos prêmios do ponto de vista de seu significado constitucional: contando de antemão

com poucas chances de desenlace feliz, a eventualidade de tal desenlace significaria que se teria alcançado um novo patamar no desdobrar do processo brasileiro, com a superação do veto (explícito ou latente, mas indiscutivelmente efetivo ao longo do nosso pretorianismo republicano) ao acesso de certas forças ao poder e com real aprendizado de convívio institucional. Com Collor, continuamos, naturalmente, a correr riscos; mas certamente não correremos os mesmos riscos. E o apoio aliviado que lhe trazem certos baluartes da opinião conservadora no país é indício bem claro disso.

Tais conjecturas talvez pareçam ociosas. Creio, ao contrário, que elas contêm advertências oportunas. No fundamental, a de que a estabilização democrática do país não tem como evitar um compromisso que é forçosamente social – nem os desdobramentos políticos que daí decorrem. Por certo, no longo prazo o estabelecimento desse compromisso não pode ser tomado senão como correspondendo ao ideal da combinação da democracia política com a democracia social. No prazo menos longo, porém, não apenas devemos conviver com a constatação de que o fosso social brasileiro continuará a existir; é preciso também ter em conta que os avanços iniciais na promoção social dos setores agora marginalizados provavelmente redundarão eles próprios antes no agravamento do que no amortecimento do conflito social subjacente ao nosso problema constitucional não resolvido. É isso o que mostra, para tomar um exemplo momentoso, o próprio processo de que o PT é um produto, no qual transformações estruturais e ocupacionais devidas ao dinamismo econômico promovido pelo regime autoritário redundaram em movimentos sindicais e partidários autônomos e afirmativos. E a expressão político-organizacional da dimensão social de nossa crise maior está aí para ficar e crescer em vigor.

Nesse quadro, uma alternativa se abre para as posições conservadoras. Elas podem continuar apostando no recurso intermitente aos regimes de força e, quando calhar, a um populismo domesticável e “palatável” (com os perigos próprios, mesmo do ponto de vista conservador, das incertezas do populismo: veja-se a retórica antielite e plebiscitária do presidente eleito). Ou podem reconhecer que a realização bem-sucedida de um compromisso que, sendo democrático, contemple de maneira adequada os próprios interesses conservadores requer a assimilação e a consolidação de um partido de raízes populares capaz de substituir-se à

fluidez populista e de canalizar estavelmente a participação político-eleitoral das camadas majoritárias da população. Como se sabe, nos países de maior tradição liberal-democrática tal papel foi com frequência cumprido por partidos originalmente revolucionários, que aprenderam, no processo, a conviver pragmaticamente com o capitalismo (e já agora até mesmo a avaliar doutrinariamente de maneira positiva essa convivência). Nas condições da atualidade brasileira, com mais razão, as próprias características do eleitorado popular que ocasionam o populismo tornam também inevitável que os prospectos eleitorais favoráveis de um partido como o PT tenham muito pouco a ver com o teor ideológico de seu discurso oficial – e impõem que tal partido, se quiser êxito eleitoral continuado, trate, contrariamente ao temor das elites antes mencionado, de suavizar a rigidez e a agressividade de sua postura. Descontadas certas “vanguardas” aguerridas, a ampla semelhança observada entre os eleitores de um Collor e um Lula quando se entra na faixa das dezenas de milhões de votos necessárias para se ganhar uma eleição presidencial traz claro respaldo à aposta aí contida.

*Folha de S. Paulo, 12/3/90*

## **MERCADO, BALA ÚNICA, INFLAÇÃO E MORALISMO**

No marco dos cem dias do governo Collor, um aspecto da administração que se vem executando certamente merece destaque. Trata-se das consequências do paradoxo (que o choque do Plano Collor compartilha com outros anteriores, mas leva a uma espécie de paroxismo) contido na tentativa de criar um novo jogo de mercado por meio da intervenção dramática do poder estatal. Partindo-se do diagnóstico do caráter vicioso exibido pelos processos supostamente espontâneos do mercado, faz-se intervenção deliberada e de grande alcance em nome do objetivo de produzir nova espontaneidade, não mais viciosa, mas virtuosa.

O que há de paradoxal e equívoco nisso fica bem claro nas suposições contrastantes que se revelam em certas declarações de importantes autoridades governamentais. De um lado, a referência do presidente à “bala única” de que disporia no combate à inflação envolve nitidamente o reconhecimento de que os processos espontâneos do mercado, por viciosos que se tenham tornado, são também viscosos e resistentes – donde a consequência de que a intervenção apareça como problemática e delicada, com alto risco de frustrar-se e agravar as dificuldades. Ora, não há dúvida de que os fatores de psicologia coletiva que se têm designado como a “cultura inflacionária” são parte decisiva dessa viscosidade, e a intervenção governamental, se pretendia ser consequente, devia forçosamente ter tais fatores em conta desde o início. No entanto, o que se observa é o espanto das autoridades perante a constatação de que eles continuam a operar. E o governo age como o exorcista perplexo com a resistência do demônio, uma vez executados apropriadamente os rituais.

Temos, assim, a estranha declaração do presidente do Banco Central segundo a qual a inflação que continuamos a ter é “gratuita” ou sem causas, pois todos os fatores (econômicos?) se encontram sob controle. Ora, como a inflação aí está, é claro que os fatores que efetivamente produzem a inflação (sociopsicológicos?) não estão sob controle. Mas haverá fatores produtores de inflação que possam ser tratados como não-econômicos (ou não-fatores...) por um economista empenhado em debelar a inflação, para não falar do presidente do Banco Central? Que ciência econômica é essa que se concebe à margem da psicologia coletiva, ou que trata problemas de

psicologia coletiva obviamente relevantes do ponto de vista econômico em termos de uma espécie de perversão moral que não lhe diria respeito?

Com efeito, há um vago e curioso moralismo em jogo nos desdobramentos do paradoxo indicado. Ele se mostra na insistente exortação governamental de que os agentes econômicos “colaborem” com o plano, provavelmente tomando suas decisões econômicas do dia-a-dia de maneira altruísta ou cívica. Ou nos edificantes convites feitos pelo secretário Antônio Kandir, em aparições na televisão nos primeiros dias do governo Collor, no sentido de que as pessoas se comportassem “normalmente” em suas atividades econômicas – em seguida à intervenção talvez mais anormal do Estado na vida econômica brasileira. O que se pede é algo como uma “conversão”, agora que um governo seriamente empenhado em conter a inflação se acha a postos e desenvolve seus rituais bem-intencionados. E o que se presume, contrariamente ao realismo característico da ciência econômica e aos supostos envolvidos na ideia da “bala única”, é que as pessoas não calculem em função da percepção da estrutura de riscos e oportunidades que defrontam – percepção esta por força condicionada, naturalmente, não só pelas ações mais ou menos recentes do próprio governo, mas também pelo quadro inflacionário anterior e o complexo e talvez insolúvel jogo de coordenação de expectativas que dele resulta se se pretende deixar aos agentes econômicos dispersos (ao mercado) as ações requeridas pela superação da inflação. O caráter insolúvel desse jogo se traduz em que o mercado, do qual a psicologia coletiva é parte integrante, não tem como passar por si mesmo do círculo vicioso ao círculo virtuoso, ou talvez só possa fazê-lo a um custo inadmissível.

A alternativa consiste em alterar de maneira conveniente a própria estrutura objetiva de riscos e oportunidades que se oferece ao cálculo realista dos agentes, tal como se deu no primeiro momento com o congelamento dos ativos financeiros, e tratar de manter sob controle estrito essa estrutura alterada. Tal alternativa, porém, acarreta duas sérias dificuldades. Primeiro, a de que, na medida em que se prolongue, ela redundará necessariamente em comprometer o objetivo de produzir nova espontaneidade ou de ensejar o jogo livre do mercado – de um mercado supostamente restaurado em suas virtudes. Por outro lado, a de que, envolvendo a exacerbação do componente politicamente autoritário da administração econômica, ela supõe a criação e a manipulação

(realísticas...) de condições políticas adequadas. Se a esfera política está ela própria sujeita ao mesmo paradoxo nas relações entre moralismo ou utopismo transformador, por uma parte, e realismo mais ou menos matreiro dos agentes, por outra, a deficiência de verdadeiro realismo que se constata na administração econômica pode terminar por abrir as portas a certo tipo de realismo excessivo na política, até porque pode pretender respaldá-lo na moralidade de imperiosas razões de administração econômica. E aí é que se dão, talvez, as incertezas e os riscos maiores dos próximos mil e muitos dias.

*Folha de S. Paulo, 24/6/90*

## A ESTRANHA DERROCADA DO SOCIALISMO

Certos aspectos paradoxais do processo em curso nos países do leste europeu e na União Soviética se tornam especialmente nítidos quando esse processo é examinado à luz de velhas análises de Samuel Huntington, cientista político norte-americano que se tornou conhecido entre nós nos tempos da “descompressão” inicial do regime de 1964. Tais aspectos introduzem matizes de grande importância para a apreciação do significado geral dos eventos recentes.

O interesse das análises de Huntington consiste basicamente na reavaliação favorável por ele feita, ainda na década de 60, do sistema político soviético – e na complicada mescla de erros e acertos que a reavaliação revela conter. Ela se funda num deslocamento de ênfase que o conservadorismo realista de Huntington lhe inspira no estudo dos sistemas políticos: em vez de destacar seu caráter mais ou menos democrático, parece-lhe decisiva a capacidade que os sistemas políticos revelem de construir e operar instituições fortes e estáveis. Democrática ou não, a União Soviética teria sabido construir uma aparelhagem institucional capaz de processar de maneira adequada, embora com suas peculiaridades próprias, os problemas com que se defrontava – e esse traço ofereceria claro contraste com a instabilidade “pretoriana” característica, por exemplo, dos países latino-americanos, onde os militares têm sido, de maneira aberta ou latente, os árbitros políticos decisivos. Em texto publicado já em 1970 e dedicado à dinâmica institucional dos sistemas de partido único, essa perspectiva geral ganha alguns contornos específicos: Huntington discute aí a “consolidação” ocorrida no caso da União Soviética, destacando aspectos como a erosão ou perda de importância da ideologia e sua substituição por certo pragmatismo, o que é visto como “um sinal não de decadência, mas de estabilidade”, e como algo que se associaria com “a vitalidade de longo prazo do sistema”.

Diante do processo que culmina nos eventos de agosto, o que há de equivocado nessa avaliação parece gritantemente evidente. Em primeiro lugar, aquele processo desvenda um crucial fator de instabilidade que de alguma forma se liga com a própria demanda de democratização do sistema autoritário anterior, o que mostra a clara impropriedade da dissociação pretendida entre a democracia e as perspectivas de estabilidade

institucional: estabilidade verdadeira, ao cabo, só em condições democráticas. Além disso, no momento em que o Partido Comunista decide pela sua própria dissolução, não há como deixar de sorrir diante da tese da estabilidade e vitalidade de longo prazo do sistema de partido único. Mas isso será tudo? Certamente não. E os paradoxos de Huntington parecem altamente relevantes para a discussão do ineditismo da situação vivida pela União Soviética.

A observação fundamental a destacar é a de que esse ineditismo se mostra antes de mais nada em algo claramente afim ao vigor institucional assinalado por Huntington: não obstante as proporções da crise em que a União Soviética se vê submersa, a profunda reformulação do país e do regime (que redundava na reformulação das regras mesmas do jogo político-econômico) se dá em termos político-institucionais que têm sabido evitar o vale-tudo pretoriano e a violência. Assim, se é inegável o fracasso econômico da experiência socialista na União Soviética e em seus satélites, os aspectos político-institucionais do processo em andamento indicam fortemente que há algo singular e importante a recuperar nessa experiência, e que são quando nada precipitadas as tentativas de reduzir aquele processo à mera “latino-americanização”. Afinal, quando, na história mundial, um sistema político-econômico levou a cabo reformulações de tal alcance e ritmo de forma tão amena? Sem dúvida, não se pode excluir a possibilidade de que as coisas acabem por desandar, e um golpe burocrático-militar bem-sucedido parecia até há pouco uma boa aposta. Mas o fracasso retumbante do golpe de agosto é a melhor comprovação de que o processo global encerra um componente efetivo de vigor institucional. E, com toda a ironia aí contida, não é despropositada a indagação de em que medida a própria abdicação do partido, ao invés de representar a negação da lógica de desideologização e consolidação que Huntington aponta, não será antes a sua exacerbação paroxística. Pois o teste decisivo da consistência e vigor das instituições políticas é certamente sua capacidade de auto-reformulação. No limite, instituições políticas efetivas são aquelas capazes de fazer nada menos do que *revoluções* pacíficas, na linha da “subversão permanente” que Roberto Mangabeira Unger reclamava há alguns anos (com boas razões doutrinárias, ainda que com paupérrimas razões em termos de uma sociologia política realística da atualidade brasileira) como algo a ser instaurado por nossa Constituição de 1988.

Seria preciso indagar, assim, como se dá que um sistema autoritário aparentemente monolítico tenha podido engendrar, em momentos sucessivos, as lideranças renovadoras de um Krushev e especialmente um Gorbachev. Por mais que se pondere o efeito das dificuldades econômicas, não há como excluir o papel exercido por um elemento de desígnio e intencionalidade institucional que está longe de ajustar-se à imagem de monolitismo sinistro – e que torna apropriado lembrar, depois de tudo, a afinidade última existente entre o ideário socialista e o anseio democrático. Por outra parte, será mesmo o caso de estranhar que o golpe de agosto tenha terminado em patuscada de uns tantos generais embriagados? Caberia realmente assimilar o exército vermelho da luta contra o nazismo e da tradição de decênios de disciplina sob o comando institucional do partido a nossos exércitos latino-americanos, e esperar dele a eficiência golpista “chilena” e a disposição de atuar ilegalmente contra a população moscovita com a mesma determinação com que agira no passado, por ordem de um partido coeso, contra húngaros ou tcheco-eslovacos?

Isso leva a apreciar alguns aspectos salientes dos perigos contidos no processo em curso. Sem dúvida, parte importante das razões de que tenha sido possível empreender em termos político-institucionais a guinada de auto-transformação radical na União Soviética (em contraste marcante com a truculência do desenlace em casos como o do Chile em 1973, em que a guinada se procurava fazer na direção capitalismo-socialismo) deve-se a que no caso soviético não existiam, fora do estado-partido, focos autônomos de poder que pudessem opor-se a seus desígnios (rigidamente conservadores antes, mudancistas agora). Na verdade, era justamente o exército, o detentor das armas, o único foco potencial de poder alternativo. Mas o exército se via sob o controle do partido, e não dispunha, obviamente, do importante ponto de apoio alternativo representado pelos interesses empresariais no capitalismo latino-americano politicamente instável. Naturalmente, a dissolução do partido apresentou-se a Gorbachev, a certa altura, como medida necessária para não ser pura e simplesmente atropelado pelos acontecimentos na efervescência revanchista do pós-golpe. Mas cumpre ter presente o que resta de razão a um Roy Medvedev, que apontou naquela medida um erro. Os desafios da combinação da profunda crise econômica e social com os problemas de reorganização no convívio das nacionalidades e etnias podem revelar-se excessivos para uma institucionalidade totalmente passada a limpo. E o desdobrar do processo

pode vir a fazer que as forças armadas como tal surjam eventualmente como a alternativa ao caos numa situação em que se criam condições para a sua autonomia institucional, aí sim com efetiva “latino-americanização”.

Seja como for, a efervescência popular e populista que acarreta o desmantelamento do partido realça o paradoxo crucial que a dinâmica do processo soviético compartilha com qualquer processo em que se busque combinar institucionalidade democrática e mobilização popular intensa – e especialmente qualquer processo de *transição* mais ou menos revolucionária em que uma dinâmica fatalmente expansiva e mobilizadora pretenda resultar em instituições democráticas estáveis. Se o teste final da consistência institucional democrática de uma sociedade é a capacidade de auto-revolucionar-se e a abertura à “subversão permanente”, a lógica dessa subversão é inerentemente hostil a *qualquer* enquadramento institucional dado e propícia ao conformismo plebiscitário e à unanimidade que tendem a brotar da efusão psicológica das multidões mobilizadas. Assim, talvez não houvesse alternativa a procurar, de alguma forma, zerar e começar de novo, sobretudo se tais efeitos se combinam com o desgaste e a falência do receituário de administração econômica do “socialismo real”.

Resta a questão das implicações da atual derrocada do ponto de vista doutrinário referido a um ideal que, além de democrático, se pretende também socialista, como corresponde a importantes correntes de opinião de esquerda agora desalentadas e perplexas. Se os paradoxos de Huntington são mais do que meros equívocos de um analista obtuso, eles parecem indicar algo que surge com força por detrás das formas assumidas por certa contraposição polêmica entre capitalismo e socialismo: a necessidade de reconhecer que a eventual sustentação do ideal socialista agora tão duramente posto em xeque não tem como dar-se se o socialismo é reduzido a erigir a intencionalidade política estatal e o vigor institucional “huntingtoniano” que lhe corresponde. Seria necessário também construir as condições que assegurassem a capacidade de afirmação e de decisão autônoma para agentes dispersos, quer se trate dos indivíduos como tal ou de indivíduos voluntariamente agregados em associações e iniciativas coletivas múltiplas. Em síntese: combinar estado com mercado. Assim como não se fez senão capitalismo “selvagem”, contraditório e socialmente perverso sem uma dose importante de “socialismo”, tampouco caberia pretender fazer socialismo minimamente fiel a suas inspirações democráticas fundamentais sem uma dose significativa de “capitalismo”.

Tratar-se-ia ainda, com tal combinação, de algo distinto da social-democracia? De qualquer modo, ela certamente comporta muitos equilíbrios diferentes entre os elementos de desígnio estatal ou coletivo e de autonomia dos agentes privados – e contém, assim, amplo espaço para a criatividade político-institucional de lideranças bem-intencionadas.

*Jornal do Brasil*, Caderno “Ideias”, 17/11/1991

## PLEBISCITARISMO E PLEBISCITO

Leôncio Martins Rodrigues manifestou há pouco, na *Folha de S. Paulo*, opinião oposta à experimentação institucional. De minha parte, acho, ao contrário, que não temos senão a alternativa de experimentar – e, se não o fizermos deliberada e tão lucidamente quanto possível, correremos o risco de fazê-lo à força, como nos exercícios institucionais da ditadura recente. Mas deploro as circunstâncias de nosso plebiscito de abril próximo, que me parecem justificar grandes dúvidas.

Tomo aqui um aspecto central do confronto entre presidencialismo parlamentarismo. Creio que a razão principal a justificar a aposta no parlamentarismo nas condições da atualidade brasileira é a neutralização do populismo e do fator de instabilidade político-institucional que representa. Esse é o ganho óbvio da eliminação do caráter plebiscitário inerente ao presidencialismo. Com a vinculação orgânica da chefia do poder executivo ao parlamento, o parlamentarismo faria desaparecer a relação direta do chefe do governo com a massa eleitoral, substituindo-a pela mediação realizada pelo jogo articulado de lideranças e forças partidárias no âmbito do poder legislativo. A ênfase dada pelos parlamentaristas ao incremento da “função governativa”, ou da eficiência governamental, liga-se também com isso, destacando os inconvenientes envolvidos no “governo dividido” (expressão crescentemente utilizada pelos próprios analistas americanos a respeito de seu presidencialismo supostamente bem-sucedido) que resulta da legitimação popular direta tanto do presidente quanto do Congresso, com a correspondente autonomia dos poderes.

O problema é que nesse aspecto de neutralização dos fatores propícios ao populismo pode ser vista também a principal razão contra o parlamentarismo, e não a favor: há nele, patentemente, certo sabor de “disfranchisement”, ou de redução do poder real do voto do eleitor. Na atual conjuntura brasileira, essa implicação se revela na dificuldade de se propor o parlamentarismo “puro” diante do vigor adquirido precisamente pela legitimidade plebiscitária da eleição direta do presidente, especialmente com a campanha recente das “diretas-já”. E, dada a nossa estrutura social desigual, pode-se pretender que há boas razões para a preservação desse componente plebiscitário, já que o momento das eleições presidenciais diretas se torna entre nós o grande momento (talvez o único) em que o povão marginalizado é chamado a tomar uma decisão

de real importância, ou em que tem voz a “Índia” de nossa Belíndia dual. O ponto crucial da questão – e o que ela tem de dilacerante – consiste em que justamente aí está o foco persistente do populismo brasileiro, no qual o processo eleitoral deixa de articular-se “apropriadamente” com as estruturas orgânicas da sociedade econômica e civil e do processo político-partidário.

Se temos em conta que o populismo produz não apenas as lideranças personalistas variadas e mais ou menos espúrias, mas eventualmente também as exasperadas reações de autoritarismo militarista às incertezas e à fluidez que brotam dele, não seria preciso cinismo para se propor a solução parlamentarista “pura” em nome do apego autêntico aos valores democráticos. Contudo, ainda que se aceite essa posição como analiticamente bem fundada, ela é demasiado tortuosa para ter viabilidade político-eleitoral: não se pode defender em plebiscito o antiplebiscitarismo... A consequência é que muita gente seja levada a acender uma vela a Deus e outra ao diabo, e a opção dominante das forças parlamentaristas é, ao que tudo indica, a saída mista que consagra a eleição direta do presidente. Mas os paradoxos de tal saída são evidentes. Ou se pretende fazer do presidente uma figura inteiramente simbólica e algo decorativa, caso em que a proposta de eleição direta se torna fraudulenta (além de não escapar de todo ao inconveniente da dualidade de focos de poder, pois é difícil imaginar que essa pretensão de castração da autoridade presidencial, que manteria sua legitimação plebiscitária, fosse bem-sucedida nas circunstâncias do país). Ou se procura preservar para o presidente algum poder institucional mais ou menos importante (o que parece ser realmente a tendência: como ter nele um chefe de estado sem dar-lhe, por exemplo, o comando efetivo das forças armadas?). Mas neste caso não só se frustraria a decisiva motivação antiplebiscitária da iniciativa parlamentarista: na verdade estaríamos mesmo piorando as coisas, pois estaríamos instaurando institucionalmente a duplicidade de responsabilidades no próprio plano dos encargos e atribuições tradicionalmente ligados ao poder executivo.

Não admira que, segundo as pesquisas, a proporção de indecisos aumente, presumivelmente entre os que se informam sobre o debate – pois os demais são indecisos desde o início, e o simples desenho da cédula pode certamente ser crucial entre eles. É patente o perigo de que a grande decisão de abril venha a ser a mera resultante espúria de acomodações, confusão e miopias agregadas. Com quais consequências?

*Folha de S. Paulo, 11/2/93*

## SÃO PAULO, REPRESENTAÇÃO E PLEBISCITO

Um tema saliente das discussões relacionadas com o plebiscito de abril é a questão da necessidade (afirmada agora por parlamentaristas e presidencialistas) de reforma do sistema eleitoral de maneira a tornar a Câmara de Deputados mais adequadamente representativa da população dos estados brasileiros. Em particular, destaca-se a falta de correspondência entre o número de votos necessários para eleger um deputado paulista e um deputado dos estados do Norte e do Centro-Oeste, o que é visto como inaceitável desigualdade dos cidadãos de diferentes unidades da federação brasileira.

Há um aspecto bem óbvio pelo qual essa avaliação parece justificar-se. Não pretendo negar a conveniência de ajustes nas regras atuais, nem fazer o elogio da motivação das iniciativas dos governos militares a respeito. Mas a discussão tem sido pouco atenta para outros aspectos importantes da questão.

O ponto principal é que, se a federação corresponde a algum valor real a ser concretizado ou preservado, a representação dos diferentes estados não tem por que pretender ser igualitária no sentido da representação estritamente proporcional das populações envolvidas. Ao contrário, o princípio básico da forma federativa de organização corresponde ao que alguns estudiosos contemporâneos (especialmente Arend Lijphart) têm chamado de modelo “consociativo” ou “consensual” de organização e representação, por contraste com o modelo majoritário. O modelo consociativo seria mais adequado, e mesmo se imporia normativamente, nos casos em que coletividades abrangentes (nacionais) se apresentam como sociedades “plurais” em algum aspecto relevante, achando-se divididas em grupos ou coletividades parciais que se diferenciam em torno de características importantes na conformação da própria identidade pessoal dos seus membros e talvez de seus valores profundos: grupos étnico-linguísticos, grupos religiosos, eventualmente grupos regionais etc. A ideia envolvida é a de que, na medida em que as divisões sociais correspondam a coisas de tal importância (que não seriam passíveis de barganhas em torno de maiorias ou minorias ocasionais), as decisões adotadas pela coletividade nacional não poderiam orientar-se por critérios meramente majoritários ou plebiscitários, arriscando, assim, colocar longamente ou permanentemente em desvantagem numérica os interesses maiores de uma ou outra das categorias em questão. Daí a preocupação de que o princípio de igualdade se aplique na representação

das categoriais como tal, com consequências que resultam necessariamente, no nível dos membros individuais de cada categoria, em desigualdades do tipo da que se tem destacado a propósito da representação dos nossos estados.

Ora, o federalismo é provavelmente a forma mais clássica e o exemplo por excelência de recurso ao princípio envolvido no modelo consociativo – e não faz sentido, em princípio, pretender aplicar à organização federativa o igualitarismo majoritário ou plebiscitário que se vem apregoando com tanto furor. Naturalmente, o Senado tem sido, em nossa aparelhagem institucional, o lugar especialmente reservado à aplicação do princípio consociativo. Contudo, além de que isso não justifica por si só que ele seja inteiramente ignorado na Câmara de Deputados, o furor plebiscitário e proporcionalista se torna tanto mais problemático diante da proposta de introdução do parlamentarismo e das incertezas quanto à manutenção do Senado como órgão dotado de poder efetivo – que é realmente que estaremos aprovando, quanto a isso, no plebiscito de abril? O proporcionalismo igualitarista e plebiscitário a respeito da representação dos estados tampouco se coaduna bem com o empenho, que se vai tornando consensual, de restringir o número de partidos por meio de regras mais ou menos artificiais: se vamos ser proporcionalistas estritos, por que pretender restringir a representação dos votos obtidos por qualquer partido, pequeno que seja? Para os parlamentaristas, porém, há ainda outra inconsistência, pois o plebiscitarismo a que se apegam na representação estadual se conjuga mal com o antiplebiscitarismo que é da essência da própria iniciativa parlamentarista, que busca neutralizar a relação plebiscitária do chefe do governo com o eleitorado.

Claro, é possível indagar até que ponto nosso federalismo corresponde a realidades sociopsicológicas profundas e importantes – estaremos dispostos a abrir mão dele? De qualquer forma, ao contrário da ligação que Francisco Weffort pretendeu estabelecer há pouco entre o caráter estritamente proporcional da representação e o vigor do federalismo, assegurar a representação estritamente proporcional para São Paulo num parlamentarismo unicameral (especialmente cortando-se a possibilidade do apelo ao conjunto do eleitorado nacional pelos candidatos em eleições presidenciais diretas) redundaria em reforçar significativamente a influência dos interesses paulistas (que já é decisiva) sobre o governo federal – e talvez em entregá-lo de vez a São Paulo.

*Folha de S. Paulo, 5/3/93*

## **SEGUNDA PARTE: DEMOCRACIA, ELEITORADO E REFORMAS**

### **REFORMA DO ESTADO E SOCIALISMO DE PÁRIAS**

Marc Blondel, líder da Força Operária da França, declarou no início de dezembro, a propósito do plano governamental que deflagrou a crise no país, que “ficou claro para os franceses que se pretende transferir o custo da proteção social das empresas para os salários”.

Essa avaliação encontra ressonância nas análises de estudiosos europeus a respeito das duras realidades da dinâmica neoliberal da atualidade. Fritz Scharpf, por exemplo, resume laboriosos estudos sobre a inviabilização do keynesianismo e as crises recentes das social-democracias européias com a recomendação irônica de um “socialismo numa só classe”: dada a necessidade inelutável de assegurar altos retornos aos investimentos e de aprimorar as estratégias produtivas nas novas condições tecnológicas, a redistribuição possível estaria restrita às fileiras dos próprios trabalhadores, com os recursos fluindo dos mais bem pagos para os demais. A única alternativa seria a fatal divisão dos trabalhadores entre “ins” e “outs”, estes incluindo os desempregados permanentes, os que só conseguem emprego de tempo parcial, os jovens que nunca se empregam...

O quadro que daí emerge é significativamente complementado pelos dados de pesquisa relativa à crise francesa divulgados pela imprensa brasileira. Eles mostram que avassaladoras majorias de franceses atribuem responsabilidade decisiva pelos problemas que atormentam o país às elites – políticos, banqueiros, grandes empresários.

No caso brasileiro, é provavelmente supérfluo ressaltar a maneira pela qual as novas tendências liberalizantes da dinâmica econômica e seus efeitos excludentes se compõem com velhos fatores de desigualdade social e com a estrutura de castas, em sentido bem real, que herdamos do nosso passado escravista. A dramática intensificação da violência urbana é a consequência mais gritante dessa combinação perversa, em particular na mais “democrática” de nossas cidades, o Rio de Janeiro, onde riqueza e miséria há muito se justapõem espacialmente e convivem.

Mas vale registrar algo menos óbvio. Analogamente ao que ocorre na França, também entre nós as pesquisas revelam a imagem negativa das elites que prevalece junto à população em geral. A imprensa tem relatado com frequência a desconfiança a respeito das lideranças políticas que os institutos de opinião pública captam em seus levantamentos. Mas dados recentes de investigação executada por cientistas sociais em São Paulo e Minas trazem revelações talvez mais surpreendentes. Eles mostram que o empresariado e as associações empresariais compartilham com as lideranças políticas as avaliações intensamente negativas da população quanto a sua seriedade e confiabilidade.

Há mais, porém. Em qualquer estrato socioeconômico da população (como os que se expressam em níveis educacionais distintos), a desconfiança com respeito aos empresários é tanto maior quanto mais alto é o nível de informação geral e de sofisticação política das pessoas. Carlos Castello Branco costumava citar Milton Campos e a distinção que este usualmente fazia entre o eleitorado e a opinião pública, a qual incluiria apenas as camadas mais conscientes e atentas dos eleitores. Os dados em questão deixam claro que o descrédito do empresariado ocorre entre nós sobretudo naquela faixa que merece inequivocamente ser qualificada com propriedade como a opinião pública. O que por certo torna o fenômeno potencialmente mais rico de consequências.

O ethos liberal que penetrou a vida política brasileira convive no momento com a intensa exposição pública de formas diversas de generosa intimidade estatal com interesses empresariais e financeiros. Seria talvez de esperar, em certa óptica, que o empenho de reforma do Estado incluísse a preocupação com tais problemas, mas não há sinal disso. Que pensar da reforma do Estado na perspectiva dos fatos acima assinalados?

Uma ponderação crucial: a constatação de que as novas tendências espontâneas da economia mundial dificultam a ação do Estado (compondo as condições da inviabilização do keynesianismo de que fala Scharpf) não tem por que ser vista como significando que o próprio Estado deva agir de maneira a exacerbar os efeitos dessa dinâmica espontânea, autocerceando-se e eventualmente incapacitando-se de vez para intervir na economia e na sociedade.

Cumprir reconhecer que metas como o equilíbrio fiscal e a eliminação das gorduras e do ritualismo burocráticos da máquina estatal, apesar de todo

o alarido de “reinvenção do governo”, são, ao cabo, banais, mesmo que não facilmente realizáveis. O desafio real a demandar soluções inventivas e criativas é o de como combinar a realização dessas metas banais com a implantação do Estado capaz de atender com eficiência aos dramas e carências resultantes da dinâmica econômica espontânea – e que não se limite ao socialismo de párias da proteção social brasileira atual. Como fazer do Estado, por exemplo, um instrumento efetivo do mutirão educacional que necessitamos?

Claro, pode-se assumir a postura de pretender que, havendo dinamismo econômico, a exclusão social algum dia se corrigirá por si mesma. Mas como conciliar tal postura com o reconhecimento de que os próprios interesses empresariais, e portanto a saúde econômica do país, impõem a necessidade de que o Estado (convicções liberais à parte) continue a administrar o capitalismo, e que daí seguirá fatalmente resultando aquela embaraçosa intimidade? Faltarão, então, razões para esperar que se dissipe a desconfiança quanto a políticos e empresários em conluio. A que custos?

*Folha de S. Paulo, 25/1/1996*

## FACES DO ESTADO

Três formas de atuação do Estado podem ser destacadas em correspondência com sua expansão funcional: o Estado-empresário, o Estado administrador do capitalismo e o Estado social. Elas se articulam de maneira mais ou menos complexa.

A atuação empresarial do Estado é a que recebe as críticas mais severas nestes tempos de redescoberto dinamismo do mercado. Há aqui distorções evidentes a justificar as críticas, mas é com frequência difícil separar os aspectos perversos do ânimo empresarial do Estado de suas legítimas ações administrativas e sociais. O Estado que provê incentivos (ou empréstimos a juros negativos do BNDES, por exemplo) é certamente festejado por muitos dos arautos do enxugamento estatal, que podem pretender ver aí administração eficiente. Mas também se festeja o Estado que provê infra-estrutura e empreitadas – e aqui já é mais intensa a diluição das linhas que separam as diferentes formas de ação estatal.

Quanto à administração do capitalismo, há nela um aspecto que alguns verão como “técnico”, onde se trata de neutralizar crises, buscar estabilidade econômica e financeira e, em geral, condições propícias à atividade empresarial. Por si mesmo, esse aspecto supostamente técnico, requerendo ação complexa do Estado, comporta o questionamento da possibilidade de conciliar a demanda de eficiência estatal com a ideia de um “Estado mínimo”. Surge ainda, porém, a questão de como esse aspecto se liga com a atuação social do Estado. Pois parte crucial da tarefa de criação de condições propícias à atividade empresarial redundava na neutralização ou supressão dos conflitos sociais, especialmente o conflito entre capital e trabalho.

A ação estatal a respeito tem envolvido importante componente de redistribuição de ganhos econômicos entre setores ou classes sociais. A social-democracia é a forma clássica dos arranjos sociais correspondentes. Nela, a combinação de políticas econômicas keynesianas com os mecanismos do welfare state realiza a fusão da administração do capitalismo com a orientação social do Estado. Por outro lado, a organicidade que assim se procura obter ganha uma espécie de expressão gráfica nas estruturas de cunho corporativo em que o Estado social-

democrático patrocina e chancela o entendimento de empresários e trabalhadores em torno de questões de política econômica e social de importância.

Do ponto de vista político-doutrinário, a questão central que tais assuntos situam é a da autonomia do Estado em relação à sociedade e à multiplicidade dos interesses que a compõem. Alguns, apegados à noção de soberania popular e à ideia de “povo” como conjunto homogêneo de cidadãos, sustentam que o Estado, para ser democrático, não pode ser autônomo perante a sociedade. Outros, atentos para as desigualdades sociais, apontam a necessidade de assegurar a autonomia do Estado como meio de evitar que sua subordinação à sociedade redunde, na verdade, em subordiná-lo aos interesses privados mais poderosos e eventualmente transformá-lo no célebre “comitê executivo” de certos interesses. Nesta segunda perspectiva, a democracia envolve necessariamente um componente de paternalismo por parte do Estado (que não responderia apenas à capacidade diferencial de pressão dos diversos interesses), e a problemática social da igualdade ou desigualdade surge, não como um complemento algo excrescente e supérfluo na discussão da democracia, mas como algo que lhe é essencial. A democracia será social ou não será democracia – não poderá persistir como tal.

Tudo isso tem, naturalmente, consequências importantes para a avaliação das tendências atuais. Que os mecanismos espontâneos a operar no plano econômico-tecnológico resultem no fortalecimento do mercado e em sua vigorosa afirmação transnacional, corroendo ao mesmo tempo os fatores da organicidade acima destacada, é algo que pode ser objeto de simples constatação objetiva: trata-se de fatos com que se há de lidar como tal. Contudo, que se entenda que o Estado, em decorrência, tem de redefinir seu papel em termos de algo como o mero envolvimento eficiente na competição por capitais voláteis e o abandono de qualquer compromisso social mais efetivo e consequente – estamos aqui diante de inadmissível abdicação intelectual e inaceitável renúncia aos valores democráticos, cuja natureza não é alterada pela ponderação de que as circunstâncias novas tornam a atuação adequada mais difícil para o próprio Estado.

*O Tempo*, 6/4/1997

## VOTO FACULTATIVO?

Os defensores da introdução do voto facultativo têm recorrido, em termos de princípios doutrinários, ao argumento de que o voto seria um direito do cidadão, e não um dever a ser cumprido por ele. Essa posição, entretanto, carece de razões que a sustentem. Ela é claramente tributária da tendência a conceber a própria cidadania como envolvendo exclusivamente direitos (a concepção liberal ou “civil” da cidadania), em detrimento de seu componente de deveres ou obrigações (a concepção clássica ou “cívica” da cidadania). Naturalmente, é impossível falar com propriedade dos direitos de alguém sem contemplar os deveres correspondentes, e o desafio por excelência da democracia contemporânea é justamente o de combinar a garantia da afirmação de um ideal liberal ou civil de autonomia, atenta para os direitos do cidadão, com o enraizamento e a difusão do civismo e do sentido de responsabilidade pública. E não há por que negar ao voto o significado também de dever cívico.

A oposição ao voto facultativo ganha maior força à luz de certas constatações reiteradas de sociologia eleitoral. Tais constatações se referem sobretudo ao fato de que os recursos de ordem intelectual e motivacional requeridos para o apropriado exercício da cidadania ocorrem em graus diferentes nos diversos estratos socioeconômicos da população, ou nas diversas classes sociais. Assim, quanto menos favorável a posição socioeconômica, menor a probabilidade de que as pessoas sejam portadoras da informação e da sofisticação intelectual adequadas não apenas para se disporem à participação civicamente motivada no processo político, mas mesmo para a simples percepção da importância desse processo do ponto de vista dos seus próprios interesses pessoais ou grupais. A consequência geral é que, na vigência do voto facultativo, se tenha uma espécie de *disfranchisement* popular, ou a renúncia popular ao sufrágio: sem a obrigatoriedade, são os setores populares aqueles que em maior medida deixam de comparecer às eleições e de recorrer ao instrumento do voto. Não há dúvida de que essa tendência, que se encontra por toda parte, se afirmaria também no Brasil. Até porque os dados pertinentes já mostram a existência, entre nós, de formas diversas de desproporcional exclusão popular do sufrágio mesmo com o voto obrigatório.

Claro, com certa dose de cinismo pode-se ver nessa provável renúncia um fator talvez favorável à estabilidade política: se as camadas destituídas e pouco educadas (a “Índia” de nossa Belíndia) se auto-excluem, cabe talvez esperar condições menos propícias ao populismo e suas sequelas. Ocorre, porém, que o momento eleitoral é o grande momento de afirmação popular em nossa sociedade dual – e é bem evidente o caráter perverso de se pretender apostar numa forma adicional de exclusão popular como eventual solução para os problemas político-institucionais do país. Lembremos que a dificuldade de legitimação eleitoral do regime autoritário recente, com sua marca nitidamente antipopular, figura com destaque entre as razões de sua inviabilização e derrocada final, evidenciando a face positiva dos próprios fatores que tornam nossa sociedade elitista eleitoralmente propensa ao populismo.

De outro lado, tem-se também recorrido ao argumento de que a introdução do voto facultativo resultaria em desestimular a operação dos mecanismos de tipo clientelístico na política brasileira. Contudo, esse argumento parece envolver claro erro de avaliação. Ao contrário do que ele sustenta, a provável redução da participação eleitoral geral das camadas populares criará condições nas quais o eventual êxito dos candidatos em mobilizá-las por qualquer meio disponível poderá efetivamente fazer diferença em termos de resultados eleitorais – e os mecanismos clientelísticos são um instrumento óbvio de mobilização nas condições de precária consistência política do nosso eleitorado popular.

*O Tempo*, 20/4/1997

## ACÇÃO E DECANTAÇÃO

Um traço marcante dos debates a respeito das reformas políticas tem sido o ânimo beligerante com que, a propósito de temas cuja complexidade desafia os conhecimentos disponíveis e os recursos analíticos, os contendores se têm atirado à defesa de posições, fazendo do problema institucional brasileiro um estranho Fla-Flu em que se confrontam presidencialistas e parlamentaristas, “proporcionalistas” e “distritalistas”...

A disputa principia com a questão da viabilidade, ou mesmo necessidade, da própria reforma institucional. Os adeptos da “engenharia política”, confiantes na possibilidade de êxito da ação que se vale dos meios legais, enfrentam-se aqui com os de inclinação burkeana, atentos para a viscosidade e resiliência da realidade social em que a vida política se assenta. É certamente saudável desconfiar do reformismo demasiado pressuroso. Tancredo Neves costumava lembrar a necessidade de permitir a “decantação” de certos processos políticos, e o desafio da adequada institucionalização política é o de como obter que os dispositivos legais, passíveis de manipulação artificial e artificiosa, lancem raízes efetivas no contexto social a que correspondem – e que as leis “peguem”.

Isso impõe esforço de realismo e o máximo de acuidade possível nos diagnósticos; mas não pode redundar em que se abdique de agir no nível legal, e cumpre reconhecer o papel condicionante que essa ação pode desempenhar – reconhecer, vale dizer, a existência de algo que cabe ver como ação de construção institucional. A perspectiva adequada é provavelmente a que se dá conta da dialética própria dessa ação, a qual, buscando efeitos contextuais de longo prazo, não pode senão desenvolver-se nas incertezas do presente e da “artificial” manipulação legal, envolvendo sempre um elemento de aposta.

Alguns aspectos polêmicos da questão dos partidos ilustram os matizes do problema geral. O tema da fidelidade partidária exemplifica o caso em que esforços legais (a imposição de que se cogita, atando legalmente os políticos a seus partidos) estarão provavelmente fadados ao insucesso. Se temos partidos “fisiológicos”, não há razão para imaginar que a criação da obrigatoriedade legal da fidelidade venha a fazer deles partidos consistentes e eventualmente “ideológicos” no melhor sentido da palavra:

eles serão antes partidos fisiológicos constrangidos a certo tipo de disciplina – e prontos a agir fisiologicamente sempre que a oportunidade se apresente. O problema da consistência de nossos partidos seria exemplo de problema sem solução fora de certa “decantação” sociopsicológica, a ser alcançada permitido-se a criação de identificações partidárias estáveis entre os eleitores, com a superação da fluidez partidária que os trambolhões e vicissitudes maiores do processo político têm produzido. Lembre-se que, apesar das eternas denúncias de amorfismo partidário no Brasil, o “transformismo” de agora, em que os políticos se transferem sem mais de um partido a outro, não ocorria no período pós-45, quando UDN e PSD vieram a ser focos estáveis e “quentes” de lealdades, sem falar da expansão eleitoral continuada do PTB.

De outro lado, a imposição do bipartidarismo durante o regime de 1964 ilustra a relevância que iniciativas “artificiais” podem adquirir, dadas as circunstâncias apropriadas. Aponta-se com alguma frequência, como suposta prova de nossa debilidade partidária, a singularidade representada pela nova estrutura partidária nascida da redemocratização brasileira quando confrontada com o caso de outros países da América do Sul, onde os partidos anteriores ao autoritarismo se reafirmaram e continuaram a canalizar o processo político. Ora, uma clara razão para esse contraste consiste justamente no fato de que o autoritarismo brasileiro, ao criar a camisa de força do bipartidarismo, fez do MDB um instrumento legal a que se podia recorrer para a luta contra o próprio regime. A consequência foi secretar, por assim dizer, um partido de oposição que terminou por tornar-se vigoroso aos olhos do eleitorado e por condicionar fatalmente a retomada posterior da vida partidária “normal” – ainda que, talvez em parte por miopia de nossas lideranças, o desmantelamento gradual do partido-frente que o MDB representou viesse a ser ele mesmo um fator adicional de instabilidade.

*O Tempo*, 11/5/1997

## LUCROS E PERDAS

Seja como for que se deva avaliar a qualidade da gestão que vem executando, o ministro Bresser Pereira tem sido, numa profusão de artigos e ensaios, o grande mentor da reflexão a respeito da reforma do Estado. O cerne filosófico da perspectiva por ele apresentada é provavelmente a ideia de uma reconstituição da cidadania por meio da garantia do que tem proposto chamar de direitos “públicos” ou “republicanos”. Tratar-se-ia aí de evitar os males resultantes da apropriação privada do Estado por interesses diversos, males estes que tendem a agravar-se com a expansão patrimonial do Estado moderno.

Há confusões importantes, que levam Bresser a explorar algumas formas de “violência contra a coisa pública” (com destaque para as “ações judiciais injustas ou infundadas contra o Estado”) e que revelam, na verdade, certo jacobinismo tecnocrático talvez inerente, em alguma medida, à ocupação de cargos governamentais. Se pomos de lado as confusões, o que há de consistente na análise permite falar de duas formas relevantes de apropriação privada do Estado (além de uma terceira que pode ser considerada arcaica, produzindo o Estado oligárquico). A primeira delas é o autoritarismo, em que temos o controle político do aparelho do Estado por um grupo ou outro, assegurando o usufruto dos recursos de que o Estado dispõe. A outra é a corrupção pura e simples, na qual, sem que se chegue a ter o controle privado do Estado como tal, há práticas mais ou menos difundidas que redundam na apropriação privada de recursos públicos.

Para além do que Bresser tem a dizer a respeito, a consideração dessas duas formas permite situar o dilema sempre presente no relacionamento do Estado com os interesses que se dão na sociedade e em torno do qual gira o próprio problema da democracia. Podemos falar aqui de uma escala delimitada por dois pontos extremos: de um lado, o Estado inteiramente aberto à multiplicidade dos interesses sociais e inerme diante deles – e que termina “balcanizado” e apropriado em termos “corporativos” e “fisiológicos” pelos interesses dispersos, tornando-se incapaz de agir de maneira consistente na busca de objetivos públicos; de outro lado (frequentemente como consequência da deterioração da dinâmica assim instaurada), a condição em que certo foco poderoso de interesses, personificado ou respaldado pelos militares, passa a controlar

autoritariamente o Estado e a pretender definir por si mesmo o interesse público. É possível dizer que a meta da democracia autêntica corresponde ao ponto de equilíbrio entre esses extremos, onde um Estado sensível à diversidade dos interesses sociais disporá da autonomia institucional que lhe permita distanciar-se das pressões diretas, fazendo delas insumos para a definição de objetivos públicos a serem perseguidos com organicidade e eficiência.

Mas a teoria política está longe de ser clara a respeito da questão da autonomia do Estado. Pois há tanto os que negam a desejabilidade de qualquer autonomia, apegados a um ideal de “soberania popular” como elemento decisivo da democracia, quanto os que afirmam que a democracia exige a autonomia, como condição de que o Estado não se transforme no agente deste ou daquele interesse poderoso. Subjacentes a essas perspectivas contrastantes estão concepções distintas sobre a natureza da própria sociedade, vista pelos primeiros como uma espécie de “público” homogêneo e idealizado e pelos últimos como uma estrutura estratificada e desigual. Se reconhecemos o maior realismo desta segunda perspectiva, a questão que fica é a de se, na sociedade desigual, poderemos de fato ter um Estado autônomo, independentemente da implantação mais ou menos firme de seu caráter formalmente democrático.

A crise atual dramatiza a relevância da questão. Como a jornalista Eleonora de Lucena destacava com saboroso cinismo há poucos dias na *Folha de S. Paulo* (sendo glosada em seguida com aprovação pelo deputado Delfim Netto em carta ao jornal), a retórica dominante do neoliberalismo (ou “mercadismo”, como prefere Delfim) vale, sem dúvida, para os momentos de prosperidade e lucros, quando os ganhos são devidamente privatizados. Mas, chegada a crise, que venham as maciças intervenções do Estado, e que o dinheiro público ajude a socializar as perdas. A ironia, para os “menos iguais”, é que a lógica do sistema não lhes permite senão desejar que assim seja, sob pena de pagarem um preço ainda mais alto. Sem falar da ironia de um Delfim a denunciá-lo.

*O Tempo*, 30/11/1997

## TOLERÂNCIA

Uma dimensão relevante da questão de moralismo versus realismo em política é o de que a perspectiva moralista apresenta afinidade com certa concepção da política como devendo ser “ideológica”, no sentido mais nobre do termo. Nessa concepção, supõe-se que os agentes políticos, em vez de se deixarem conduzir por meros (ou vis) interesses, pautem suas ações pela referência a “valores”, entendidos como orientações compartilhadas solidariamente por amplas categorias sociais ou como maneiras de definir, no limite, o próprio “bem público”.

De um ponto de vista doutrinário ou normativo, o problema com essa concepção é que, a menos que se imagine uma improvável sociedade inteiramente coesa e de singular grau de consenso entre os seus membros, diferentes categorias sociais de qualquer tipo tenderão a ter valores diversos e eventualmente antagônicos. Ora, os valores são, por definição (isso é certamente um dos traços que os distinguem dos interesses), pontos de referência aos quais as pessoas tendem a aderir de maneira rígida e inflexível. Como condicionam, com frequência, a própria identidade dos indivíduos e grupos, eles são avessos a se constituírem em objeto de negociação e barganha, e a coexistência de grupos ou categorias que aderem a valores diferentes se torna um fator de tensão e eventualmente de conflito aberto.

A consequência importante, que pode parecer surpreendente a quem abomina o realismo em política, é que isso compromete as chances de instauração bem-sucedida da própria democracia. Um aspecto crucial é o de que, numa sociedade cindida pela adesão vigorosa a valores diversos, a própria regra da maioria tende a perder legitimidade: qualquer decisão política baseada no voto majoritário dos que preferem determinada opção (e que em muitos casos, na verdade, não atribuem maior importância ao assunto em questão) corre o risco de resultar na frustração das “preferências intensas” de determinada minoria – ou seja, de preferências que, dizendo respeito a valores aos quais se adere vigorosamente, assim como não podem ser objeto de barganha, tampouco deveriam ficar ao sabor de majorias ou minorias ocasionais. Se a minha própria identidade como membro de um grupo minoritário está em jogo, contar cabeças não será, aos meus olhos, a forma adequada de tomar decisões coletivas.

Em contraste, se há o predomínio do pragmatismo dos interesses, torna-se possível, a respeito da maior parte dos assuntos, decidir com base em negociações e barganhas que, ao contrário dos valores, convidam a atitudes flexíveis e à disposição ocasional a perder aqui (ou agora) para ganhar acolá (ou amanhã). Tal pragmatismo flexível se revela um ingrediente crucial da operação exitosa da democracia. No fundo, é essa condição pragmática que se trata de instaurar com a busca de algo que surge inequivocamente como virtude mesmo na óptica moralista: a tolerância democrática, a qual supõe justamente que se tenham estabelecido, com base num substrato mais ou menos “ralo” de solidariedade e convergência, os requisitos institucionais para que os assuntos relativos a identidades e valores (diferenças étnicas, religiosas, regionais... e ideológicas) sejam excluídos da agenda política, ao invés de nela ocuparem lugar de destaque. E aí reside certamente o segredo e o desafio da boa construção institucional.

Seria impróprio, naturalmente, ver nisso o elogio da lassidão moral e da corrupção. Pois subsiste o problema de disciplinar e regular as transações, e a implantação de um aparato legal efetivo, com seu substrato comunitário, é parte indispensável daquela construção institucional. Mais importante é a qualificação que se faz necessário introduzir diante do cenário que a atualidade mundial nos impõe com força, no qual os mecanismos de mercado e o jogo cada vez mais livre dos interesses tendem a diluir os focos de solidariedade e identidade de algum tipo em cuja ausência é impossível construir instituições. Como suprir tais deficiências, de maneira a evitar que o jogo dos interesses redunde em condenar à derrota e à frustração não apenas minorias, mas talvez mesmo grandes majorias?

*O Tempo, 5/4/1998*

## ANTIPOLÍTICA

No império atual da competitividade como aspiração e lema, a velha questão da escolha entre acumulação capitalista e redistribuição social, entre fazer crescer o bolo e tratar de distribuí-lo igualmente, resolve-se sem dúvida em favor da acumulação. Ora, se cabe apostar nos automatismos engendrados pela competição no plano do mercado para obter acumulação, a redistribuição supõe desígnio coletivo capaz de expressar-se como tal, ou seja, supõe ação governamental. As tendências atuais envolvem claramente, portanto, a opção pelo privatismo e a renúncia à política.

Isso se articula de maneira complexa com o tema da democracia. Um aspecto saliente é o de que esta, apegando-se ao valor da autonomia dos agentes individuais, tem importante ponto de contato com o espontaneísmo e a anarquia do mercado, e é ilusório pretender construir democracia sem a afirmação do princípio do mercado. Mas a operação anárquica de qualquer mercado real não pode senão resultar em desigualdades e hierarquias, ou seja, na introdução de um elemento de poder, oposto ao desiderato da autonomia individual, no próprio plano das relações privadas. É igualmente ilusório, assim, se não se quer abrir mão da democracia, pretender fugir da política e deixar de lado o problema de um desígnio coletivo capaz de balancear as distorções da operação concreta do princípio autonomista do mercado. Queremos anarquia, sim, mas há de ser uma anarquia organizada.

De outra parte, a ideia de um Estado que age em prol do “interesse público”, tomado como conciliação e superação dos egoísmos particulares, é ela própria uma estilização irrealista. Na verdade, é pelo menos tão legítimo conceber o Estado como agente que com frequência se vê antes forçado a maior ou menor submissão aos diversos focos de interesses presentes na sociedade e que se mostra sensível aos diferentes recursos de poder que eles exibem e manipulam. Nessa óptica, não obstante a necessidade de assegurar responsabilidade governamental, a existência de um grau importante de autonomia do Estado surge como algo afim à democracia.

Ora, essa autonomia depende de um jogo em que o poder do Estado é tanto resultado quanto instrumento da redução das desigualdades sociais.

Em contraste com as condições prevalecentes nos igualitários experimentos social-democráticos e na articulação neocorporativa dos interesses de empresários e trabalhadores, em que surgia espaço para decisiva ação administrativa e social do Estado, este se vê agora devolvido ao relacionamento com uma arena socioeconômica cujas desigualdades crescem, bem como instado e em alguma medida compelido a agir de maneira que as reforça. Assim, o comprometimento da democracia social é também o solapamento das condições de autonomia do Estado e da própria democracia como tal.

O socialismo, tal como nos foi dado conhecê-lo nos países de “socialismo real”, cometeu o erro de pretender valer-se do autoritarismo estatal e da negação do mercado para fazer democracia social, o que se acompanhava de vaga expectativa de que daí fosse possível, de alguma forma, transitar para a democracia política, entendida em termos da anarquia sociabilizada e harmoniosa, capaz de prescindir do próprio Estado. O regime autoritário brasileiro de 1964 propiciou o surgimento de peculiar variante dessa perspectiva na posição que alguns sustentaram a certa altura, segundo a qual seria possível fazer aposta análoga no autoritarismo estatal, em nome do desenvolvimento e da democracia social, em circunstâncias em que as disposições dos titulares do Estado perante o mercado exibiam ambiguidades: associação inequívoca com interesses capitalistas e empresariais, mas regulação e papel econômico ativo do Estado, talvez com crescente autonomia deste, donde se chegou a supor (com Carlos Estevam Martins, por exemplo) caber esperar que o autoritarismo viesse em dado momento a mudar socialmente de sinal e passar a hostilizar os interesses até então dominantes. Já o erro atual é bem claro: a expectativa de fazer (ou manter) a democracia sem fazer política em sentido mais exigente, sem reconhecer a necessidade de uma intencionalidade de maior alcance que se empenhe em criar as condições sociais da própria democracia.

Por certo, há fatos que, favorecendo o mercado, parecem impelir igualmente na direção da antipolítica e da abdicação correspondente. Mas erigi-los em valores é mera ideologia míope, e cumpre denunciá-la.

*O Tempo*, 24/5/1998

## MÃOS INVISÍVEIS

Em certa passagem de um belo livro de alguns anos atrás, *Capitalismo e Social-Democracia*, Adam Przeworski examina a possibilidade de se ter controle adequado da economia capitalista, capaz de fornecer resposta para o problema do suprimento de capital, isto é, de assegurar investimento e crescimento da produtividade, em termos diferentes da fornecida pela “economia da oferta”, que resultaria em redistribuir renda em favor dos mais ricos e desmantelar os serviços governamentais. Sua discussão aponta para a combinação de forte taxaço sobre os lucros com a introdução de isenções e incentivos vários para os investimentos, num sistema que recompensaria estes últimos e não a riqueza como tal. Segue-se, porém, uma qualificação de monta: a de que, não existindo critérios consensuais para avaliar os investimentos por meio da consideração conjunta de seus efeitos em termos sociais e ambientais, de saúde e segurança etc., bem como de lucratividade, o controle qualitativo exercido sobre o investimento poderia levar a que o processo de decisão fosse excessivamente influenciado pelos caprichos de “burocratas governamentais” em resposta a pressões políticas. Assim se correria o risco de a “racionalidade do mercado” ver-se substituída pela difusão daquilo que certa literatura de língua inglesa tem designado como *rent-seeking*, ou seja, a busca de ganhos privados junto ao Estado ou por meio dele.

Apesar de matizes importantes que seria possível considerar no que Przeworski tem a dizer sobre o assunto, essa qualificação introduz de maneira nítida um problema que se encontra recorrentemente nas discussões sobre Estado e mercado. Pois o mercado é o reino por excelência da busca de ganhos privados, e é curioso contrapô-lo como algo positivo (racional) à eventual *rent-seeking* permitida pela ação governamental explicitamente orientada pelo empenho de controle do mercado em nome do interesse público. De forma mais caricatural, a mesma posição básica surge com frequência nas análises políticas feitas pelos economistas: sendo grandes realistas em assuntos econômicos, seu ponto de partida em discussões da política envolve clara idealização desta, a qual, frustrando-se inevitavelmente, dá lugar a vulgares e insistentes denúncias moralistas.

A ponderação a ser contraposta é a de que se, em nome do realismo, admitimos o egoísmo privado, não parece haver como pretender que esse

egoísmo se detenha diante do Estado. Afinal, o Estado é um dado do ambiente em que o capitalista motivado pelo ganho privado atua, dado este a ser manipulado como qualquer outro. A dificuldade se agrava diante da aposta na atuação benigna da “mão invisível” que as posturas hostis à intervenção estatal frequentemente envolvem: se cabe supor que o bem público seja extraído pela “mão invisível” do jogo dos interesses privados na ausência do Estado, por que não supor que ela venha a atuar da mesma forma na presença do Estado? Se se quer ser consistente, tudo o que se faria necessário para esse resultado seria que o Estado não fosse a máquina coesa e disciplinada capaz de perseguir desígnios próprios (públicos?) ou objetivos fixados “por cima” e à revelia do jogo de interesses parciais, e de assim perturbar a dinâmica espontânea. Mas é evidente o caráter paradoxal dessa posição, que redundaria em apostar na transformação do próprio Estado numa espécie de mercado, aberto ao mais desbragado *rent-seeking*.

Que fazer? Partindo de supostos realistas, que terão de aplicar-se tanto aos agentes privados quanto aos próprios agentes do Estado, impõe-se reconhecer a necessidade de atuar no plano do Estado e por meio dele, se não se opta pela estratégia mais que duvidosa da reforma moral da sociedade. A tarefa vai então consistir, em boa medida, em como defender o Estado, que deve necessariamente ser sensível se vai ser democrático, da sanha de agentes diversos em busca de ganhos privados, e como assegurar, portanto, a indispensável autonomia do Estado aberto e sensível. A busca de uma democracia que não abdique da eficiência vai exigir, assim, não a simples contenção ou minimização do Estado, mas o esforço de construir uma institucionalidade suficientemente complexa para, contando com a operação do mercado dos interesses no plano convencionalmente político tanto quanto no econômico, mostrar-se capaz de perseguir suas próprias metas democraticamente fixadas.

*O Tempo*, 31/5/1998

## CIVISMO E CINISMO

Estamos recorrentemente envolvidos na discussão sobre ética e política. A perspectiva usual a respeito é doutrinária ou valorativa. Como nas polêmicas suscitadas, meses atrás, pela aula magna do presidente Fernando Henrique em Brasília, o que aí se indaga é qual deve ser a postura dos agentes no âmbito da política, isto é, qual o equilíbrio a ser buscado entre o apego a normas éticas e seu eventual abandono ou relaxamento em nome do realismo ou da eficácia.

Mas há outra perspectiva, característica da sociologia política de orientação empírica. Ela indaga quais são os fatos relevantes, ou como é que as pessoas costumam de fato agir. O comportamento efetivo dos agentes políticos será melhor apreendido por modelos analíticos em que se destaque o papel condicionante das normas e da “cultura política” ou por aqueles que ressaltem o cálculo orientado pelos meros interesses? Aqui também temos embates vigorosos, com os especialistas tendendo a aderir seja à linha “culturalista” e normativa, seja à linha “realista”.

Dados produzidos em pesquisas realizadas na UFMG em anos recentes apontam matizes algo surpreendentes quanto à questão, com claras implicações para o plano das recomendações doutrinárias e sua viabilidade. Tomados em amostras de categorias diversas da população brasileira (e não há razão para pretender que as observações correspondam a uma peculiaridade nossa), eles evidenciam, para começar, que níveis mais altos de informação e sofisticação intelectual se acham associados, em condições normais, com maior propensão ao comportamento orientado por normas ou valores solidários, cívicos ou éticos. Essa constatação, contudo, se complementa com outra grandemente reveladora: a de que, na ocorrência de circunstâncias que deixem patente o caráter inócuo ou ineficaz da postura cívica (ou em que o indivíduo de orientação cívica tenda a aparecer apenas como ingênuo ou “otário”), quanto maiores a informação e a sofisticação, tanto maior a propensão a substituir a postura cívica pela disposição à defesa desembaraçada ou cínica do interesse próprio.

Dois aspectos merecem realce. Em primeiro lugar, em vez da contraposição cortante entre a referência a normas e o cálculo racional de interesses que muitas discussões tendem a supor, o que os dados revelam é

um padrão de articulação complexa entre a maior ou menor adesão a normas, de um lado, e, de outro, um elemento crucial para o cálculo e as feições por ele assumidas, ou seja, o elemento intelectual ou cognitivo, a informação em sentido amplo. Em segundo lugar, os dados indicam também, como parte desse padrão, a importância de situações em que a atuação do fator cognitivo (das percepções e expectativas) torna simplesmente irrelevantes e inoperantes mesmo as normas a que convencionalmente de fato se adere, determinando o predomínio de considerações orientadas pelos interesses.

Na discussão dessas questões, é usual contrapor o caso dos países de democracia consolidada, supostamente caracterizados pela vigência das normas e de uma “cultura cívica”, ao dos países “pretorianos” como o nosso, marcados pelo vale-tudo do jogo “fisiológico” dos interesses e carentes, imagina-se, de uma espécie de “conversão” coletiva e da difusão do civismo. Ora, os mecanismos sugeridos pelos dados considerados indicam que não há razão para ver a vigência da “cultura cívica”, por si só, como obstáculo à atuação do cálculo guiado por interesses – e chamam a atenção, em especial, para a provável lógica subjacente a fenômenos como a deterioração das disposições democráticas em situações de crise. Quanto ao nosso duradouro pretorianismo fisiológico, eles sugerem que a superação dessa condição e o enraizamento efetivo das instituições democráticas não dependem apenas (ou sequer principalmente) de que normas cívicas e éticas sejam difundidas e assimiladas, mas antes de um difícil jogo de coordenação em que as percepções e expectativas venham a convergir de maneira consistente em direção propícia.

*O Tempo*, 26/7/1998

## O PERFIL DO ELEITOR

Tenho falado do impacto de fatores de ordem cognitiva ou intelectual sobre o comportamento do eleitor brasileiro. A consideração de tais fatores, feita frequentemente de maneira pouco atenta, dá margem a duas perspectivas quanto à questão da orientação do eleitor.

A primeira, que se poderia chamar de modelo da “participação convergente”, envolve uma concepção idealizada e conservadora do processo político. Aqui se espera que, na medida em que os eleitores sejam intelectualmente mobilizados, tornando-se sofisticados e “racionais” na avaliação daquele processo, venham a se tornar também cada vez mais consensualmente integrados ao sistema sociopolítico existente, prontos a apoiar os “verdadeiros interesses da nação”. Costumo ilustrar essa perspectiva com um velho exemplo, que se tem na mensagem enviada pelo presidente Geisel ao Congresso brasileiro em março de 1976: a possibilidade da existência de partidos políticos “autênticos” no Brasil é aí remetida a um momento futuro em que o país venha a ter um eleitorado composto de cidadãos não apenas “conscientes” e “racionais”, mas também, como consequência, “sociabilizados”.

A outra perspectiva, o modelo da “participação divergente” ou da consciência de classe, corresponde à perspectiva clássica da “política ideológica”. Partidos e movimentos políticos são aqui vistos como devendo distribuir-se claramente ao longo de um eixo esquerda-direita para apelar a diferentes frações do eleitorado, as quais, concebidas normalmente em correspondência com a estrutura das classes sociais, são também vistas como devendo repartir-se em diferentes orientações ideológicas. Às deficiências de ordem cognitiva ou intelectual se atribui, neste modelo, a consequência de bloquear a tomada de consciência plena, pelos eleitores, de sua condição de membros de determinada classe social e de seus interesses como tal, em princípio antagônicos a outros interesses.

Quanto ao papel do fator cognitivo, a segunda perspectiva se encontra certamente mais perto da realidade. Pelo que mostram as pesquisas, porém, o desafio é o de atentar de maneira adequada para os matizes variados que a operação de fatores de outra natureza (“estruturais”), filtrando-se através do aspecto cognitivo ou intelectual, introduz quanto às

atitudes ou disposições políticas cuja afirmação o modelo da consciência de classe supõe.

Cabe destacar especialmente dois de tais fatores estruturais. O primeiro é a própria posição socioeconômica ou de classe. Ela se encontra fortemente relacionada com a educação e a possibilidade de acesso, em geral, a bens de natureza cultural e intelectual. Portanto, se o desenvolvimento intelectual leva à “consciência de classe”, o resultado é uma irônica assimetria, em que a percepção nítida dos interesses de classe se fará presente especialmente nos estratos socioeconômicos mais elevados do eleitorado – os que menos dependem da ação política para defendê-los.

O segundo fator corresponde à experiência urbana, por contraste com a “idiotia da vida rural” de que falava o Manifesto Comunista já há 150 anos. Se vamos aos grotões, como é sabido, as probabilidades são de que encontremos padrões de comportamento marcados por clientelismo e deferência – exceto no topo da hierarquia social, que, justamente, deles tende a tirar proveito. Combinados este fator e o anterior, entre os setores populares integrados no mundo urbano tenderemos a ter (além da repetição da postura de deferência em seus extremos inferiores) níveis intermediários de “consciência” política, em que percepções singelas do universo político ensejarão identificações que poderão mostrar-se surpreendentes à luz das previsões do modelo que destaca a consciência de classe.

Assim, posição socioeconômica e experiência urbana se conjugam para “corrigir” – ou “entortar” – a operação do modelo da consciência de classe. E, para os setores populares, a vigência plena dos mecanismos previstos por aquele modelo dependeria da eliminação dos resíduos de marginalidade subjetiva e pobreza intelectual (acentuada precariedade do acesso à educação, hábitos de deferência, privatismo etc.) que acompanham sua condição objetiva.

*O Tempo*, 2/8/1998

## APATIA ELEITORAL

Dados do IBOPE divulgados pela imprensa (e corroborados por pesquisa do Instituto Vox Populi) revelam o desinteresse dos eleitores pelas próximas eleições, com 51% deles declarando que não votariam se o voto fosse facultativo. Como interpretá-los? Cabe lê-los negativamente como prova do descrédito da política e da erosão do civismo, de acordo com os princípios próprios da tradição republicana que recomenda o envolvimento público e a participação política dos cidadãos? Ou serão eles antes o indício de uma rotinização talvez saudável da democracia, em que a arena política perde dramaticidade e se torna natural que os assuntos privados ganhem precedência? Esta última seria a perspectiva mais propriamente liberal, em que as instituições políticas serão tanto mais meritórias quanto mais correspondam apenas ao indispensável enquadramento político-institucional da vida privada, de relações problemáticas com as disposições exibidas pelos cidadãos: se certo civismo é necessário, um grau apreciável de apatia política é com frequência visto como correlato do bom funcionamento da democracia.

Os dados mencionados podem ser confrontados com o que se observa em países de maior tradição democrática, a começar pelos Estados Unidos, onde o caráter facultativo do voto resulta em níveis altíssimos de não comparecimento eleitoral. Naturalmente, cabe indagar se justamente as diferenças quanto à tradição democrática, ou os graus diversos de enraizamento de instituições políticas efetivas, não exigirão avaliações também diferentes do significado da apatia lá e cá. É possível dizer, por exemplo, que as pessoas tendem a ser mobilizadas politicamente na medida em que se mantém viva a dimensão “constitucional” do problema político, isto é, na medida em que o convívio cotidiano das identidades e dos interesses diversos não encontrou ainda apropriada acomodação no plano institucional. A não solução do problema constitucional tenderia a expressar-se em crises frequentes em que tudo se acha em jogo e nas quais, portanto, a atenção e o envolvimento se impõem. Sem dúvida, os paladinos da tradição republicana poderiam ter dificuldades para reconhecer aqui a nobre participação cívica que prescrevem: a situação pode caracterizar-se antes pelo “pretorianismo” e a luta dos interesses múltiplos por se apropriarem privadamente do estado.

No caso brasileiro, o desinteresse e a falta de civismo que sempre existiram devem provavelmente interpretar-se como algo que fica “aquém” da mobilização “constitucional” referida (e não “além”, como seria idealmente o caso nas democracias consolidadas), surgindo como a mera consequência das carências materiais e intelectuais que marcam a condição da maioria de nosso eleitorado. Mas a dinâmica pretoriana de toda a história brasileira do século 20 tendeu durante algum tempo a adensar-se e adquirir foco mais claramente “constitucional” e força mobilizadora na radicalização gradual do confronto político, em que as disputas eleitorais, especialmente no que se refere à presidência da República, apareciam como episódios do enfrentamento mundial entre capitalismo e socialismo e como envolvendo a ameaça, com a eventual vitória de determinados candidatos ou partidos, de subversão radical das regras do jogo.

A derrocada do socialismo e os fenômenos ligados à globalização alteram profundamente o quadro. Não só desaparece o socialismo quer como orientação capaz de indicar rumo viável, quer como fonte de sustentação internacional para experimentos alternativos. Ao fator de inibição que isso representa para o vigor e o interesse intrínseco do confronto político eleitoral se associa a desmobilização inerente ao privatismo antipolítico que temos tido com a forte reafirmação dos mecanismos de mercado como consequência dos novos processos globais. Se esses processos “desconstitucionalizam” os problemas, transformando direitos assegurados em lei em ganhos a serem obtidos, se possível, no mercado, eles tendem também a desintegrar ou debilitar os agentes coletivos cujo espaço de luta era antes de tudo a política. E parte da apatia que agora observamos possivelmente se liga à desorientação e ao desalento que daí brotam – sem falar dos fatores especiais que, conjugados a tudo isso, tornam aparentemente tranquila, na atual campanha, a vitória do candidato-presidente.

*O Tempo*, 9/8/1998

## DEMOCRACIA E DILEMAS

Em instrutivo artigo publicado há pouco neste jornal, Gláucio Ary Delam Soares apontava, com base em pesquisa acadêmica realizada em Brasília, o dilema envolvido no fato de que certas influentes lideranças que se destacam na defesa dos direitos humanos no país não expressam as opiniões predominantes na população em geral. Nesta, a crescente delinquência entre os jovens, por exemplo, tratada com leniência pelos defensores do Estatuto da Criança e do Adolescente, é vista como violência eventualmente assassina a ser reprimida com firmeza e tão precocemente quanto possível.

Ora, dados de pesquisas executadas em anos recentes junto a amostras da população belo-horizontina e de trabalhadores mineiros e paulistas por equipe da UFMG de que eu próprio participo revelam que o dilema de Gláucio Soares na verdade tem alcance bem maior. Pois eles indicam que não se trata apenas de divergência de perspectivas entre povo e “elite”; de par com isso, as percepções encontradas junto à população estão longe de formar o todo coerente que certas concepções supostamente refinadas da democracia nos levariam a imaginar.

Assim, se tomamos as opiniões manifestadas a respeito da democracia em acepção mais vaga e diretamente “política”, posta simplesmente em contraste com “ditadura”, encontramos altas taxas de disposição democrática – apesar de certa correlação dessa disposição com os níveis de escolaridade ou sofisticação intelectual geral, que a faz aumentar à medida que estas aumentam. Mas algo bastante distinto surge, em corroboração dramática das tendências constatadas em Brasília, quando tomamos a ideia de democracia em correspondência com a noção básica de cidadania e dos direitos civis (ou os direitos humanos de que fala Gláucio Soares): parcelas majoritárias das camadas socioeconômicas cujo nível de escolaridade vai até o primeiro grau ou o antigo ginásio completo (e que constituem elas próprias uma ampla maioria) não vacilam em declarar-se, por exemplo, favoráveis à ação dos esquadrões da morte ou ao linchamento de bandidos “quando a violência dos criminosos aumenta” – e registre-se que, mesmo no nível universitário de escolaridade, nada menos de 30% ainda manifestam a mesma disposição. Uma luz favorável, contudo, aparece na ressalva de que, em qualquer nível dado de escolaridade, essa

disposição truculenta arrefece à medida que crescem a informação e a sofisticação dos indivíduos entrevistados, o que permite falar de múltiplas “elites” em diferentes níveis socioeconômicos.

Mas há algo mais, igualmente revelador. Trata-se das inclinações manifestadas pela população estudada diante de um item de nossas pesquisas em que os mecanismos institucionais da democracia, especialmente a disputa entre os partidos políticos, são contrastados com certa alternativa de conotações cesaristas ou mesmo “fascistizantes”, que aponta para “um grande movimento de união nacional” dirigido por “um homem honesto e decidido”. Maiorias avassaladoras das amostras estudadas apóiam a alternativa cesarista: elas variam entre 86 e 79% entre os entrevistados de primeiro grau ou menos e alcançam 65% no segundo grau, só se transformando em minoria no nível universitário, onde ainda assim correspondem a 36%. E é de ressaltar que aqui, diferentemente do que ocorre no caso anterior, as correlações com a informação ou sofisticação pessoal são reduzidas. Isso deixa claro que o papel mais importante é cumprido pela posição socioeconômica como tal, e que aqui se trata mais nitidamente de algo que diferencia certa “elite” social da população em geral. Temos aí, provavelmente, o substrato do nosso renitente populismo.

De qualquer forma, o dilema é bem nítido, ademais de mostrar-se de longa data na experiência democrática: o fato de que a democracia suponha o povo como agente decisivo não significa que o povo goste de outros traços que se costumam associar com a ideia de uma democracia em operação. Que fazer? Se valem nossos dados, não é sequer o caso de se buscar o oxímoro de uma democracia de elite. Pois eles deixam claro também que, quando dói o calo, mesmo a parcela mais cívica da elite se mostra pronta a abrir mão do civismo e a jogar o jogo cínico do “meu pirão primeiro”.

*O Tempo*, 23/8/1998

## PESQUISAS ELEITORAIS

Quase dois anos atrás, minha colaboração inicial para o jornal *O Tempo* ocupava-se do tema das pesquisas eleitorais, que a campanha das eleições municipais transformara em alvo de contestações e denúncias. Novas eleições, novas denúncias, como sempre. Volto ao tema.

Há, de lá para cá, uma novidade: a tendência a colocar no mesmo saco as pesquisas e coisas como a utilização das técnicas de marketing nas campanhas ou a eventual venalidade da imprensa, tomadas juntas como simples manipulação do eleitor. Tal tendência não merece maior atenção, pois equivale a rejeitar, por exemplo, o desenvolvimento científico-tecnológico por permitir eficiência nas guerras. As pesquisas produzem informação ou conhecimento, que pode, naturalmente, ser usado de muitas maneiras.

Meu velho artigo destacava dois aspectos em torno dos quais costumam travar-se as disputas sobre as pesquisas. O primeiro se refere à possibilidade de que os institutos, comprometidos com certo partido ou candidato, falseiem deliberadamente os dados. É claro que a possibilidade existe em princípio, e o risco de sua ocorrência certamente aumentaria se algum instituto tivesse garantido o monopólio da oferta do serviço. Sem excluir algum grau ou forma de corrupção, o que temos, na verdade, é um mercado aberto, com vários institutos reconhecidos e outros que buscam estabelecer-se a cada momento, e a hipótese de uma grande conspiração entre eles é claramente delirante. Assim, mesmo considerados os interesses dos institutos de um ponto de vista estritamente comercial ou pecuniário, a fraude pura e simples tende a ser contraproducente, e a credibilidade é o principal recurso com que podem pretender contar. Com a ressalva do erro ocasional (e com a ponderação de que a imagem de competência é parte decisiva da credibilidade), o instituto que se disponha a vender resultados certamente terá vida curta.

O segundo aspecto diz respeito à influência da divulgação das constatações das pesquisas sobre os eleitores, tendendo-se a presumir que elas são influentes e que isso representa algo espúrio ou impróprio. Creio que não há como negar que a influência realmente existe, ao contrário do

que às vezes procuram sustentar os porta-vozes dos institutos. O importante, porém, é a questão de como avaliá-la.

Consideremos os casos extremos de dois eleitores hipotéticos. O primeiro, de que muito se fala, é o do eleitor que, como parte de um quadro de carências mais básicas, mostra-se politicamente desinformado e desinteressado, sendo levado a votar no candidato que as pesquisas apontem como provável vitorioso. Ora, não há qualquer razão para esperar que impedir o acesso deste eleitor politicamente tosco à informação trazida pelas pesquisas seja um meio de melhorar a qualidade de seu voto. Pois ele é igualmente passível de ser influenciado (e talvez manipulado) por toda uma série de fatores espúrios – e a informação obtida com as pesquisas ainda representa, seja como for, um enriquecimento de seu quadro de indigência intelectual.

O outro caso é o do eleitor informado e lúcido, para o qual os dados das pesquisas constituirão informações adicionais a serem levadas em conta em sua sofisticada decisão de voto. É difícil negar, neste caso, o benefício que o acesso aos dados representa, permitindo o voto estratégico (o chamado voto “útil”, por exemplo), em que o eleitor leva em conta as complexidades do ambiente ao buscar os objetivos de qualquer natureza que a participação político-eleitoral lhe inspire.

Naturalmente, como as eleições são um processo dinâmico e os dados não são estritamente exatos, há a possibilidade do ocorrido em São Paulo com Marta Suplicy, supostamente prejudicada pela divulgação de dados inexatos em circunstâncias em que se acredita que o ânimo anti-Maluf tenha levado muitos eleitores ao voto “útil”. Sem pesquisas, porém, tampouco a expectativa de boa votação de Marta se teria difundido antecipadamente, e faltariam razões para que se deslocassem para ela novos votos, quer patetas ou “úteis”. O que não impede de reconhecer que a informação divulgada pelo “Jornal Nacional” e por ela questionada deveria cercar-se de maiores cuidados.

*O Tempo*, 11/10/1998

## QUE TAL EXPERIMENTAR?

As disputas a respeito das reformas político-institucionais, nos diversos itens específicos em que se desdobram, envolvem as difíceis relações entre dois valores que cumpre reconhecer como tal, impondo-se a busca de equilíbrio entre eles: o valor da representatividade democrática e o da eficiência ou capacidade governativa (a mal chamada “governabilidade”), empenhada na produção de maiorias sólidas e máquinas decisórias coesas e hábeis. A tensão entre esses valores está subjacente aos diversos temas, maiores ou menores: o de um ou dois turnos nas eleições, por exemplo, em que a diversidade supostamente mais “espontânea” das opções do primeiro turno é artificialmente transformada, no segundo, em maiorias legitimadoras e capacitadoras; ou o de presidencialismo versus parlamentarismo, em que o “governo dividido” do presidencialismo, que pode ser visto de maneira positiva à luz do princípio pluralista dos checks and balances da tradição norte-americana, se confronta com o “governo forte” do Executivo organicamente articulado com o parlamento.

A opção entre sistemas de representação majoritária e proporcional gira obviamente em torno da mesma contraposição básica. O sistema proporcional se empenha em representar as forças partidárias no parlamento ou congresso proporcionalmente à sua presença na sociedade, expressa no total dos votos dados pelos eleitores a cada um dos diferentes partidos. Já o sistema majoritário se caracteriza por premiar os candidatos majoritários em cada distrito; ao preço de produzir distorções do ponto de vista da distribuição das preferências totais entre os partidos, ele favorece maiorias parlamentares sólidas e a simplificação do sistema de partidos, supostamente dando consistência e disciplina à representação partidária.

A questão decisiva para a avaliação do problema diz respeito a algo que, sendo destacado sobretudo pelos proporcionalistas, não deixa de ser crucial também para os majoritaristas: a questão da identidade daquilo que se representa, ou da autenticidade da representação.

É curioso que os proporcionalistas, paladinos da representatividade democrática e da representação dos diferentes focos de interesses e identidade, costumem esquecer o velho problema da autenticidade ou

inautenticidade dos partidos como tal: até que ponto se justificará o empenho de proporcionalidade quanto à votação dada aos partidos se estes forem eles mesmos “inautênticos” e sem consistência real (se forem, por exemplo, no limite, meras “legendas de aluguel”)?

Tais indagações podem ser estendidas à própria concepção dos partidos políticos. A literatura de ciência política costuma distinguir duas funções que os partidos cumpririam, transpondo para o plano da vida partidária a mesma tensão entre os dois valores básicos assinalados. Uma delas envolve a vocalização dos interesses supostamente já existentes como tal e sua apresentação na arena política; a outra corresponde à necessidade de agregar interesses inicialmente fragmentários e dar-lhes, assim, viabilidade no processo eleitoral e condições de se fazerem sentir efetivamente nas decisões governamentais. A primeira função significa, portanto, a afirmação, cara aos proporcionalistas, da identidade dos partidos por referência a suas bases sociais, enquanto a segunda, que os proporcionalistas esquecem, redundando justamente em diluir essa identidade, em alguma medida, em proveito de imperativos eleitorais e de eventual eficiência governamental. E é bem claro o sentido em que a busca intransigente de identidade e autenticidade levaria a pulverizar os mecanismos de representação de maneira que acabaria por chocar-se com a própria ideia de representação: por que não representar as “tendências” dentro de cada pequeno partido – ou, no limite, por que não “representar” cada indivíduo como tal?

Mas os que defendem o sistema majoritário estão longe de se acharem a salvo de dificuldades análogas. Além das conhecidas distorções produzidas na representação dos partidos, mesmo supostamente “autênticos”, é obviamente possível questionar a consistência e realidade, em termos sociopolíticos, dos próprios distritos nos quais se obtêm as supostas maiorias. A experiência mais negativa a ser lembrada aqui (que emergiu de novo como tema saliente ainda há pouco, a propósito do peso da população negra em certos distritos eleitorais) é a das práticas que se tornaram conhecidas, nos Estados Unidos, sob o nome de gerrymandering, em que o território eleitoral é dividido de forma arbitrária e caprichosa para atender a um ou outro partido ou foco de interesses. O que não significa, naturalmente, que não se possa ter em distritos territoriais de porte municipal ou análogo entidades socioeconomicamente homogêneas e politicamente relevantes – capazes, talvez, como ponderava Luiz Felipe de

Alencastro em artigo recente, de se articularem à margem dos espaços representados pelos estados, com consequências potencialmente importantes se se trata de ter representação “autêntica”.

Considerados os muitos matizes dos problemas relacionados, creio que a posição sensata a respeito do chamado voto “distrital misto” consiste em reconhecer que ele envolve, em princípio, o empenho de conciliar os valores de representatividade e eficiência. Tais valores não têm correspondência necessária quer com a ênfase proporcionalista nos partidos ou com a ênfase majoritária em distritos definidos territorialmente. Adequadamente entendidas as funções dos próprios partidos, por outro lado, a redução de seu número não significa necessariamente prejuízo de representatividade democrática. Preservado espaço para a necessária discussão dos vários pormenores envolvidos (critérios apropriados na constituição das listas partidárias, definição da unidade de cálculo da representação proporcional etc.), não vejo, portanto, por que não experimentar com ele – nós que, afinal, temos feito tantas experiências institucionais, frequentemente à força.

*Boletim de Análise de Conjuntura Política*, abril de 1999

## A JUSTIÇA E O ADMIRÁVEL MUNDO NOVO

A *Folha de S. Paulo* da última quarta-feira, 2 de junho, traz matéria surpreendente. Trata-se de notícia sobre o relatório produzido pelo procurador-geral do Ministério Público do Tribunal de Contas da União, Lucas Rocha Furtado, cujas recomendações inocentam Luiz Carlos Mendonça de Barros, André Lara Resende e José Pio Borges das acusações de abuso de poder e improbidade administrativa por sua atuação no episódio da privatização da Tele Norte-Leste, exposta ao público com o grampo telefônico instalado ilegalmente na presidência do BNDES. O que considero surpreendente não são as recomendações, mas alguns dos argumentos usados para justificá-las, constantes do próprio relatório ou de declarações do procurador-geral ao jornal. Pois os argumentos dão ênfase, na avaliação da atuação do Estado nos dias de hoje, aos aspectos de eficiência, produtividade e obtenção de resultados, vistos como devendo contrabalançar a tradicional ênfase nos critérios de legalidade, moralidade e impessoalidade. Em suas declarações, o procurador chega mesmo a adotar a linguagem que Bresser Pereira usava com frequência como ministro da Reforma do Estado, destacando a necessidade de “superar a administração burocrática e chegar a uma administração gerencial do setor público”.

Ora, é interessante lembrar que a denúncia insistente dirigida ao Judiciário pela acolhida a ações “injustas e infundadas” contra o Estado representa talvez o indício mais claro do viés tecnocrático e mesmo do jacobinismo estatista da perspectiva de Bresser. Se o Ministério Público tem sido frequentemente apontado como entidade empenhada em atacar e denunciar o Estado em nome de zelosa e talvez peculiar visão do interesse público que as ações do estado ameaçariam, é notável vê-lo agora, com Lucas Furtado, identificar-se antes com os valores que o jacobinismo tecnocrático promove. E fazê-lo de maneira tão explícita, em que os valores a que a Justiça tradicionalmente adere e que na verdade a definem são vistos não apenas como devendo acomodar-se com considerações de eficiência que deveriam predominar na ação do Estado, mas também como correspondendo claramente, em alguma medida, a um arcaísmo ao qual compete ceder o passo às imposições legítimas e “modernas” da administração estatal. Se transparecem, assim, as contradições e vacilações quanto ao papel do Ministério Público como novidade institucional, transparece também a confusão, talvez mais grave, que as condições da atualidade produzem quanto

à própria função do Judiciário como tal e suas relações com os demais poderes.

Não cabe esperar que sejam boas as consequências para a democracia. Na verdade, despojada das distorções ritualísticas que são o objeto real das denúncias banais do “gerencialismo” corrente, a concepção burocrática do Estado pode ser defendida mesmo em nome da eficiência. Afinal, a burocracia é essencial à racionalização do processo de organização política e à implantação do princípio “racional-legal” de que nos falava Max Weber, o grande nome a impor-se a respeito do assunto. Mas o apego a normas legais universalistas e impessoais é certamente a condição indispensável da operação de um Estado democrático: se considerações de eficiência supõem fins ou “resultados” não-problemáticos a serem alcançados por meio da manipulação mais expedita possível dos meios, a democracia tende justamente a questionar e tomar como problemáticos os fins – reconhecendo que há fins múltiplos e às vezes antagônicos em correspondência com a pluralidade de atores sociopolíticos, a serem conciliados num processo necessariamente penoso e complicado sob a orientação de regras imparciais. E a Justiça é o instrumento por excelência a garantir o caráter democrático desse processo de conciliação, que estará comprometido se tivermos um Judiciário propenso a deixar-se sensibilizar prontamente por alegações de eficiência.

Como apontava Robert Kuttner em artigo recentemente publicado na “Gazeta Mercantil”, a dinâmica do mercado, que tradicionalmente se associou, na história do capitalismo moderno, com a vigência da ética do trabalho, vê-se agora acompanhada, em sua vigorosa reafirmação, pela corrosão dessa ética e a difusão da cultura da violência e do cinismo. De sua parte, o apego aos valores solidários que pretenderam orientar a busca socialista de alternativas ao mercado se vê desmoralizado e substituído por resmungos perplexos contra as perversidades novas que este engendra. Será talvez natural, nessas condições, que o Estado se veja induzido a erigir em meta suprema a inserção apta dos países no jogo mercantil, perdendo de vista que o inescapável valor instrumental da eficiência assume feições diversas quando se atenta para a multiplicidade e a riqueza dos valores a reclamarem promoção igualmente eficiente, incluindo-se a construção sólida e bem-sucedida da própria democracia. Mas se a confusão alcança a própria Justiça, ai de nós.

*O Tempo*, 6/6/1999

## **DEMOCRACIA, LEGITIMIDADE E ESPERTEZA**

A intensa queda nos índices de aprovação do governo, captada há algumas semanas pelos institutos de pesquisa, especialmente em associação com a proposta de renúncia de Fernando Henrique formulada por setores oposicionistas e denunciada como golpismo pelo presidente, coloca em evidência o tema complexo da legitimidade dos governos ou, mais amplamente, das formas de dominação e organização políticas.

Há vários sentidos e níveis distintos em que se pode pretender falar de legitimidade. Em certa óptica, governo legítimo seria aquele que se estabelece e exerce de acordo com as leis e instituições. Mas essa posição pode ser questionada. Em primeiro lugar, as próprias leis e instituições podem ser vistas como ilegítimas à luz de princípios filosóficos ou doutrinários. Em segundo lugar, qual será a conexão apropriada entre as leis e instituições e as percepções e disposições que manifestem a cada momento os que se encontram submetidos a determinado governo ou envolvidos por certo aparato institucional?

Desde clássicos como Max Weber, a tradição dominante nas análises de ciência política tendem a destacar um sentido empírico de legitimidade, que prescinde de discussões doutrinárias e indaga até que ponto as relações de poder estabelecidas contam com a aquiescência dos dominados: poder legítimo é aquele acatado como tal pelas pessoas sobre as quais ele se exerce. Mesmo num plano empírico, porém, essa perspectiva depara com dificuldades. Que dizer do caso em que se possa mostrar que a aquiescência prestada decorre do engodo ou da manipulação exercida pelos titulares do poder? Naturalmente, a manipulação pode ser vista como forma mais sutil de violência; se escolhermos tratá-la como compatível com a legitimidade, a diferença entre relações de poder legítimas e ilegítimas se diluirá e se tornará, no limite, irrelevante.

Seríamos levados, assim, à exigência de uma aquiescência esclarecida e lúcida. A posição é afim a certa tradição republicana, para a qual o cidadão por excelência é aquele imbuído do sentido de responsabilidade coletiva e propenso a se envolver nos assuntos políticos. Mas até onde estender essa exigência? Tomada em termos mais estritos, ela

redunda não apenas em demandas excessivas de tempo e recursos dos cidadãos, mas também na demanda de um grau de transparência que não se pode pretender encontrar em qualquer maneira específica de se organizarem as relações de poder em coletividades verdadeiras, e que será no máximo uma referência ou orientação para os compromissos realistas que necessariamente se imporão. Afinal, o ideal do cidadão cuja autonomia se expressa na capacidade de ponderar reflexiva e lucidamente as questões envolvidas em qualquer decisão coletiva a ser tomada, se por um lado é afim a uma concepção radical de democracia, por outro representa algo que se choca com a ideia da institucionalização democrática. Pois aquilo de que se trata com a institucionalização da democracia é justamente a criação de uma “cultura” ou tradição democrática na qual a reflexão seja supérflua e a adesão a certos valores e procedimentos se torne espontânea e natural.

Essa nova reviravolta nos coloca no terreno em que se costuma encontrar, nas discussões da democracia e seus requisitos, ao invés da exigência de lucidez e envolvimento políticos, antes o elogio da apatia. Em termos doutrinários, temos aqui a posição mais propriamente liberal, em que parte importante do interesse das instituições democráticas surge como consistindo em viabilizar um ideal privatista de ir para casa em paz. Já no plano analítico referido às condições ou requisitos da democracia bem-sucedida, temos algo que poderia rotular-se em termos de uma “teoria da democracia como credulidade”, ou a concepção segundo a qual a democracia exigiria gente ingênua para funcionar: em terra de gente esperta, que tende a ser não só lúcida mas atenta a cada passo para os seus interesses e as oportunidades de promovê-los, a democracia seria impossível, dada a impossibilidade de sua legitimação institucional efetiva.

O rescaldo de tudo isso talvez seja como dissociar lucidez de “esperteza” nas questões relacionadas à democracia e à legitimidade democrática. A possibilidade de realizar de maneira adequada essa dissociação talvez esteja subjacente à observação reiterada de que as condições de maior instabilidade e turbulência política tendem a dar-se nas fases intermediárias do processo de desenvolvimento socioeconômico: elas seriam o ponto em que a mobilização dos interesses e forças sociais deslocadas pela transformação estrutural criaria como que uma brecha de cinismo entre a apatia e o conformismo das estruturas oligárquicas tradicionais, de um lado, e, de outro, as formas novas de integração das massas, com seus correlatos educacionais e intelectuais, que teriam passado

a prevalecer com o capitalismo avançado e seus transbordamentos no plano social.

Quanto a nós, resta saber se completaremos a transição a tempo, ou seja, antes que o novo capitalismo hipercompetitivo transforme a brecha em estação terminal.

*O Tempo, 25/7/1999*

## DEMOCRACIA E INCERTEZAS

Em artigo que se difundiu no Brasil, publicado em tradução sob o título de “Ama a Incerteza e Serás Democrático”, o cientista político Adam Przeworski liga a democracia à incerteza. Na sociedade democrática, as instituições introduzem um elemento de incerteza na vida política, que se expressa de maneira especial no processo eleitoral autêntico: se os resultados das eleições não forem incertos em medida significativa (se estiverem, por exemplo, predeterminados pelo controle diferencial de recursos econômicos ou de outra natureza), não haverá democracia. Esse fator institucional de incerteza é importante mesmo que as chances nas disputas eleitorais continuem a se mostrar enviesadas em favor daqueles que controlam socialmente maiores recursos. No exemplo fornecido por Przeworski, numa hipotética disputa de basquete em que os jogadores de uma equipe sejam bem mais altos que os da equipe rival, a regra que fixa a altura da cesta não é irrelevante.

Contudo, a ênfase nesse fator institucional de incerteza se revela unilateral. O próprio Adam Przeworski, em outros trabalhos, chama atenção para o fato de que a democracia, no âmbito do capitalismo, apresenta também o caráter de um compromisso social. Nesse compromisso haveria concessões de parte a parte entre as duas principais categorias de protagonistas da sociedade capitalista, os trabalhadores e os capitalistas: os capitalistas aceitam a ação social do estado em benefício das massas trabalhadoras, enquanto os trabalhadores abdicam da revolução socialista. O compromisso redundava, portanto, em garantir certas relações básicas de poder social; por esse aspecto, ele equivale antes a introduzir um elemento de certeza no processo político. Seria possível dizer que temos, nessas condições, a autonomia “operacional” do processo político-eleitoral perante os interesses que compõem seu substrato social ou a “sociedade civil”, em certa acepção desta expressão, e essa autonomia operacional responderia pelo componente de incerteza; mas ela se daria dentro de limites “constitucionais” que preservariam as relações de poder social próprias do capitalismo. Assim, se a incerteza entra na definição mesma de democracia, e se não cabe falar de democracia sem incerteza, seria preciso indagar acerca das condições sociais da democracia – e estas parecem incluir as garantias e certezas próprias do plano constitucional.

Essas ponderações permitem colocar sob luz especial os processos que agora observamos em plano mundial. Envolvendo a exacerbação da lógica do capitalismo, com a notável intensificação do vigor dos mecanismos de mercado, eles tendem a solapar, nos países de estrutura social-democrática mais amadurecida, os arranjos em que se consubstanciou o compromisso social que trouxe “certeza” à democracia e aparentemente viabilizou seu funcionamento estável. Torna-se claro que a vigência do compromisso dependia de que, apesar da assimetria no controle de recursos de poder própria da sociedade capitalista, mesmo as partes menos favorecidas que nele se viram envolvidas detinham recursos que se impunha levar em conta. Com seu enfraquecimento pela nova dinâmica mercantil, o resultado é o aumento, em perspectiva de mais longo prazo, da incerteza política (a incerteza “estrutural”, e não a incerteza institucional própria da democracia), ainda que esse enfraquecimento torne pouco provável que as forças políticas negativamente afetadas pela ruptura do compromisso venham a poder reagir de imediato de maneira consequente.

Nosso caso é certamente diferente – o que não quer dizer que seja melhor. Nas condições estruturais de desigualdade e nas deficiências sociais que nos distinguem, não construímos senão um arremedo de social-democracia e um compromisso social grandemente precário. Assim, o que caracterizou os decênios recentes de nossa história foram turbulências que podem ser ligadas à percepção de latente ameaça revolucionária, com os dramas de nossa vida política sendo vistos como a manifestação doméstica do enfrentamento internacional entre capitalismo e socialismo. A remoção dessa ameaça no novo quadro mundial sem dúvida representa a eliminação ou importante atenuação de um fator decisivo de incerteza estrutural.

Caberá acreditar, em consequência, que passamos a ter melhores condições de construção democrática, ou de incorporar a incerteza institucional que define a democracia? Ponhamos de lado a intensificação da incerteza estrutural de longo prazo representada pelo acúmulo dos custos sociais da nova dinâmica com nossas mazelas sociais de sempre. Será que a ausência da ameaça propriamente revolucionária e socialista terá passado a permitir à democracia brasileira contemplar com tranquilidade, por exemplo, a hipótese da vitória de qualquer candidato ou partido na disputa da Presidência da República?

*O Tempo*, 7/11/1999

## OCUPAÇÃO DO CENTRO?

O governo Fernando Henrique Cardoso se vê marcado por suas articulações à direita, com a popularidade do presidente comprometida no desgaste de um segundo mandato e dos azares da economia. À esquerda, o PT e seus possíveis aliados menores ocupam o espaço disponível, mas Lula, sua principal força eleitoral, sofre seu próprio desgaste após disputar três vezes a presidência e esbarra em limites de apoio eleitoral que se têm mostrado intransponíveis. Nessas condições, a “ocupação do centro” tem surgido, aos olhos de alguns, como a questão decisiva para a eventual recomposição do quadro eleitoral do país, em especial para as perspectivas quanto à disputa pela sucessão de FHC em 2002. Mas que sentido e alcance dar à ideia de “ocupar o centro” nas condições do processo político-eleitoral brasileiro?

A observação inicial a se fazer corresponde a algo bem óbvio: a de que formular o problema em termos de “ocupação do centro” envolve o recurso a uma concepção “espacial” da disputa partidário-eleitoral. Nessa concepção, de uso difundido, partidos e lideranças políticas são vistos como distribuindo-se ao longo de um eixo esquerda-direita de acordo com a posição por eles assumida no plano ideológico. Naturalmente, para que essa escala espacial seja eleitoralmente relevante, é necessária a suposição de que também os eleitores se distribuem ao longo do mesmo eixo, de modo a permitir a correspondência entre as posições dos partidos ou candidatos e as dos eleitores: “ocupar o centro” significa, assim, criar condições de apelar com êxito aos eleitores situados no meio da escala ideológica.

Ora, acabamos de presenciar, em São Paulo, a negação dramática desses supostos em conexão com as denúncias da ex-mulher do prefeito Celso Pitta. Para perplexidade geral dos que se apegam ao convencional modelo espacial, os dados de pesquisa DataFolha publicada pela *Folha de S. Paulo* de 17 de março mostram que os danos causados pelas denúncias à candidatura de Paulo Maluf, presumidamente uma clara liderança de direita, revertem de modo inequívoco em benefício de Luíza Erundina, figura de esquerda egressa do PT e ligada ao PSB. Os eleitores paulistanos envolvidos estariam, assim, pouco atentos aos temas por referência aos quais se tornaria possível estabelecer o contraste ideológico aparentemente tão claro entre as duas candidaturas virtuais. E esses dados não fazem senão corroborar constatações de pesquisas acadêmicas brasileiras que mostram, de longa data, as dificuldades e limitações da concepção de política ideológica e de sua suposta tradução espacial.

Essas pesquisas revelam de maneira reiterada que, em correspondência com deficiências educacionais e intelectuais, não temos, entre as parcelas majoritárias do eleitorado popular brasileiro, uma postura orientada pela referência aos temas do debate político. Em vez disso, o que encontramos são identificações partidárias, ou políticas em geral, estabelecidas em torno de imagens simples da estrutura social e das clivagens nela percebidas, imagens estas marcadas por certo caráter desinformado e difuso. Os mecanismos que aí se dão envolvem, em particular, uma espécie de “bipartidarismo latente”, em que o eleitor contrapõe uma categoria popular a outra de elite, os “pobres” e os “ricos”, o que se faz acompanhar pela tendência à identificação com o partido ou o candidato “dos pobres”. Nesse conjunto de traços, que rotulei às vezes de “síndrome do Flamengo”, mistura-se certa “consistência populista”, correspondente à disposição de buscar sempre o lado popular, com o componente errático decorrente de que, na carência de sofisticação intelectual e ideológica e da referência a questões políticas específicas de qualquer tipo, não se pode contar com que os estratos populares do eleitorado venham a encontrar o rumo que os norteia de maneira “objetivamente” consistente nas condições fluidas e mutáveis do ambiente político em que atuam. E o “Flamengo” poderá assumir feições variadas e eventualmente surpreendentes, se avaliadas à luz das expectativas do modelo convencional de política ideológica.

Nesse quadro, ver o problema do êxito eleitoral na atual conjuntura em termos de “ocupação do centro” redundava em clara simplificação. Por certo, um Itamar Franco, com as moratórias e bravatas nacionalistas, e especialmente um Ciro Gomes, com a denúncia articulada e retoricamente vigorosa de aspectos da política do governo atual, podem eventualmente seduzir por motivos ideológicos a parcelas mais ou menos importantes de eleitores sofisticados e politicamente atentos – e, cabe notar, as informações disponíveis indicam que o notável crescimento recente do apoio a Ciro Gomes ocorreu sobretudo nos estratos socioeconômicos mais altos (classes A e B, onde teria mesmo chegado a ultrapassar os índices de Lula). Mas a questão decisiva é a de até que ponto seu desempenho como candidatos lhes permitirá sucesso em termos dos traços que caracterizam nosso velho populismo, projetando a imagem adequada junto aos setores populares majoritários do eleitorado, onde as eleições se ganham ou se perdem.

*O Tempo*, 26/3/2000

## VERDADES PRIVADAS, MENTIRAS PÚBLICAS

Lembrei há algum tempo, a propósito de questões de comunicação política, o slogan emedebista que dizia “vote no MDB, você sabe por quê”. Uma anedota de anos atrás de algum dos países socialistas da Europa oriental vai na mesma direção: um cidadão, vendo alguém distribuir panfletos e verificando que eles estão em branco, pergunta a razão daquilo e ouve como resposta que “não é preciso escrever, tomo mundo sabe”.

Em ambos os casos, a sugestão imediata se refere apenas ao que as pessoas sabem. Mas saber ou não saber se articula de maneira politicamente importante com as avaliações que as pessoas fazem ou as opiniões que mantêm. Tanto o MDB quanto o peculiar panfletário europeu-oriental se defrontavam com regimes autoritários que impunham restrições à comunicação política. Nessas circunstâncias, um problema crucial – que corresponde, naturalmente, à própria razão de ser das restrições autoritárias à comunicação – é o de até que ponto virá a se difundir entre as pessoas o conhecimento adequado das opiniões que cada uma delas mantém quanto ao regime, apoiando-o ou opondo-se a ele. Na medida em que se torna claro que o “você sabe por quê” emedebista na verdade indica com acerto que o regime autoritário brasileiro é impopular, apesar de as pessoas não poderem manifestar abertamente sua insatisfação, começa o fim do regime. E o caso dos países socialistas ilustra de forma espetacular a importância de que a opinião verdadeira ou íntima dos cidadãos seja ou não conhecida de maneira difundida, com o dramático colapso que sobrevém quando finalmente todos se dão conta de que a opinião desfavorável, que parecia ser a de meia dúzia de dissidentes, é, de fato, a opinião de todos ou da grande maioria.

Isso aponta para uma crucial distinção que não se costuma fazer com clareza e que é o tema de um rico volume recente de Timur Kuran sob o título de *Verdades Privadas, Mentiras Públicas*: a distinção entre “opinião pública” e “opinião privada”, com o complicado jogo que pode ocorrer entre as duas. A psicologia social fala há décadas de “ignorância pluralística” para indicar o fato de que as pessoas com frequência desconhecem as opiniões dos demais. Mas um aspecto adicional, destacado com força por Kuran, é o de que isso pode redundar, na verdade, em desencontro entre a “opinião pública” (aquela que surge publicamente como correspondendo à opinião generalizada ou consensual) e a opinião que cada um mantém privadamente. A pressão ou coerção (lembramos o “politicamente correto”) exercida pela opinião

supostamente dominante ou consensual dos outros (pressão que pode, conforme as circunstâncias, ir muito além de meras sanções psicológicas) tende a levar ao falseamento das opiniões ou preferências privadas e a que cada um se comporte de maneira conformista diante daquilo que acredita ser o consenso – eventualmente mesmo em situações em que, na verdade, a opinião tida como consensual é minoritária.

Daí que Kuran possa dizer, por contraste com a ênfase usual na ligação entre a democracia e a sensibilidade à opinião pública, que o que distingue os regimes democráticos dos autoritários é antes a sensibilidade perante a opinião privada. Essa é a ideia que inspira, naturalmente, a instituição do voto secreto, em que o cidadão é defendido de pressões de todo tipo e convidado a expressar sua preferência autêntica. O que está longe de significar, porém, que as democracias estejam livres dos mecanismos de falseamento de opiniões e preferências. Para começar, tratando-se da pressão da “opinião pública”, ela está também presente de modos diversos, é claro, nos regimes democráticos. Além disso, os próprios dispositivos institucionais da democracia costumam valer-se relativamente pouco do voto secreto. As regras de comportamento no âmbito do Legislativo, por exemplo, com frequência consagram ideias afins à do “mandato imperativo” e exigem que debates e votações sejam feitos de maneira aberta, com a consequência de expor o representante a pressões várias e nem sempre tendentes a garantir o interesse público.

Se nos voltamos para a atualidade brasileira, alguns dados que andaram tendo repercussão na imprensa há poucos dias mostram como o próprio apoio à democracia pode ser afetado pela articulação complicada entre opinião pública e opinião privada. Refiro-me aos dados da fundação Latinobarômetro, que mostram o recuo dos números relativos à satisfação com a democracia e à preferência por ela em diversos países da América Latina, no Brasil de modo especial. Talvez o que cause o recuo seja o singular clima (a opinião pública) particularmente propício à democracia que se criou no imediato pós-autoritarismo. Pois, ao menos no Brasil, os dados há muito vêm mostrando consistentemente, no eleitorado popular majoritário carente de educação e de informação, o desinteresse pela política e, como desdobramento, o desapeço pela democracia. O que acaba por sugerir que, ignorância pluralística à parte, a desinformação como tal pode resultar em que sequer se chegue a ter privadamente opiniões políticas – quanto mais opiniões democráticas.

*O Tempo*, 28/5/2000

## DIREITA E ESQUERDA E O ELEITOR BRASILEIRO

Em livro recém-publicado pela Editora da Universidade de São Paulo sob o título de *Esquerda e Direita no Eleitorado Brasileiro*, André Singer, professor de ciência política da USP, examina o tema da ideologia na óptica específica do processo eleitoral no Brasil.

O trabalho de Singer é de natureza empírica, estudando dados coletados por institutos como DataFolha e Ibope por ocasião das eleições presidenciais de 1989 e 1994. A contribuição central do livro é bem simples e clara. As pesquisas acadêmicas do processo eleitoral até aqui desenvolvidas no país tendiam ou a deixar de lado a contraposição esquerda-direita ou a considerá-la em termos das posições adotadas pelos eleitores quanto a questões como intervencionismo estatal, nacionalismo e outras normalmente associadas a ela. Já o estudo de Singer usa dados sobre a maneira pela qual, em resposta a perguntas diretas sobre a sua posição na escala que vai da esquerda à direita, os próprios eleitores se colocam na escala. O resultado é que os dados mostram a existência de correlação entre a autocolocação como esquerdistas ou direitistas por parte das pessoas entrevistadas e seu voto nas eleições mencionadas. Assim, os votos em Lula tendem a concentrar-se entre os que se definem como de esquerda, os votos em Collor e FHC, entre os que se definem como de direita ou de centro.

A grande indagação é o significado ou alcance a atribuir a essa verificação. A leitura que faz o próprio Singer de seus dados vai na direção de destacar, como se resume na orelha do livro, que “a ideologia está muito mais presente na decisão eleitoral no Brasil do que é habitual imaginar”. Os dados provavelmente apreendem certa peculiaridade das eleições estudadas, com a intensificação da nitidez do confronto esquerda-direita como consequência da afirmação do PT ao nível da disputa presidencial e da introdução da polarização própria do segundo turno. Mas a leitura de Singer tende a sugerir um eleitorado em geral ideologicamente consistente e aguerrido, o que é problemático.

Em pesquisas anteriores que trataram de utilizar a escala esquerda-direita, a razão para deixá-la de lado foi a constatação de que a enorme maioria dos eleitores brasileiros simplesmente não conhece o significado dessas categorias. Ora, os dados de Singer corroboram a constatação: não só mais de 60% dos entrevistados declaram diretamente não saber ou dão respostas inteiramente equivocadas à pergunta sobre o que elas significam, mas também

outros 20% as assimilam a ser contra ou a favor do governo, resposta também errada que Singer, com leniência, trata como certa. Nessas condições, surge naturalmente a possibilidade de que a correlação observada não seja senão a combinação de duas coisas: o fato de que a minoria que sabe o significado das categorias e se identifica com uma ou outra vota de acordo com sua identificação, o que é banal; e o fato de que o entrevistado que ignora o significado das categorias e se coloca ao acaso numa ou noutra tem uma chance razoável de estabelecer casualmente a correspondência “correta” entre o voto e a autocolocação na escala esquerda-direita.

Singer pretende que seus dados indicam a existência de um “sentimento” ideológico de natureza “intuitiva” e que isso teria correspondência com certa perspectiva nas discussões internacionais sobre comportamento eleitoral. Algumas análises têm de fato destacado a importância de “imagens” mais ou menos difusas na decisão dos eleitores. Mas os analistas mais sofisticados (um Giovanni Sartori, por exemplo) não deixam de apontar enfaticamente a conexão dessas imagens com elementos intelectuais e o caráter de síntese cognitiva da percepção de questões variadas que elas podem adquirir, destacando, por exemplo, a “capacidade de abstração” como traço frequente dos eleitores que se orientam por elas. Naturalmente, isso é indispensável se quisermos ser fiéis à complexidade da ideia de ideologia, que, além do componente emocional ou de identificação e antagonismo, esteve sempre associada com certa visão doutrinária e estruturada de modo mais ou menos complicado.

Este último componente desaparece na perspectiva de Singer. Daí que o eleitor que sua análise levaria a classificar como “ideológico” possa ser tanto o eleitor sofisticado que, ao decidir como votar, traz seus valores à avaliação de como problemas diversos da conjuntura se articulam com um diagnóstico informado do próprio sistema sociopolítico quanto o eleitor tosco que ouviu cantar o galo de “esquerda” e “direita”, teve sua simpatia por uma ou outra despertada por motivos espúrios e projeta sobre partidos ou candidatos os traços que sua desinformação lhe dita como corretos ou adequados. Neste segundo caso, esquerda e direita talvez nem valham tanto quanto a velha contraposição singela entre “ricos” e “pobres” que estudos anteriores há muito nos mostram em operação no eleitorado popular brasileiro. E a análise de Singer redundante em erigir um simplismo em achado crucial e em convidar-nos a esquecer matizes importantes que conhecemos há tempos.

*O Tempo*, 9/7/2000

## DE GROUCHO MARX A EDUARDO JORGE

É famosa a boutade em que Groucho Marx declarava que não iria querer entrar em nenhum clube que o aceitasse como sócio. Joseph Stiglitz resume em fórmula análoga o que seria a intuição fundamental da “economia da informação”, proposta como perspectiva apta a apreender fenômenos que a economia neoclássica deixaria na sombra ou distorceria: “eu não vou querer comprar uma coisa de alguém que quer vendê-la”. A suposição é a de que alguém empenhado em vender-me algo provavelmente sabe que o objeto em questão não é de boa qualidade e procura enganar-me. Introduz-se, assim, ao lado das suposições cavalheirescas da economia neoclássica e dos motivos para o intercâmbio econômico que se ajustam a elas (as diferenças nas preferências dos agentes que transacionam e suas vantagens comparativas), um motivo novo, o ânimo de trapaça, que destrói a confiança como substrato que se imagina necessário para as relações de mercado. A *information economics* destaca as assimetrias de informação entre os participantes nas transações e seus efeitos corrosivos sobre diversos aspectos da dinâmica econômica, jogando com categorias, como a de “risco moral”, que soam estranhas na óptica da ciência econômica até há pouco convencional.

Um desdobramento dessa perspectiva é a teoria das relações entre mandantes e agentes em diversos campos, salientando as assimetrias de informação que ocorrem nessas relações e abrem espaço para a trapaça, a ineficiência ou a corrupção. Padrões carecem de informação completa sobre o desempenho dos empregados; proprietários ou acionistas têm dificuldades para inteirar-se apropriadamente do desempenho de gerentes ou administradores; o governo não tem como evitar delegar atividades e espaços de autonomia aos burocratas; o mandato outorgado pelos eleitores aos governantes eleitos, em sociedades complexas, é necessariamente “livre”, no sentido de que os governantes contam com ampla margem de arbítrio na fixação dos objetivos a serem buscados... Daí resulta o problema complicado de assegurar, em casos dessa natureza, a responsabilidade do agente perante o mandante.

Naturalmente, o substrato de confiança acima mencionado pode ter raízes culturais mais ou menos propícias ou sólidas. Lembremos os estudos executados por Ronald Inglehart, há pouco publicados nos Estados Unidos, os quais mostram, num grupo de 65 países de graus diferentes de desenvolvimento econômico e tradições culturais e religiosas diversas, o Brasil

como o caso singular de pior posição entre todos quanto à parcela da população que revela acreditar que se pode confiar nas pessoas, em geral, nas relações sociais de todo tipo. É claro que defrontamos, assim, um difícil desafio no plano cultural ou de psicologia coletiva. Embora os esforços nesse plano sejam, em princípio, de amadurecimento mais ou menos lento, é com respeito a eles que a dimensão simbólica da liderança política, de que temos sido carentes, pode fazer efeito decisivo.

Mas as consequências negativas apontadas pela economia da informação se impõem inequivocamente mesmo em circunstâncias culturais mais favoráveis do que as nossas. Daí que não haja como prescindir de mecanismos institucionais que, em vez de contar com a cultura e as disposições morais propícias, contem com o egoísmo dos interesses e a disposição à trapaça e à corrupção, buscando controlá-los e assegurar a responsabilidade dos agentes envolvidos.

O Brasil do momento, com Eduardo Jorge na berlinda, permite apreciar comparativamente dois desses mecanismos. O primeiro é a imprensa, que tende a ser, pelo menos em alguns casos (e junto, certamente, com o cão farejador de nosso novo Ministério Público), o exemplo por excelência da presunção segundo a qual haveria propensão generalizada à trapaça. O problema com a imprensa é que, influenciando forte e precocemente a chamada “opinião pública”, os efeitos de sua ação tendem a resultar em prejulgamento, e a denúncia ou o desvendamento de indícios se torna equivalente à condenação. Seria possível lembrar casos como o de Alcení Guerra e o da escola paulista denunciada há tempos. Mas também o depoimento de Eduardo Jorge na quinta-feira passada, permitindo contrapor a imprensa à ação congressional como mecanismo de controle, ilustra vividamente o problema. Sem necessariamente prejudicar o que talvez se venha a revelar como a verdade final dos fatos, é notável que alguém capaz de defender-se no Congresso de maneira tão segura e persuasiva possa ter sido transformado, em período tão curto de tempo e aos olhos de tanta gente, em reles bandido a ser execrado. Com as limitações patentes de muitos dos nossos congressistas, no que nem cabe vê-los como lá muito peculiares, menos mal que nossa precária democracia possa contar com um fórum de inquirição e debates como o que pudemos contemplar em operação na quinta-feira.

*O Tempo*, 6/8/2000

## AGENTES ECONÔMICOS, CIDADÃOS E OTÁRIOS

Pesquisas relacionadas com a dinâmica da democracia, incluindo sua implantação ou consolidação e a eventual erosão das condições de estabilidade democrática, têm apontado o papel de fatores de natureza cognitiva, como as crenças, percepções e expectativas. Esse foco surge como intermediário entre duas posições que se contrapõem. A primeira se pretende “realista”, destacando o jogo de atores que calculam em função de interesses e a necessidade de que as instituições da democracia (a constituição democrática) contem com esse jogo e sejam a expressão mais ou menos direta dos seus resultados. A segunda salienta a importância que teriam as normas democráticas e o fato de que haja a assimilação suficientemente difundida de uma cultura cívica, que viria a enquadrar e limitar o próprio jogo dos interesses. A conciliação representada pela ênfase nos fatores cognitivos tem sustentado, com base em estudos empíricos sistemáticos, que os elementos de informação contidos nas percepções e expectativas, sendo obviamente cruciais para o cálculo relacionado com os interesses, afetam também fortemente a possibilidade de que as normas operem de modo efetivo ou, ao contrário, se tornem irrelevantes, mesmo quando são objeto de adesão convencional.

O decisivo a respeito tem a ver com as percepções e expectativas de cada qual quanto ao comportamento dos outros e os problemas que daí decorrem. Um aspecto é o destacado em análises de Timur Kuran que discute há algum tempo: o fato de que o comportamento dos demais, como expressão de suas próprias crenças e expectativas ou normas e valores, se cristaliza para nós numa “opinião pública” à qual somos pressionados a nos ajustarmos, frequentemente com o falseamento de nossas preferências ou convicções privadas e com consequências políticas importantes. Mas outro aspecto é talvez de alcance ainda maior em seus efeitos. Trata-se do condicionamento que a percepção do comportamento dos outros exerce sobre as expectativas de cada um a respeito da relevância ou irrelevância de suas próprias ações para a obtenção de resultados coletivamente desejáveis, mesmo se supomos que não exista a disposição “esperta” de cada qual a dispensar-se de esforços próprios e tomar carona nos esforços dos demais. O exemplo que melhor esclarece o problema é provavelmente o da inflação que se acelera: ainda que estejamos todos convencidos do que há de

conveniente ou desejável em que os preços sejam estáveis, se cada um espera que os demais aumentem seus preços seremos todos induzidos a agir de maneira a acelerar a inflação – e a percepção do risco cada vez mais nítido da hiperinflação catastrófica para todos só faz intensificar essa lógica perversa. Nas condições de inflação acelerada, e dado o complicado problema de coordenação, minha ação é irrelevante para o resultado global, e não aumentar meus preços seria apenas “bancarrato”.

Algo análogo ocorre no plano político com a operação das normas cívicas e democráticas. Se sou um democrata de convicções cívicas, agirei de acordo com essas convicções – desde que seja razoável contar com que os outros façam o mesmo. Se, ao contrário, percebo que o jogo geral é um jogo que incita a busca esperta do interesse próprio e que meu civismo é inútil do ponto de vista coletivo, redundando em fazer de mim um provável otário, serei estimulado ao cinismo e a jogar o jogo – e isso, mostram os dados, tanto mais quanto mais eu possa ser visto como integrante de uma elite informada e sofisticada (que tem melhores condições de avaliar a perfídia do jogo...), não obstante o fato de que os integrantes dessa elite tendam a ser também, em princípio, os cidadãos convencionalmente mais apegados às virtudes cívicas.

Dáí decorrem, tudo indica, consequências sombrias para o mundo novo cuja inauguração presenciamos. Chamei há pouco a atenção para a coincidência reveladora de dois livros recentes, de Alan Murray e Robert Putnam, um tecendo loas à “nova economia” dos Estados Unidos e o outro denunciando a corrosão do civismo naquele país. Na lógica acima apontada, é, com efeito, difícil escapar de perspectivas pessimistas no plano político, em particular diante do paradoxo de que a exacerbação competitiva que tende a corroer o civismo aumenta ela própria, ao mesmo tempo, a complexidade do desafio de construção político-institucional, que passa a colocar-se também, de maneira imperiosa, em plano mundial.

Restaria contar com lideranças inspiradas. Mas o Brasil dos anos recentes ilustra as dificuldades nesse aspecto. Por um lado, podemos ver, em circunstâncias em que não havia razão para a expectativa de fracasso certo e para a percepção de que cada qual estivesse apenas sendo convidado a bancarrato, um político marginal como Collor pôr em prática com aparente aquiescência geral a medida dramática do confisco da poupança. Agora, porém, cansados e cínicos como estamos com a experiência de

crises várias e das proporções inéditas da violência e da corrupção, que nos fazem todos otários, quando não vítimas fatais, nem um líder da estatura certamente maior de Fernando Henrique, com o lastro do êxito da estabilização e dos indícios de retomada do crescimento, consegue comover-nos com os espasmos de planos de segurança e códigos de ética.

*O Tempo, 27/8/2000*

## **O CIVISMO E A ECONOMIA DE VIRTUDE**

Estamos diante de nova campanha eleitoral, e surgem de novo as indagações a respeito das características dos nossos políticos e eleitores. Serão os eleitores politicamente atentos ou desatentos, participantes ou alheios? Terão preocupações cívicas e virtuosas com o bem público, ou a política apenas os aborrece? E quanto aos políticos, serão singularmente (ou sempre) “fisiológicos”?

Essas questões encontram ressonância em volume coletivo que, embora sem referência direta ao processo eleitoral corrente, a Editora da UFMG lança no momento. Organizado por Newton Bignoto, o volume reúne os esforços de conhecidos cientistas políticos, filósofos e mesmo literatos para, como diz o título, “pensar a república”. “República” remete aí à tradição republicana que, vista como remontando à Atenas clássica e à Roma republicana, serve aos autores como invólucro para tematizar justamente o ânimo de participação responsável nos assuntos públicos e a virtude cívica, em contraposição ao privatismo e ao egoísmo dos interesses. Constituinte um grupo de discussões que se reúne de tempos em tempos, os autores (os “repúblicos”, como gostam de chamar-se) produzem ensaios de perspectivas convergentes, embora com focos diversificados, e de leitura em geral recompensadora.

De minha parte, sou mais inclinado do que parece ser o caso dos autores (apesar dos matizes que se podem encontrar entre eles) a destacar um elemento de realismo na consideração dos problemas a que o volume procura aplicar a óptica republicana. Tenho apontado o fato de que, de acordo com dados de pesquisas empíricas recentes, mesmo as normas cívicas a que efetivamente se adere tendem a tornar-se inoperantes, ou até a transformar-se em cinismo, na ocorrência de certas condições de ordem cognitiva – ou seja, diante de percepções e expectativas sobre o comportamento dos outros em que agir cívicamente possa surgir como correspondendo a “banco de otário”. Assim, de maneira em parte independente da adesão mais ou menos difundida às normas cívicas, a conquista da democracia e sua preservação podem depender de um complicado problema de coordenação em que as cognições e expectativas venham a convergir de modo consistente em direção propícia. Naturalmente, a aposta nessa feliz convergência se torna tanto mais problemática nas circunstâncias da atualidade, com a exacerbação competitiva favorecendo a corrosão do civismo.

Mas isso não é tudo. Os dados indicam também que o efeito pelo qual o civismo tende a transformar-se em cinismo se dá mais agudamente entre os membros da elite informada e sofisticada, que, se por um lado são justamente os mais envolvidos na política e os mais apegados às virtudes cívicas, por outro têm melhores condições de avaliar com acuidade os efeitos negativos do eventual cinismo dos demais e a consequente precariedade da contribuição que seu próprio civismo poderia trazer para a coletividade. Ora, se a maior sofisticação que caracteriza a elite torna o civismo mais apto a degenerar em cinismo, então uma “cultura cívica” capaz de ter as consequências benéficas que normalmente lhe são atribuídas com respeito à democracia não deveria ser muito exigente quanto à sofisticação e ao envolvimento político dos cidadãos – ela teria antes na relativa apatia destes um correlato necessário. Vemo-nos expostos, assim, aos paradoxos de uma teoria da democracia que a liga com certa passividade e até ingenuidade, por contraste com o ideal republicano do cidadão alerta e participante. De qualquer modo, estudos recentes sobre o funcionamento da democracia mesmo em países de maior tradição democrática (como os de David Elkins sobre o Canadá) têm destacado a articulação entre minorias informadas ou “cognitivamente competentes” e maiorias apáticas, concluindo que “o problema da estabilidade democrática consiste na agregação política de minorias sensíveis às questões políticas, e não em algum nível geral de apoio para a comunidade política ou o regime”.

Considerações como essas podem ser postas em correspondência com a perspectiva clássica dos “pais fundadores” da república norte-americana, especialmente Madison, que, em vez de contar com a virtude, viram a tarefa de construção com que se defrontavam como envolvendo a necessidade de “economizar virtude”, na expressão de Bruce Ackerman, e de erigir uma aparelhagem institucional que contasse com as “facções” ou os interesses estreitos e se mostrasse capaz de processá-los de maneira positiva. Resta, ainda, uma ponderação crucial: mesmo de um ponto de vista doutrinário (em contraste com as imposições do realismo político), cabe ver os interesses, tomados quer no plano do mercado ou no da busca de objetivos próprios de qualquer natureza, como algo essencial à realização do valor da autonomia. Por importante que seja o valor relativo à solidariedade e ao civismo, não caberia falar de cidadania se a autonomia como valor não estivesse contemplada. E o grande desafio do ideal contemporâneo de cidadania é o de como conciliar tais valores antagônicos.

*O Tempo*, 10/9/2000

## **INTERESSES PRIVADOS E O OUVIDO DO ESTADO**

As ações agressivas do MST pelo atendimento das reivindicações que dirige ao governo ensejam o exame da questão da articulação democrática entre Estado e sociedade. Se o Estado deve ser, em tese, o instrumento de algo que caiba descrever como o interesse geral, há a necessidade de mecanismos que o tornem sensível à sociedade. Ocorre que a sociedade é uma entidade plural, que se diferencia, entre outras coisas, quanto ao poder de que gozam os múltiplos interesses que a compõem.

Um mecanismo crucial, naturalmente, é o que se tem no processo eleitoral, que busca neutralizar as desigualdades de poder privado com o sufrágio universal e a atribuição do mesmo valor ao voto de cada cidadão. Já aqui, porém, as desigualdades sociais se fazem sentir, em função de coisas como o custo econômico das campanhas eleitorais. Se é relativamente fácil garantir a igualdade quanto ao direito de votar, subsistem, não obstante o tédio da propaganda eleitoral gratuita, claras diferenças quanto ao direito de ser votado.

Mais importante, contudo, do que o efeito das diferenças de poder privado sobre o intermitente processo eleitoral é o seu efeito sobre a possibilidade de acesso continuado à aparelhagem do estado. Lembro sempre uma longa entrevista de Antônio Ermírio de Moraes a um canal de televisão, durante o regime autoritário, na qual ele declarava com insistência sua condição de homem “apolítico” – declaração acompanhada de repetidas menções a conversas telefônicas com o então ministro da Fazenda ou do Planejamento... Caberia perguntar para que ser “político” quando se tem o Estado ao telefone. Mas o problema é mais complicado: se o acesso ao telefone do Estado é útil ao empresário na busca de seus fins, o Estado não tem como evitar, ele próprio, como vários analistas assinalaram, a necessidade de estar em diálogo assíduo com os interesses empresariais, dado justamente o poder privado que lhes corresponde e sua importância para a administração da economia, de fatal impacto sobre a política e a sorte dos governos. Quem realmente não pode prescindir de tratar de recorrer à ação política para assegurar o ouvido ou a atenção do Estado são antes os setores populares. Por certo, o voto é seu instrumento último, mas acabamos de ver as limitações que o poder privado impõe ao processo eleitoral.

Um desdobramento importante disso se dá no que se refere à distinção entre a ação do Estado no plano da democracia política e no da democracia social. Naquela se trata da defesa estatal dos chamados “direitos liberais”, de natureza civil e política; nesta se trata da promoção das “liberdades positivas” ou dos “direitos sociais”, com a promoção dos destituídos e a ampliação das possibilidades de escolha para todos. A afirmação dos direitos sociais e sua incorporação à própria ideia de cidadania dependeu historicamente de um conjunto de circunstâncias em que a ação política e o poder do sufrágio ensejaram certa compensação do poder empresarial e o chamado “compromisso social”, com a representação mais ou menos institucionalizada de diferentes interesses privados junto ao Estado em arranjos de tipo corporativo.

A falha em alcançar o equilíbrio e o compromisso correspondente tendeu a resultar (como em nossa pesada experiência autoritária recente) em que as desigualdades de poder privado se projetassem diretamente sobre o Estado, não apenas cerceando e enviesando sua capacidade de ser sensível aos diversos interesses e eventualmente sua atuação social, mas também comprometendo-lhe a ação no plano político e transformando-o em máquina repressora e ditatorial. Se os interesses empresariais podem ser vistos como afins a certo liberalismo, o desdobramento propriamente democrático do liberalismo sem dúvida depende de bases sociais mais amplas, que a carência do compromisso inviabiliza. A grande indagação é o que cabe esperar nas circunstâncias da atualidade, quando o equilíbrio de forças se vê minado pela própria dinâmica dos fatores econômicos e por suas consequências sobre a possibilidade de que os setores deficientes em termos de poder privado possam pretender valer-se com êxito da ação junto ao Estado para obter compensação e eventualmente garantir o compromisso democrático.

Como quer que seja, a atuação do MST pode talvez ser vista como expressão exacerbada e algo desesperada do desequilíbrio e da precariedade do acesso de certos setores ao poder do estado. Sem bases sociais ou estruturais efetivas de poder, o movimento só ganha alguma perspectiva de sensibilizar o Estado na medida em que possa produzir agitação capaz de lhe angariar a simpatia da opinião pública. Mas, precisamente pela deficiência de sua inserção estrutural, na qual não detém o controle de instrumentos de importância para a dinâmica econômica, a agitação em que pode envolver-se beira a simples delinquência, tornando o movimento uma

espécie de manifestação peculiar do “hobbesianismo” e da violência apolítica que grassam no país e tendendo a esgotar rapidamente as disposições favoráveis que eventualmente suscite na opinião pública. Apesar da retórica anacrônica e por incômodo que seja, o MST obviamente não tem como tomar de assalto o Estado.

O que, com certeza, é bom. Mas cabe talvez desejar que o MST e muitos de nós tivéssemos melhores chances de alugar o ouvido do Estado sem a necessidade de ocupar fazendas. Pois são poucas as fazendas, reais ou metafóricas, para ocupar.

*O Tempo, 24/9/2000*

## MERCADO, ATENAS E BAHIA

A propósito dos acontecimentos desta semana em Praga, onde os participantes do Encontro Anual FMI/Banco Mundial se viram assediados por manifestantes irados, Clóvis Rossi citava, na *Folha de S. Paulo* de terça-feira, a definição do confronto entre partidários e adversários da globalização dada pelo jornalista Roger Cohen: tratar-se-ia da batalha do capital universal contra princípios universais.

A definição é imprópria. Não há razão para se pretender que a dinâmica do mercado em que se assenta o capitalismo e que prevalece cada vez mais em escala global não envolva princípios. Ao contrário, a afirmação dos princípios próprios do mercado tem tradução imediata em termos de valores que nos são caros e que, de alguma forma, se expressam mesmo nos objetivos confusamente buscados pelos adversários da globalização que agora se mobilizam. Trata-se, com o mercado, de valores como a autonomia e o individualismo, a ampliação da possibilidade de escolha pessoal, a ideia de premiar o esforço ou o desempenho individual, a neutralização do tradicional condicionamento das oportunidades das pessoas pelo nascimento neste ou naquele grupo ou categoria social, ou seja, pela ação do princípio do status (oposto ao do mercado) na qual se revela, naturalmente, o domínio de umas categorias sociais por outras. Na verdade, como análises clássicas das ciências sociais destacaram, o mercado pode mesmo ser vinculado à operação de uma forma peculiar de solidariedade ou comunidade, a qual permite que as relações entre estranhos, em vez da fatal beligerância, possam assumir a forma do intercâmbio amistoso e reciprocamente proveitoso. Aliás, nesse aspecto se encontra, sem dúvida, o fundamento da tendência expansiva do mercado capitalista, que acaba por fazer virtualmente do planeta como tal seu espaço de atuação.

É claro que o princípio do mercado por si só não basta. Se não houvesse o condicionamento exercido por fatores sociais que escapam ao nosso controle individual, não seria possível a conformação da nossa identidade pessoal, sem a qual, por sua vez, não caberia falar de autonomia ou de individualismo. Além disso, a ênfase excessiva no desempenho individual desaguardaria na competição exacerbada e sem repouso. A presença de certo elemento de status é talvez aceitável, por um lado, como uma

espécie de prêmio ao esforço desenvolvido anteriormente, enquanto, por outro lado, cabe defender a atenção e algum tipo de compensação para aqueles que não têm condições de participar com êxito da competição.

Considerado o Brasil à luz dessas ponderações, vê-se que nosso problema pode talvez descrever-se como sendo, em grande medida, justamente o de criar mercado. Essa caracterização parte da constatação de que, em nossa sociedade desigual e de tradições aristocráticas, o espaço para a operação real do princípio do mercado se acha restrito, em grande medida, àqueles que se beneficiaram desde sempre, por nascimento e herança, das posições mais favorecidas, ou seja, da decisiva atuação de fatores de status. Assim, recomendar pura e simplesmente a inserção tão expedita quanto possível do país na dinâmica mercantil da atualidade redundaria em omitir a barreira formidável que aqueles fatores representam à operação do mercado e que a história de décadas de intenso crescimento capitalista ficou longe de superar. Atentar, portanto, para as diferenças de status, ou para o pesado lastro negativo herdado por amplas camadas da população, é condição para tratar de habilitar tais camadas para o mercado de que se vêm excluídas e no qual as qualificações requeridas para a participação bem-sucedida se tornam cada dia mais difíceis.

Não parece haver razões de otimismo diante disso, sobretudo tendo em vista as limitações novas à ação do Estado como agente das compensações sociais que se fariam necessárias. Mas talvez seja possível buscar alento em outro aspecto, ligado antes às relações entre mercado e solidariedade que às tensões entre mercado e status. Refiro-me a algo que surge como a razão para que o Brasil seja reiteradamente tomado como exemplo positivo em um dos best-sellers do momento, “O Ócio Criativo”, de autoria de Domenico de Masi, onde, na verdade, nosso país acaba por fornecer uma espécie de esperançoso fecho de ouro. Descontada a clara e mesmo desfrutável idealização do Brasil feita por de Masi (que leva, por exemplo, a que a Bahia seja assimilada sem mais à Atenas de Péricles a propósito do “ócio criativo que permite equilíbrio e beleza”), fica o potencial de solidariedade contido no que o autor denomina a “inclusividade” brasileira, entendida como a disposição “de acolher todos os diversos, de fazer conviver pacificamente, sincreticamente, todas as raças da Terra e todos os deuses do céu”.

Oxalá viéssemos de fato a fazer jus a essa avaliação, construindo um grande mercado de gente autônoma e próspera sobre um substrato solidário – e capaz de mitigar a cansaça da competição com a pitada de aristocratismo que permitisse conciliar o trabalho com o lazer rico e criativo para todos.

*O Tempo*, 1/10/2000

## **DEMOCRACIA, MERCADO E ONGS**

Em matéria relacionada com as manifestações ocorridas em Praga por ocasião do recente encontro entre o FMI e o Banco Mundial, a revista *The Economist* da semana passada examina algumas questões quanto à atuação das organizações não-governamentais (ONGs) que se têm envolvido em eventos análogos.

O aspecto mais saliente é a eficiência dessa atuação. Num tom que é mais de lamentação do que constata, a revista destaca o fato de que a movimentação das ONGs tem sido efetiva e adverte para o erro de pretender vê-la como mero ruído incômodo e para os perigos que ela pode envolver para a continuidade do processo de globalização. Ironicamente, a eficiência dos protestos decorre em parte importante de que os ativistas, como apontado por uma analista norte-americana citada por *The Economist*, se globalizaram com maior rapidez do que as firmas que constituem seu alvo, com a Internet representando um instrumento crucial na organização dos vários tipos de atividade dos grupos de protesto. Seja como for, e independentemente do êxito em inviabilizar esta ou aquela reunião de burocratas internacionais, é bem claro o impacto da movimentação desses grupos no que se refere ao questionamento da legitimidade de vários aspectos associados ao processo geral de globalização, como seus efeitos nos planos ambiental, do trabalho e das desigualdades produzidas entre países ou dentro dos países. Esse impacto tem por certo algo a ver com a má consciência revelada na retórica da pobreza adotada há pouco pelo Banco Mundial e o FMI, seus esforços de cooptação de ONGs mais moderadas (chamadas, por exemplo, para reuniões no encontro de Praga) e mesmo a acomodação buscada por grandes corporações em torno de questões como as condições de trabalho nos países mais pobres.

Ao lado da eficiência, dois outros aspectos podem ser assinalados na matéria de *The Economist*. O primeiro, no qual é possível concordar com a perspectiva da revista, diz respeito aos possíveis equívocos envolvidos nos simplismos e confusões das posições sustentadas pelos grupos de protesto. Assim, as conexões entre desenvolvimento capitalista e pobreza são sem dúvida mais equívocas, mesmo no plano nacional, do que os contestadores parecem dispostos a reconhecer, e as realidades novas da globalização não

fazem senão tornar as coisas mais complicadas. Da mesma forma, pretender impor padrões de regulação trabalhista mais estritos aos países pobres pode eventualmente ter o efeito de piorar as condições dos trabalhadores afetados, em vez de melhorá-las.

O outro aspecto é mais problemático. A revista levanta a questão da legitimidade democrática da própria atuação dos grupos de protesto. Quem os elegeu? O que os autorizaria a pretender extrair a admissão de erros por parte de companhias “cumpridoras da lei” ou a mudança de políticas por parte de governos democraticamente eleitos?

Há aqui, sem dúvida, um ponto com respeito ao qual a arguição tem cabimento. Ele se refere (tal como no caso das ações que o MST tem desenvolvido no Brasil) à indagação de se a legalidade é observada ou se existe a disposição de recorrer à violência – disposição esta que aparece com clareza em algumas das definições dos objetivos buscados na ação dos grupos de protesto antiglobalização.

Resguardado esse limite, porém, pedir às ONGs credenciais democráticas em termos eleitorais seria certamente impróprio. É parte da dinâmica da democracia que grupos ou categorias que compartilham determinadas opiniões a respeito de problemas de interesse geral tratem de organizar-se autonomamente para vocalizar e promover com eficiência tais opiniões. No caso das ONGs em questão, pode-se notar, além disso, que a forma aberta e transparente de sua atuação contrasta favoravelmente com a ação de entidades como lobbies ou grupos de pressão, a qual, sendo normalmente tratada como legítima, refere-se a interesses privados e tende a assumir formas encobertas ou clandestinas.

Mas há algo mais, que surge de maneira natural num contexto em que se trata da vigorosa afirmação transnacional do mercado, vista com olhos propícios por *The Economist*: seria o caso de pedir credenciais democráticas às grandes corporações “cumpridoras da lei”, cujas decisões frequentemente afetam de maneira dramática a vida de tanta gente? Sem falar de socialismo, pode-se lembrar a perspectiva de Robert Dahl, cientista político norte-americano, que há muitos anos chamava tais corporações de “pseudo-privadas” justamente pelo alcance público de suas decisões, clamando pela democratização dessas decisões por meio de alguma forma de representação dos interesses afetados. O problema, naturalmente, é o de como conciliar de modo adequado o interesse público e a autonomia dos

agentes na busca de seus objetivos de qualquer natureza. E se a salvaguarda do interesse público supõe a regulação que garanta a operação de mecanismos democráticos, a autonomia expressa no mercado é também um crucial valor democrático. Até onde regular democrática e politicamente a esfera econômica e privada, até que ponto deixar que a autonomia do mercado penetre a esfera convencionalmente “política”?

*O Tempo*, 8/10/2000

## NINGUÉM RECOMENDA AO PRESIDENTE

Dias atrás, enfrentando-se da Alemanha com Antônio Carlos Magalhães, Fernando Henrique Cardoso declarava que ninguém recomenda nada ao presidente da República. Temos, pelo menos, clara impropriedade de linguagem. É trivial que o presidente recebe (e espera receber) recomendações de seus assessores e ministros no dia-a-dia das atividades de governo. Ele poderia talvez dizer que ninguém dá ordens ao presidente ou lhe encaminha instruções revestidas de autoridade. Do ponto de vista legal ou normativo, isso será certo na esfera própria do poder executivo. Mas deixa de lado e distorce o que deve prevalecer nas relações do poder executivo com os poderes legislativo e judiciário, sem falar do processo eleitoral e da ideia de um mandato que os líderes eleitos recebem do povo, no qual residiria a soberania. O que está em jogo, assim, é o problema da responsabilidade dos governantes e das maneiras de assegurá-la.

Em volume coletivo recente, B. Manin, A. Przeworski e S. Stokes exploram as razões pelas quais caberia esperar que os governos ajam no interesse do povo. Descontada a possibilidade de que somente pessoas de espírito público e incorruptíveis se ofereçam para o serviço público, restam algumas outras. Uma é a de que, não obstante as diferenças de interesses, motivação e competência dos candidatos, os eleitores escolham com eficiência seja os de espírito público, seja aqueles cujos interesses correspondam aos seus próprios. Outra possibilidade é a de que os eleitores ameacem com a não-reeleição aqueles que se desviem do caminho da virtude. Se se toma o fato de o governo agir de acordo com o melhor interesse do público (ou pelo menos de uma maioria dele) como correspondendo à ideia do governo “representativo”, o que veríamos nesses casos seria a operação propriamente dos mecanismos democráticos, ou o impacto direto do voto, resultando em que os governos sejam representativos. Trata-se daquilo que Guillermo O’Donnell, em ensaio de há alguns anos, chamava de responsabilidade “vertical”, ligando diretamente o governo e os cidadãos.

Um problema crucial que surge aqui tem a ver com a distinção entre mandato imperativo, em que os governantes agiriam de acordo com instruções explícitas dos cidadãos que representam, e mandato livre, em que se espera que os governantes busquem o interesse público com

independência perante os desejos imediatistas ou míopes dos eleitores. A grande dificuldade envolvida diz respeito à questão do acesso à informação necessária para as decisões, em que ocorre inevitável assimetria entre os cidadãos e os titulares do governo como consequência da riqueza de informação inerente ao simples exercício do governo. Dificilmente seria sustentável a ideia de que governante representativo seja aquele que se volta a cada passo para as preferências dos eleitores – tal como se expressam, por exemplo, nas pesquisas de opinião ou nas medidas de popularidade do governante. E o problema se torna tanto mais complicado em circunstâncias em que a grande maioria do eleitorado é politicamente desatenta e desinformada.

Mas Manin, Przeworski e Stokes consideram ainda uma terceira razão para a ação governamental conforme à ideia do bem público: a possibilidade de que os diferentes ramos do governo se equilibrem e controlem reciprocamente, de forma que o resultado seja a promoção do interesse público. Trata-se aqui do que O’Donnell chamou de responsabilidade “horizontal”.

Algo curioso a respeito é que a parafernália institucional da separação de poderes e dos “freios e contrapesos” está historicamente associada, sobretudo na importante experiência norte-americana, com a intenção de prover antes uma defesa constitucional contra o excessivo vigor da manifestação dos interesses, que podem assumir a forma de “facções” propensas à tirania, mesmo se a tirania da maioria. Se supomos eleitores em geral desatentos, pouco informados e de reduzida propensão à participação cívica, os mecanismos “horizontais” de controle da ação governamental aparecem, em princípio, como tanto mais necessários para que eventualmente se venha a assegurar o interesse público, substituindo a vigilância dos cidadãos e da “opinião pública” como tal pela vigilância institucional exercida reciprocamente pelos diferentes poderes.

Mas há uma condição, difícil de ser satisfeita na ausência de adequado envolvimento dos próprios cidadãos ou eleitores: a de que o jogo no plano institucional não tenda a assumir a forma de um conluio em que a vigilância relaxe e se torne fictícia ou pro forma. Nossos desmoralizados tribunais de contas fornecem talvez a melhor ilustração nos dias que correm. E a tese da “conciliação” entre as elites que há muito se propõe com relação à história política brasileira sugere as consequências de longo

prazo que daí podem advir, com a preservação indefinida de nossa sociedade dual.

Portanto, o x da questão parece consistir na articulação que se dê entre os mecanismos horizontais e verticais para garantir a responsabilidade governamental. E haja recomendações ao presidente.

*O Tempo*, 15/10/2000

## **O PODER QUE CORROMPE**

Ocupei-me aqui, há algumas semanas, das relações entre o Poder Executivo e o Congresso. Mas os problemas envolvidos nas relações entre o Judiciário e os demais poderes têm recentemente surgido como merecendo especial atenção.

O Poder Judiciário e o meio jurídico, há muito marcados, entre nós, por conservadorismo e ritualismo, passaram a mostrar, pelo menos desde os debates da Assembléia Constituinte, uma surpreendente face ativista e radical. Isso ocorre num ambiente em que temos visto, em seguida à restauração da democracia, a imersão do Judiciário no mundo dos conflitos políticos, com a dupla consequência descrita pelos analistas em termos da “judicialização da política”, em que o Judiciário se vê inundado por demandas novas, e da “politização da Justiça”, em que o sistema judicial é contaminado pelo debate político. O Ministério Público, cuja face foi dramaticamente transformada pela Constituição de 1988 (retirado da alçada do Poder Executivo, dotado de autonomia administrativa e funcional e deslocado da defesa do Estado para a condição de guardião dos direitos da sociedade), é provavelmente o reflexo institucional mais importante do novo clima que se cria. Apesar do zelo ocasionalmente excessivo e das eventuais distorções que se têm apontado na motivação dos jovens procuradores, a serem eventualmente contidos por meios legais de maneira apropriada, seu ânimo investigativo promete resultar em ganho real para o interesse público.

É natural, de todo modo, que o Ministério Público seja objeto da atenção do Poder Executivo, já que este constitui alvo importante do trabalho dos procuradores. O que é talvez peculiar é que essa atenção acabe por assumir a forma da Medida Provisória 2088, onde o Executivo, com recurso a instrumentos discricionários de aplicabilidade mais que duvidosa do ponto de vista legal, busca inequivocamente cercear a ação de investigação dos procuradores, por meio de mecanismos também juridicamente precários e que os expõem, fragilizados, aos efeitos da própria Lei da Improbidade Administrativa que constitui referência importante em seu trabalho. A peculiaridade decorre de que aqui não se trata, a rigor, nem de politização da Justiça nem de judicialização da política: o que temos é antes o empenho governamental de acomodar a ação do importante instrumento novo representado pelo Ministério Público à visão do certo e do errado que tem o próprio governo.

Ora, essa visão é marcada por um jacobinismo afirmativo e autoritário, em que perspectivas diferentes das do governo não expressariam senão erro ou má-fé. Vá lá que tal jacobinismo surja nas relações do governo com a oposição, embora já aí ele não seja o que caberia esperar de mais saudável. Ocorre, porém, que há muito ele se mostra com nitidez nas relações do governo com as outras esferas institucionais, especialmente o Poder Judiciário. Ele transparecia com força, por exemplo, nas insistentes denúncias de Bresser Pereira, como ministro dedicado a pensar a reforma do Estado, em que o Judiciário assumia o papel de vilão principal, embaraçando a ação ágil do Executivo com seu “viés liberal antiestatal” e com as ações “injustas e infundadas” contra o Estado. Que esse espírito possa chegar a impregnar o governo de um Fernando Henrique Cardoso a ponto de amadurecer na MP 2088 redundando em clara corroboração de que o poder corrompe. E a presteza com que o governo recuou a respeito, anunciando primeiro a exclusão da multa fixada para ações “manifestamente improcedentes” e em seguida a disposição de deixar de reeditar a própria MP, não faz senão cumular o jacobinismo autoritário com certa feição trêfega e pouco séria que não é sequer fiel ao jacobinismo como tal – feição evidenciada, aliás, nas tergiversações de Fernando Henrique quanto ao primeiro recuo, em entrevista de há um par de semanas no “Bom Dia, Brasil”.

Mas também nas manifestações de membros destacados do Judiciário tivemos a evidência das deficiências institucionais que nos cercam. Refiro-me às declarações do ministro Marco Aurélio de Mello a propósito da questão do sigilo bancário, obviamente inoportunas e de precária consistência quanto ao conteúdo dos argumentos. Devendo assumir proximamente nada menos que a presidência do Supremo Tribunal Federal, o ministro sentiu-se à vontade para manifestar de público, em circunstâncias em que o órgão a que pertence é chamado a deliberar a respeito, sua posição contrária às modificações propostas na legislação para permitir à Receita Federal agir de maneira mais eficiente contra os sonegadores. Talvez se possa pretender ver indícios de jacobinismo e perigos de autoritarismo nas disposições do governo também a esse respeito. Mas a precipitada parlapatice do ministro do STF sugere algo mais: em vez do ideal da Justiça que paira acima dos interesses e seus conflitos, ela insinua, em versão tosca e rombuda, a face correspondente ao Judiciário da sensibilidade especial que alguns apontam por parte do Estado perante os interesses dos donos do dinheiro. Há muitos poderes capazes de corromper, de várias formas.

*O Tempo*, 21/1/2001

## AS INSTITUIÇÕES E O PIRÃO DE CADA UM

A indagação talvez mais intrigante a respeito da violação do painel do Senado é a da possível motivação dos senadores que nela se viram envolvidos. Afinal, Antônio Carlos Magalhães e José Roberto Arruda surgem como os responsáveis por uma operação de objetivos nebulosos, em que a grave impropriedade da conduta de ambos não parece explicar-se sequer em termos de interesses menores ou dos ganhos pessoais a serem dela extraídos. O que acaba emergindo é que o imbróglio provavelmente se deve apenas à leviandade e ao mero desfastio de lideranças algo ociosas, as quais, recebida a lista dos votos, se permitem esquecer o assunto, ou mesmo torná-lo o objeto de bazófia e comentários inconsequentes – ao menos até que alguém os grave e divulgue, ora que absurdo!

O interesse disso tem a ver com a maneira como se ajusta ao caráter banal que a conduta desatenta às normas tende a assumir aos olhos de todos nós no cotidiano do país. Nessa perspectiva, a violação do sigilo dos votos no Senado, ou a apropriação privada de recursos públicos na Sudam ou na Sudene, aparece apenas como a manifestação especial de uma cultura enraizada. Por certo, há o difundido apego ostensivo à visão do bem público como sacrossanto, com a consequência de que os políticos, ao lidar com ele de maneira relapsa, se tornam merecedores da generalizada desconfiança popular. Mas esquecemos que a mesma disposição relaxada e banalizadora marca igualmente a pequena corrupção de múltiplas faces presente em nosso relacionamento com a esfera pública. Gente esperta que somos, estamos prontos a burlar as regras de trânsito e a escusar, ou mesmo a avaliar de maneira positiva, os impostos que se sonegam, as férias desfrutadas na praia que se “vendem” nas universidades públicas, os funcionários públicos que transferem, sempre que possível, pequenas despesas para a “viúva”, as diárias indevidas que se cobram...

Mas há outras ramificações. Se essa cultura tolerante tem uma face em que se move sobretudo a classe média e que é afim às grandes maracutaías a que reagimos indignados, é difícil, naturalmente, pretender que venhamos a ter a observância das normas na esfera em que se trata da criminalidade comum e da violência, que encontram condições mais favoráveis no meio popular e nas populações periféricas. E por que esperar

que haja apreço às normas no plano propriamente político em que estão em jogo o vigor e a estabilidade das instituições democráticas como tal?

Anos atrás, Samuel Huntington, de Harvard, opunha a condição “cívica” das sociedades de democracia institucionalizada à condição que designava como “pretorianismo”, distinguida pela fragilidade das instituições e normas. Em consequência dessa fragilidade, a arena política perderia autonomia e se veria exposta à afirmação, feita em termos diretos e sem a devida mediação institucional, dos interesses de categorias diversas, cada uma das quais usando os recursos que tem à mão: os trabalhadores farão talvez greves políticas (eventualmente, se camponeses, ocupações políticas de fazendas...) e os estudantes protestarão em manifestações, enquanto os plutocratas corromperão – e os militares darão golpes, tornando-se, como detentores dos meios de coerção física, os protagonistas decisivos da condição pretoriana. Se as chances de golpes militares parecem remotas no Brasil do momento, Huntington ficaria provavelmente surpreso com outro traço em que nosso pretorianismo se mostra bem vivo. Pois temos tido na própria Justiça, a guardiã das normas e o ator por excelência em que a feição institucional da vida política da coletividade deveria encarnar-se, uma corporação a atuar abertamente de acordo com a cultura pretoriana e sua lógica. Assim, vimos, não mais que dias atrás, o Supremo Tribunal Federal a manipular com desenvoltura o seu próprio regimento para assegurar estreitos interesses particulares. Mas o traço pretoriano é certamente mais claro na decisão do mesmo STF, há algum tempo, a propósito do auxílio-moradia para os juízes. Pois aqui o que vimos foi a Justiça a usar os recursos que a distinguem, e aos quais se associa a força dos símbolos que sugerem distanciamento e rigor (lembre-se a figura de mulher de olhos vendados e munida de balança e espada), para garantir os interesses corporativos dos próprios magistrados: meu pirão primeiro...

A grande indagação subjacente ao problema geral é a de como a implantação de normas e instituições efetivas virá a articular-se com o jogo dos interesses, os quais não cabe, naturalmente, denunciar de vez como ilegítimos. Se não se supõe uma espécie de conversão em que todos se transformem em anjos, como esperar que normas e interesses, ou o público e o privado, se combinem apropriadamente? Este é um ponto a respeito do qual a reflexão política se liga de forma tensa com a dos economistas, em que predomina normalmente o realismo na consideração dos interesses.

Quando dirigida à política, a postura dos economistas costuma apresentar duas variantes. A primeira é uma variante “vulgar”, ilustrada por artigo de grande repercussão do finado Mário Henrique Simonsen, publicado na revista “Veja” há vários anos. Neste caso, as suposições realistas quanto à esfera econômica, em que os interesses egoístas são vistos como a motivação natural e legítima a esperar dos agentes, se combina com a idealização da política como a esfera do “bem público”; mas, como o comportamento real dos políticos está longe de corresponder sempre à busca do bem público, a política e o Estado acabam surgindo como a fatal esfera da corrupção, e a busca do interesse próprio, aceita e mesmo festejada na economia, transforma-se aqui em objeto de denúncia.

O problema com essa posição é que não há por que presumir que a natureza das pessoas, ou a consequência virtuosa ou viciosa de sua orientação supostamente egoísta e interessada, mude conforme se afastem do Estado ou dele se aproximem. E ficamos sem critérios apropriados para apreciar os muitos matizes que as relações dos interesses privados com o Estado podem apresentar. Há, naturalmente, o critério da legalidade, que permite tachar categoricamente como impróprio o desvio de dinheiro público ao estilo Banpará; mas que dizer do Banco Central a resgatar os bancos Marka e FonteCindam, do Proer, das privatizações generosamente financiadas – ou dos empréstimos a juros reais negativos do BNDES, redundando em autênticas doações de recursos públicos a poderosos grupos empresariais? Alguns falam, a respeito, de dependência estrutural do Estado perante os donos do capital, cujos interesses são o motor do dinamismo da economia capitalista e, em consequência, da prosperidade da sociedade como um todo. Dada a face odiosa da articulação que daí resulta entre agentes privados e públicos, torna-se difícil reconhecer com realismo o fato de que o próprio interesse público vem eventualmente impor e justificar o frequente apoio estatal a interesses que surgem à primeira vista como meramente privados. Se admitimos o realismo, porém, é claro que essa articulação proporciona oportunidades numerosas para relações escusas e inaceitável promiscuidade. Onde estará o ponto de equilíbrio?

A outra variante da reflexão política dos economistas, ilustrada com vigor pela produção acadêmica norte-americana dos dias que correm, corresponde a indagar se será talvez possível, realisticamente, alcançar e garantir a democracia ou a “boa” política por meio da simples lógica do jogo dos interesses, de forma que, à parte qualquer norma cívica, a vigência

real de uma constituição democrática e a garantia do interesse público viessem a resultar automaticamente da própria busca dos interesses egoístas em que cada um se empenhe.

Uma perspectiva de certo modo intermediária entre as duas anteriores é a que caracteriza as recomendações dos chamados “pais fundadores” da república norte-americana. Nela, o esforço de construção institucional orientado pela ideia do bem público se combina com postulados realistas ou negativos a respeito da motivação das pessoas em qualquer campo de atuação, traduzindo-se no sistema de “freios e contrapesos” em que se procura neutralizar os efeitos mais deletérios do comportamento faccioso (ou “fisiológico”, como dizemos hoje no Brasil). Trata-se, assim, de criar parâmetros institucionais para o próprio jogo dos interesses em sua feição mais áspera.

Essa estratégia conta antes de tudo com que, em consequência das sanções que decorrem objetivamente do quadro institucional criado, as pessoas deixem de perceber seu interesse próprio como correspondendo sempre às ações puramente egoístas, que se veriam assim desestimuladas. Mas cabe esperar também que, em condições adequadas do ponto de vista da aparelhagem institucional “objetiva”, o jogo dos interesses acabe por transformar a própria cultura, com a pressão da opinião dos demais passando a atuar como foco de sanções de importância especial. Assim se trariam melhores raízes sociopsicológicas para as instituições e se faria delas instituições mais autênticas e efetivas.

O Brasil do momento fornece talvez boa ilustração de vários aspectos dessa dialética das instituições. Ponhamos de lado a violência e a criminalidade comum, de conexões mais remotas com o quadro político-institucional – embora a deterioração social que nelas se expressa não traga bons augúrios democráticos em prazo mais longo. De qualquer modo, se há, por uma parte, as denúncias de corrupção que se acumulam, no mesmo terreno em que pululam as ações corruptas vicejam também as condições que impulsionam as denúncias e permitem os eventos em que a opinião pública tem respaldado claros avanços na esfera institucional em sentido estrito: o impeachment de um presidente, o expurgo dos anões do Orçamento, a atual lavagem pública de roupa suja pelo Senado – e ocasionalmente a mobilização popular direta do tipo “Fora, Collor”. Talvez seja possível encontrar aí o chão propício à construção institucional bem

sucedida. Com a cautela sugerida pelos eventos da última eleição presidencial nos Estados Unidos, em que, não obstante as vetustas e festejadas instituições, claras parcialidades e a adesão à regra do “meu pirão primeiro” foram exibidas no comportamento de todos, do pequeno funcionário partidário à Suprema Corte.

*Jornal do Brasil, 20/5/2001*

## DEMOCRACIA, CIVISMO E CONFIANÇA

Participando há dias de um debate, ouvi de alguém mais – membro de um conhecido e bem intencionado grupo de reflexão e estudos, os “repúblicos”, como gostam de chamar-se – a declaração de que o país necessita recuperar sua tradição republicana e de civismo. Não sei se haverá um momento de nossa história a que se possa pretender fazer remontar uma suposta “tradição” de civismo. Dificilmente, contudo, se poderia apontar civismo nas informações de que dispomos sobre as disposições correntes da população.

Algum leitor mais assíduo de meus artigos no jornal *O Tempo* (se é que tal categoria existe) provavelmente terá notado certa insistência com que tenho falado de pesquisas que indicam o despreço da população em geral pela ideia dos direitos civis. Esses direitos são os mais fundamentais em qualquer democracia verdadeira, envolvendo o respeito à dignidade do cidadão e a proteção dela como condição da possibilidade de manifestação da autonomia de cada qual e do florescimento da própria ideia de cidadania. Em termos das disposições das pessoas, a contrapartida necessária dos direitos civis é justamente o que se costuma designar como civismo, ou seja, certo sentido de responsabilidade coletiva e de virtude pública, que supõe a identificação com a coletividade e a confiança nas relações com os demais, que não aparecerão como orientadas apenas por interesses egoístas.

As pesquisas referidas mostram como, entre nós, a ideia dos direitos civis é negada no difundido apoio da população à violência contida em coisas como o recurso à tortura pela polícia, o linchamento de bandidos e a ação dos “esquadrões da morte”. Tenho sustentado que os dados a respeito colocam em questão a consistência e o significado real de outra verificação de estudos de alguns anos atrás, em que a população brasileira surge como apoiando em grandes proporções a democracia como forma de governo, por oposição à ditadura. Essa falta de consistência, de resto, já se revela com clareza em outros dados que tenho citado, onde se observa a grande receptividade da população diante de uma eventual liderança personalista, antiinstitucional e autoritária. Mas dados recentíssimos do Latinobarômetro (instituição que realiza levantamentos de opinião sistemáticos e assíduos nos países ibéricos e na América Latina), relativos ao ano corrente de 2001 e publicados há algumas semanas pela revista *The Economist*, evidenciam agora essa

inconsistência de outro modo: eles mostram o apoio à democracia em refluxo em toda a América Latina – e o Brasil, onde não mais de 30% manifestam esse apoio (em queda acentuada perante as proporções de anos atrás), só perde em desalento democrático para El Salvador, com sua calamitosa precipitação de 63% a 25% de apoio em apenas dois anos. Compare-se o número brasileiro com o relativo à Argentina: apesar da crise severa que experimentam há anos, 58% dos argentinos ainda manifestam preferência pela democracia no momento atual.

Há algo mais, porém, e talvez especialmente revelador. Os dados do Latinobarômetro mostram também que o Brasil é o recordista negativo, no continente latino-americano, quanto a um item de psicologia coletiva de grande significado potencial. Indagados se acreditam que, “em geral, pode-se confiar na maioria das pessoas”, as respostas positivas dos brasileiros não vão além de cerca de esqueléticos 3% (os resultados são apresentados em gráficos que não permitem leitura de muita precisão), enquanto o país que nos segue no nível geral de desconfiança, a Guatemala, apresenta proporções de cerca de 12% de respostas positivas à pergunta (os confiantes entre os mexicanos, por exemplo, alcançam cerca de 37%). Na verdade, as verificações de agora do Latinobarômetro não representam, a este respeito, senão a corroboração das constatações de estudos anteriores, onde assumem feição ainda mais dramática. Realizados por Ronald Inglehart e publicados há algum tempo, esses estudos mostram o Brasil como o país recordista da desconfiança cívica numa escala em que se trata de dados de nada menos de 65 países de graus diversos de desenvolvimento econômico e de tradições culturais e religiosas diferenciadas (católicos, protestantes, islâmicos, confucianos etc.)...

Os dados relativos ao despreço pelos direitos civis sem dúvida devem ser ligados às condições de criminalidade e violência crescentes que têm marcado a vida brasileira em anos recentes. Mas a desconfiança generalizada perante os demais, se certamente tem a ver também com a violência, pode ser associada de maneira mais ampla a outros traços de nossa realidade social e política, que incluem com destaque o caráter trivial e cotidiano da corrupção e a convivência banalmente cínica com leis que não “pegam” e normas que não têm validade real. É difícil, naturalmente, imaginar que venhamos a contar com instituições políticas sólidas e democracia efetiva enquanto elas tiverem de lançar raízes nesse chão cultural negativo.

*O Tempo*, 19/8/2001

## TERCEIRA PARTE: NAÇÃO BRASILEIRA E QUESTÃO SOCIAL

### O NACIONAL E O GLOBAL

Boa parte das questões suscitadas pela globalização pode ser traduzida em termos de suas consequências para a concepção tradicional de nacionalidade e como dispor-se politicamente a respeito. Numa palavra, cabe ainda ser nacionalista?

De um lado, os processos econômico-tecnológicos que se afirmam globalmente corroem o poder de ação autônoma dos Estados nacionais e comprometem mais que nunca um ideal autárquico referido às nações. De outro, é bem claro que os fundamentos sociopsicológicos do nacionalismo não só seguem existindo, mas na verdade até mesmo se intensificam. Além da irrupção de irredentismos étnicos variados, veja-se a xenofobia fascistóide com que os países avançados vêm reagindo ao aumento das migrações produzido justamente pela dinâmica geral da globalização. E, do ângulo de nosso próprio país, seria difícil pretender desqualificar, por exemplo, a figura de um Darcy Ribeiro, cujo vigoroso sentimento de identificação nacional acabamos de ver evocado com insistência por ocasião de sua morte.

A indagação decisiva consiste em como fazer coexistir apropriadamente os aspectos sociopsicológicos, relativos à ligação entre identidade pessoal e identidade coletiva, e os aspectos objetivos relacionados à economia e à atuação econômico-social do Estado. O nacionalismo brasileiro “clássico”, cuja elaboração intelectual se deveu sobretudo ao Instituto Superior de Estudos Brasileiros (ISEB), nos anos 50, pretendeu fundir esses dois aspectos. Contra as ingenuidades do patriotismo tradicional (nosso céu é mais azul, nossos bosques são mais verdes...), a melhor maneira de se afirmar a identidade coletiva consistiria em levar a cabo as tarefas materiais do desenvolvimento econômico e criar as condições para a autonomia nacional, de acordo com um modelo de “potência autônoma” claramente inspirado nos Estados Unidos. E o Estado teria, sem dúvida, importante papel a cumprir no empreendimento, em contraste com a curiosa esquizofrenia atual de certos setores de opinião –

que sustentam a um tempo a retórica do “Estado mínimo” e a da necessidade de “vontade política” para formular e executar um “projeto nacional”, o que remete a um Estado ativo e complexo.

Há, por certo, um sentido em que a referência ao Estado continua a impor-se como parte da inescapável referência ao nacional: o aparelho do Estado nacional segue sendo, no horizonte visível, um instrumento indispensável e um objeto crucial de disputa pelos diversos interesses setoriais. Contudo, a fusão isebiana entre identidade e economia é claramente insustentável.

Assim, além dos obstáculos opostos pela dinâmica transnacional da globalização a qualquer pretensão autárquica ou mesmo autonomista, cumpre reconhecer que não há razão para se pretender solucionar o problema da identidade coletiva e pessoal em termos das vicissitudes ligadas ao eventual processo de desenvolvimento material: por que não tomar as questões de identidade no terreno *cultural* ao qual elas propriamente pertencem? Nessa óptica, quaisquer que sejam as imposições da inserção econômica na nova dinâmica transnacional, o que importa é se são compatíveis com a preservação dos valores associados a nossa característica multirracial e miscigenada, o português do Brasil, o samba de breque ou a modinha de viola, o futebol jogado com malícia e ginga de corpo...

Mas isso se liga de maneira complexa com o problema social. Nossa “questão nacional” se identifica fortemente com a “questão social”, e não se pode pretender defender os simpáticos valores culturais indicados ao custo da solução do problema social brasileiro: não se pode pretender preservar a favela para preservar o samba autêntico, e é certamente melhor ser um Canadá próspero e igualitário, mesmo se economicamente dependente e de identidade nacional meio descolorida, do que um Brasil de identidade nacional talvez marcante, mas miserável. Não obstante, diante das perversidades das tendências espontâneas do processo mundial no plano econômico-tecnológico e da inviabilidade de um keynesianismo internacional, contar com efetiva ação social do Estado supõe a solidariedade nacional. E algum tipo de nacionalismo terá, sim, de saber afirmar-se, ainda que necessariamente imbuído de espírito crítico.

*O Tempo*, 23/2/1997

## PROJETOS

Ano novo, vida nova. A escala temporal dos anos que mudam é a dos projetos individuais ou pessoais. Mas temos também a virada do século que se avizinha, coincidindo com a virada do milênio: se cabe falar de projetos aqui, serão necessariamente projetos de outro alcance, referidos a coletividades e abarcando gerações. Projetos nacionais, talvez globais?

Há algo de fantasia megalomaniaca na ideia de um projeto nacional. Pois ela envolve a suposição de uma identidade coletiva que, indo além do mero compartilhamento de traços culturais, se traduziria numa vontade comum – e o que se encontra por detrás é com frequência a problemática pretensão de uma elite, real ou suposta, de poder apreender e dar expressão a tal vontade. Mas há algo mais. Pois a megalomania elitista arrisca desdobrar-se em autoritarismo, com a mitificação de objetivos presumidamente nacionais justificando atropelar os interesses e objetivos pessoais ou setoriais.

Essas questões se revolvem em torno de um paradoxo crucial. Despida da mitologia permitida pela suposição da identidade coletiva, a ideia de um projeto nacional (como a da própria organização da coletividade nacional, ou de qualquer outra) só se justifica, em última análise, se se traduzir em criar para cada indivíduo as condições de liberdade e de escolha autônoma e tão rica quanto possível. Mas o empenho de produzir coletivamente tais condições envolve ele próprio um desígnio coletivo – e portanto a necessidade de organização e de ação em nome da coletividade como tal, eventualmente em oposição a desígnios setoriais ou pessoais mais ou menos amplos.

Este é, naturalmente, o paradoxo contido no confronto entre a ideia de uma democracia liberal ou “minimalista” e a de uma democracia social ou “maximalista”, que se opõem quanto ao grau de ação afirmativa por parte do Estado. Se a democracia liberal quer garantir direitos civis e políticos mínimos e o livre jogo dos interesses, restringindo a ação estatal, ela não tem como escapar coerentemente do reconhecimento da necessidade de produção coletiva das condições sociais necessárias àquela garantia. Não admira que as democracias liberais bem-sucedidas como tal tenham acabado por ser, no século 20, democracias sociais, com importante papel

reservado ao Estado na correção coletiva dos efeitos da busca particular dos interesses ou objetivos de qualquer tipo.

Percebe-se como o paradoxo nos permite resvalar de maneira reveladora: aquilo que aparecia inicialmente como concentração elitista e autoritária de poder acaba por assumir a feição de ação legítima em nome de desígnios coletivos. É natural, assim, que tenhamos ao longo de todo o espectro de opiniões políticas, à direita não menos que à esquerda, a mesma esquizofrenia perante o Estado, ora denunciado como instrumento de dominação de uns interesses sobre outros e transformado em objeto de um anseio de contenção ou minimização, ora reclamado como agente da “vontade política” necessária ao projeto nacional ou como instrumento de ação social igualizadora.

Tais perplexidades não fazem senão agravar-se nas circunstâncias desta esquina secular e milenar em que nos encontramos. Nas condições que prevaleceram especialmente nas primeiras décadas que se seguiram à II Guerra Mundial, o contexto nacional representou não apenas o foco coletivo natural para a definição das identidades pessoais dos nascidos em cada país, mas também o espaço privilegiado para a ação social do Estado. Na perspectiva de então, essa ação, não obstante as mitificações contidas em nacionalismos de um tipo ou de outro, podia ser assimilada a um grande desígnio socialmente solidário.

No Brasil da globalização, por seu turno, certamente seguimos tendo boas razões, talvez melhores agora do que antes, para sustentar que a questão nacional é antes de mais nada a questão social. Mas o espaço social interno não é o único em que a ação do Estado nacional como agente de desígnio coletivo se terá de exercer. Pois o mesmo paradoxo geral acima apontado surge agora em escala planetária: como obter organização no plano transnacional que seja capaz de equiparar-se ao alcance da atuação dos mecanismos de mercado, de efeitos sociais tão claramente negativos – e como assegurar que o “projeto global” assim visualizado venha a representar a operação democrática e benigna do indispensável elemento de desígnio nessa nova escala. Vítimas que sejam eles próprios dos processos correntes, não há como deixar de ver nos Estados nacionais os agentes decisivos da busca de tais objetivos.

*O Tempo*, 11/1/1998

## PROJETO NACIONAL

Tomada de maneira consequente, a ideia de um projeto nacional requer um arcabouço mental de cunho nacionalista. Dado o caráter “natural” que veio a adquirir, aos nossos olhos, a forma de organização coletiva correspondente ao Estado-nação moderno, temos grande dificuldade em escapar desse arcabouço, não obstante o aparente comprometimento do Estado-nação que resulta dos processos econômico-tecnológicos da atualidade.

Essa dificuldade fica especialmente nítida nas inconsistências que marcam certas reflexões de linhagem “esquerdista” sobre os problemas pertinentes. É o caso, por exemplo, da chamada “teoria da dependência”, de inspiração marxista, que contou com importante contribuição, em outros tempos, do presidente Fernando Henrique Cardoso. Apesar da crítica de esquerda ao nacionalismo que brota do internacionalismo marxista, a denúncia da “dependência” que a teoria envolve resulta fatalmente num nacionalismo, e foi sempre lida nesses termos, sem embargo dos protestos de alguns dos seus proponentes. Pois a denúncia aponta, naturalmente, a condição de autonomia como desiderato a ser contrastado com a condição de dependência – e supõe que os países, como focos de referência “natural” e proeminente da identidade coletiva de seus membros, devem ser autônomos. Sem favorecer a suposição de identidade nacional, a teoria não poderia escapar de uma alternativa que tornaria sem sentido a denúncia nela contida: ou estender a prescrição de autonomia a toda e qualquer coletividade de qualquer escala (que, como tal, tem também a sua identidade: caberá liberar o Nordeste brasileiro de sua “dependência” perante o Sudeste?), ou simplesmente abrir mão da denúncia em favor do reconhecimento factual de que as coletividades sempre se relacionam em termos que envolvem hierarquia.

Vê-se, assim, que mesmo os marxistas acabam recorrendo à ideia de um projeto nacional referido ao modelo nacionalista da “potência autônoma”. A megalomania e o irrealismo dessa perspectiva são evidentes em quaisquer circunstâncias, pois um mundo de potências igualmente autônomas é simplesmente inconcebível; que dizer, então, nas circunstâncias do mundo transnacional e globalizado que temos diante dos olhos?

A questão que fica é a de se é possível entender de maneira sóbria a ideia de um projeto nacional e dar-lhe algum sentido consistente no mundo em que vivemos. Partindo da máquina organizacional do Estado como instrumento necessário do desígnio coletivo contido em qualquer “projeto” que vá além dos planos pessoal e grupal, a resposta exige o reconhecimento de que o Estado enfrenta dois riscos opostos: o de tornar-se irrelevante diante do jogo dos interesses dispersos ou do mercado, vindo a ser eventualmente “feudalizado” e “balcanizado”, e o de ser apropriado de vez por este ou aquele setor da elite, tornando-se o instrumento autoritário da execução dos objetivos que tal setor defina como os verdadeiros objetivos nacionais.

O espaço que essa alternativa negativa deixa à redefinição da ideia do projeto nacional e à ação correspondente do Estado permite destacar duas grandes linhas de atuação. Em primeiro lugar, a atuação do Estado na administração econômica do capitalismo. Com toda a retórica neoliberal de contenção e minimização do Estado, é patente que se trata aqui de uma necessidade não somente indisfarçável, mas, na verdade, reconhecida consensualmente na hora do aperto, como a crise financeira corrente mais uma vez deixou bem claro. No mundo globalizado, esse aspecto revela um desdobramento complexo e crucial: o de que a escala de ação efetiva na administração do capitalismo transcende os espaços nacionais, mas tem nos Estados nacionais um ator decisivo na eventual constituição dos mecanismos organizacionais de alcance transnacional requeridos.

Em segundo lugar, a atuação social do Estado. Especialmente em condições como as brasileiras, marcadas por extraordinária desigualdade, seria inadmissível que a ideia de um projeto nacional, com seus inevitáveis supostos sociopsicológicos de identidade e solidariedade coletivas, não atribuísse total prioridade à promoção social dos destituídos. Se o mundo globalizado aqui também complica as coisas, com a singular perversidade social de sua dinâmica e o solapamento dos meios de que dispõem os próprios Estados nacionais, tanto pior: o desafio que confronta os estados nacionais por certo aumenta. Mas não há focos alternativos de solidariedade e ação prontamente disponíveis na escala supranacional, e a alternativa da abdicação acabaria de evidenciar a ilusão de um “projeto nacional”.

*O Tempo*, 18/1/1998

## DEPENDÊNCIA

Amavelmente interpelado por Rubem Barboza Filho, peço licença ao leitor para atendê-lo e insistir no tema do projeto nacional.

Concedendo a importância do tema geral, Rubem Barboza tem reservas a manifestar a respeito de meu tratamento da questão da dependência. Elas se referem a que, descontadas as ilusões da esquerda quanto a uma solução socialista para a “questão nacional”, minha discussão não deixaria claros os riscos e a “mediocridade de ambições” da solução “realista” que teríamos na perspectiva de Fernando Henrique Cardoso quanto à dependência, na qual o projeto nacional acabaria reduzido a um programa de associação produtiva com o capitalismo internacional, “cancelados os sonhos de originalidade histórica e as intenções megalomânicas do Brasil-potência”. Por outras palavras, Fernando Henrique não seria suficientemente nacionalista – apesar da tensão não resolvida que transparece no trecho entre aspas, onde Rubem Barboza, comprando minha denúncia da megalomania nacionalista, não deixa de afirmar o valor da originalidade histórica.

Não creio que valha a pena discutir o caráter nacionalista ou “mediocrementemente” realista das ideias de Fernando Henrique em termos das intenções que podem tê-lo movido. O que sustento é que a teoria da dependência, ao afirmar ao menos implicitamente o valor da autonomia nacional, redundaria num nacionalismo, que se acomoda mal com o internacionalismo de sua própria inspiração marxista básica. Daí resulta, aliás, curiosa inversão do que caberia esperar de um esforço intelectual consistente e meritório. Pois os “dependentistas”, condicionados por vagos pudores marxistas, deixam de tomar explicitamente a nação como o importante tema de análise que ela é, enquanto doutrinariamente resvalam para um respaldo ao nacionalismo que seria preciso evitar, não só em nome do marxismo.

No caso de Rubem Barboza, não é claro o que se poderia esperar da “reflexão mais ambiciosa” por ele proposta se ela tiver de mover-se no estreito espaço entre as “ilusões da esquerda” e o esforço de evitar tanto a megalomania da potência autônoma quanto a suposta “mediocridade das ambições”. Eu próprio sugeri com bastante clareza, creio, os objetivos de um estado sobriamente comprometido com o que pode haver de defensável na

ideia de um “projeto nacional”: a administração do capitalismo e a ação social do Estado.

De minha perspectiva, o ponto crucial que escapa a Rubem Barboza tem a ver com aquilo que ele se dispõe a caracterizar como “ambições medíocres”. Pois sou da opinião de que os temas culturais ou de psicologia coletiva a que somos levados por noções como autonomia nacional e “originalidade histórica” prestam-se a mistificações em que se perde de vista e se arrisca comprometer aquilo que realmente importa: a dignidade pessoal dos indivíduos, que está longe de exigir a referência à identidade especificamente nacional como algo singularmente sacrossanto. Como essa dignidade requer, sim, um substrato de condições materiais adequadas, o desenvolvimento material ou econômico se torna decisivo. Daí que, se for o caso de o desenvolvimento, na suposição de que seja socialmente positivo, custar o preço da identidade nacional, só restará pagar esse preço: nossa “questão nacional” é antes de mais nada a “questão social”, e, como tenho sugerido, é melhor ser (mediocrementemente?) um Canadá próspero e igualitário, mesmo se economicamente dependente e de identidade nacional meio descolorida, do que um Brasil de identidade nacional talvez marcante, mas miserável para muitos.

Mas há duas qualificações importantes. A primeira é que o desenvolvimento pode não ser socialmente positivo, como mostram não só a própria experiência brasileira no último século, em que o desenvolvimento singularmente intenso produziu exclusão e miséria, mas também os efeitos socialmente negativos da dinâmica atual da economia mundial. Em consequência dessa dinâmica, pedir administração do capitalismo e ação social do Estado certamente não é pedir pouco, sobretudo tendo em vista que ela corrói ao mesmo tempo os poderes do Estado.

A segunda qualificação é que talvez não tenhamos de escolher, mesmo nas circunstâncias do mundo globalizado, entre os valores do desenvolvimento e os traços que configuram a identidade nacional. Se aqueles se dão na esfera material, estes são próprios da esfera cultural. E se também esta esfera contém valores universalistas que merecem ser perseguidos como tal, o desenvolvimento econômico pode eventualmente vir a ser o veículo para a afirmação e a difusão de valores culturais mesmo idiossincráticos.

*O Tempo*, 25/1/1998

## MORDAÇA

Os dias anteriores ao Carnaval trouxeram à baila o tema da responsabilidade social das elites. Houve primeiro a declaração algo surpreendente do nosso conciliador presidente, vergastando os dirigentes nordestinos (no que pareceu, de fato, um excesso verbal não premeditado) e retomando um tema cuja aparição mais eloquente e dramática, em tempos recentes, se dera no discurso preparado por Tancredo Neves para sua posse na Presidência, onde as elites nordestinas mereciam lugar de destaque na denúncia geral do egoísmo e da insensibilidade social das classes dirigentes brasileiras. Tivemos em seguida o presidente a receber e festejar o documento do Fórum de Líderes Empresariais Gazeta Mercantil, que se preocupa, como expressa seu subtítulo, com “o resgate do social na prosperidade econômica” e propõe a parceria empresários-governo nas ações correspondentes. Na avaliação dos próprios empresários, essa preocupação viria culminar o importante papel que teriam exercido quanto a dois outros itens anteriores da agenda nacional, a democratização política do país e, posteriormente, a abertura econômica e a reforma do Estado.

Haverá uma cara verdadeira nesse Janus de duas faces que nos foi exibido com intervalo de poucos dias, a elite desavergonhadamente egoísta e a elite socialmente atenta e sensível? Será adequado pretender que cada face corresponda a uma região brasileira, contrapondo-se a vilania nordestina à integridade e responsabilidade dos empresários do centro-sul do país?

As coisas são certamente mais complexas. Assim, o virtuoso protagonismo político e social reclamado para o empresariado pelos líderes do Fórum Gazeta Mercantil omite o fato simples de que a categoria se acomodou longa e gostosamente ao regime autoritário recente – e que o seu compromisso (ou o dessa vaga “elite” em geral) com os valores democráticos, seja na dimensão estritamente política ou na mais ambiciosamente social, está longe de ter o vigor necessário para afirmar-se com eficácia em circunstâncias em que seus interesses mais imediatos pareçam estar em jogo. Não vai nisso nenhuma satanização dos grupos ou agentes envolvidos, já que não se trata, no fundo, senão da atuação de princípios sociológicos de alcance mais geral. A ação orientada por objetivos presumidamente coletivos e compartilhados é sempre

problemática, mesmo em condições em que a suposição solidarista que se acha subjacente à expectativa de conduta virtuosa das elites encontre maior justificação. E a eventual construção de uma sociedade genuinamente democrática, aqui como em outras partes, está longe de ser uma empreitada retilínea.

Tome-se um aspecto mais imediatamente visível da questão: o Fernando Henrique que fustiga os dirigentes nordestinos é o mesmo que pretende ter boas razões, até em termos da mudança das condições gerais do país em direção democrática, para comprometer-se em alianças “realistas” com todo um conjunto de destacados representantes da elite nordestina, em alguns casos de imagem pesadamente negativa. Ou considere-se o fato de que a superação das experiências autoritárias recentes em diversos países da América Latina ou do sul da Europa foi objeto de um grande consenso entre os analistas quanto à necessidade de acomodação com os interesses dos protagonistas dos regimes autoritários – que em muitos casos, como o nosso, continuam como participantes destacados de alianças realistas.

A história norte-americana no período anterior à guerra civil fornece ilustração exacerbada do mecanismo geral aí envolvido. Trata-se da chamada “regra de mordança”, por meio da qual, diante do potencial de conflito contido na questão da escravidão, o Congresso dos Estados Unidos explicitamente se autoproibiu, em 1836, de dar qualquer consideração a propostas ou iniciativas relacionadas com a questão. Com mordança e tudo, é claro, os Estados Unidos tiveram a guerra civil, enquanto aqui, como nos ensinaram no primeiro grau nossas mestras bondosas, a emancipação dos escravos se fez com flores. As flores não foram suficientes, porém, para nos livrar do fosso social herdado da sociedade escravista laboriosamente construída ao longo de vários séculos, cuja permanência é o que justifica, naturalmente, a denúncia sempre retomada da ruindade de nossas elites. Resta a lamentar que a magnitude e os perigos do desafio representado pelo fosso social permitam que a denúncia verbal, ocasional ou insistente, conviva com a sutileza da mordança que opera no dia-a-dia das decisões e ações.

*O Tempo*, 1/3/1998

## BOLA, RAÇA E O DECA

Creio que foi Carlos Drummond de Andrade quem falou, em verso alusivo a Pelé durante a Copa do Mundo de 70, do pé que adquire “astúcias de mão”. Seja qual for o resultado da partida final deste domingo, entre França e Brasil, já somos os grandes vencedores do século 20 no futebol, esse jogo difícil, que as astúcias menores dos pés tornam singularmente dramático.

Além da tensão compartilhada e da efusão coletiva que propicia, como em toda parte, em disputas como a da Copa do Mundo, para nós o futebol é especial por outra razão. Pois é certamente o setor de atividade (ao lado, talvez, da música popular) em que as relações entre as diversas categorias raciais da população brasileira mais claramente se aproximam do ideal expresso na ideologia oficial da democracia racial. Não parece haver outro setor em que as características raciais dos indivíduos sejam tão nitidamente irrelevantes para as chances de êxito ou fracasso profissional, sem falar do poderoso fator de identificação e solidariedade “trans-racial” contido nos embates e ardores do futebol como esporte popular por excelência.

Deixemos de lado os equívocos de certo movimento negro brasileiro, com sua denúncia beligerante da ideologia de democracia racial. De um ponto de vista factual, os aspectos negativos das relações raciais no Brasil são evidentes, dada a herança de nossa longa experiência escravista. De um ponto de vista doutrinário ou valorativo, porém, não há substituto para a democracia racial como meta, isto é, não há como deixar de aspirar pela condição em que o que importa seja o indivíduo com seus méritos pessoais e em que os atributos raciais sejam socialmente irrelevantes (ainda que venham a prover referência pessoal importante de vários pontos de vista, se o indivíduo assim escolher livremente). E o futebol é o campo em que melhor se realiza, entre nós, esse desiderato.

Mas há ressalvas de monta. A igualdade existe quanto às perspectivas que se abrem para o atleta como tal, e as chances de que o jogador de talento venha a chegar, por exemplo, à seleção brasileira, com o prestígio e os ganhos financeiros que daí tendem a resultar, não dependem atualmente de suas características raciais. Mas, tomado em termos mais amplos, o

mundo do futebol brasileiro ainda deixa entrever com clareza, infelizmente, a sociedade racista em que se insere. Observe-se como são comparativamente poucos os negros que ocupam sequer a posição de técnicos em nossos clubes; ou tome-se a reduzida presença de negros mesmo entre os ex-jogadores recrutados como comentaristas pelas equipes esportivas das redes de televisão brasileiras, em nítido descompasso com a proporção de atletas negros (um par de anos atrás, em campanha publicitária, a Rede Bandeirantes fazia publicar nos jornais as fotos dos 22 membros de sua equipe esportiva, incluindo vários ex-jogadores: os 22 eram brancos). Quanto a este último exemplo, talvez se possa pretender que a preferência seria antes por ex-jogadores que, sendo mais educados, teriam maior desenvoltura e capacidade de expressar-se mais adequadamente. Mas cabem duas ponderações: em primeiro lugar, há boas razões para suspeitar que o que se acha em operação, na verdade, são padrões preconceituosos (que, no caso extremo dos comerciais de televisão, têm transformado o Brasil numa espécie de país nórdico); em segundo lugar, o fato de que os brancos tendam a ser mais educados é, naturalmente, parte do problema.

Em interessante matéria sobre a torcida nesta Copa, uma de nossas emissoras de televisão fez alternar, há alguns dias, as imagens de torcedores cariocas num restaurante chique da Zona Sul e num ponto de reunião em certa favela da Zona Norte. Além das diferenças no que se consumia cá e lá e na suposta “elegância” de gestos e posturas, destacadas na matéria, outra diferença era nítida: o primeiro grupo reunia torcedores brancos, o segundo, torcedores predominantemente negros. Que nas copas do futuro não muito remoto (quem sabe no decacampeonato?) possamos ter torcedores sem favelas e sem diferenças socioeconômicas tão marcadas em nosso mosaico racial.

*O Tempo, 12/7/1998*

## SEM DINHEIRO E SEM JEITINHO

Em recentíssimo artigo sobre a crise brasileira, sugestivamente intitulado “O Brasil além das ilusões tropicais”, Rudiger Dornbusch, o conhecido economista do MIT, vê nosso país posto diante de dura encruzilhada, sem dinheiro e já sem poder recorrer ao “jeitinho”. É talvez possível questionar a motivação de Dornbusch, de complicadas relações pessoais com o mundo acadêmico brasileiro e algumas de suas conexões governamentais. Mas não há como ignorar as severas advertências que repete há tempos e seu possível acerto. E o sabor amargo da ironia que agora nos dirige não vem senão juntar-se ao desalento que grassa entre nós, confrontados com o que pode vir a ser o desastre final e precoce não apenas do plano de estabilização, que tinha tudo para enraizar-se de vez, mas também da mais promissora liderança presidencial que o país conheceu em muito tempo.

A encruzilhada, em que as agruras da crise e o sentido de oportunidade talvez perdida se combinam com o simbolismo da virada do século e do milênio e com a comemoração dos nossos 500 anos, incita à reflexão de ânimo sombrio: teremos dado certo como país, teremos condições de vir a dar certo em futuro visível?

Quer pessimistas ou otimistas em diferentes momentos de nossa vida pessoal, somos, em geral, intensamente imbuídos de uma ideologia de progresso no plano coletivo. A história marcha para a frente, amanhã é sinônimo de melhor, o futuro é fatalmente brilhante. Jamais nos detemos para ponderar algo que é, contudo, bastante evidente quando apreciado com algum vagar: sem falar dos séculos ou milênios de história mundial, a grande maioria dos povos e países da atualidade dificilmente pode ser considerada como tendo “dado certo” em qualquer sentido que se aproxime daquele que a expressão evoca quando aplicada hoje em dia a nós mesmos, especialmente se tomarmos com algum destaque as condições gerais de vida das populações envolvidas.

Em nosso próprio caso, é possível, sem dúvida, apontar o sentido em que tivemos êxito. Bem ou mal, construímos uma civilização original nos trópicos, e os traços amenos dessa civilização e a promessa que representam

podem certamente resistir com segurança à tentativa de diluí-los em meras “ilusões tropicais”.

Há, contudo, um sentido bem claro em que já “demos errado”. Pois, como tendemos a omitir e esquecer no difuso mascaramento ideológico de nossa auto-imagem oficial, levamos vários séculos a construir, até um momento historicamente recente, a sociedade de escravos de cujo pesado abraço estamos longe de escapar. A consequência é que o desafio de “dar certo” se erga diante de uma sociedade recordista em desigualdade social – e que a extraordinária mudança que a ideia de “dar certo” e o cumprimento da promessa de nossa civilização tropical supõem não possa contar com substrato adequado nas forças reais que conformam a sociedade. Com toda a retórica democrática, nossas instituições, na verdade, acomodam-se predatoriamente ao fosso social que nos distingue, e conseguem até a proeza de extrair do próprio processo eleitoral, de lógica fatalmente igualitária e expansiva, a corroboração do viés social sobre o qual se assentam.

Daí que possa pretender apresentar-se como mero realismo sociológico a tese, que Antônio Octávio Cintra sustentou há pouco, de que não cabe esperar, politicamente, um ajuste fiscal efetivo no Brasil. Afinal, se é patente o que tem de socialmente torto o distributivismo característico da previdência social brasileira (além de sua crescente inviabilidade atuarial), cabe lembrar, como o próprio presidente Fernando Henrique tem às vezes salientado, que o estado brasileiro não foi feito para os pobres. E a perspectiva ambiciosa produzida pelo sentimento da necessidade de um esforço de real fundação induz-nos a tender a ver como possíveis miçangas inúteis os objetos de refrega na luta imediata com a crise, em seus aspectos econômico-financeiros e mesmo políticos: privatizações e contribuições de inativos que acabam por representar aportação secundária de recursos no quadro de descalabro geral; a reforma do estado praticamente reduzida a destacar sua feição de simples máquina administrativa; as disputas em torno do federalismo, que, atentas para a racionalidade e a consistência da distribuição de recursos e encargos, em si mesmas não colocam a questão fundamental do caráter democrático ou oligárquico das relações que nele se estabelecem; as confusões e presunções infundadas em torno dos temas da reforma política, transformados em objeto frequente de um Fla-Flu pouco lúcido...

Tal desalento parece longe de Dornbusch, cuja denúncia de ilusões se refere apenas, apesar da associação com o “tropical”, a temas como o fascínio de uma moeda sobrevalorizada e à paralisia decisória que daí resultou para o governo de Fernando Henrique. Que fazer, porém, se o econômico e conjuntural bate no político-institucional, que remete às profundezas do social? Talvez aderir ao cinismo: abrir mão de identificações e solidariedades nacionais, como estes tempos globais nos propõem, denunciar a mitificação contida no simbolismo das datas... Pobre consolo!

*O Tempo*, 31/1/1999

## A DÉCIMA-PRIMEIRA CHACINA

Certas discussões sofisticadas e recentes sobre o tema do constitucionalismo, referidas sobretudo à experiência singularmente bem-sucedida de construção institucional nos Estados Unidos, sustentam a visão da constituição como o resultado de um processo de barganha entre forças e interesses sociais diversos. Essa visão se apóia na noção de “consociativismo”: numa sociedade dividida, ou constituída em torno de uma pluralidade de grupos ou segmentos capazes, cada um deles, de condicionar a própria identidade das pessoas e de reclamar com força sua lealdade, o princípio consociativo leva as instituições políticas a sacrificar o recurso à simples regra majoritária e a garantir a “autonomia segmentar”, em que cada grupo ou categoria se faz representar como tal. No caso dos Estados Unidos, o consociativismo e a segmentação, sob a forma do federalismo e dos “freios e contrapesos”, teriam sido a resposta não apenas para os problemas postos pela união das coletividades territoriais diversas correspondentes às colônias, mas também para os dramas do convívio entre estados escravistas e antiescravistas (que se mostrou em última análise inviável, resolvendo-se em guerra sangrenta) e do pluralismo étnico e religioso.

Algumas interpretações das instituições políticas brasileiras têm procurado caracterizá-las como marcadas também pelo consociativismo, apegando-se à ideia que encontra, às vezes, formulação alternativa em termos da tendência à “conciliação” entre os interesses que “contam”, ou seja, os das elites em seus diferentes setores. Essas interpretações omitem, porém, o fato da notável ausência, na história brasileira, de questões do tipo das que tendem a produzir os grupos ou categorias sociopsicologicamente “intensos” que se faz necessário aplacar pela segmentação consociativa. Mesmo nosso federalismo, embora possa ser visto como imposição administrativa resultante das dimensões do país, não encontra senão em alguns casos substrato mais significativo em autênticas identidades regionais, e certamente não é a expressão da unificação historicamente problemática de entidades autônomas. Quanto à religião e à origem étnica, temos sido suficientemente homogêneos do ponto de vista religioso e plásticos na assimilação de etnias diversas para neutralizar o potencial de identificação e antagonismo aí contido.

Resta o aspecto social, marcado entre nós de forma intensa pela heterogeneidade racial do país. Não tivemos um norte antiescravista que ganhasse a guerra, e nosso sul escravista é o país como tal, cujas tradições aristocráticas e socialmente deletérias continuam a imprimir sua marca na sociedade de castas de nossa atualidade. Vimos esses dias a notícia da décima-primeira chacina do ano recém-começado na periferia de São Paulo: ocorre a alguém que pudéssemos reagir com a mesma indiferença se a notícia se referisse a moradores dos apartamentos ou mansões dos Jardins paulistanos ou de Ipanema? Do ponto de vista da tese de um arranjo institucional consociativo, a questão é a de em que medida faria sentido pretender sustentá-la à luz desse aspecto da realidade brasileira.

A própria pergunta soa como ironia. Na barganha constitucional, como em qualquer outra, entra quem tem trunfos. Em contraste, a ideia da “conciliação” aponta ela mesma para o elitismo e a exclusão social – e a suposta barganha consociativa brasileira é mera questão de composição dos interesses “integrados”. Nosso tradicional sistema aristocrático e oligárquico foi capaz, por certo, de abrir-se para a classe média e mesmo criá-la, no estado cartorial e nas turbulências do pretorianismo de tipo especial das primeiras décadas deste século. Quanto ao que se pode designar como os interesses populares, contudo, o momento em que a dinâmica do processo socioeconômico tendeu a favorecer sua integração veio a coincidir com o confronto capitalismo-socialismo no plano mundial e a Guerra Fria, fazendo da integração popular, internamente, um dramático problema a ser resolvido, quando pareceu necessário, por meio da repressão armada.

Chegamos, assim, com o pesado lastro da sociedade de castas ao momento atual. Neste, se o socialismo como ameaça e a Guerra Fria se acabaram, temos também a eliminação ou intensa atenuação da pressão anterior pela integração popular, como resultado do renovado dinamismo do mercado em escala transnacional e de seu séquito de desemprego, acirramento da competição e do conjunto de fatores objetivos e subjetivos de enfraquecimento sindical e trabalhista. A incorporação popular como problema, portanto, tende a diluir-se e desaparecer antes que tenha chegado a encontrar solução satisfatória ou sequer encaminhamento mais vigoroso.

Que esperar? Num país constitucionalmente precário (e num mundo que passa a enfrentar seu próprio problema constitucional de criar

instituições na escala planetária imposta pela globalização), a crise que resulta da lógica da competição exacerbada torna difícil, de imediato, enxergar além do salve-se quem puder para os mais pobres. E fica a indagação de se a deterioração progressiva das condições de inserção econômica da classe média e o eventual amadurecimento da insatisfação das próprias elites permitirão contar sequer com estabilidade política continuada.

*O Tempo*, 21/2/1999

## FAVELAS E IDEIAS BRILHANTES

A revista *Veja* da semana passada publica assustadora matéria sobre a falência das metrópoles, cuja ênfase é a ideia de que as grandes cidades se transformam em “favelões urbanos” e de que, apesar da existência de ilhas urbanas de prosperidade, no próximo século estaremos vivendo, como expressou o arquiteto paulista Jorge Wilhelm, “num globo fortemente urbanizado com enormes focos de pobreza”. Como parte da matéria, é entrevistado um jovem economista de Harvard, Edward Glaeser. Apresentado por José Alexandre Scheinkman, economista brasileiro de Chicago, como tendo “ideias brilhantes e originais”, eis sua recomendação aos administradores das cidades: “o principal cuidado é não se preocupar com a pobreza”. De acordo com Glaeser, a eficiência em lidar com a pobreza no nível municipal acabará atraindo miséria para o município, com a vinda de gente de outro lugar mais pobre.

A recomendação é salva do cinismo total pela ideia de que o adequado enfrentamento da pobreza seria um problema do governo central ou, nas palavras de Glaeser, da esfera federal. Naturalmente, a implicação é a de que o governo central detém recursos que permitiriam visão integrada e ação coordenadora, capazes de neutralizar os efeitos perversos que tenderiam a brotar dos esforços dispersos ao nível municipal. É interessante que a ideia tenha surgido simultaneamente no contexto das discussões suscitadas pela proposta de Antônio Carlos Magalhães sobre o combate à pobreza, com o ex-governador baiano, contra a acusação de não ter erradicado a pobreza na Bahia, lançando sobre a presidência da República a responsabilidade correspondente.

Há, porém, muitos matizes a serem considerados, com consequências que parecem corroborar as perspectivas sombrias que predominam na matéria de *Veja*. Como as próprias discussões da proposta de ACM pelos jornais ressaltaram, há embaraços formidáveis a se oporem à expectativa de ação efetiva de combate à pobreza por parte de um governo central como o brasileiro da atualidade. Parte importante desses embaraços tem a ver com o fato de que a posição “central” do governo em relação ao país é, na verdade, uma posição periférica na dinâmica transnacional, na qual ele se vê antes constrangido a tratar de assegurar condições que permitam ao país inserir-se de maneira apta na competição capitalista global. Ora, apesar de que

fenômenos associados à pobreza, como questões de segurança e criminalidade, possam ter alguma relevância quanto às condições propícias a essa inserção, eles entram aí como parte relativamente secundária de um novelo muito mais complexo de coisas a serem tidas em conta – e, afinal, a intensificação da desigualdade e da pobreza é um aspecto que acompanha a afirmação do novo capitalismo nos próprios países mais bem-sucedidos, onde se trata de governos menos “periféricos” e, em alguns casos, até da sede de impérios poderosos. É duvidoso, portanto, que, na lógica dos mecanismos que atualmente prevalecem, mesmo a singular “centralidade” de que gozaria um efetivo governo mundial pudesse ter impacto real sobre a pobreza que cresce – a não ser, talvez, pelo efeito indireto e menor da eventual atenuação de crises econômico-financeiras.

Vê-se, assim, a insuficiência de uma perspectiva, como a de Glaeser, em que, não obstante o horizonte remoto de uma suposta ação “federal” sobre a qual se lança o encargo da solidariedade, o ânimo fundamental, exposto de maneira que tangencia o cinismo, é o da mera competição em que cada qual “se vira”. Dada a definição do jogo a ser jogado, não há focos de solidariedade e organicidade que perpassem a própria estrutura sociopolítica geral e surjam como pontos de referência para eventuais esforços de ação coletiva. E o aspecto crucial do drama que vivemos é o de que a perspectiva em questão é sem dúvida a que melhor respaldo encontra nos fatos nos dias que correm. Antes podíamos ver focos de integração e solidariedade quando nada como contrapartida fatal dos próprios conflitos sociais, que tinham coletividades ao menos virtuais como agentes e que, nos casos mais afortunados, podiam dar lugar a abrangentes compromissos social-democráticos em que a ação social do estado emergia com caráter orgânico. Hoje, como o noticiário da mesma semana que passou ilustra com o caso de Schroeder na Alemanha da tão bem sucedida “economia social de mercado”, o ânimo social-democrático se vê forçado a capitular por toda a parte. E, no governo do Partido da Social-Democracia Brasileira (nome inteiro do PSDB, para quem já esqueceu), temos de dar-nos por felizes com o precário assistencialismo da comunidade supostamente solidária, de olhos postos no milênio em que o discurso presidencial de ensinar a pescar em vez de dar o peixe produzirá seus frutos, para quem viver.

Haja espaço nos favelões do futuro. Ou alguma ideia realmente original.

*O Tempo*, 1/8/1999

## IDENTIDADE NACIONAL E TORDESILHAS

Em artigo de há alguns dias no caderno “Mais” da *Folha de S. Paulo*, José Murilo de Carvalho evoca o historiador Evaldo Cabral de Mello, que costuma afirmar que muitos dos problemas do Brasil não existiriam se o país se tivesse mantido dentro dos limites do Tratado de Tordesilhas. Estaríamos, assim, reduzidos ao que corresponde hoje às regiões Nordeste e Sudeste, em vez de sermos o gigante atual, cuja existência Carvalho associa com o sonho imperial português (e depois brasileiro) e cujos custos atuais são por ele ligados a coisas como a pressão demográfica criada pelo deslocamento de populações e da fronteira agrícola, a necessidade de acomodar interesses de oligarquias regionais, o bloqueio de reformas políticas “graças à tática de jogar os Estados uns contra os outros”.

Deixemos de lado as razões de Carvalho para uma resposta ou outra à indagação de se a vocação imperial e a expansão territorial do país terão valido a pena. De qualquer forma, o problema decisivo com a perspectiva contrafactual de Cabral de Mello é que ela se dispõe a questionar a própria identidade nacional. Ora, uma vez que nos disponhamos a tal questionamento, não há por que não aplicá-lo igualmente a todo um conjunto de aspectos que hoje conformam aquela identidade.

Assim, seria possível pretender que o Brasil estaria melhor sem o Nordeste, e às vezes se ouvem alegações nesse sentido. Ou que tal um Brasil colonizado por ingleses, ou em que tivessem prevalecido os holandeses e franceses que aqui fizeram incursões mais ou menos longas ou bem-sucedidas? Ou um Brasil sem os africanos da longa experiência escravista, que acabou por representar um tão pesado lastro social negativo?

A questão, naturalmente, é a de até que ponto se trataria ainda, em qualquer desses casos, propriamente do Brasil. Na hipótese de separar-se o Nordeste do restante, onde estaria “de fato” o Brasil, cá ou lá? Sem a herança cultural de portugueses e africanos, seríamos ainda nós mesmos? E que dizer da herança genética? Aceitando os discutíveis pressupostos de alguns desses experimentos mentais, que envolvem mesmo certo laivo racista, talvez se pudesse admitir que as pessoas que aqui vivessem viessem a ser, digamos, mais prósperas; dá-se, contudo, o pormenor de que, sendo portadoras de outra carga genética, seriam simplesmente outras pessoas, e

nós não estaríamos aqui para testemunhar essa prosperidade ou desfrutar dela.

Se a ênfase nos aspectos genéticos leva facilmente o contrafactual ao absurdo, a dimensão cultural ou psicossociológica da identidade coletiva aponta para problemas que a atualidade coloca de forma aguda, com o comprometimento de fatores de definição de identidades coletivas, tais como o Estado nacional e as classes sociais, que até há pouco atuaram em graus diversos e se articularam de maneira importante. A ponderação crucial é a de que a operação desses fatores alternativos de identidade definia focos também alternativos de solidariedade, em cuja operação se partia de assumir os fatores de identidade e tomá-los como dados para a busca de objetivos supostamente coletivos e compartilhados. Se se pode presumir que havia tensão, em princípio, entre solidariedades e objetivos nacionais ou particulares (de classe, por exemplo), o Estado nacional veio a erigir-se em foco de identificação e solidariedade capaz de predominar amplamente. E o nacionalismo brasileiro, por exemplo, tal como se consubstanciou no nacional-populismo, podia pretender recorrer à força simbólica da assunção de uma identidade nacional dada para pretender mobilizar a coletividade em nome de metas que seriam de todos.

Agora, o nacionalismo se vê transformado em arcaísmo inviável, assim como desaparece o socialismo que fornecia a referência para o convite à solidariedade de classe e se enfraquecem os agentes que o reclamavam. Resta a circunstância em que, com um estado nacional debilitado e sem presença simbólica, somos convidados a competir individualmente com todas as forças e, às vezes, a contar com uma sociedade civil que salpique a competição de pitadas dispersas de capacidade gerencial de orientação altruísta e coletiva. Nessa circunstância, caberá talvez levar ao cinismo radical a perspectiva da definição contrafactual de Brasil alternativos: Brasil para quê, na verdade? Não estaremos melhor tratando de assegurar que nos situemos na banda boa de um mundo transnacionalizado e dividido entre os que se integram com êxito na dinâmica nova e os muitos que ficam de fora? Assim, talvez chegue o momento em que poderemos agir, com relação aos deserdados brasileiros, como o escandinavo próspero que se sente vagamente incomodado pelas carências de povos distantes e se dispõe a promover programas de ajuda externa.

*O Tempo*, 19/9/1999

## O “SISTEMA”, O SOCIAL E O GLOBAL

O sociólogo inglês David Lockwood estabeleceu há muitos anos, inspirado pelas ideias de Marx, a distinção entre problemas de “integração sistêmica” e de “integração social”. Os primeiros dizem respeito aos automatismos e determinações mecânicas que se dão no sistema socioeconômico: as múltiplas interações entre os agentes individuais e sociais resultam, no plano agregado, em processos de natureza causal (os automatismos do mercado, ou uma ou outra forma de se relacionarem a “infra-estrutura” e a “superestrutura”), processos estes que não são a expressão dos desígnios de quem quer que seja e às vezes frustram os desígnios de todos. Já a integração social se refere aos problemas de conflito ou coesão entre os diferentes agentes individuais e coletivos, os quais, articulando-se com a feição assumida pelos problemas “sistêmicos”, incorporariam de maneira mais clara o elemento de busca intencional de objetivos por parte dos agentes. Naturalmente, uma indagação importante tem a ver com o papel a ser cumprido pela aparelhagem político-institucional do Estado nos processos relativos a cada um dos níveis e a sua articulação.

A atenção que agora vemos dirigir-se para questões sociais no plano internacional ou transnacional, com destaque para as manifestações recentes de agências como o Banco Mundial e o FMI, coloca problemas que podem ser formulados com ajuda daquela distinção. Como têm apontado vários analistas, dos quais Peter Wagner é um exemplo, a globalização produz a perda de coerência dos sistemas produtivos nacionais. Ora, essa perda de coerência pode ser vista em termos de que os desafios correspondentes aos problemas de integração sistêmica passam a desbordar amplamente a escala nacional. E, se esta escala é aquela em que os problemas de integração social têm, bem ou mal, encontrado solução, é preciso ponderar algo que tornava decisivo o papel do Estado nacional também do ponto de vista sistêmico: o fato de que mesmo a integração sistêmica – apesar dos automatismos que a compõem, fazendo que qualquer “sistema”, por definição, seja sempre “integrado” em certo sentido – poderá se fazer de maneira deficiente ou negativa não só quanto a seus efeitos propriamente sociais, mas também do ponto de vista de objetivos coletivos de eficiência econômica. Enquanto os mecanismos “sistêmicos” de causalidade cega se enquadravam substancialmente no plano nacional ou doméstico, os Estados nacionais podiam trazer o elemento de desígnio ou de “vontade

política” para regular sua dinâmica e neutralizar ou mitigar suas consequências sociais negativas. Agora, porém, o que temos é um conjunto de paradoxos.

Assim, consideradas as coisas do ângulo das agências mencionadas, um fato salta à vista, mesmo se tomamos a sério as preocupações sociais manifestadas: o de que aquelas agências já têm nas mãos um problema formidável no que diz respeito ao controle da dinâmica sistêmica e mercantil por si mesma. Pois, além dos efeitos diretos da exasperação transnacional dos mercados, os próprios Estados nacionais, anteriormente fatores de regulação da dinâmica sistêmica tanto quanto da social, podem ser vistos agora como parte do problema sistêmico, levados como se vêem a competir por capitais sensíveis e voláteis. A intensificação do impacto social negativo da lógica sistêmica, intensificação que se dá ao se tornar transnacional aquela lógica, é apenas algo que vem acrescentar-se às singulares dificuldades de integração benigna no próprio plano sistêmico.

No novo quadro, não admira que as ações do FMI tenham passado a ser crescentemente questionadas quanto a sua eficiência mesmo do ponto de vista técnico e financeiro. Que dizer, então, quanto à possibilidade de se vir a ter nele e no Banco Mundial, ou em instituições análogas, instrumentos eficientes no que se refere aos problemas sociais? O exame das perspectivas de uma compensação transnacional efetiva dos malefícios sociais decorrentes das novas circunstâncias econômicas da globalização, por meio de algum tipo de keynesianismo internacional, tem resultado em avaliações céticas até no caso mais favorável da União Européia, no qual se dispõe em medida significativa de recursos de poder e de coordenação internacional, além de uma tradição de sensibilidade social consubstanciada em estados de bem-estar fortemente enraizados. Quanto às instituições de Washington, como evitar que a ênfase nos problemas sociais tenda a surgir com frequência como interferindo negativamente com o adequado equacionamento dos problemas sistêmicos já em si tão complicados? É natural, assim, que as recomendações quanto às questões sociais nas análises do próprio Banco Mundial não deixem de reservá-las explicitamente à atuação dos fragilizados Estados nacionais.

Tudo somado, não parece haver razão para contar com boas novidades, no horizonte visível, quanto aos problemas de integração social. Caberá desejar que o conflito social que Lockwood liga com tais problemas venha a manifestar-se de forma amena?

*O Tempo*, 10/10/1999

## A IDENTIDADE E OS SÉCULOS

Na capa de uma retrospectiva do século 20 publicada no dia 31 de dezembro passado, o jornal *O Estado de S. Paulo* reproduz em fac-símile o texto de elaborado editorial aparecido em 1º de janeiro de 1901, no qual, sob o título de “Um Século”, o jornal faz o balanço do século 19. A intenção da reprodução é apenas a de ilustrar graficamente a matéria atual, pois a leitura do texto antigo é dificultada não só pelos caracteres tipográficos miúdos, mas também pelo fato de que parte dele é encoberta pelo título da retrospectiva. No entanto, além das curiosidades ortográficas e estilísticas que apresenta aos olhos de um leitor da atualidade, não há dúvida de que o texto mereceria leitura por seu conteúdo. Pois ele dá clara expressão, em diversas passagens, ao espírito da época em que foi escrito, sugerindo reflexões nesta nova esquina em que o século 20 se aproxima do seu fim.

O traço mais marcante é a candura afirmativa com que o jornal deixava ver a adesão à perspectiva de um colonialismo eurocêntrico e racista. Assim, cantam-se os feitos dos “exploradores heróicos” que “desvendam afinal o mistério impenetrável dos sertões africanos”, contra a resistência das tribos de “negros boçais” (e fazendo bater em retirada, antiecológicamente, os “leões, elefantes e hipopótamos descuidados”). Já a Ásia anterior à exposição ao dinamismo colonizador europeu é descrita como “um vasto e longínquo depósito de mercadorias preciosas, e pouco mais”, do qual se sabia vagamente que, “no centro e ao sul, por trás de enormes muralhas, formigavam cidades de gente feia e imunda, sob pavilhões e minaretes de perfil bizarro”. Lamenta-se que, num mundo em que os despotismos se amenizavam ou desapareciam, o sultão da Turquia resistisse a abrir “aos ares do Cristianismo” as janelas do seu império “entorpecido pelo ópio e pelo Alcorão”. E é com “surpresa” que se vê a luta dos filipinos contra espanhóis e americanos, “porque ninguém imaginava que aquilo fosse possível em paragens tão distantes e tão fora do círculo do nosso estudo e da nossa observação de todos os dias”.

É certo que o racismo e o etnocentrismo que aí transparecem com tal nitidez seguem, de muitas formas, bem vivos entre nós um século mais tarde. Mas, no plano internacional, o avanço ocorrido a respeito se mostra, bem ou mal, no fato de que o *ethos* hoje dominante impede normalmente sua afirmação desinibida e impõe a vocalização “politicamente correta” de valores universalistas e pluralistas. Se essa vocalização, em muitos casos, é

provavelmente hipócrita, cabe reconhecer a “força civilizadora da hipocrisia” de que fala Jon Elster, remetendo ao aforismo de La Rochefoucauld: a hipocrisia é a homenagem que o vício presta à virtude.

Há, contudo, um aspecto especial a ser destacado numa perspectiva brasileira. Ele diz respeito à imagem do próprio Brasil que se pode apontar como estando implícita nas formulações de *O Estado de S. Paulo* naquele distante 1º de janeiro. Afinal, o Brasil em que o jornal falava com tranquilidade de “negros boçais” era o do imediato pós-escravismo, no qual as condições materiais de vida de parcelas substanciais da população dificilmente justificariam a pretensão de que o rótulo de “gente feia e imunda” não poderia aplicar-se a elas. Estaria o jornal sugerindo que nós mesmos seríamos um povo feio e imundo de negros boçais? Outra hipótese parece mais plausível: a de que, na perspectiva europeizante e elitista do editorialista, as massas negras e destituídas simplesmente não fossem percebidas como parte genuína do país, cuja imagem seria antes a de uma espécie de projeção européia que acontecia ter recorrido às conveniências da mão-de-obra escrava africana, agora transformada num problema...

Teremos mudado quanto a isso? Qual será a auto-imagem brasileira atual? Temos, por um lado, o Brasil mestiço do futebol, do Carnaval e da música popular, um Brasil folclórico que certamente reclamamos. Mas a questão, que a preservação das enormes desigualdades materiais enquadra de maneira significativa, é saber se esse Brasil folclórico é efetivamente reclamado como algo mais do que um mero cenário simpático em que os protagonistas do Brasil “verdadeiro” – europeu, brancarrão e próspero – vivem e atuam, como em certos filmes americanos a que os figurantes nativos trazem um pano de fundo colorido para as tramas dos astros de Hollywood. Talvez a contrapartida atual da velha visão de *O Estado de S. Paulo* seja o Brasil dos comerciais de televisão – não apenas europeu, mas na verdade nórdico e louro, apesar do enxerto ocasional da figura de um negro, que deverá, porém, ostentar sinais claros de prosperidade e será de preferência o Pelé, que tem a vantagem de ser representante inequívoco e destacado do Brasil folclórico. Ou talvez experimentemos uma esquizofrenia que não soubemos ainda resolver, na qual o Brasil folclórico convive tensamente com um Brasil mais “sério” e real que dele difere.

Com o mundo globalizado, somos agora convidados a uma cidadania mundial, com suas promessas e ameaças. Como reagiremos ao convite, se não aprendemos sequer a lidar com a cidadania e a identidade brasileiras?

*O Tempo*, 9/1/2000

## CAPITAL, PÁTRIA E TRABALHO

O nacionalismo voltou à ordem do dia. Creio que o tema, que se impõe em suas conexões com um mundo globalizado, envolve quatro aspectos inter-relacionados: a questão psicossociológica ou de identidade coletiva, a questão do desenvolvimento econômico, a questão social e a questão do papel do Estado.

A questão da identidade coletiva é crucial, pois o nacionalismo se define pela ênfase na nacionalidade como ponto de referência privilegiado na conformação da identidade pessoal e como foco decisivo da solidariedade de todos. É a forma peculiar de fusão entre o coletivo e o pessoal aí contemplada que pretende justificar o reclamo de que valores supostamente importantes, como autonomia ou soberania, se façam valer no nível nacional, entre os muitos níveis possíveis (etnia, localidade, classe, comunidade religiosa, ou mesmo o próprio indivíduo como tal). Contemporaneamente, o que tem de específico a proposta nacionalista (tal como elaborada entre nós, por exemplo, pelo Instituto Superior de Estudos Brasileiros, o ISEB, nos anos 50) consiste justamente no empenho de associar a afirmação da identidade nacional com o problema material ou instrumental da promoção do desenvolvimento, retirando daí consequências para a questão social. Em vez das ingenuidades do patriotismo tradicional, a melhor maneira de afirmar a identidade nacional seria tratar de obter, com a participação decidida do Estado, o desenvolvimento econômico do país. Mas dava-se a feliz circunstância, segundo os analistas do ISEB, de que essa seria também a melhor maneira de promover os interesses das diferentes classes, mesmo os dos trabalhadores ou dos setores populares, e de assim solucionar a própria questão social.

A perspectiva isebiana tradicional incluía como componente certo ideal inequivocamente autárquico, inspirando-se em última análise na experiência dos Estados Unidos como modelo de potência autônoma. O ressurgimento corrente do nacionalismo abre mão desse componente, que patentemente não faria sentido nas condições atuais de interdependência e integração transnacionais. Como se fazem presentes, porém, os demais elementos acima indicados?

Sem dúvida, trata-se de recorrer à ideia da nacionalidade como foco de identidade coletiva, com empresários e economistas trazendo a “pátria”

às discussões: Antoninho Marmo Tevisan, em artigo na imprensa, a lembrar que “capital tem pátria”, Luciano Coutinho a denunciar “o desmonte do Brasil enquanto nação”... É claro, além disso, que o objetivo é mobilizar a ação econômica do Estado de maneira condizente com essa perspectiva patriótica. Que o Estado evite, sugere Trevisan, ajudar a “depreciar o valor da empresa natural do Brasil” em seus esforços dirigidos a estimular-lhe a competitividade e que, ao contrário, ajude a criar empresas transnacionais brasileiras fortes que possam compensar os inconvenientes da remessa de dividendos para o exterior pelas empresas estrangeiras. Bresser Pereira critica o governo de que participou até há pouco por facilitar a desnacionalização no setor bancário, com o que Fernão Bracher faz coro, destacando o instrumento favorável de política econômico-financeira que teriam representado os bancos nacionais na crise da desvalorização do real de um ano atrás – e o desdobramento prático, naturalmente, é se o Estado permitirá ou não o financiamento público a estrangeiros em privatizações como a do Banespa, trará ou não recursos a juros suaves para os empresários nacionais em operações análogas... Rubens Ricupero adverte para várias dúvidas e indagações inquietantes sobre o investimento estrangeiro direto e suas consequências para o desenvolvimento brasileiro de longo prazo, reclamando políticas públicas apropriadas.

Como se vê, o debate que a revivescência do nacionalismo propicia suscita questões importantes para os rumos econômicos do país. É de se notar, porém, que o debate ganha vigor na medida em que diz respeito a interesses empresariais – ao passo que, em contraste com o nacionalismo isebiano, a questão social tende a ser omitida, embora provavelmente não seja razoável supor que nomes como os mencionados perfilhem todos a mesma orientação ideológica básica. Como estaremos socialmente em melhores condições, liberalizando e “modernizando” as relações trabalhistas para assegurar competitividade à maneira americana, e eventualmente obtendo o transbordamento social do desenvolvimento econômico a mais longo prazo, ou buscando o melhor modelo de *welfare state*, que alguns países europeus têm sabido conciliar com o dinamismo econômico? À luz do vigor com que se passou a disputar a ortodoxia liberalizante na onda de nacionalismo empresarialmente orientado de agora, cabe estranhar que a ortodoxia continue a afirmar-se tão rombudamente na frente trabalhista. Arriscamos terminar num receituário de duas caras: Estado atento à pátria do capital, mas talvez de costas para os apátridas do trabalho.

*O Tempo*, 6/2/2000

## INDIOS, NEGROS E OS 500 ANOS

Pondo de lado os sem-terra, para os quais esta é uma oportunidade como qualquer outra de promoção de objetivos políticos, a passagem dos 500 anos do descobrimento propicia tanto a movimentação dos índios quanto reflexões sobre a identidade nacional em que a questão racial adquire saliência. O historiador Evaldo Cabral de Mello, por exemplo, em entrevista a Elio Gaspari, dirige-se de maneira mordaz a nossas inseguranças sobre o assunto, em que um complexo de inferioridade por não sermos europeus teria supostamente sido sucedido, a partir dos anos 20, por um complexo de superioridade da mestiçagem; mas, não obstante a apologia da mestiçagem feita por Gilberto Freyre e as “maluquices” de Darcy Ribeiro, o Brasil ainda não teria conseguido “evacuar” o problema da raça. Isso é certamente verdade. Contudo, há claras diferenças, a respeito do assunto, no que se refere a índios, de um lado, e a negros, de outro.

É talvez natural que, como o aniversário lembra a ocasião do descobrimento, os índios, que já habitavam o território e figuram com destaque nos acontecimentos dos primeiros tempos da colonização, apareçam também com singular relevo nas evocações, comemorações e protestos que o aniversário enseja. Além disso, como as populações indígenas continuam a existir em comunidades não assimiladas social e culturalmente, e com muitas das quais sequer se fez contato, há, no seu caso, o problema especial de como haverão de relacionar-se com a sociedade circundante e que políticas caberá adotar quanto a suas peculiaridades culturais.

Noutra perspectiva, porém, mais atenta ao tema de Cabral de Mello, há algo de distorcido no fato de que, nas avaliações a que o aniversário convida, sejam os índios a referência principal dos protestos e queixas. Pois é possível sustentar que foram os negros as principais vítimas ao longo de nossa história. A posição das populações indígenas é ambígua: se foram tratadas como inimigas e alvo de violência e extermínio, foram também desde o início, quase sempre que se pôde superar a relação de beligerância, incorporadas em termos muito menos problemáticos à sociedade que se constituía.

Dois aspectos podem ser ressaltados em conexão com isso. De um lado, a contribuição indígena ao estoque genético da população brasileira é claramente apreciada de maneira mais positiva. Afinal, famílias paulistas quatrocentonas, o que há de provavelmente mais próximo à ideia de “nobreza” no país, podem evocar com orgulho sua quota de sangue indígena. Não há contrapartida para esse fato no que se refere à população negra e ao seu legado genético entre os “brancos” brasileiros, que estudo recém-divulgado de Sérgio Pena e sua equipe procura quantificar com precisão. De outro lado, os índios há muito integram de maneira favorável o imaginário relativo a uma suposta nacionalidade brasileira, mitificados em autores como José de Alencar e Gonçalves Dias. Já no que diz respeito à população negra, apesar da valorização recente de personagens negros da história do país (em consequência sobretudo dos esforços dos próprios negros em sua atuação político-cultural), o que se pode assinalar de mais notável é talvez algo de que eu próprio me dei conta ao reler, há pouco, trabalhos de Machado de Assis: não obstante a ascendência negra daquele que muitos consideram nosso maior romancista, sua obra, que se estende aos começos do século 20 e retrata com tão festejado talento a sociedade brasileira de seu tempo, simplesmente não tem lugar para negros – a não ser pela ocasional menção de algum escravo ou ex-escravo, como o sineiro da Glória cujo elogio fúnebre se faz em crônica de 1897. A razão principal dessa omissão, sem dúvida, é que a população negra, condenada aos porões de uma sociedade de escravos (já velha, então, de cerca de trezentos anos...), presumivelmente não existia como protagonista do que quer que fosse que merecesse registro literário. De passagem, cabe talvez notar que Machado, como crítico, não deixa de tecer loas aos personagens índios de José de Alencar.

De qualquer modo, é certamente possível respaldar e estender a denúncia feita por Cabral de Mello das bobagens que nossa insegurança nos tem levado a produzir quanto ao tema racial. Sem mitificações positivas ou negativas da mestiçagem e do caráter multirracial da população brasileira, o que cabe desejar é a sociedade que, assegurando a atenção ao mérito individual e sendo capaz de oferecer oportunidades de intercâmbio pessoal diversificadas e ricas, não embaraçadas por fronteiras erigidas pela estigmatização de uma categoria ou outra, torne as características raciais socialmente irrelevantes. Contra certas denúncias equivocadas, isso redundaria em reconhecer os méritos da ideologia de democracia racial quanto à meta a

ser buscada. Mas não impede de reafirmar com força a grande dívida social que se impõe resgatar no que se refere aos herdeiros das vítimas mais diretas da escravidão, ao lado das soluções reclamadas pelos delicados problemas de convivência com as comunidades indígenas.

*O Tempo*, 23/4/2000

## DEMOCRACIA RACIAL

Falei recentemente, comparando a condição de índios e negros no Brasil a propósito dos 500 anos, dos equívocos envolvidos em certas denúncias da ideologia de democracia racial. O grande interesse do tema justifica que o tomemos de novo na oportunidade do exame de consciência coletivo que a ocasião continua a representar.

Um primeiro ponto a destacar reforça a posição que então sustentei, segundo a qual os índios teriam tido inserção mais favorável na sociedade que veio a constituir-se. Não obstante as violências a que foram submetidos e os complicados problemas postos pela convivência com comunidades indígenas não-assimiladas, é bem claro que as dificuldades no plano das relações propriamente raciais vitimam sobretudo os negros: não há, com respeito às características físicas que indiquem ascendência indígena (até, talvez, por sua menor visibilidade), nada que se compare às frequentes experiências de discriminação sofridas pelos descendentes de africanos.

É natural, diante dessas experiências, que tenha surgido entre os negros brasileiros a tentativa de reproduzir o movimento negro norte-americano, buscando-se recobrar a auto-estima numa postura afirmativa em relação à coletividade negra como tal. Mas os recursos de que essa afirmação tem procurado valer-se são problemáticos.

Há, em primeiro lugar, a reivindicação de uma suposta identidade africana. Por ricos que sejam os elementos culturais a que tal reivindicação remete e violenta que tenha sido a transposição inicial para cá das populações negras, não há como fazer *tabula rasa* dos efeitos de sua exposição secular a uma cultura européia dominante. Anos atrás, num debate com figuras do movimento negro brasileiro, recordo ter sido vigorosamente interpelado por Abdias do Nascimento aos brados de “Eu sou africano!”. Ele não se dava conta, porém, de que o dizia numa língua européia, que acontece ser sua língua materna. Não há por que imaginar que essa posição artificial deva mostrar-se atraente para a generalidade dos brasileiros negros, que têm boas razões para perceber-se, antes de mais nada, como brasileiros.

Em segundo lugar, nas condições de intensa miscigenação que prevalecem no Brasil, a disposição aguerrida do movimento negro, tratando de estabelecer fronteiras nítidas que impeçam a diluição do ânimo de luta, tem levado a que se

pretenda definir como negro quem quer que tenha uma gota de sangue negro. Ora, essa ideia vale tanto, naturalmente, quanto a de tomar como branco quem quer que tenha uma gota de sangue branco (sem falar da complicação trazida pelo fato de que temos também importante contribuição genética indígena). Ela representa, na verdade, a importação claramente negativa e imprópria das orientações resultantes dos padrões norte-americanos de relações raciais, onde a característica de ser negro é fortemente estigmatizada como uma espécie de enfermidade contagiosa, que se contrai mesmo com pequena exposição a ela: uma gota e se está “contaminado” de negritude. Mas a distorção de perspectivas que se pode encontrar a respeito leva a impropriedades – e inconsistências – mais graves, como a de qualificar a miscigenação como nada menos do que “genocídio”, certamente pela adoção do ponto de vista segundo o qual ela resulta no “embranquecimento” do país. Além do patente absurdo do emprego de uma expressão intensamente marcada pela sugestão de violência para indicar o fato de que as pessoas, ao decidirem unir-se e reproduzir-se (amar-se!), tratem a raça como irrelevante e ignorem as fronteiras raciais, outra dificuldade é a de que, dependendo de como se olhe, esse embranquecimento pode ser igualmente visto como “enegrecimento”. Ironicamente, o critério “norte-americano” é justamente o que mais favoreceria esta segunda maneira de ver.

O ponto crucial consiste em evitar que o diagnóstico inequivocamente negativo das condições que até aqui prevaleceram nas relações raciais no país resulte em confusão a respeito da meta a ser buscada. Dada a realidade negativa, não há por que opor-se a que se passe pela revalorização cultural e estética da herança negra, até aqui relegada pela cultura dominante, na melhor das hipóteses, a uma espécie de gueto folclórico. Cumpre não esquecer, contudo, que o ideal de uma sociedade autenticamente democrática é por força individualista, aspirando à condição em que as oportunidades de todo tipo que se oferecem a cada um não dependam de sua inserção involuntária nesta ou naquela categoria social, seja qual for o critério com base no qual tais categorias se definam: raça, classe, etnia, religião, gênero... A ideologia da democracia racial afirma esse valor individualista no que se refere à raça, pretendendo torná-la socialmente irrelevante. O que não significa que os indivíduos não devam dispor da possibilidade de optar livremente pelo estabelecimento de laços solidários, cálidos e duradouros e de definir ou redefinir sua identidade pessoal de acordo com os critérios que melhor lhes aprezam, incluído o critério das características raciais.

*O Tempo, 7/5/2000*

## DE MAL A PIOR, PASSO A PASSO

No domingo passado, dia 11 de junho, a *Folha de S. Paulo* publicava dois artigos de personalidades conhecidas que parecem escritos um contra o outro. No primeiro, aparecido na seção “Tendências/Debates”, Rudiger Dornbusch tece loas à “nova economia”, descrita como “briga de foice” em que os compradores “são reis”. Destacando entre os motores que a impulsionam a cultura da assunção de riscos e da competição, Dornbusch, mordaz quanto aos que se põem “de papo para o ar” com o *welfare state*, evoca a “destruição criadora” de que falava Joseph Schumpeter, dedicando-lhe “três vivas” e associando-a ao trabalho duro. No segundo, sob o título machadiano e irônico de “Ao vencedor, as batatas”, Rubens Ricupero questiona a competição: se uns ganham e outros perdem, condenar os perdedores à exclusão seria “garantir a autopetuação do problema, já que os filhos dos derrotados de hoje serão os vencidos de amanhã, aqueles que jamais terão uma chance efetiva de competir”.

Há algo claramente atraente no “realismo” de Dornbusch. Sua posição, como a de muitos que nos falam dos imperativos da globalização, não só parece ajustar-se analiticamente a certos fatos e tendências objetivas dos dias que correm; ela exprime também um valor que prezamos todos, o valor da autonomia de cada um como face crucial do ideal moderno de cidadania. Não há como contestar, porém, a superioridade da posição de Ricupero, na qual se trata, não de negar as virtudes da competição, que são reconhecidas e afirmadas com nitidez, mas de indagar sobre os limites a lhe serem impostos em nome de valores solidários que compõem a face social e cívica da cidadania e que terão de expressar-se na ação institucional apropriada da coletividade e do Estado.

Coincidentemente, o debate se ilustrou de maneira trágica com a repercussão do sequestro de um ônibus no Rio de Janeiro, que culminou na morte da moça tomada como refém e do próprio sequestrador. Seria excessivo pretender apontar em eventos como esse o efeito direto, sem mais, da afirmação da competição econômica. Mas eles são, por certo, a expressão de uma sociedade cuja conformação perversa impede que o lado solidário da cidadania frutifique de forma efetiva – de forma, aliás, que se pode ver como necessária para a operação adequada do próprio mercado competitivo. Pondere-se à luz da advertência de Ricupero a triste

banalidade da biografia do jovem sequestrador assassinado por policiais: favelado, entregue pela mãe sem recursos aos três anos a alguém mais que veio a falecer, “de déu em déu” pelas ruas desde os sete, condenado por furto e assalto, preso e foragido... Mas pode-se vê-lo como competidor vigoroso. Afinal, criança ainda, conseguiu sobreviver até mesmo à chacina da Candelária.

Na revista *Veja*, há um par de semanas, Sérgio Abranches festejava a afirmação de FHC de que o Brasil, socialmente falando, vai “de mal a menos mal”. O país, proclama Abranches de modo categórico, “não está à beira do colapso social”. A proclamação, acompanhada de dados sobre coisas como certa diminuição da pobreza e do analfabetismo em anos recentes, surge a propósito da probabilidade de ocorrerem eventos espetaculares tais como um golpe de Estado ou uma insurreição popular, para seu espanto discutida a sério em algum seminário de acadêmicos na televisão. Cabe reconhecer os êxitos relativos de certas políticas de alcance social. Além disso, a proclamação quanto à ausência de risco de colapso é provavelmente correta se os acontecimentos espetaculares mencionados são tomados para a própria definição de “colapso social” – apesar de que, em previsões desse tipo, prudência nunca é demais.

Seja como for, se prescindimos da ideia da explosão ou de desdobramentos súbitos e estrepitosos, é inequívoca a corrosão do tecido social que o país experimenta. Sem falar da corrupção de múltiplas faces e da desmoralização que alcança mesmo o Poder Judiciário até há pouco ilibado, aí estão a violência crescente, a insegurança difusa, os vidros dos automóveis fechados contra a ameaça dos pivetes, os carros blindados, as chacinas corriqueiras na periferia das grandes cidades. Este não é o país em que vivíamos há uma geração, embora, em vez de golpe, tenhamos tido a restauração da democracia. Mas há algo especialmente desalentador: nas condições de extrema desigualdade que marcam a sociedade brasileira, não parece razoável esperar sequer que a eventual retomada do dinamismo econômico em condições de competição intensificada ou mesmo alguma melhoria dos indicadores sociais venha a produzir, de imediato, maior paz social. Pois, como Ricupero destaca, o que tem acompanhado o dinamismo competitivo são a desigualdade crescente, a marginalidade e a exclusão, a precariedade e a insegurança do emprego. E a melhoria social pode não representar de pronto, para muitos, senão a possibilidade de tomar consciência das carências e da desigualdade, com a frustração

correspondente. Como dizia, ameaçador, o traficante preso no documentário agora célebre de João Moreira Salles: também quero o meu Mizuno!

Colapso? Talvez apenas um resvalar gradual em plano inclinado. Mas o que se divisa é um vale de sombras.

*O Tempo*, 18/6/2000

## UMA INICIATIVA PROMISSORA

Enquanto o Brasil não nos invade, nem tudo são delírios de um governinho oligofrênico por estas bandas de Minas. Graças sobretudo aos esforços de Neuma Aguiar e Solange Simões, aconteceu esta semana, na Faculdade de Filosofia e Ciências Humanas da UFMG, o primeiro passo de um projeto ambicioso. Em seminário patrocinado pela Fundação Ford, discutiu-se e planejou-se a inclusão de Belo Horizonte como uma das áreas urbanas, ao lado de Detroit, Varsóvia, Pequim e Cidade do Cabo, em que se desenvolverão de forma continuada estudos sobre temas sociais, econômicos e políticos. A iniciativa, que envolve a colaboração entre diversas instituições ligadas à pesquisa social no Brasil e em outros países, incluindo com destaque o Institute for Social Research da Universidade de Michigan, reproduz em termos internacionais e comparativos o modelo do Detroit Area Study que se vem realizando há 50 anos naquela cidade americana. Se cumprida apenas em parte a promessa que a iniciativa representa, podemos vir a ter nela um precioso instrumento para o esclarecimento de questões de importância.

Exemplos do que cabe esperar podem ser extraídos de alguns dos projetos específicos discutidos no seminário. Assim, David Lam, de Michigan, em estudo que deverá ter desdobramentos no projeto em implantação, examina as relações entre escolaridade e desigualdade social por meio da comparação de dois casos de desigualdade extrema, o Brasil e a África do Sul, com base em dados coletados em 1995 pela Pesquisa Nacional de Amostra de Domicílios (PNAD), do IBGE, e pela South Africa Statistics. Suas verificações suscitam questões amargas sobre a eficiência do sistema escolar brasileiro. Apesar de mostrarem um padrão de elevação constante das médias e de redução da desigualdade quanto à escolaridade em ambos os países, os dados deixam claro não apenas que os níveis de escolaridade sul-africanos são bem mais altos que os brasileiros nas diferentes categorias raciais e de idade, mas também que o crescimento da escolaridade é muito menor no Brasil do que na África do Sul nas últimas décadas. A consequência é que a desigualdade escolar na população sul-africana não-branca (incluindo negros, mestiços, indianos) seja atualmente menor do que a desigualdade encontrada no Brasil quer na população como um todo, quer em qualquer categoria racial tomada separadamente, mesmo a da população branca. Além disso, os avanços sul-africanos se acham muito mais concentrados junto à base da distribuição de

escolaridade e da estrutura social, enquanto no Brasil se concentram em categorias intermediárias e comparativamente altas.

Mas há algo mais, potencialmente de grande relevância para a questão da transmissão intergeracional da desigualdade ou sua eventual eliminação. Na operação do sistema educacional sul-africano, a escolaridade dos pais (da mãe em particular) mostra-se muito menos importante em condicionar as oportunidades de acesso das crianças à educação do que no Brasil: em qualquer categoria racial e em diferentes faixas de idade, quer se trate de pais com nível superior de educação ou com nenhuma escolaridade, as diferenças no acesso das crianças à escola são amplamente favoráveis à África do Sul – sendo especialmente notável o contraste quanto à relação entre o acesso infantil às escolas e o aumento de zero a quatro anos na escolaridade da mãe, relação que é nítida no Brasil e simplesmente não existe no país africano. Como sintetiza Lam: “De maneira algo surpreendente, dada a história de acesso desigual à educação sob as políticas de apartheid sul-africanas, nem sequer os filhos não-brancos de pais precariamente educados na África do Sul têm tido de enfrentar as mesmas desvantagens em escolaridade que os filhos de pais de educação precária no Brasil”.

Em plano distinto, mas certamente não sem relação com esses fatos, advertência também sombria para nós, brasileiros, acha-se contida nas constatações de estudos que servem de lastro a outro projeto específico proposto no seminário, envolvendo pesquisa sobre valores. Tais estudos, realizados sobretudo por Ronald Inglehart e publicados recentemente nos Estados Unidos, utilizam dados de nada menos de 65 países de graus diversos de desenvolvimento econômico e inseridos em tradições culturais e religiosas diferenciadas (protestantes, católicos, islâmicos, confucianos etc.). Ora, algo revelador surge nos dados relativos a um item de psicologia coletiva de grande significado potencial: o Brasil é pura e simplesmente o país de pior posição entre todos no que se refere à porcentagem da população que revela acreditar que, em geral, pode-se confiar nas outras pessoas nas relações sociais de qualquer tipo. Deterioração social e prospectos econômicos e políticos negativos casam-se bem, naturalmente, com tal achado.

Que o projeto que agora se implanta venha ajudar a trazer luz sobre problemas como esses – e que não tenhamos de contar por muito tempo com itamares para enfrentá-los.

*O Tempo*, 25/6/2000

## PALÁCIOS E CHOUPANAS

Em informativa entrevista sobre violência e criminalidade no Brasil publicada nas páginas amarelas de *Veja*, o sociólogo Gláucio Soares salienta uma observação que tem sido apontada com frequência e que, à luz de certas ideias convencionais, pareceria envolver um paradoxo. Trata-se de que a criminalidade e a violência aumentaram no país, nas últimas décadas, não obstante ter melhorado a condição de vida da população pobre, com a queda acentuada do analfabetismo, a redução da mortalidade infantil e da pobreza absoluta e o acesso dos menos favorecidos ao consumo de coisas como geladeiras, televisores e mesmo automóveis. Assim, a relação entre pobreza e criminalidade é mais complicada do que se tende a presumir.

Isso tem consequências importantes, em particular a de que mesmo a retomada que se esboça do desenvolvimento econômico ou a eventual intensificação de efeitos sociais positivos como os indicados podem não justificar a expectativa de que o problema da criminalidade se resolva – pode até ser que ele continue a agravar-se. Que pensar a respeito?

A literatura sociológica sobre o tema geral da instabilidade social e política há tempos questiona a suposição de que a pobreza, por si mesma, seja o fator decisivo do comportamento violento ou criminoso. Ao contrário, é possível haver grande estabilidade e “paz social” em condições em que desigualdade e intensa pobreza se dão conjuntamente. A milenar estabilidade da sociedade de castas hindu fornece o exemplo mais destacado do caso em que amplas camadas de destituídos aceitam de maneira conformista a sua sorte numa sociedade altamente desigual e hierárquica. Mas o mesmo vale, em larga medida, para o legado de desigualdade característico da sociedade escravista que nós próprios construímos, no Brasil, durante vários séculos.

A questão crucial é a de como chega a romper-se a psicologia conformista que temos em tais casos e a ocorrer a violência de natureza criminosa ou política. De acordo com a intuição básica da literatura referida, o que importa é que, de maneira independente das privações objetivas ou “absolutas” em que vivam as pessoas, possa surgir a “privação relativa”, ou o sentimento subjetivo de privação que resulta da disposição de comparar a condição em que se vive com a daqueles que se encontram em melhor situação. Até Marx, em “Trabalho Assalariado e Capital”, já assinalava o mecanismo psicológico envolvido: “Seja a casa pequena ou grande, desde que as casas dos

arredores não sejam maiores, ninguém reclama novas construções. Mas se, entre casinhas, um palácio vem a se erigir, não haverá mais nos arredores senão miseráveis choupanas”.

A percepção de que é possível comparar-se com os de melhor sorte, e consequentemente ansiar por sorte análoga, é o elemento mais importante desse mecanismo, o qual se encontra ausente da psicologia coletiva típica da sociedade de castas ou da sociedade escravista. Ora, a deflagração do desenvolvimento econômico altera as condições objetivas justamente de forma a permitir o encurtamento subjetivo das distâncias sociais, erigindo “palácios entre casinhas” e levando à comparação, ao sentimento de privação e às frustrações correspondentes. Na verdade, o que se acha envolvido no processo é algo que tem a ver com a própria ideia de justiça. Como assinalava W. G. Runciman em volume de muitos anos atrás, o sentimento de que somos vítimas de injustiça supõe a ideia de um valor que nos é negado enquanto é assegurado aos nossos iguais, o que faz desse valor um *direito* nosso. Ou seja, o sentimento de injustiça supõe a existência de um sentimento de igualdade básica, que é o que legítima a comparação e se vê frustrado pelas desigualdades objetivas que subsistam. À parte a droga, o que faz a diferença entre a sociedade brasileira de decênios (ou séculos...) atrás e a de hoje é que nesta o desenvolvimento ocorrido favorece a difusão do igualitarismo e do sentimento de injustiça. A afirmação de FHC de que o Brasil atual é uma sociedade injusta seria, assim, correta em termos sociopsicológicos, em parte de maneira independente do nosso perene fosso social.

Contudo, nossa grande desigualdade objetiva, o fosso herdado da escravidão, torna mais incerta e remota a expectativa de que os ganhos resultantes do desenvolvimento econômico venham a permitir não só o desfrute maior de bens materiais ou de outro tipo, mas também a acomodação propícia no plano da psicologia coletiva. Talvez caiba pensar que estamos vivendo um mero momento de transição, embora longo. Como quer que seja, há ainda o fato de que, nas circunstâncias do pós-socialismo e de um *ethos* dominante que exorta agressivamente ao êxito individual, as frustrações e o sentimento de injustiça não parecem ter como traduzir-se em termos de solidariedades políticas. E não nos resta senão conviver com o atrevimento de reles favelados que querem, imaginem, o tênis da moda. Ou que advertem, como o Rumba, líder da favela carioca do Jacarezinho, que “vamos descer o morro e tomar o que é nosso”.

*O Tempo*, 20/8/2000

## *SÍ, SE PUEDE!*

Há quase exatamente dois anos, meu artigo de domingo neste jornal tinha como título “A Décima-Primeira Chacina”, destacando o registro que o noticiário da semana fazia do andamento das matanças ocorridas na periferia de São Paulo durante o ano de 1999 que começara havia pouco. Dias atrás, Boris Casoy salientava de novo a décima-primeira chacina em seu jornal de televisão, agora com respeito ao ano corrente de 2001. Entra ano, sai ano e a carnificina se repete, figurando como item cada vez mais banal do noticiário, que não chega a concorrer em interesse com as informações sobre se vai chover no dia seguinte. Hoje, 30 de março, no café da manhã, as notícias de televisão e jornais servem nova dose de outro item de crescente banalidade, as rebeliões em presídios – antes que sequer digérissemos a reportagem (banal...) do noticiário vespertino de ontem sobre a noite de tiroteio e terror em favela carioca. Na dose de hoje, é verdade, há algo de inédito: as cabeças dos presidiários mortos teriam sido cortadas, os olhos perfurados, o coração assado e comido pelos assassinos em churrasco regado a pinga. A notícia sobre esse ineditismo talvez seja falsa, mas de fato que importa? Um momento de espanto e voltamos à rotina, em que a escalada de novidades como essa só faz tornar possível o embrutecimento gradual que nos vai permitir ver com olhos banais as notícias de amanhã. Não tivemos há algum tempo (alguém se lembra?) a transmissão ao vivo pela televisão do linchamento de crianças postas sob a tutela do Estado?

É evidente a incapacidade do Estado brasileiro para se fazer presente de modo adequado no que se refere a garantir o direito mais mezinheiro dos cidadãos à segurança (e já agora sequer para controlar os criminosos que tem sob custódia). Há, porém, um claro viés social na precariedade do acesso aos direitos civis. Ela se dá sobretudo no porão, entre os cidadãos de segunda classe das camadas mais pobres, junto às quais até a presença do Estado e de seu braço policial com frequência se torna ela mesma um fator a mais de insegurança. Ainda que os estratos médios e superiores de nossos centros urbanos se vejam também atingidos pela violência, segue sendo difícil imaginar que algo semelhante às chacinas da periferia pudesse vir a ocorrer com regularidade contra eles sem suscitar dramática reação do Estado. E é provavelmente certo que o próprio desapareço pela ideia de

direitos civis entre nós que as pesquisas revelam esteja contaminado por nossa dualidade social e pelo elitismo correspondente: os direitos civis são algo de que nós, os “mais iguais”, na verdade não carecemos; e proteger direitos da gentalha é proteger bandido...

Um volume recente de A. Lijphart (“Padrões de Democracia”), dedicado a comparar diferentes formas de governo e o desempenho governamental em cada caso, aponta os méritos da forma de organização designada como “consociativa” ou “consensual”, que corresponde de perto aos países social-democratas. Por contraste com o modelo majoritário, em que se privilegia a manifestação das preferências individuais dispersas, o modelo consociativo se empenha na criação de consenso por meio da representação de categorias coletivas como tal, quer se trate de coletividades assentadas em peculiaridades étnicas ou (caso da social-democracia) de grupos definidos por interesses funcionais ou ocupacionais e que se aproximam da estrutura de classes da sociedade. Lijphart mostra que a forma consensual de organização não só não é menos eficaz do que a majoritária na administração econômica e no controle da violência, como também se associa com democracia de melhor qualidade: nos países que se valem dela, há melhor política de assistência social, melhor representação das mulheres, melhores políticas ambientais, maior participação eleitoral, maior satisfação com a democracia – e maior igualdade social e política.

O problema brasileiro, naturalmente, vai bem além de uma questão de escolha entre majoritarismo ou consensualismo. Por outro lado, a organicidade da social-democracia tem sido denunciada no mundo globalizado, e com ela, entre nós, o corporativismo da “era Vargas”. Mas fica, além da inveja quanto às circunstâncias que permitem a real criação de consensos benignos, a constatação de que o modelo que aqui se tem favorecido não apenas é avesso à organicidade corporativa, mas é também afim à intensificação da competição, não obstante as condições que a tornam especialmente perversa em nosso caso, permitindo que antigos fatores de desigualdade se vejam cumulados por novos. Assim, não parece haver por que esperar que nossas ruindades banais se tornem menos ruins, ou sequer menos banais, no futuro visível.

E até o futebol, que nos unia e mobilizava, passa a desalentar-nos. Mas quando nada, no vexame da derrota diante do Equador, pudemos ver a torcida equatoriana em comovente exibição de um consenso mobilizador de

efeito bem claro, mesmo se triste para nós. *Sí, se puede!*, gritava ela. É possível, vamos lá! Com todas as reservas que o entusiasmo coletivo possa com frequência merecer, nosso caso tem sido certamente o de carência dele. Poderemos unir-nos e avançar?

*O Tempo*, 1/4/2001

## **TORTURA, PRISÃO, ABORTO**

O relatório da ONU sobre a tortura no Brasil mantém na ordem do dia o tema dos direitos civis, cuja dramaticidade a intensificação da violência e a insegurança difusa não fazem senão agravar. Bem pesadas as coisas, não há indicador mais revelador quanto à vigência real da democracia em um país do que a condição dos direitos civis. Pois trata-se dos valores mais básicos e preciosos que a democracia deveria assegurar, envolvendo a garantia da dignidade e da própria vida das pessoas, e seu comprometimento tende a estar claramente ligado com a negação da igualdade social.

Em nosso caso, se são notórios o caráter banal que o noticiário sobre a violência em geral adquire e nossa crescente indiferença diante dele, a tortura, tal como se pratica corriqueiramente em nossos presídios e delegacias de polícia, é, na verdade, tão sem importância aos olhos da sociedade que normalmente não chega sequer ao noticiário. E isso é tanto mais notável tendo em vista que, como consequência da ditadura de 1964 e do uso da tortura contra presos políticos de classe média, o país vive ainda a atmosfera da indignada mobilização antitortura, com proclamações sonoras do tipo “tortura nunca mais!”. É bem claro que, na sociedade de castas que herdamos de nosso passado escravista, tais proclamações envolvem sombrias reservas mentais, aplicando-se aos cidadãos “verdadeiros”... E não admira que as pesquisas mostrem, mesmo entre os que se entendem como democratas e declaram aderir às instituições da democracia político-eleitoral, o difundido despreço, entre nós, pelos direitos civis. Esse despreço se traduz com nitidez justamente em temas como o recurso à tortura pela polícia, o linchamento de bandidos e a ação dos esquadrões da morte, que contam com proporções surpreendentemente altas de apoio em todos os níveis educacionais. Vejamos por quanto tempo repercutem as palavras do chocador relator do Comitê de Direitos Humanos da ONU, que descreve como “apavorante” e como “indescritível assalto aos sentidos” a situação de nosso sistema prisional, relacionando-a com nossa “cultura de brutalidade”.

Duas ponderações advertem para a trágica falta de horizontes com respeito ao problema geral. Por um lado, insensíveis e brutais que sejamos, nossa desigualdade só tende a produzir violência e criminalidade crescentes. Como corroboram os dados do IBGE sobre a década de 90 recentemente divulgados pela imprensa, em que o aumento da violência ocorre lado a lado

com a melhora de vários indicadores sociais, os mecanismos psicológicos de comparação e frustração que o próprio desenvolvimento do país acarreta, ao solapar o conformismo tradicional da sociedade de castas, agravam de imediato (até quando?) as dificuldades. E, como demonstram Steven Levitt e Rodrigo Soares em artigo na revista “Exame” de 21 de março passado (“O Preço da Violência”), a eficácia repressiva de nosso sistema policial e presidiário, em comparação até com países de muito menores taxas de violência e criminalidade, como Chile e Argentina, acha-se claramente aquém do que caberia esperar: seria preciso prender mais gente, muito mais.

Por outro lado, a observação do caso correspondente ao sistema policial e prisional talvez mais eficiente, o dos Estados Unidos, deixa patente o que a eficiência pode conter, ela própria, de manifestação das distorções e da desigualdade social. Dados de 1994, relatados por Jonathan Simon em artigo de alguns anos atrás, mostram (além do fato de que cerca de 2% de toda a população adulta do país estavam então em alguma forma de custódia correcional) o claro viés social que marca o sistema: “Quando todas as formas de custódia correcional para adultos são consideradas, mais de 30% de todos os jovens afro-americanos do sexo masculino se achavam sob custódia no começo da década de 90”. Mas isso está longe de ser tudo. Pois estudos mais recentes, de autoria de John Donohue e Steven Levitt, revelam de maneira inequívoca que a queda da criminalidade ocorrida aproximadamente a partir de 1990 nos EUA se deve pura e simplesmente ao fato de que os criminosos potenciais foram abortados: há clara correlação entre essa queda e a legalização do aborto no começo dos anos 70, especialmente a decisão da Suprema Corte que o tornou legal em plano nacional em 1973. Como salientam os autores, o elo entre as duas coisas consiste em que as mulheres que se valem do aborto são aquelas que maior risco correm de dar à luz crianças propensas a se envolver em atividades criminosas, incluindo com destaque as mulheres economicamente desfavorecidas. Assim, o jovem negro que contava em 1994 com 30% de chances de acabar preso ou às voltas com a lei já se incluía, para começar, entre os afortunados que puderam nascer. E não teria por que reclamar de ser alvo de vigilância policial severa.

É melhor que aumentemos os efetivos policiais. Com nossa economia mais precária e nossas condições sociais, são certamente demasiados os criminosos potenciais a serem abortados.

*O Tempo*, 15/4/2001

## **RACISMO E AÇÃO AFIRMATIVA**

A conferência patrocinada pela ONU contra o racismo, a xenofobia e a intolerância, iniciada no dia 31 de agosto em Durban (África do Sul), vem ocasionando a intensificação da discussão do tema das relações raciais no país e das formas de combate ao racismo entre nós, em particular a proposta de ação afirmativa e da eventual adoção da política de cotas a respeito. Dada a tendência usual a escamotear esse tema delicado, o fato em si de a iniciativa da ONU representar um estímulo ao debate é certamente positivo, não obstante os conflitos e impasses que parecem ameaçar o êxito de sua realização.

Tenho falado das dificuldades que cercam o tema, especialmente no que se refere à população negra. A combinação de odiosos aspectos de desigualdade de condições de vida com complexos problemas de psicologia coletiva acaba por colocar em questão o próprio significado da ideia de uma identidade nacional brasileira. O componente negro de nossa sociedade e cultura ajuda a conformar certa visão folclórica do Brasil do futebol e do Carnaval que sem dúvida todos reclamamos. Mas justifica-se a indagação, que formulei há algum tempo e que a preservação das enormes desigualdades enquadra de maneira significativa, de saber se esse Brasil folclórico é efetivamente reclamado como algo mais do que um mero cenário simpático em que os protagonistas do Brasil “verdadeiro” – europeu e branco, ou “branco” – vivem e atuam. De outro lado, os claros traços negativos das condições que prevalecem em nossas relações raciais produzem equívocos importantes entre os militantes da causa negra, em particular o de desqualificar a ideia da democracia racial. Por mítica e falsa que tal ideia seja como descrição da realidade, o objetivo de uma sociedade racialmente democrática e fraterna é insubstituível.

A questão específica da ação afirmativa, a meu ver, comporta inequívoca resposta positiva em um sentido: o que diz respeito à ação do Estado destinada a neutralizar, reprimir e superar as atitudes ou disposições em que se expressa o preconceito racial e que produzem a discriminação. Apesar de que o Estado já se faça presente aí por meio da criminalização formal da discriminação racial na legislação brasileira, os problemas envolvidos são culturais ou de psicologia coletiva, e é evidente que a ação estatal neste plano deixa muito a desejar, comprometendo a própria eficácia

da legislação, que raramente faz sentir seus efeitos dada a cultura racista e tolerante com as infrações. Além do aperfeiçoamento dos dispositivos e mecanismos legais e jurídicos, de maneira a torná-los mais sensíveis à questão racial e mais ágeis em responder a ela, seria possível esperar do Estado disposição muito mais aguerrida e combativa na ação pedagógica contra o preconceito: caberia a ele regular e fiscalizar apropriadamente as diversas esferas em que se produz a inculcação dos valores relevantes, que vão desde a escola até, por exemplo, o mundo dos comerciais de televisão como veículo “inocente” de mensagens insidiosas sobre o valor estético e social ligados às diversas raças.

Mas a ideia da ação afirmativa é muito mais problemática se tomada como o empenho, por parte do Estado, de promoção social e econômica dirigida especificamente à população negra como tal. Isso se deve, para começar, a razões “técnicas”, que têm a ver com a dificuldade de definir de maneira suficientemente nítida os que se habilitariam ou não aos benefícios: com a herança genética africana mesmo dos nossos “brancos”, quanto sangue negro será necessário? Mas esse aspecto “técnico” se desdobra imediatamente num aspecto humano. Pois, nas condições gerais que caracterizam as vastas camadas destituídas da população brasileira, seria claramente odiosa a pretensão de estabelecer a discriminação entre as raças como critério para a ação de promoção. Afinal, é justamente na base da estrutura social, onde se encontram os alvos mais importantes do esforço social do Estado, que mais se mesclam e integram socialmente populações diversas do ponto de vista racial e mais intensamente ocorre a própria miscigenação.

Não entendo que isso leve a excluir de vez o critério propriamente racial, que poderá ser aplicável em casos especiais. Mas a ação do Estado no plano econômico-ocupacional terá, em princípio, de orientar-se por critérios sociais antes que raciais. E, dada a própria correlação entre as dimensões racial e social em que se traduz a desigualdade brasileira, não há por que presumir que essa orientação venha a ser menos eficiente em promover os negros. Como George Reid Andrews tem mostrado, Cuba é provavelmente o país mais bem-sucedido, em todo o planeta, quanto a igualar as condições de categorias raciais diversas – sem ter tido políticas dirigidas especificamente à população negra.

*O Tempo*, 2/9/2001

## QUARTA PARTE: CENA MUNDIAL E GLOBALIZAÇÃO

### GLOBALIZAÇÃO E CRISE

Nos dias 25 e 26 do corrente mês acontece em Belo Horizonte o seminário internacional “América Latina: Globalização e Integração”, promoção do Instituto Brasileiro de Estudos Contemporâneos, com o apoio da Federação das Indústrias de Minas Gerais. O seminário, que pretende ajudar a preparar o terreno para o Encontro das Américas previsto para maio, reunirá especialistas e autoridades do país e do exterior para a discussão de diversos aspectos do tema geral.

A figura de maior peso acadêmico a participar do seminário, com intervenção prevista para a sessão inicial, é talvez o Professor Giovanni Arrighi, dos Estados Unidos. Entre outros trabalhos, Arrighi é o autor de importante estudo, *O Longo Século XX*, premiado pela American Sociological Association em 1995 e publicado em tradução brasileira no ano passado.

O estudo é uma laboriosa e sofisticada reflexão sobre o processo de desenvolvimento capitalista na época moderna, colocando em perspectiva a globalização atual. Arrighi examina minuciosamente, no empenho de apreender a lógica envolvida, a sucessão de “ciclos sistêmicos de acumulação”, na qual os ciclos hispânico-genovês, holandês e britânico culminam, no século XX, no atual ciclo norte-americano.

Duas características relevantes do processo podem ser destacadas. Por um lado, dá-se nele peculiar combinação da dinâmica especificamente econômica e capitalista com a dinâmica dos fatores de natureza político-territorial. Um aspecto saliente é o da expansão da escala do ordenamento político em que se enquadram os processos econômicos, indo desde o caso de Gênova, em que o dinamismo capitalista é quase totalmente carente de substrato político-territorial (impondo-se a articulação “externa” com o poder político espanhol), até as dimensões continentais do Estado-nação norte-americano, onde se juntam a “internalização” do mercado e o controle de instrumentos políticos capazes de se fazerem valer em escala global.

Por outro lado, a sucessão de ciclos envolve, do ponto de vista econômico, a ocorrência, em todos os casos, de um momento em que, com

a perda de lucratividade dos investimentos no comércio e na produção industrial de mercadorias, dá-se a “financeirização” do sistema, quando ocorre o deslocamento dos recursos para a intermediação e a especulação financeiras. O início de cada expansão financeira caracterizaria uma “crise sinalizadora” do sistema de acumulação vigente, a qual, aprofundando-se, dá lugar à “crise terminal” deste e à sua substituição por um novo sistema de acumulação, centrado em novo pólo político-territorial hegemônico.

A situação atual evidencia, à luz dos padrões que daí se depreendem, tanto elementos que os corroboram quanto intrigantes peculiaridades. Na leitura de Arrighi, a crise sinalizadora do ciclo de acumulação norte-americano já vem ocorrendo claramente pelo menos desde os anos 70, com a intensificação da especulação financeira, agilizada pelos novos meios eletrônicos. Contudo, o ineditismo do sistema atual, dado pela conjugação do simples porte da economia norte-americana com a singular desproporção dos recursos político-militares controlados pelos EUA, introduz grande incerteza quanto à possível evolução do processo. A Ásia, em desenvolvimento acelerado há vários anos, seria a sede mais provável de uma nova hegemonia e de um eventual ciclo novo. Mas as peculiaridades do sistema centrado nos EUA nesta virada de século não permitem excluir desenlaces diferentes, entre eles a possível consolidação de uma espécie de império com sede em Washington, no qual a desproporção dos recursos político-militares americanos forneceria novo enquadramento para a dinâmica econômica eventualmente pouco favorável.

A América Latina não parece poder pretender papel mais decisivo na conjuntura imediata e em seus desdobramentos visíveis no plano mundial. Mas a lógica complexa da articulação entre dinâmica econômica e fatores político-territoriais se manifesta de maneira bem evidente, no nível interamericano, com os matizes do jogo que no momento se disputa entre abertura econômica e integração regional em diferentes escalas (Mercosul, Alca). Nesse jogo, parte crucial dos problemas envolvidos se refere ao desafio de encontrar o ponto de equilíbrio entre instaurar automatismos econômicos propícios, de um lado, e, de outro, manejar com lucidez os instrumentos de poder político – necessariamente nacionais, mas eventualmente potencializados em coalizões regionais de maior ou menor alcance.

*O Tempo*, 16/3/1997

## AS BOLSAS E O FUTURO

O notável na crise mundial das bolsas de valores é a maneira espetacular em que ela vem corroborar certos diagnósticos e algumas das piores expectativas quanto aos processos correntes. É revelador que ninguém menos que o presidente do Banco Central, Gustavo Franco, anuncie a perplexidade geral com a crise, que “nenhuma teoria explica”, e recorra a fatores de ordem psicológica, como se a operação desses fatores fosse de alguma forma espúria ou imprópria e não parte de toda e qualquer atividade humana – quanto mais do jogo especulativo nos mercados financeiros.

No entanto, Giovanni Arrighi (no que é provavelmente a avaliação mais “redonda” do significado da globalização, *O Longo Século XX*) já apontou convincentemente o aspecto crucial dos processos que presenciamos na “financeirização” do atual sistema econômico de hegemonia americana, com o deslocamento dos recursos (de maneira inédita nas proporções, embora o fenômeno em si reitere um padrão presente em momentos anteriores da dinâmica do capitalismo moderno) do emprego diretamente produtivo para a especulação e a intermediação financeira. De sua parte, em *O Futuro do Capitalismo*, Lester Thurow, atento para o mesmo fenômeno e para a assustadora desproporção do volátil capital financeiro relativamente aos números da atividade produtiva e comercial, não hesita em propor que a indagação quanto à ocorrência de uma crise “mexicana” de devastador impacto mundial não é a de *se* virá a ocorrer, mas apenas a de *quando* ocorrerá.

A torturante questão que se coloca é a de se cabe esperar a emergência e a operação efetiva de instâncias de coordenação capazes, em sua ação, de ir além da mera competição dos Estados nacionais pelos próprios capitais flutuantes, seguida da reação tópica e precária diante das consequências negativas de sua flutuação. Em seu último número, a revista *Veja* nos expõe à filosofia do especulador George Soros, cujo princípio básico seria o de tratar de produzir deliberadamente alterações nas condições do mercado, “intervir para lucrar”, em vez de apenas sentir o pulso do mercado e acomodar-se a ele. Naturalmente, se tal princípio pode ser colocado em prática com êxito estrondoso por um especulador

individual, poderoso que seja, como recomendar aos Estados nacionais uma postura de *laissez faire*?

A diferença, contudo, é que a intervenção de um Soros consiste justamente em jogar com liberdade o jogo especulativo do mercado, enquanto a coordenação que desejaríamos visaria a domesticá-lo e contê-lo em seus efeitos negativos. E, se os Estados nacionais são trespassados e cerceados em sua capacidade de ação pelos novos mecanismos e agentes globais, organizações internacionais como FMI e Banco Mundial se mostram igualmente ultrapassadas nas circunstâncias atuais.

Teremos a tempo (ou seja, antes da crise catastrófica de Thurow) a reorganização transnacional que se faz necessária? Não creio. Dados os paradoxos gerais da implantação inicial de qualquer ação coordenada quando há muitos atores envolvidos, além das perversidades específicas da nova dinâmica mercantil da globalização, o que cabe realisticamente esperar é que primeiro tenhamos de prestar o exame – enfrentar a tormenta da crise profunda – para só então termos clara, eventualmente, a lição. Isso não significa, porém, que a aposta em algo como o fim do capitalismo seja uma boa aposta. Creio haver razões para esperar que o reenquadramento institucional do capitalismo em termos transnacionais acabe sobrevivendo, na medida em que os custos da desregulada dinâmica atual, além de recair sobre o trabalho, como tem ocorrido, venham a se fazer sentir sobre o próprio capital.

Alguma esperança de que venha a ser também “social” esse novo capitalismo mundial? Certamente as circunstâncias da atualidade não permitem entrever senão grandes dificuldades para os esforços de reorganização e fortalecimento do lado “popular” de um concebível “compromisso democrático” (ou social-democrático) de alcance transnacional e mundial. Mas contamos, sem dúvida, com importante lastro filosófico ou doutrinário que valoriza a solidariedade social e que a irrupção dos mecanismos globalizadores está longe de ter eliminado, como a revivescência eleitoral das esquerdas, bem ou mal, deixa claro. Se as crises atuais já abalam a arrogância recente dos proponentes de um liberalismo sem reservas, com mais razão a hipótese da crise profunda justificaria esperar, quem sabe, que valores solidários ajudem a conformar o novo espaço institucional a ser erigido.

*O Tempo*, 2/11/1997

## EMPRESA E SANTA CASA

Falando no ano passado em evento realizado na Federação das Indústrias de Minas Gerais, José Márcio Camargo deu expressão cínica ao realismo desses tempos de liberalismo e mercado: empresa, dizia ele, não é santa casa de misericórdia. O que tratava de ressaltar é que a atividade empresarial se volta para o lucro, e que a preocupação com as consequências sociais não deve interferir com a busca empresarial desse objetivo básico e legítimo.

Sem dúvida, em certo sentido a proposição, em sua crueza, enuncia uma verdade banal. Mas, formulada em evento patrocinado por uma entidade como a FIEMG, ela permite a indagação sobre até que ponto seu cinismo não resultará em desvirtuar os objetivos da atividade empresarial entendida de forma mais ampla e talvez mais adequada – ou até que ponto mesmo a defesa do interesse próprio pelos empresários não deveria entender-se de maneira menos míope.

Já em meados dos anos 80, a reafirmação do dinamismo do mercado e a crescente hegemonia das ideias que lhe são afins não impediam, no plano internacional, o debate vigoroso do tema da responsabilidade social das empresas. Ilustração exemplar se tem com um volume organizado por Klaus J. Hopt e Gunther Teubner e editado em 1985 sob a responsabilidade do Instituto Universitário Europeu, de Florença, com o título de *Corporate Governance and Directors' Liabilities*. Nele, juristas, economistas, sociólogos e cientistas políticos europeus e norte-americanos se dedicam à questão de como assegurar o que é designado em inglês como *corporate social responsibility*.

Dois aspectos merecem realce: em primeiro lugar, o de que não se trata, naturalmente, de conclamações doutrinárias, mas de análises sofisticadas e realistas em que o interesse material das empresas recebe consideração destacada e prioritária; em segundo lugar, o de que as análises, não obstante, dão amplo espaço a indagações que se referem não apenas às complicações relacionadas ao enquadramento legal da atuação das empresas, mas também aos problemas que resultam de seus laços comunitários mais ou menos complexos. Neste último aspecto, uma questão crucial, que termina por tornar problemática a própria definição do interesse

da empresa como tal, tem a ver com a atenção a ser dada às diferentes categorias de interesses (e não, ou não só, de anseios morais) que a empresa ou corporação afeta e eventualmente aglutina de maneira mais ou menos precária: acionistas ou proprietários, administradores, trabalhadores, consumidores, habitantes e usuários do ecossistema em que a empresa atua e que com frequência ajuda a destruir. Na óptica que daí resulta, o cinismo ao estilo de José Márcio Camargo revela sua face de manifestação ingênua, na verdade, de uma reviravolta ideológica cercada de dificuldades.

Mas nada há de passadista na ampliação de horizontes que se tem com essa óptica. Pois as discussões recentes do que há de mais avançado na dinâmica do capitalismo mundial (especialmente nos setores de desenvolvimento tecnológico acelerado, como a biotecnologia, por exemplo) têm destacado o caráter economicamente imperioso de que a empresa individual saiba inserir-se em “redes” de interação e articulação com outras empresas e entidades de tipos diversos, como universidades ou instituições de pesquisa, prestadores de serviços vários etc. Nesse contexto, embora fosse inadequado pretender apontar propriamente “responsabilidade social”, não só se torna com frequência difícil dizer o que é “interno” e o que é “externo” a determinada empresa (levando alguns a falar de “metacorporação”, por exemplo), mas o vocabulário dos analistas se carrega de expressões cujo teor indica claramente a singular relevância que adquire o contexto comunitário (moral?) da atividade de cada uma: a “colaboração” no lugar da hierarquia, a expansão das “alianças”, a disposição à interação igualitária e ao compartilhamento de informações como condição de aprendizagem em ritmo ágil, a necessidade de “confiança” e mesmo de um sentido de “mutualismo comunitário”... Cabe ressaltar, ainda, que disposições e traços análogos, os quais seriam favorecidos pelo legado em princípio negativo do passado socialista, têm sido apontados (por David Stark, por exemplo, especialista destacado) entre os fatores de êxito de alguns dos esforços mais bem sucedidos de ajustamento capitalista nas economias em transição do Leste europeu.

*O Tempo*, 23/11/1997

## O FIM DA GEOGRAFIA?

Alguns vêem a globalização como correspondendo ao “fim da geografia”, em consequência dos processos que ultrapassam as fronteiras nacionais e regionais. Contudo, como destaca, entre outros, Wolfgang Reinicke em volume recente (*Global Public Policy*, The Brookings Institution, 1998), os dados mostram que a globalização não é verdadeiramente global e que, em especial, o mundo permanece agudamente dividido entre o norte e o sul.

Assim, ainda em 1994, nada menos de 74 por cento dos estoques de investimentos externos diretos achavam-se nos países da Organização para a Cooperação e o Desenvolvimento Econômico (com exclusão do México); entre 1986 e 1994, as companhias localizadas nesses países eram os alvos de 86 por cento dos negócios envolvendo fusões e aquisições transnacionais; 91 por cento da totalidade das alianças tecnológicas internacionais formadas entre 1980 e 1989 ocorreram entre companhias dos Estados Unidos, da Europa e do Japão; finalmente, em 1992 os países da OCDE respondiam por 76 por cento dos fluxos de comércio que ocorriam entre diferentes sedes nacionais das firmas estadunidenses (*intrafirm trade*), indicador considerado por Reinicke como especialmente revelador do caráter *microeconômico* da globalização, que envolve o reajuste espacial das atividades das próprias firmas ou corporações – além do aspecto curioso de que a globalização surge como produtora também de mecanismos avessos ao mercado (*off-market transactions*), ademais de estimular os mecanismos de mercado. Acrescente-se que o grosso dos investimentos e das alianças empresariais que se encaminharam recentemente para países de fora da OCDE dirigiram-se a uns poucos países de nível médio de renda: em 1996, por exemplo, somente dez países receberam 76 por cento do total dos fluxos de investimento direto, enquanto 140 dos 166 países em desenvolvimento não receberam senão 5 por cento dos fluxos de capital privado.

Naturalmente, fatores de natureza diretamente econômico-tecnológica são parte crucial da explicação para essas tendências. Mas fatores de natureza política são também importantes, entre os quais Reinicke destaca não apenas as medidas relacionadas com a abertura dos mercados, mas também aspectos mais básicos como a infra-estrutura legal

capaz de proteger os investimentos externos e garantir direitos de propriedade, patentes, remessas de lucros... Na verdade, o que temos é uma forma peculiar de articulação entre economia e política que redundava na exacerbação de algo presente desde os primórdios da afirmação do capitalismo moderno, como os estudos de Giovanni Arrighi nos têm mostrado de forma convincente, na esteira de análises clássicas. E a indagação intrigante suscitada pelas peculiaridades atuais diz respeito ao aparente paradoxo de um processo econômico que parece solapar as formas de organização político-territorial de que até aqui se valeu, com a disjunção, na expressão de Reinicke, entre geografia política e geografia econômica. Disjunção esta, entretanto, cujos limites os dados citados revelam.

De uma perspectiva brasileira, que disposição adotar diante de tais dados? Mesmo um nacionalista convencional, a quem deveria repugnar, em princípio, a inserção mais plena do Brasil nos processos econômicos em curso, provavelmente não terá como evitar a sensação de desconforto ao ver o país posto à margem da dinâmica de crescimento “globalizante” da parcela mais avançada do planeta (não obstante o Brasil estar incluído entre os poucos países alcançados pelo transbordamento dessa “globalização truncada”, como a chamou alguém mais). Tal disposição ambivalente resgata a ironia da fórmula que alguns contrapuseram às veemências nacionalistas de outros tempos: pior do que sermos explorados pelo capitalismo internacional é, certamente, *não* o sermos.

Estes são tempos de Copa do Mundo. A peculiar exaltação patriótica que produz hordas bárbaras de *hooligans* e nos põe irmanados e nervosos diante da televisão é outra prova gritante dos limites da globalização e da precariedade da tese do fim da geografia. Talvez ela seja também, contudo, a indicação colorida e dramática de distinções a estabelecer para se achar o caminho a seguir. Preservemos os fundamentos coletivos da identidade pessoal no terreno cultural ao qual legitimamente pertencem, e busquemos afirmá-los no esporte, na arte, na língua, nos traços duradouros da psicologia coletiva. Mas reconheçamos que não cabe senão procurar imergir no fluxo econômico mundial, tratando de fazer dos fatores de identidade o ponto de referência para que essa imersão ocorra tanto quanto possível de maneira crítica e coletivamente inteligente.

*O Tempo*, 21/6/1998

## JAPÃO, JAPÕES

Em artigo recente, Paul Krugman chamava atenção para algo que, na verdade, todos pudemos observar: a radical mudança de perspectiva em relação à economia do Japão no período de apenas alguns anos. De fato, em contraste com a assustadora crise japonesa atual e com as avaliações negativas do “modelo japonês” que ela correntemente suscita, o Japão do “modelo” aparecia até há pouco como exemplo a imitar para gente dedicada a temas diversos e de variadas orientações políticas.

Os entusiastas do modelo japonês incluíam, por exemplo, economistas ocupados em problemas de desenvolvimento. Para mim pessoalmente, isso se ilustra com a lembrança de palestra proferida em Belo Horizonte, anos atrás, por Antônio Barros de Castro, na qual, sem maiores qualificações ou reservas, o Japão era exaltado como fonte de respostas para os desafios trazidos pela estagnação brasileira dos anos 80. Mas o Japão surgia também como inspiração mesmo para os autores empenhados em recuperar, à esquerda, a alternativa de um “socialismo de mercado”: é o caso de John Roemer, nos EUA, que, em trabalhos como *A Future for Socialism*, de 1994, colocava muitas das fichas de sua aposta em um socialismo novo na estrutura de articulação entre firmas própria dos *keiretsu* japoneses.

O grande interesse do modelo japonês consistiu, sem dúvida, no que aparecia como a combinação de singular eficiência capitalista com uma forma peculiar de domesticar o capitalismo e talvez “humanizá-lo”: certa organicidade e solidarismo, zelosa regulação estatal, a estrutura horizontalmente solidária dos *keiretsu* e o papel de apoio e supervisão aí cumprido pelos bancos, relações trabalhistas marcadas pela vitaliciedade do emprego e o compromisso do trabalhador individual com a empresa. Tais traços se associam, porém, com paradoxos e perplexidades que embarçam não só o empenho de tomar o Japão como modelo, mas também o receituário atual.

Assim, há a peculiaridade do Japão como cultura amadurecida ao longo de séculos e posta há tempos em interação singularmente tensa com a expansão ocidental. Se essa peculiaridade tornava problemática, mesmo antes da crise atual, a pretensão de recorrer à experiência japonesa como

fonte de receitas a serem transpostas para a promoção de dinamismo econômico num país como o Brasil, ela talvez justifique até avaliações mais severas. Henry Kissinger, por exemplo, há muito assinalava no déficit de individualismo japonês uma sociedade “filosoficamente subdesenvolvida”, incapaz de representar um modelo real em perspectiva mais ambiciosa e exigente.

Mas é provavelmente no campo das relações trabalhistas que as ambiguidades surgem com implicações mais ricas e relevantes. Especialistas simpáticos ao modelo neocorporativo de sindicatos fortes que prevaleceu na Europa do pós-guerra (o qual supõe a solidariedade horizontal entre os trabalhadores e, portanto, o conflito de classes, que é porém mitigado num compromisso que viabiliza o Estado de bem-estar e a social-democracia) apontam há algum tempo a “japonização” das relações de trabalho nos países europeus, com a substituição das estruturas corporativas tradicionais por um “microcorporativismo” marcado pela identificação do trabalhador com a empresa. Naturalmente, essa identificação é ingrediente decisivo dos modelos organizacionais que são outro dos frutos da experiência japonesa, isto é, os modelos do tipo “qualidade total”, que contam com maior participação e responsabilidade do trabalhador quanto ao desempenho da empresa como tal.

Ora, se a intensificação da competição que agora se recomenda como saída para a crise envolve claramente a ruptura com outros traços do padrão japonês tradicional de solidarismo e organicidade, é também claro o caráter problemático da pretensão de preservar o elemento de solidariedade nesse aspecto especificamente trabalhista – e o compromisso do trabalhador com a empresa, ou seu apego a ela, tenderá a surgir, como em outras partes, apenas como consequência direta da fragilidade e da insegurança e medo que passam a caracterizar a posição do trabalhador no novo quadro de competição intensificada. Mesmo pondo de lado o paradoxo adicional, sempre presente, de que as receitas liberais para a crise japonesa contam com a apropriada ação do Estado e a cobram insistentemente, resta ver, após a “japonização” da Europa ter sido destacada a propósito da crise da social-democracia, o que se seguiria à eventual “desjaponização” do próprio Japão.

*O Tempo*, 28/6/1998

## MARX E HOBBS

Tenho falado de um “problema constitucional”, que se daria na medida em que o convívio de diferentes identidades e interesses não encontra apropriada acomodação no plano político-institucional. No mundo moderno, o espaço por excelência em que se coloca esse problema é o do Estado nacional que surge e se difunde a partir do Renascimento em correspondência com a afirmação do capitalismo.

A forma clássica do problema pode ser aí vista em termos de como acomodar o capitalismo e a democracia. Na visão tanto de Marx quanto de autores liberais do século 19, a tensão entre o sufrágio crescentemente universal e igualitário e as formas capitalistas de propriedade tenderia a resultar quer na revolução socialista, quer na restauração conservadora em que a democracia se veria comprometida. Mas a forma historicamente mais bem-sucedida de solução do problema constitucional assim entendido acabou sendo justamente a solução de compromisso cuja viabilidade era negada, com um capitalismo mitigado pela atuação social compensadora do Estado. O que não quer dizer que essa forma tenha sido a mais difundida: ela foi antes a exceção, e o problema constitucional não resolvido, contendo a revolução como ameaça sempre presente, continuou a ser o condicionante decisivo da dinâmica política de numerosos países, incluído o Brasil. De toda maneira, a tendência geral foi a de que se erigissem Estados que, com democracia ou sem ela, se mostravam capazes de neutralizar os conflitos internos – com a contrapartida da criação de um espaço internacional que se manteve eminentemente anárquico, mesmo se parcialmente estruturado em torno de convenções de maior ou menor alcance e dos elementos de poder que se davam em hegemonias diversas.

Os eventos da cena mundial atual vêm modificar o panorama. Em primeiro lugar, o colapso do socialismo compromete a fonte de inspiração correspondente e suprime a revolução como alternativa viável. Resultará isso em estabilidade, ou na solução “espontânea” do problema constitucional tal como se dava no plano dos países? A resposta remete ao segundo conjunto marcante de eventos dos dias que correm, isto é, a globalização e seus correlatos. Se até aqui tivemos a junção de capitalismo e Estado de maneira a permitir “exportar” a anarquia para o terreno baldio do plano internacional, a afirmação adicional da mesma dinâmica faz agora

a anarquia internacional refluir com força sobre o plano doméstico dos Estados nacionais. Isso redundará, sem dúvida, em que se tornam tanto mais irrelevantes as razões de tipo “marxista” para a instabilidade político-institucional doméstica; mas, se não há mais razões de Marx, são certamente abundantes as razões de Hobbes, o pensador da “guerra de todos contra todos”: a desigualdade crescente, o desemprego e a precarização do trabalho, a deterioração do tecido social, a violência e a insegurança difusas... E cabe lembrar a contribuição para esse quadro doméstico negativo de todo um mundo novo de pura e simples criminalidade internacional (drogas, lavagem de dinheiro) que nada tem de excrescente em relação à dinâmica da globalização, acoplando-se, ao contrário, com a “financeirização” que a compõe e seu suporte tecnológico.

Mas há algo mais. Se os efeitos do problema constitucional não resolvido continuam vivos ou mesmo se intensificam em certos aspectos com a globalização, parte crucial das consequências desta tem a ver com o solapamento das condições de ação efetiva dos Estados nacionais seja interna ou externamente. A necessidade intensificada de controle da anarquia internacional e os recursos menores disponíveis para tal resultam na emergência dramática do problema constitucional em nova escala: a escala transnacional ou internacional, no limite a do próprio planeta como tal. Mas não há qualquer razão para a esperança de que passos efetivos venham a ser dados na direção necessária em futuro visível. Pois se a natureza das ações requeridas (talvez a implantação do governo mundial?) representa, por si só, um desafio formidável, o rumo em que deveriam orientar-se tais ações choca-se de frente com a lógica nova que se afirma com vigor.

*O Tempo*, 16/8/1998

## A TRINDADE IMPOSSÍVEL

Em matéria de *The Economist* relacionada ao Fórum Econômico Mundial de Davos e republicada pela *Gazeta Mercantil*, destacam-se três objetivos a serem perseguidos por um formulador de política que tentasse elaborar o sistema financeiro ideal: soberania nacional garantida; mercados financeiros regulamentados e supervisionados; e preservação dos benefícios dos mercados de capital mundiais. Infelizmente, sustenta-se, essas três metas são incompatíveis, formando a “trindade impossível” em que se enraíza a instabilidade global de hoje: a busca de quaisquer duas partes da trindade só se poderia fazer com o sacrifício da terceira, e quem quiser, por exemplo, integração do mercado de capitais e regulamentação mundial terá de renunciar à soberania nacional.

Examinada com atenção, essa trindade expressa um dilema que estaria sempre presente. Assim, se tomamos as relações de tipo federativo, vemos que podem ser percebidas como envolvendo a tensão entre objetivos análogos aos indicados acima: o da autonomia das unidades federadas, o da coordenação e regulação que assegurem os benefícios da união e o do estímulo às atividades dos agentes econômico-financeiros no espaço definido pela federação. Na verdade, o dilema pode ser considerado, em termos mais abstratos, como constitutivo da própria convivência política em qualquer escala e como provendo o desafio por excelência a ser tido em conta numa eventual definição de desenvolvimento político-institucional: o de como conciliar, reconhecendo no dinamismo econômico um fator crucial para a realização do valor da autonomia em diferentes níveis, os desideratos de solidariedade e convergência, por um lado, e de afirmação autônoma das identidades e dos interesses e objetivos de qualquer natureza que lhes correspondam, por outro.

Naturalmente, o valor da autonomia remete, em última análise, à autonomia individual. Desse ângulo, o critério decisivo a caracterizar uma organização democrática é, no limite, o de até que ponto ela permite que prevaleça, nas decisões que nela se tomam, a escolha pessoal dos agentes individuais. Os imperativos da convergência e da organização solidária não podem senão impor restrições à máxima aí contida, introduzindo mecanismos que constroem as escolhas pessoais em nome dos interesses ou objetivos coletivos. Mas o princípio talvez fundamental da boa doutrina

federativa, o chamado princípio da subsidiariedade, contém o reconhecimento da importância do critério da escolha pessoal e o empenho de equilibrá-lo com as imposições do interesse coletivo: as decisões, mesmo coletivas, se tomarão sempre em nível tão próximo quanto possível daquele dos próprios agentes individuais, e só subsidiariamente, na medida em que se torne necessário pela natureza dos problemas envolvidos, elas se deslocarão para níveis organizacionais sucessivamente mais abrangentes e mais afastados da escala dos indivíduos. Percebe-se que o princípio é afim à afirmação da prevalência do mercado sobre a ação de formas estatais mais ou menos envolventes de organização e ação: cada um decidirá por si mesmo – mas a coletividade, ou a variedade de coletividades superpostas cada uma a seu turno, chamará a si as decisões e ações apropriadas à escala em que ocorrem os efeitos negativos da agregação das muitas decisões dos níveis inferiores, seja o dos indivíduos ou o de coletividades de menor alcance.

Tudo isso tem claras ramificações para a questão da competição e da adequada organização da escala em que se dará. Por certo, alguma forma de competição se acha diretamente implicada no ideal de autonomia; mas são justamente os impactos negativos da competição sobre a possibilidade de autonomia para todos que acarretam a necessidade de ação corretiva da coletividade, a ocorrer na escala requerida. Enquanto os espaços nacionais circunscreveram a parte mais importante dos processos de competição econômica, os estados organizados na escala correspondente puderam mostrar-se como o foco relevante de afirmação de solidariedade coletiva e de controle dos fatores de convergência.

Tal condição se vê superada nas novas circunstâncias de um mercado virtualmente global. Se a autonomia individual é a que efetivamente conta em última análise, o comprometimento das opções individuais contido nas perversidades da dinâmica desse mercado torna a escala transnacional ou global aquela em que se têm de dar de maneira relevante a organização e a afirmação da solidariedade. Abramos mão, portanto, da soberania nacional, que, além de factualmente corroída, se vê comprometida, nesta ótica, mesmo como valor a ser defendido.

Difícil? Oxalá as coisas fossem tão simples. No que tem de remoto ante o plano das escolhas individuais, uma eventual organização transnacional efetiva será compatível com aspirações democráticas e com

competição razoavelmente igualitária, sobretudo em condições de um mercado ele próprio concentrador? Será possível prescindir dos fragilizados Estados nacionais como agentes no processo de produção transnacional de poder, se quisermos resultados democráticos? A receita é certamente algum tipo de federalismo. Mas qual, na verdade, e como chegar a ele?

*O Tempo, 7/2/1999*

## NOVO CONSENSO DE WASHINGTON?

Tivemos primeiro, turvando o otimismo quanto ao desempenho do capitalismo mundial na esteira de seu claro triunfo sobre o socialismo, a grande turbulência produzida pelas crises no sudeste asiático e na Rússia. Depois, a sucessão recente de más notícias, em que diversos organismos internacionais constatavam, no período de avassaladora hegemonia das ideias comprometidas com a liberalização da economia mundial, o aumento da pobreza e da desigualdade tanto entre países quanto dentro dos países, o crescimento menor dos países menos desenvolvidos em comparação com os mais desenvolvidos, o aumento do protecionismo justamente entre os países mais prósperos...

Agora, em uns poucos dias, o Banco Mundial, o FMI e o chefe do governo dos Estados Unidos, precisamente as três instituições cuja veemente promoção do receituário liberal permitiu que se falasse do “consenso de Washington” na última década, vêm a público em surpreendente revisão de posições. Em vez da defesa afirmativa da liberalização e da aposta em automatismos supostamente benignos, temos a ênfase na pobreza e nos custos sociais da dinâmica econômica, a exortação ao esforço de construção institucional necessário à contenção dos efeitos maléficos dos desregulados fluxos financeiros transnacionais, o reexame de postulados relativos ao papel dos governos e do mercado no processo de desenvolvimento econômico...

A elaboração principal dessa revisão certamente se deve ao Banco Mundial. Seus documentos recentes, especialmente o Relatório sobre o Desenvolvimento Mundial 1999/2000, ao resgatar as “lições” decisivas de 50 anos de experiência com problemas de desenvolvimento, destacam, ao lado da reiteração da importância da estabilidade macroeconômica e da afirmação da necessidade de uma abordagem compreensiva no que se refere às políticas a serem postas em prática, dois aspectos em que a novidade da perspectiva relativamente ao que se percebia como compo do “consenso de Washington” surge com mais clareza. Em primeiro lugar, há o reconhecimento de que as instituições têm importância, e de que o desenvolvimento sustentado deve enraizar-se em processos socialmente incorporadores. Em segundo lugar, questiona-se frontalmente a suposição de que o crescimento econômico acabará “escorrendo para baixo” e beneficiando os marginais e os mais pobres: em vez disso, afirma-se, o esforço de desenvolvimento “deve considerar diretamente as necessidades humanas”.

A reviravolta tem suscitado nos analistas algumas indagações, em particular a de até que ponto se trata do simples resultado de um aprendizado verdadeiro acerca dos problemas em questão. Em especial no que se refere ao FMI, alguns têm apontado as críticas pesadas a que sua atuação tem sido submetida mesmo por setores conservadores dos Estados Unidos, somando-se à tradicional hostilidade que lhe vem dos setores de opinião de esquerda: tratar-se-ia da tentativa de buscar apoios novos, ou talvez simplesmente de um esforço de melhorar a imagem intensamente desgastada? Além disso, há a questão de se caberia esperar, mesmo no caso em que se tome como veraz a postura aparentemente nova das instituições envolvidas, consequências que signifiquem o condicionamento real de suas políticas e, por meio delas, eventualmente da dos países a que as recomendações supostamente se dirigem. Assim, é difícil ver a recomendação do Banco Mundial em favor da construção de instituições socialmente incorporadoras como algo mais que uma exortação edificante e provavelmente inócua.

Mas há quando nada um ângulo pelo qual a nova convergência pode ser vista como resposta a problemas efetivos e sentidos como tal pelas instituições de Washington: aquele em que se destacam as ameaças contidas na espetacular financeirização do capitalismo globalizado e no caráter desregulado e selvagem de sua operação atual. Afinal, as crises recentes deixaram claro que não há por que presumir que mesmo as economias centrais estejam a salvo dessas ameaças e do risco de efeitos catastróficos.

De qualquer forma, não cabe descontar inteiramente o significado que as manifestações recentes, mesmo se reduzidas em grande parte a ênfases retóricas, podem vir a ter no plano ideológico. Bem ou mal, rompe-se o pálio legitimador de certa maneira unificada de pensar. Não admira que nosso ministro da Fazenda, por exemplo, tenha estado a resmungar reações vacilantes e chegado até a evocar a soberania nacional – ele que zombava há pouco de bobagens “nacionalisteiras”, como lembrava algum comentarista na imprensa. De minha parte, se se colocar a opção entre a dependência socialmente sensível e eficiente e a soberania com a desgraça social de sempre, viva a dependência. Sobre tudo tendo em vista que esta não apenas já é um dado de nossa realidade, mas tende a agravar-se de modo singular nas condições de um mundo globalizado e hipercompetitivo que se mostre incapaz de enfrentar o desafio de sua própria regulação.

*O Tempo*, 3/10/1999

## A PROPÓSITO DE SEATTLE

O que foi mesmo que presenciamos esta semana em Seattle? Como observou Luís Aureliano em sua coluna no jornal *O Tempo*, a cidade que serve de sede a algumas empresas-ícone do capitalismo da atualidade (Boeing, Microsoft) viu-se transformada, a propósito da reunião da Organização Mundial do Comércio, em palco de manifestações e tropelias de uma gama transnacional de atores que têm em comum sua insatisfação, por motivos diversos, com a globalização em marcha: lobbies agrícolas, sindicatos trabalhistas, ONGs ambientalistas, defensores dos direitos dos consumidores, movimentos antiimperialistas ou hostis às corporações multinacionais...

Arruaça de alcance planetário, ajustada a estes tempos novos. E que deixa patentes as dimensões do desafio com que nos enfrentamos. São enormes, por certo, as complicações envolvidas na construção de instituições no mero campo financeiro, em que os interesses em confronto produzem múltiplos impasses e ceticismo quanto aos resultados das negociações em andamento no âmbito da OMC. Mas os manifestantes de Seattle nos lembram que há muito mais em jogo, incluindo com destaque o tema das variadas consequências sociais das mudanças correntes na face do capitalismo mundial.

Em momentos anteriores, enquanto a afirmação do capitalismo nos espaços nacionais não dava origem ao desenvolvimento institucional capaz de acomodar tais consequências dentro dos diferentes países, arruaças e enfrentamento violento foram, em nível nacional, uma ocorrência frequente e uma ameaça importante. Considerada do ângulo nacional, a globalização econômico-tecnológica tem efeitos talvez contraditórios. Por um lado, ela claramente debilita certos atores políticos, solapando os fundamentos da ação política convencional que marcou a vida tanto das social-democracias bem-sucedidas quanto dos países expostos às vicissitudes do pretorianismo próprio da condição de fragilidade institucional. Por outro, esse debilitamento se dá *pari passu* com a corrosão dos fundamentos sociais e institucionais da democracia política mesmo nos casos bem-sucedidos, com presságios negativos para a estabilidade democrática geral. Os acontecimentos de Seattle, porém, vêm dramatizar algo surpreendente, que certas mobilizações recentes através da Internet já haviam evidenciado: o fato de que o mundo criado pela própria dinâmica tecnológica e econômica que se traduz na globalização, com os recursos comunicacionais que coloca à disposição de todos, é também um

mundo que pode revelar-se propício a formas novas de mobilização e aglutinação, a cujos desdobramentos em termos de ação política não é infenso o próprio núcleo hegemônico do transnacionalizado capitalismo mundial.

Isso talvez possa ser visto como estímulo e razão de esperança quanto às perspectivas de construção da complicada estrutura de instituições transnacionais que se tornam necessárias no mundo novo. Mas as formas complexas e sinuosas de se articularem a esfera econômica e a político-institucional, bem como a variedade de motivações em jogo, recomendam sobriedade nas apostas a respeito. Assim, há o obstáculo formidável representado pelo vigor ainda singularmente intenso do apego ao particularismo dos marcos nacionais, tanto como fator condicionante da diversidade de identidades e interesses quanto como repositório de recursos grandemente desiguais. Mas há sobretudo, para tomar o tema central de recém-traduzido volume de Amartya Sen sob o título de *Sobre Ética e Economia*, a falta de correspondência entre os automatismos do jogo dos mercados, guiados pelo interesse próprio de cada qual, e as considerações solidárias e éticas que supostamente estariam subjacentes à criação de instituições democráticas efetivas em qualquer escala.

As discussões de Sen o fazem destacar a tensão entre a ética e a orientação pelo interesse próprio no condicionamento dos comportamentos. Do ponto de vista dos desafios de construção institucional da atualidade, contudo, a consideração decisiva é talvez a de que a ocorrência de solidariedade de algum tipo está longe de nos transpor por si mesma para o plano da ética universalista que a construção de um mundo coeso e administrável como tal exigiria. Sem dúvida, cabe contrapor a solidariedade ao egoísmo estritamente individual; mas a solidariedade pode também dar-se em torno da definição de interesses que, embora coletivos, seguem sendo míopes e estreitos. No caso de Seattle, seria ocioso destacar, nessa perspectiva, o papel cumprido por lobbies em que se defendem os interesses desta ou daquela categoria ocupacional ou econômica, que tendem a chocar-se diretamente, por exemplo, com os interesses de seus congêneres em outros países ou regiões. Mas as dificuldades envolvidas na situação geral ficam mais claras quando nos damos conta de que mesmo os nobres princípios aparentemente envolvidos na defesa do meio-ambiente ou na condenação dos impróprios padrões trabalhistas em vigor em certos países podem virar instrumentos de um jogo estratégico em que o que temos, em última análise, são interesses em luta.

*O Tempo*, 5/12/1999

## GLOBALIZAÇÃO E ESCOLHAS

Tempos atrás, discuti análises de Geoffrey Garrett, em que, com base em estudo relativo aos países europeus de corporativismo social-democrático (Suécia e assemelhados), se questiona certa sabedoria convencional a respeito da suposta tendência à convergência das políticas econômicas e fiscais e ao declínio do trabalhismo organizado nas condições recentes de interdependência econômica e de integração dos mercados financeiros. Em excelente volume de autoria de Carles Boix, sob o título de *Political Parties, Growth and Equality* (Universidade de Cambridge, 1998), temos agora os mesmos problemas tomados em perspectiva mais ampla, que vai além do caso dos países de estrutura corporativa e se mostra relevante para a questão dos rumos a serem adotados na conjuntura incerta que vivemos.

Boix trabalha com abundantes dados relativos aos países da Organização para a Cooperação e o Desenvolvimento Econômico (OCDE) nas últimas décadas, apoiando-se em particular no contraste entre o governo conservador de Margaret Thatcher na Grã-Bretanha e o governo social-democrata de Felipe González na Espanha. Em contraposição à ênfase keynesiana na demanda, comprometida nas novas condições, examina ele as alternativas de política econômica do lado da oferta, isto é, relativas ao condicionamento que se procurará exercer sobre os fatores de produção com o objetivo de assegurar crescimento e eventualmente igualdade. Tais alternativas surgem como opções reais que se oferecem à escolha política como forma de lidar com a tensão, tornada aguda com a globalização, entre criar dinamismo econômico e garantir proteção social.

O equilíbrio a ser buscado pelos governos deveria realizar a conciliação problemática de objetivos diversos: 1. adicionar valor aos fatores de produção (tanto o capital fixo quanto o capital humano, submetido à constrição, nas novas condições tecnológicas e comerciais, da perda de valor do trabalho não qualificado); 2. minimizar a carga tributária, no interesse, entre outras coisas, de atrair investimento privado internacional; e 3. financiar o “salário social”, ou seja, as compensações tradicionalmente garantidas pelo *welfare state*. A receita social-democrática envolve, em princípio, a ênfase em investimentos públicos, por meio da tributação dos setores de mais altas rendas, para permitir a criação de capital fixo e humano sem sacrificar o “salário social”. Já a receita conservadora envolve a redução de impostos e do “salário social” e a aposta

inequívoca no investimento privado. Do ponto de vista da inserção na competição internacional por capitais, uma importante ponderação a ressaltar do estudo de Boix é a ênfase na ideia de que aqueles buscariam lucratividade líquida, em que a produtividade dos fatores, em particular a força de trabalho adequadamente educada e qualificada, pode terminar por ter peso mais decisivo do que os encargos tributários.

O exame do impacto do quadro político-institucional e dos arranjos políticos em que se sustentarão as opções de política econômica baseadas na oferta – bem como das vicissitudes a que tais arranjos se vêem expostos, ocasionalmente comprometendo a possibilidade de fidelidade mais estrita a cada receituário – é uma dimensão importante do trabalho. Um aspecto que se pode destacar é o de que as políticas social-democrática e conservadora têm, por certo, núcleos de apoio “naturais” em diferentes setores ou estratos socioeconômicos, a primeira junto aos trabalhadores, especialmente os mais expostos aos efeitos negativos da nova situação, e a última junto aos estratos superiores e médios; mas isso não impede, por exemplo, que a política conservadora de Thatcher se tenha defrontado com um limite insuperável no apoio quase universal dos britânicos (e que parece comum aos países da OCDE) a certas garantias sociais do *welfare state*. De qualquer modo, os dados de Boix lhe permitem concluir que a tensão básica entre dinamismo econômico com desigualdade, de um lado, e proteção social com desemprego e reduzido dinamismo, de outro, provavelmente resultará na intensificação do conflito político no mundo desenvolvido, não obstante a variação na intensidade e direção das pressões sociais e eleitorais nos diferentes países.

Que dizer do nosso caso? As proporções do desafio de criar capital humano, educando e qualificando a massa de brasileiros destituídos; a clara precariedade da aposta correspondente ao modelo conservador nas condições de nossa estrutura social e a necessidade do investimento público que daí decorre; as deficiências de uma aparelhagem estatal cevada nos vícios de nossa tradição aristocrática e elitista; a ineficiência e as distorções no exercício da capacidade extrativa ou tributária do estado; o apoliticismo desinformado das amplas parcelas populares do eleitorado e a aparente inviabilidade de qualquer coalizão de teor social-democrático que pudesse pretender real capacidade governativa... Somem-se a isso os dilemas do mundo novo – e será preciso fazer das tripas coração para não sucumbir de vez ao pessimismo.

*O Tempo*, 12/12/1999

## SOCIEDADE, ESTADO E ECONOMIA MUNDIAL

Em escritos cujo foco transnacional antecipava os temas que entraram em moda depois, com a intensificação da globalização, Immanuel Wallerstein criticava a ênfase que a reflexão no campo social tradicionalmente colocou na ideia de “sociedade” como unidade básica das análises realizadas. Dessa ênfase decorria outra, que destacava o “estado” como lugar privilegiado de controle social efetivo e de gestão do processo de mudança social. Segundo a óptica criticada, vivemos em estados, a cada um dos quais corresponde uma sociedade subjacente; a unidade de análise acaba circunscrita, assim, às sociedades delimitadas pelos estados nacionais que se foram constituindo por toda parte desde o início da época moderna.

A perspectiva trazida por Wallerstein, designada como “análise dos sistemas mundiais”, problematiza os supostos aí envolvidos, substituindo a ideia de sociedade pela de “sistema histórico”. Ampliando os horizontes e livrando-se da referência forçosa ao estado nacional, considera ele formas variadas de sistemas históricos de diferentes escalas, que iriam dos “minissistemas” aos “impérios mundiais” e às “economias mundiais”. Estas últimas teriam coexistido de maneiras complexas com as demais formas em épocas anteriores; aproximadamente a partir de 1500, porém, temos a constituição de um “sistema mundial moderno” que nasce da consolidação de uma economia mundial, a economia capitalista. No final do século 19 essa consolidação se achava completada: temos então, pela primeira vez, “apenas um sistema histórico sobre o globo. E ainda hoje nos encontramos em tal situação”.

Essa perspectiva envolve, por um lado, uma saudável correção analítica. Ela nos sensibiliza para o fato de que há muito os mercados se articulam transnacionalmente em escala crescente, num processo que os avanços tecnológicos recentes exacerbam. Mas a crítica à referência à sociedade e ao estado certamente contém as suas próprias distorções, colocando na sombra aspectos analíticos e práticos de importância.

A observação decisiva é provavelmente a de que a articulação transnacional em questão se dá no plano dos mecanismos que a tradição das ciências sociais costuma designar como “sistêmicos”, e a adoção dessa terminologia pelo próprio Wallerstein não seria casual. Com esses mecanismos, de que o mercado seria o exemplo por excelência, trata-se do ajuste recíproco e

espontâneo das ações de numerosos agentes dispersos, produzindo resultados agregados que aparecem como a operação de fatores “objetivos” e causais, no sentido de que não correspondem necessariamente aos desígnios de quem quer que seja e podem mesmo, eventualmente, frustrar os desejos dos agentes. A esse aspecto se pode contrapor a operação de dois tipos de fatores, que resultam corresponder justamente às noções de “sociedade” e de “estado”: em primeiro lugar, os fatores de natureza psicossociológica e cultural que permitem certa integração social, envolvendo questões de identidade coletiva e sua ligação com o sentido pessoal de identidade; em segundo lugar, os fatores organizacionais ou administrativos que permitem a busca de objetivos comuns ou compartilhados e a eventual afirmação de desígnios coletivos contra os determinismos e a causalidade mecânica dos aspectos “sistêmicos”.

Ora, não há como negar a centralidade do papel cumprido por tais fatores culturais e organizacionais na época moderna. Se a expansão “sistêmica” das relações de mercado capitalistas foi parte crucial da dinâmica da modernidade, resultando num “sistema histórico” de alcance global, sua contrapartida política foi exatamente a constituição e o desenvolvimento dos estados nacionais. No espaço interno desses estados, algum tipo de comunidade e de ordem se tornou possível, enquanto o plano transnacional se constituía numa espécie de terreno baldio em que a própria lógica dos mecanismos sistêmicos com frequência produzia conflitos de maior ou menor violência entre os estados nacionais.

Agora, a grande novidade é que a intensificação da lógica sistêmica refluí de maneira negativa e corrosiva sobre o espaço ordenado e comunitário dos estados nacionais. Ela não só aumenta o peso relativo dos fatores mercantis e sistêmicos dentro de cada país, como consequência da conexão com o revigorado jogo mercantil transnacional e suas imposições, mas compromete ao mesmo tempo a eficácia do instrumento de desígnios nacionais representado pelo estado. Pelo que se pode perceber a este ponto, o novo quadro assim criado parece resultar em que o terreno baldio transnacional se torna menos propício à irrupção aberta de grandes confrontações violentas. Resta saber em que medida teremos aí algo mais que a contraface positiva das crescentes desigualdades de poder nacional que também caracterizam esse quadro. O sistema histórico único tenderá a transformar o terreno baldio em novo império mundial?

*O Tempo, 27/2/2000*

## APERTOS DE MÃOS

Há quase trinta anos, um economista norte-americano escrevia que “uma transação econômica é um problema político resolvido”. Entendida a política como envolvendo conflitos reais ou potenciais e a necessidade do poder para acomodá-los, há um sentido bem claro em que a proposição é correta. Uma transação econômica supõe a neutralização da relevância de eventuais razões de conflito entre as partes e a possibilidade de que prevaleça a motivação correspondente aos interesses cuja promoção ela permite. Se se pode presumir que os problemas políticos se acham resolvidos quando se trata de relações entre amigos ou gente ligada por fortes vínculos comunitários ou de confiança recíproca, o mercado realizaria o “milagre”, na expressão de alguns, de introduzir um componente de confiança mesmo nas relações entre estranhos, possibilitando a busca dos interesses sem que as partes se sintam expostas a maiores riscos de fraude e talvez de violência.

De qualquer forma, a proposição parece ajustar-se a estes tempos de liberalismo e apoliticismo, em que a expansão do mercado e das transações econômicas tornaria inócuas velhas razões de conflito e superaria supostos entraves políticos. A chamada de um artigo de Paul Krugman publicado semana passada no suplemento da “Fortune Américas” que circula com o jornal *O Tempo* ilustra com força a perspectiva: “Depois de cem anos de tentativa e erro – e alguns dias negros nas décadas de 30 e 70 – o Homem Econômico finalmente está livre”.

Mas há quem veja na proposição citada no início antes uma expressão ideológica, que estaria subjacente, em especial, ao modelo neoclássico na ciência econômica. Sua referência seria um mundo idealizado de cavalheirismo vitoriano em que, não obstante os conflitos abertos ou latentes, “um aperto de mãos é um aperto de mãos”, como ironizam S. Bowles e H. Gintis em ensaio recente. A perspectiva econômica apolítica ou antipolítica que a proposição expressa envolveria dois equívocos: por um lado, o de minimizar indevidamente a relevância persistente dos conflitos, transformando-os em competição elegante; por outro, o de supor que o substrato de confiança necessário para viabilizar a operação amena e continuada do mercado e das transações econômicas possa ele próprio prescindir de complexos condicionantes políticos e sociológicos.

Quanto à minimização dos conflitos, não há por que imaginar que os conflitos, sendo “políticos”, não tenham ou não possam ter fundamento justamente nas relações econômicas. Os conflitos se enraízam na interferência recíproca dos objetivos dos diversos atores – e esses objetivos, se podem ser de natureza variada, dirão respeito especialmente a interesses econômicos. O fato de que, no Brasil como em outros países, sejamos mais sensíveis à atuação da motivação condenavelmente “interesseira” entre os políticos profissionais (e agora entre os juízes...), que supostamente deveriam ocupar-se do bem público, não significa que os agentes econômicos privados, aqueles que fraudam e sonegam com tanta frequência, representem a face virtuosa da sociedade. O hipotético jogo vitoriano de competição regrada e cavalheiresca está sempre pronto a ceder lugar à manha e à perfídia na busca do interesse próprio. E, com a operação intensificada dos mecanismos de mercado que agora se observa, o “Homem Econômico finalmente livre” saudado pela “Fortune” pode ser visto como ameaça sombria. É difícil ver competição elegante, se é que é mesmo possível ver competição, nos apertos de mãos em que o poder econômico se concentra nas grandes fusões e aquisições (ou nas privatizações, em que nos acostumamos a ver na televisão as mãos de nossas autoridades se amontoarem com as de sorridentes empresários aos quais repassam recursos públicos). Sem falar daqueles, como as vítimas do desemprego e das formas novas de dualidade social, que, por sua inserção deficiente no jogo econômico competitivo e “despolitizado”, se vêem condenados à marginalidade e frequentemente à violência, com o potencial de conflito propriamente político que daí decorre.

Quanto às condições políticas da própria confiança, parte crucial da criação do substrato comunitário e de confiança dos mercados se deu historicamente como contrapartida do processo de constituição de espaços políticos e de implantação de Estados capazes de garantir as transações e os contratos privados. Agora, porém, as contradições nos desorientam. O estabelecimento de “mercados seguros”, como sempre, é demanda dos capitais que circulam pelo planeta em busca de investimentos proveitosos nos diferentes países, demanda que se dirige sobretudo à ação dos Estados nacionais. Mas a própria dinâmica transnacional desses capitais é a grande razão de que se debilizem os Estados. E a transnacionalização dos mercados, ao invés de ser a expressão de problemas políticos resolvidos, é o fator decisivo do problema político por excelência que se ergue diante de nós: o desafio de construção político-institucional efetiva em escala mundial.

*O Tempo*, 19/3/2000

## DEMOCRACIA, GOVERNANÇA, IMPÉRIO

Ensaio breves reflexões, motivadas por um fórum intergovernamental hospedado este ano pelo Ministério do Planejamento e orientado pela ideia geral de “reinvenção do governo”, sobre o tema “Estado democrático e governança no século 21”. Com a dificuldade de visualizar o futuro nas turbulências e novidades do presente, a perspectiva de tempo secular que o tema sugere traz o perigo de que as discussões tendam a girar em torno de bem-intencionadas banalidades.

Talvez seja possível festejar, de qualquer forma, que se vá tornando banalidade algo que os documentos preliminares dos próprios organizadores do fórum destacam: que o consenso neoliberal de há pouco, apegado à ideia de redução do Estado, vai sendo substituído pela redescoberta das limitações do mercado e da necessidade da coordenação tradicionalmente exercida pelo Estado. Com efeito, à parte questões de eficiência econômica, o mercado sem dúvida representa a maneira realista de procurar assegurar o valor democrático da autonomia de cada um, em contraste com o idealismo e a inviabilidade da fórmula em que essa autonomia seria assegurada pela participação livre e igualitária de todos em processos de deliberação coletiva. Mas os resultados de sua dinâmica espontânea e dispersa são com frequência negativos do ponto de vista coletivo, ou dos desígnios que cabe imputar à coletividade como tal. E, como os organizadores têm o mérito de reconhecer de saída (afinal, são agentes do Estado), é inútil pretender encontrar a resposta para as limitações do mercado nas organizações voluntárias da “sociedade civil”. Qualquer que seja a eventual peculiaridade da motivação destas, elas compartilham com os atores do mercado o caráter disperso e fragmentário de suas ações, e o problema de coordenação e busca eficiente de objetivos comuns continua a colocar-se.

As coisas se complicam, porém, quando se consideram os traços que haverão de caracterizar a coordenação benigna a ser exercida pelo Estado. Para começar, como não se trata de abdicar da democracia, não há como escapar da necessidade de incorporar ao Estado algo dos princípios envolvidos no ideal deliberativo da participação igualitária no debate livre. Na complexidade do mundo moderno, isso acarreta os difíceis problemas da representação como tradução possível do ideal. Se essa tradução foi

fatalmente precária mesmo nas condições correspondentes ao auge do Estado nacional, ela se torna tanto mais problemática na medida em que se intensificam os processos ligados à globalização. De um lado, as ações cujos impactos ameaçadores exigiriam que fossem submetidas à coordenação estatal tendem a extravasar a escala em que os Estados nacionais se mostram efetivos. De outro, há indícios de que os Estados que assim se vêem enfraquecidos podem ver-se também mais expostos aos perigos antidemocráticos. Sobretudo em função do “hobbesianismo” e da deterioração social que se difundem com o acirramento da competição econômica, temos não apenas a ameaça de formas novas de ingovernabilidade na periferia subdesenvolvida do capitalismo mundial, com consequências políticas incertas, mas também, na criminalização crescente que os próprios Estados Unidos ilustram de forma especial, a singular exacerbação da ação repressora do Estado.

Seja como for, talvez a referência futurista de nosso painel permita a extravagância de ponderar a “reinvenção do governo” não em termos da cobrança banal da eficiência de governos nacionais “enxutos”, mas antes em termos da real criação de governo ali onde ele se faz necessário, ou seja, no plano transnacional. Por outras palavras, caberá esperar que o século 21 venha a erigir um governo mundial de algum grau de consistência e efetividade, em contraste com o simbolismo aguado da ONU?

Isso parece envolver-se em insustentável otimismo e exprimir mero anseio bondoso. Mas é possível também dar à ideia da implantação de formas consequentes de organização mundial uma feição dura e “realista”, atenta para o fato de que a globalização, além da mera expansão transnacional dos mercados, tem também uma face de assimetria nas relações entre os Estados, ou uma face propriamente imperial. Caberia ansiar por uma espécie de institucionalização das relações de natureza imperial a que atualmente já estamos expostos, na expectativa de que sua institucionalização venha a resultar também na possibilidade de alguma forma de democratização? Se o império é inevitável, organizemos o império – e cobremos o voto para todos em Washington, onde se tomam decisões que nos afetam a todos.

Qual... Essa aparente reviravolta realista só é realista no sentido de admitir a presença do elemento de poder no processo em que eventualmente se viria a estabelecer algo análogo a um governo mundial efetivo. Nada lhe

garante o realismo, porém, no sentido de que a implantação do governo mundial, ou mesmo a organização do império, corresponda aos interesses da sede do império. Resta a possibilidade de que, na instabilidade da dinâmica mercantil, as ameaças cheguem de fato ao coração avançado do sistema e o movam à ação.

Se, como disse alguém, pior do que sermos explorados pelo capitalismo internacional é não sermos explorados, talvez caiba desejar que a exploração se faça de maneira mais democrática e responsável, em que ao menos certos automatismos estúpidos estejam sob controle. Mas, mesmo na hipótese mais otimista, não há dúvida de que, do ponto de vista do anseio por uma democracia de alcance mundial, haveria um longo vale sombrio a atravessar.

*O Tempo*, 30/4/2000

## **BERLIM, GIDDENS E A TERCEIRA VIA**

Reuniram-se de novo os líderes mundiais supostamente de centro-esquerda, adeptos da “terceira via” ou “governança progressista”. Pretende-se que a reunião tenha permitido ou ajudado a cristalização de novo consenso, que se opõe ao anterior “consenso de Washington”, com sua ênfase nas políticas orientadas para o mercado, e demanda ação político-estatal atenta para as condições de vida das populações. Surge, naturalmente, a questão de como, no que tem de intelectualmente banal, tal perspectiva se distinguirá da velha social-democracia. Tomemos o volume *A Terceira Via*, publicado em 1998 (edição brasileira de 1999) por Anthony Giddens, talvez o principal mentor intelectual das lideranças políticas envolvidas.

Destaque-se que Giddens propõe a terceira via como renovação da própria social-democracia. E há um sentido bem claro em que as teses por ele formuladas, dirigindo-se de maneira sensata a uma série de temas do mundo globalizado da atualidade (ecologia, criminalidade intensificada, sociedades nacionais que se tornam étnica e culturalmente plurais, mudanças na família...), não podem senão trazer novidades em relação às preocupações da social-democracia tradicional. Mas é possível dizer que o ponto fundamental a definir esta última são certas posições a respeito das relações entre Estado e mercado e seus desdobramentos ou implicações para valores como liberdade e igualdade. Giddens traz novidades nesse plano?

Provavelmente o principal aspecto em que se pode pretender encontrar novidade é a reavaliação do *welfare state*. Giddens recomenda aqui que se aceitem algumas das críticas da direita, vendo o *welfare state* como “essencialmente não-democrático” por depender da “distribuição de benefícios de cima para baixo”. No seu entender, caberia buscar um “*welfare* positivo”, distinguido não só pela participação de “outras instituições além do governo” (alusão à “sociedade civil”), mas sobretudo pela diretriz de “investimento em capital humano sempre que possível, em vez de fornecimento direto de sustento econômico”.

Isso parece indicar que a ênfase especial estaria em certa ideia de autonomia das pessoas, afim ao ideário liberal. No entanto, a lista que

Giddens apresenta dos valores da terceira via situa não apenas a igualdade, mas também a “proteção aos vulneráveis”, em plano até mais destacado do que o da liberdade como autonomia – além de dedicar-se extensamente a elaborar a ideia de que não é sustentável tomar a igualdade apenas em termos de igualdade de oportunidades, ou meritocracia, como seria característico dos neoliberais. De outro lado, a atuação relacionada ao investimento em capital humano caberia inequivocamente ao Estado, que se transformaria em “Estado de investimento social”.

Admitamos que podemos ter formas de ação estatal menos ou mais tendentes a engendrar passividade por parte dos cidadãos que dela se beneficiem diretamente (o que não impede que Giddens defenda explicitamente níveis europeus de gastos sociais, em contraste com o padrão americano). Mas, além de que seria problemático pretender que os *welfare states* da social-democracia europeia tenham sido deficientes em criar capital humano, não há como negar que teremos, em qualquer caso, benefícios vindos “de cima”, e que se tratará sempre de ação estatal visando a produzir as condições de igualdade e autonomia – a produzir democracia, portanto.

Resta a questão da sociedade civil. Também aqui não há por que deixar de registrar o que existe de importante e novo nos movimentos e organizações que esse rótulo passou a designar. O decisivo, porém, é que Giddens, depois de arrolar as numerosas funções a serem cumpridas pelo Estado da terceira via (incluindo as de prover bens públicos, entre os quais seguridade coletiva e bem-estar social, regular os mercados, manter o sistema de educação por meio do qual o capital humano se desenvolverá, e mesmo atuar como “empregador por excelência, na intervenção macro e microeconômica”), sustenta com ênfase – e, naturalmente, com razão – que, assim como os mercados não podem substituir os governos em nenhuma dessas funções, “tampouco o podem fazer movimentos sociais ou outros tipos de organização não-governamental, por mais significativos que se tenham tornado”.

Assim, se lemos Giddens, a terceira via não parece ser mais que a social-democracia de sempre, apenas agora assustada e em grande medida perplexa diante de um mundo mais complicado e em fluxo. Anote-se em favor de Giddens que ele não deixa de ponderar o aspecto talvez mais crucial das complicações desse mundo novo: a necessidade que se cria de

ação coordenada e, em última análise, de governo mundial. Advertindo que não faz sentido “contestar o fundamentalismo de mercado no nível local mas permitir que ele reine no nível global”, Giddens chega mesmo a examinar brevemente, com base em experiências como a da União Europeia, formas de arranjo institucional com as quais passos concretos rumo ao governo global se poderiam dar nas condições da atualidade. Mas os líderes reunidos em Berlim, ao que parece, passaram ao largo dessas questões difíceis.

*O Tempo*, 11/6/2000

## NOVA ECONOMIA E CORROSÃO CÍVICA

Dois livros recém-aparecidos nos Estados Unidos, que causam algum alvoroço, trazem perspectivas contrastantes a respeito dos processos sociais da atualidade e suscitam indagações importantes.

O primeiro deles é objeto de entusiástica resenha de Rudiger Dornbush. Trata-se do volume “A Riqueza de Escolhas” (*The Wealth of Choices*), de Alan Murray, economista e jornalista, chefe do escritório de Washington do *Wall Street Journal*. O autor oferece um retrato da chamada nova economia e uma espécie de guia prático para situar-se nela. Na leitura de Dornbush, o livro (referido, naturalmente, antes de tudo aos Estados Unidos) é convincente em mostrar não só que existe, de fato, uma nova economia, mas também quão maravilhosa ela é, incitando o leitor a tratar de agarrar seu quinhão dela. Como na conhecida anedota sobre o sujeito que pedia insistentemente a Deus que o fizesse ganhar na loteria, até que Deus lhe diz entre trovões que pelo menos jogue, Dornbush vê no livro de Murray a voz de Deus: compre seu bilhete! Ou seja: num mundo em mudança, em vez de pensar em termos de direitos, mergulhe vigorosamente na competição pelas novas oportunidades oferecidas. Exortação, aliás, na qual Dornbush e outros comentaristas vêm a fonte do desconforto que o livro tende a produzir no leitor: estarei ficando para trás?

O outro volume, comentado extensamente na página da Amazon na Internet, é do cientista político Robert Putnam e tem título metafórico, “Jogando Boliche Sozinho” (*Bowling Alone*). Consiste na retomada, em forma extensa e recheada de dados abundantes, de um artigo de grande repercussão, publicado com o mesmo título em 1995. Aparecendo simultaneamente ao livro de Murray, o intrigante é que o volume de Putnam, referindo-se também ele aos Estados Unidos do período recente, é inequivocamente negativo nos fatos apontados e nas avaliações propostas. Seu tema é o colapso da cultura cívica e da vida comunitária naquele país, manifestando-se em fatos que vão da intensificação das disputas banais no trânsito à queda da participação em associações de todo tipo e da dedicação ao trabalho voluntário inspirado por motivos religiosos, cívicos e análogos. As análises do próprio Putnam parecem encontrar a razão principal desse quadro sombrio no espaço desproporcional que a televisão teria passado a ocupar na vida americana. Não há como minimizar, porém, o significado potencial da coincidência entre a corrosão do

“capital social” do país e a singular prosperidade econômica assentada no jogo competitivo, que a nova economia exacerba.

Curiosamente, assim como os “novos democratas” de Clinton tiveram com certeza diante dos olhos os fatos da nova economia, as teses de Putnam terão algo a ver com a nova roupagem em que os republicanos de George W. Bush procuram envolver-se. A conexão é destacada explicitamente em matéria do *The Economist* da semana passada, em que o “conservadorismo compassivo” adotado como lema por Bush é visto como consistindo essencialmente numa atitude nova quanto ao combate à pobreza em que se destacam não só o papel atribuído às igrejas e associações de caridade, mas também a exortação à volta às tradições de envolvimento cívico e o sentido de “auto-governo” que se teria na ação exercida através das associações voluntárias. Não obstante a afinidade entre a ênfase das igrejas e entidades religiosas na responsabilidade pessoal e a exortação de Murray a que cada qual se habilite, fica o paradoxo de que, se o substrato é dado pelos processos apontados por Putnam, é difícil imaginar que mudanças significativas nos rumos “naturais” desses processos venham a ocorrer sem decidida intervenção governamental.

O mesmo paradoxo se apresenta aos que apostam na alternativa representada pela chamada terceira via. Por um lado, essa alternativa, tal como defendida por Anthony Giddens, por exemplo, pretende ter um componente importante nos recursos da “sociedade civil”. Um aspecto particular do cenário que se tem observado em tempos recentes, ou seja, a multiplicação das organizações não-governamentais, traria respaldo a tal pretensão. Mas a ideia de uma vigorosa sociabilidade espontânea se articula com a de certas virtudes solidárias ou altruístas na concepção mais esperançosa e difundida da sociedade civil. Ora, se a busca por uma “terceira via” parece especialmente imperiosa diante da tensão entre os valores da nova economia e os valores comunitários que o confronto dos dois volumes destaca, as análises de Putnam, trazendo a indicação clara de que os processos em curso podem resultar justamente em solapar o sentido de comunidade, o civismo e a solidariedade, não deixam de convergir, por aspectos importantes, com a apologia da nova economia a ser encontrada em Murray, que faz lembrar antes uma sociedade civil ao feitio de Hegel, como plano em que se afirmam o privatismo e o egoísmo dos interesses. E o equilíbrio necessário parece tanto mais problemático.

*O Tempo*, 2/11/1997

## AS ELEIÇÕES AMERICANAS E A JUSTIÇA

Do ponto de vista político, o grande assunto desta especial virada de ano, século e milênio segue sendo a confusão produzida em torno da eleição presidencial nos Estados Unidos. Como destacaram algumas análises na imprensa internacional, as consequências podem ser examinadas com respeito a diferentes níveis: as precariedades do instrumental técnico empregado na votação, que não deixa de ter implicações significativas, causando, por exemplo, a exclusão mais intensa do sufrágio para certas categorias da população, como os negros; o peculiar mecanismo do Colégio Eleitoral, o qual, apesar do anacronismo, encontra argumentos em seu favor na estrutura federalista do sistema político americano; e, sem dúvida o mais importante, o possível impacto da confusão sobre o plano geral das instituições políticas e sua legitimidade.

Esse impacto se faz sentir sobretudo no que se refere ao Judiciário. A mitificação da Justiça e do princípio da revisão judicial cumpre papel destacado no aparato institucional da democracia estadunidense, que pode ser traduzido em termos de situar o Judiciário como o setor por excelência em que cabe esperar que se realize o desiderato da autonomia do Estado perante os interesses diversos da sociedade. Apesar de ser possível pretender que, numa democracia, o Estado não deve ser autônomo (o que se liga com a concepção de soberania popular e acaba apontando para a democracia direta como ideal), na democracia constitucional o Judiciário surge como o guardião de princípios e normas e como devendo reger soberana e imparcialmente o jogo dos interesses.

Mas a disputa que se encerrou há pouco sobre a eleição de 7 de novembro tornou evidentes dois aspectos em que essa visão do papel do Judiciário é comprometida. Em primeiro lugar, em vez da Justiça como instância soberana, a legislação eleitoral dos EUA atribui poder de decisão, em vários casos, às esferas do Legislativo e do Executivo, com a possibilidade de conflito de poderes em que a Justiça se apequena. O segundo aspecto, porém, é sem dúvida mais importante: ficou patentemente clara a contaminação das decisões judiciais pelos interesses partidários. A muitos de nós pode ter parecido imprópria, inicialmente, a insistência com que o noticiário sobre a luta judicial destacava as informações sobre as ligações partidárias de juízes e tribunais de diferentes instâncias, pois tais

informações seriam, presumivelmente, irrelevantes num sistema judiciário capaz de cumprir de maneira adequada o que dele se espera. Contudo, a sequência dos acontecimentos mostrou de maneira inequívoca que as decisões são de fato previsíveis com base naquelas informações.

Apropriadamente, em certo sentido, o clímax se deu com a manifestação final da Suprema Corte federal, que decidiu a eleição em favor de George W. Bush. Por um lado, a decisão, em seu conteúdo, como apontaram vários analistas, desafia o senso comum democrático, bloqueando a apropriada apuração dos votos em nome da importância de datas que certamente poderiam ser tomadas com maior flexibilidade – sem falar de que o faz abalroando de frente a decisão de uma Suprema Corte estadual e pondo de lado, assim, os pruridos relativos aos princípios federalistas que supostamente regem o processo eleitoral. Por outro lado, é evidente a motivação partidária da façanhuda decisão. Daí que não apenas o órgão máximo da Justiça do país se tenha dividido nitidamente em linhas partidárias, mas que seus membros ligados ao partido perdedor tenham aberto mão até das fórmulas rituais de cortesia e deferência e manifestado sem rebuços o inconformismo, apontando eles próprios, como o fez o juiz John Paul Stevens, a grande derrotada da eleição de novembro como sendo “a confiança da nação no juiz como guardião imparcial do império da lei”.

Resta ver o que resultará do episódio. Numa população amplamente desatenta e alheia ao processo eleitoral, que não se mobiliza para o exercício do voto nem sequer nas circunstâncias da disputa renhida que vimos em novembro, não é de admirar que as pesquisas de opinião tragam informações talvez inconsistentes, com majorias que, não obstante afirmarem o caráter partidário da decisão judicial, se declaram prontas a aceitar George W. Bush como presidente legítimo. Há, além disso, a aquiescência ritual devidamente manifestada por Al Gore. Ela pode talvez ser vista na óptica de uma apreciação algo cínica da questão do desiderato de autonomia da aparelhagem do Estado, o qual não deveria ser tomado como podendo resultar em colocar em xeque o próprio “sistema”: questiono judicialmente resultados eleitorais desfavoráveis, se possível, mas o outro partido, tudo somado, joga o mesmo jogo que eu, ao qual certas distorções são inerentes – e não me disponho a colocar-me do lado de fora e transformar-me num Ralph Nader...

Meses atrás, vimos o Judiciário brasileiro usar a toga para garantir interesses corporativos no episódio do auxílio-moradia. Será isso pior que o patente partidarismo da Justiça americana? Afinal, garantido o pirão corporativo dos magistrados, não há em nossa Justiça parcialidades óbvias. O que talvez se ligue, realçando os paradoxos da situação produzida nos Estados Unidos, com a precária institucionalização dos próprios partidos políticos entre nós.

*O Tempo*, 24/12/2000

## GATOS GORDOS E ESQUERDISTAS

O noticiário dos últimos dias teve um de seus destaques na realização, pela primeira vez, do Fórum Social Mundial em Porto Alegre, programado para coincidir com o Fórum Econômico Mundial, que se reúne anualmente em Davos. Em termos de repercussão, a iniciativa foi sem dúvida um sucesso, merecendo extensa cobertura da imprensa mundial e a atenção dos próprios protagonistas de Davos. Sem falar da reação do presidente da República, que, de fora do país e de maneira demasiado pronta e mesmo precipitada, dispôs-se a fustigar os organizadores pela ingenuidade envolvida na promoção e pelo uso de recursos públicos.

Como notou Elio Gaspari, a crítica presidencial ao uso de recursos públicos em Porto Alegre esquece que dinheiro público foi também usado no patrocínio oficial da participação de vários membros do governo no encontro de Davos. O presidente tem certamente melhores razões para enxergar certo esquerdismo ingênuo na postura anti-Davos da reunião gaúcha, onde o noticiário exibiu de novo o conjunto sortido de ativistas que se vai tornando habitual: feministas, gays, ambientalistas, ONGs variadas e de motivações talvez em parte incompatíveis – e mesmo um José Bové, surpreendentemente transformado no grande herói do evento e cujo compromisso com objetivos protecionistas para a agricultura francesa e européia será talvez especialmente difícil de conciliar com certas aspirações econômicas e sociais de um país como o Brasil. Acrescente-se, como assinalaram alguns comentaristas, a peculiaridade da presença em Porto Alegre, em contraste com as tropelias recentes em Seattle e mesmo no ano passado em Davos, de uma esquerda de aparência decididamente anacrônica, empenhada em festejar Cuba e Che Guevara. Mas a referência à confusão que esses traços sugerem esgotará a avaliação a ser feita?

No confronto Davos-Porto Alegre, não há como negar que Davos prevalece do ponto de vista do “realismo”. Trata-se, afinal, de um encontro do *establishment* do dinâmico e vitorioso capitalismo da atualidade, cujas asperezas hipercompetitivas são vistas com olhos propícios. É claro o contraste com o fatal componente utópico da posição que, não obstante a confusão, Porto Alegre veio a simbolizar, com a referência a valores solidários, a afirmação de desígnios coletivos e o apego (inevitavelmente algo desorientado e perplexo nas condições atuais) a instrumentos

organizacionais, em particular o Estado, que se mostrem capazes de assegurar a coordenação necessária para realizá-los – ou seja, a orientação “socialista”, tomado o termo, como em Max Weber, no sentido genérico afim à ideia de organização, em contraposição ao protagonismo exclusivo dos agentes privados e dispersos.

Dá-se, porém, o fato de que, com toda a retórica individualista e competitiva do “consenso” liberal que há pouco se impunha, o capitalismo globalizado da atualidade tampouco pode prescindir de coordenação. Na verdade, a dinâmica de suas crises recentes permite ver com clareza a ironia que George Soros apontava de Davos em entrevista à imprensa: uma peculiaridade crucial da nova situação produzida na cena mundial é a assimetria em que os países centrais, aqueles onde mais claramente se afirmam a globalização e os processos valorizados na perspectiva liberal, são os que contam com Estados capazes de executar políticas de coordenação. Repare-se no exemplo óbvio do Federal Reserve norte-americano, com decisões que representam importantes restrições a serem levadas em conta pelos agentes do mercado financeiro norte-americano e internacional, enquanto nossos Estados periféricos se vêem constrangidos não apenas pelas decisões de tais agentes e os consequentes movimentos de capitais, mas também diretamente pelas do próprio Fed.

A consequência é que o problema geral acaba girando em torno de uma questão de poder. E as críticas à movimentação agora catalisada em Porto Alegre contra o significado simbólico de Davos só podem pretender fazer-se, com efeito, em termos de realismo. Resta, contudo, um par de perguntas.

A primeira: como pretender calar a expressão de valores, mesmo que a realidade pareça negar (temporariamente?) a viabilidade de sua realização? A segunda: será possível desqualificar sem mais as chances de que a afirmação de valores alternativos altere a própria realidade, quem sabe as próprias relações de poder? No plano nacional, a história dos países de capitalismo avançado do século 20 traz claro desmentido a essa desqualificação na trajetória cumprida por movimentos políticos inicialmente radicais e marginais que desembocaram nas notáveis conquistas da social-democracia. No plano internacional, por sua vez, outro desmentido se tem com o vigor com que a sensibilidade aos temas ecológicos veio a impor-se em escala mundial justamente em

concomitância com a afirmação do processo rude de globalização e da lógica da competição desabrida. E que dizer do êxito evidente alcançado em tão pouco tempo pelas próprias ONGs arruaceiras, impondo-se como interlocutores dos “gatos gordos” de Davos e como alvos do desconforto de presidentes antigamente “de esquerda”?

*O Tempo*, 4/2/2001

## CANADÁ, SOBERANIA E REALISMO

O confronto comercial Brasil-Canadá e o embargo canadense à carne brasileira trazem à baila, de maneira diferente, a mesma questão das relações entre realismo e afirmação de valores na cena mundial atual que aqui discutimos a propósito de Davos e anti-Davos. Como proclamou alguém, sintetizando o ânimo realista que tem sido reiteradamente apontado como necessário numa arena em que os interesses e os recursos de poder tendem a prevalecer, o jogo das relações comerciais não é para freirinhas. Temos, sem dúvida, a Organização Mundial do Comércio, que se pode ver como tentativa de regular de maneira civilizada as asperezas dessa arena. Mas não há como negar que as asperezas contaminam a atuação da própria OMC, cujo viés em favor dos países poderosos se tem denunciado, por exemplo, nos escritos de Rubens Ricuperio, com sua experiência e autoridade.

Se o poder é há muito a moeda efetiva no plano das relações internacionais, de que o comércio é um aspecto particular, o mundo globalizado e transnacional de hoje traz uma face mais aguda ao problema. Pois ele ajuda a solapar a ideia de soberania dos Estados nacionais que, bem ou mal, foi um dos esteios do sistema internacional até recentemente. Os resultados já podem ser notados na reflexão acadêmica sobre as relações internacionais. O sistema internacional que prevaleceu até há pouco foi o que emergiu dos acordos de Vestfália de 1648, assentando-se no princípio da soberania, ou da autoridade exclusiva de cada Estado dentro de suas fronteiras geográficas. Ora, destacados especialistas norte-americanos não hesitam em assinalar no comprometimento do “sistema de Vestfália” não apenas um fato inevitável, com a desigualdade no poder efetivo dos Estados nacionais, mas também algo desejável e bom, que tornaria possível a construção de formas institucionais mais propícias à paz e à estabilidade internacionais (veja-se S. Krasner, “Compromising Westphalia”, 1995). Talvez seja certa a tese de que a paz e a estabilidade têm melhores chances com a afirmação aberta do poder desigual dos Estados – no limite, quem sabe, num mundo em que relações imperiais se consagrem e institucionalizem como tal. Mas sem dúvida é mais fácil a um cidadão estadunidense propô-la do que aos nacionais de outros países.

Há, contudo, como já sustentei anteriormente, um contraponto aos interesses e ao poder tomados de maneira crua. Ele consiste na impossibilidade de calar a expressão dos valores – e no surpreendente elemento de poder em que essa

expressão se pode desdobrar. Observe-se, por exemplo, o fenômeno do “politicamente correto”, em que a “opinião pública” consagra certas ideias e torna imprópria a expressão de ideias que divirjam delas. Se se pode mesmo falar de uma feição opressiva da opinião pública assim entendida, é importante notar que as concepções ou perspectivas que vêm a afirmar-se como “politicamente corretas” com frequência se colocam do lado dos interesses (ou da identidade, da dignidade) daqueles que se situam em posições sociais menos vantajosas, como as minorias étnicas ou raciais. Assim, há um ângulo pelo qual se pode pretender ver aí a afirmação da “virtude” contra o “poder”. Ou até o poder da virtude: mesmo que a opinião pública “politicamente correta” seja não raro hipócrita, com a adesão privada a ideias diferentes das que se exprimem publicamente, cabe quando nada conceber a hipocrisia, nos termos do aforismo famoso de La Rochefoucauld, como a homenagem que o vício presta à virtude – e o fato de que essa homenagem se imponha sugere o que J. Elster chamou “a força civilizadora da hipocrisia”.

Resulta daí que o empenho de realismo, se considerado lucidamente, pode ser mais complicado e exigente do que parece à primeira vista. A questão geral da inserção do Brasil no panorama mundial tem sido marcada desde o início, no governo Fernando Henrique, pela atenção “realista” às supostas tendências inexoráveis da nova dinâmica econômica e tecnológica. Esse realismo não só tendeu a cegar-se para os espaços de manobra com que ainda se conta mesmo nas restrições objetivas trazidas pelas novas tendências; mais que isso, ele se dispôs até, em pirueta que redundava numa espécie de “ideologia do moderno”, a erigir as condições que derivam das tendências objetivas em valores a serem perseguidos. A consequência é uma acomodação pressurosa e excessiva ao que se percebe como as imposições factuais do mundo novo, a qual implica, na verdade, certa abdicação, desatenta para aspectos da realidade como os que vieram a revelar-se nas crises recentes e no solapamento gradual do consenso liberal de há pouco, com sua receita de abertura e absorvente preocupação fiscal.

Ora, a mesma disposição geral tem marcado o bom-mocismo brasileiro no plano mais específico das relações comerciais: no Mercosul, na abertura irrestrita, na postura pouco agressiva diante dos problemas que surgem no âmbito da OMC... É curioso, assim, ver o governo brasileiro descobrir agora a possibilidade da afirmação nacionalista e proclamar que “guerra é guerra” – deparando, de sobra, com o recurso de poder (talvez equívoco) representado pelo respaldo unânime da população do país.

*O Tempo*, 18/2/2001

## O MISTÉRIO DO CAPITAL

Hernando De Soto é o presidente do prestigiado Instituto para a Liberdade e a Democracia, sediado no Peru, e o autor do volume *O Outro Caminho*, que há alguns anos fez sucesso ao propor como solução para o problema do desenvolvimento da América Latina e do Terceiro Mundo a ideia de expandir o mercado por meio da formalização da propriedade controlada pelos setores populares na economia informal. Ele retoma agora as mesmas ideias em *O Mistério do Capital*, festejado, de novo, sobretudo por alguns nomes há muito vistos como expoentes do conservadorismo, como William F. Buckley Jr., Margaret Thatcher e Milton Friedman.

De Soto sustenta que não é um paladino do capitalismo, e chega mesmo a ver na falha em recorrer ao conceito de classe e em atentar para os pobres a crítica principal a ser dirigida aos economistas e *policymakers* orientados pelos programas convencionais associados à globalização. Sua ideia básica é a de que, com o dinamismo que revelam em condições pouco favoráveis, os agentes que povoam o setor informal da economia em nossos países, em vez de serem o problema, são antes a solução, e estaríamos em situação análoga à de certo lendário mercador que corre o mundo em busca do tesouro que lhe prometera um profeta, para encontrá-lo, na volta, no quintal de sua própria casa. Os recursos produzidos no setor informal, conforme extensos levantamentos realizados pela equipe de De Soto em vários países, alcançam volumes surpreendentes. Assim, o valor total da propriedade imobiliária controlada precariamente pelos pobres do Terceiro Mundo e dos antigos países comunistas é de pelo menos 9,3 trilhões de dólares – cifra que corresponde, por exemplo, aproximadamente ao valor total das companhias listadas nas principais bolsas de valores dos 20 países mais desenvolvidos do mundo, ou a 46 vezes o volume total dos empréstimos do Banco Mundial nas últimas três décadas. O problema, para De Soto, é que esses recursos representam “capital morto”. Teríamos “obstáculos legais que impedem pessoas empreendedoras de negociar com estranhos, bloqueando a divisão do trabalho e atando empresários potenciais a círculos restritos de especialização e baixa produtividade”. E o desafio consistiria justamente em transformar os recursos populares em capital efetivo, promovendo o acesso dos pobres ao sistema formal de direitos de propriedade de maneira a tornar tais recursos transferíveis e passíveis de serem empenhados sem restrições no mercado e em operações de natureza capitalista. Assim se criariam condições para reproduzir a experiência dos países ocidentais avançados, cujo desenvolvimento estaria

assentado no estabelecimento de formas jurídicas de propriedade favoráveis ao dinamismo capitalista.

De Soto é enfático em propor que, em muitos casos, a permanência no setor informal não se deve ao empenho de escapar de impostos, mas antes ao fato de que a legislação existente não se ajusta às necessidades e aspirações das populações envolvidas. A ideia é ilustrada com o caso do Peru, onde programas executados sob a orientação de sua equipe tiveram êxito em levar, sem promessas de redução de impostos, 276.000 empresários extralegais a legalizar suas atividades, permitindo que os impostos recolhidos de negócios extralegais passassem de zero a 1,2 bilhão de dólares em quatro anos. O crucial teria sido apenas facilitar a papelada necessária para a legalização e garantir que os custos de operar legalmente ficassem abaixo dos exigidos para sobreviver no setor extralegal – e estes últimos, observa De Soto, costumam ser mais altos do que se imaginaria, em decorrência de problemas como repressão e extorsão, impossibilidade de recorrer a seguros etc.

Embora o trabalho de De Soto possa talvez ser visto como a retomada de ideias já antigas sobre o papel de regras jurídicas propícias na dinâmica econômica, seu interesse é bem claro, sobretudo nas circunstâncias de perplexidade produzidas pelos eventos que fizeram do capitalismo o único jogo disponível. Mas há ao menos dois pontos equívocos no novo volume. O primeiro tem a ver com a defesa algo confusa das regras informais e espontâneas que emergem da atividade econômica extralegal: seria preciso “descobrir a lei” efetivamente em operação, o que se coaduna mal com o objetivo de criar um espaço unificado de legalidade formal em que o mercado capitalista venha a operar plenamente.

O segundo é mais importante. A perspectiva de De Soto a respeito dos aspectos políticos do problema geral não pode ser classificada senão como ingênua. O “desafio político” é descrito em termos de se contar com “artífices políticos experientes”, dotados da necessária “sofisticação”. E é-nos ensinado que, “para levar a cabo uma revolução na propriedade, um líder tem de fazer pelo menos três coisas específicas: adotar a perspectiva dos pobres, cooptar a elite e lidar com as burocracias legal e técnica que são as guardiãs da redoma” (do capitalismo desigual). Mera questão, supostamente, de se ter a boa causa abraçada por gente politicamente hábil. E os milhares da boa experiência do Peru (já teremos tido a “revolução” ali?) serão milhões pelo mundo afora.

*O Tempo*, 4/3/2001

## TERROR E EFICIÊNCIA

Temos vindo nos acostumando, há tempos, a ver notícias de agentes suicidas que se lançam sobre seus objetivos em estradas do Oriente Médio ou restaurantes de Tel Aviv. Mas o espanto se renova quando a operação toma a forma inédita de grandes aviões a jato a se projetarem espetacularmente sobre ícones novaiorquinos ou sobre o próprio Pentágono.

A operação que nos assombrou a todos terá exigido planejamento cuidadoso e talvez uma complicada logística. O aspecto mais notável, porém, que ela evidenciou de maneira trágica e retumbante, é o de que, se se conta com comandos dispostos a morrer, as ações terroristas podem alcançar um grau fantástico de eficiência, com total desproporção entre os recursos empregados em sua execução e os resultados obtidos. Afinal, os sequestradores dos aviões envolvidos diretamente na ação, como as investigações já revelaram, não alcançam duas dezenas. No entanto, são milhares as vítimas, enormes os danos materiais nos EUA e pelo mundo afora, a grande nação norte-americana se vê transtornada, fundamentalmente ferida e perplexa e o mundo inteiro contempla em choque a repetição interminável das imagens fatídicas na tela da televisão.

A eficiência alcançada pelos terroristas, que possivelmente surpreendeu os próprios mentores da operação, justifica a avaliação de que os acontecimentos de 11 de setembro inauguraram uma nova era. Pois os Estados Unidos e seus aliados são levados a constatar que se confrontam com um inimigo cujos recursos, até aqui não apreciados com clareza no perigo que representam, produzem uma situação inadmissível. Nos jogos estratégicos relacionados com o enfrentamento nuclear da Guerra Fria, o ponto decisivo da dissuasão recíproca em que as duas grandes potências nucleares se empenhavam baseava-se na possibilidade que tinha cada uma delas de infligir à outra um dano inaceitável. Ora, aprendemos agora que meia dúzia de agentes podem infligir até aos Estados Unidos um dano que, embora as vítimas não se contem aos milhões, como no hipotético conflito nuclear efetivo, surge também como inaceitável. É impensável que um mundo que valorize a vida humana se disponha a conviver sem mais com uma situação em que um punhado de terroristas determinados escolha o momento de fazer milhares de vítimas no coração de Nova York ou de Washington – ou de Londres, Paris, Buenos Aires... Se acrescentamos, no

caso particular dos Estados Unidos, o choque representado pela ruptura do sentimento de invulnerabilidade do país militarmente mais poderoso do mundo, não admira que se ouça imediatamente o clamor pela resposta efetiva. Os mísseis contra os quais o escudo proposto pelo governo Bush pretende trazer proteção talvez possam ser apresentados como ameaça real, ao lado das armas químicas e biológicas, num mundo em que se torna difícil controlar a difusão da tecnologia de aplicações bélicas. Mas tornou-se evidente que a ameaça terrorista pode assumir com eficácia forma mais singela e, por assim dizer, pedestre, mesmo se alça vôo em aviões sequestrados. E não há mais dúvida de que essa ameaça, sob qualquer forma, merece que se aja decididamente contra ela.

Samuel Huntington tem falado do “choque de civilizações”, em que o confronto leste-oeste se veria substituído pelo enfrentamento ao longo da linha principal que separa cristianismo e islamismo. Embora não se saiba ainda com certeza quais são os responsáveis pela ação coordenada de 11 de setembro, há, naturalmente, boas razões (já agora fortalecidas por indícios que parecem claros) para apostar em muçulmanos como autores, de maneira congruente com a perspectiva de Huntington. Essa perspectiva envolve, certamente, dose importante de simplificação e estilização. Além disso, ela minimiza as fontes de surdo azedume, frustração e rancor que se dão na dimensão norte-sul, em geral, dos desequilíbrios mundiais – e, se a disparidade de recursos torna o confronto norte-sul menos propenso a traduzir-se em termos de riscos de beligerância aberta, o fato de que os terroristas hoje se recrutem desproporcionalmente nos países muçulmanos parece resultar da superposição do azedume norte-sul mais geral a elementos culturais específicos do islamismo ou de alguns de seus ramos. De todo modo, é lamentável que, no mundo que temos diante dos olhos, a defesa de preciosos valores democráticos e humanistas que se afirmaram com vigor na modernização centrada no Ocidente, e que práticas como o terrorismo por certo hostilizam, deva mesclar-se de maneira confusa com desníveis econômicos que se intensificam e com os aspectos negativos de algo que soa como a conclamação a uma espécie de nova Cruzada. Menos mal que a adesão dos próprios países árabes às manifestações de repúdio às ações terroristas de agora ajude a diminuir a relevância da linha representada por cristãos contra mouros.

*O Tempo*, 16/9/2001

## QUINTA PARTE: GOVERNO FHC E OPOSIÇÃO

### O BICHO, A ÉTICA E AS ALIANÇAS ELEITORAIS

O ocorrido com Betinho, que declara ter pleiteado e recebido dinheiro dos bicheiros para ajudar a Abia, é a manifestação exacerbada, por certos aspectos, do mesmo dilema envolvido no debate relacionado com a aliança PSDB-PFL, e a coincidência das duas discussões é talvez reveladora. Trata-se, em ambos os casos, da indagação de se é legítimo que certos valores sejam comprometidos em nome da eficiência na realização de fins almejados, fins estes que são percebidos ou apresentados como expressando outros valores também respeitáveis ou importantes.

A posição “realista”, que responde afirmativamente à indagação, tem sua formulação provavelmente mais atraente e defensável na invocação da “ética da responsabilidade”, atenta para as consequências das ações. Por contraste com uma ética propensa à afirmação mais ou menos rígida de princípios, que arrisca degenerar no fanatismo cego e irresponsável, essa posição tende a destacar que ações aparentemente morais podem ter consequências negativas ou mesmo catastróficas, assim como ações em princípio questionáveis podem ter consequências benéficas – na velha fórmula, os fins justificam os meios.

Contudo, para quem não admita pura e simplesmente abdicar da referência à ética na avaliação das ações, a dificuldade com o “consequencialismo” da ética da responsabilidade consiste em que ele desloca o problema para o plano de uma avaliação cognitivamente correta das consequências. Ora, a caixa de Pandora que assim se abre termina por relativizar e confundir as coisas a tal ponto que se torna muito difícil evitar o comprometimento de uma postura ética como tal.

Em primeiro lugar, as consequências podem sempre ser avaliadas do ponto de vista de numerosos fins, que podem todos pretender apresentar-se como eticamente defensáveis. Se Betinho pode alegar seu empenho em salvar vidas de aidéticos, Cidinha Campos pode falar da contribuição do dinheiro do bicho para ajudá-la a eleger-se e assim viabilizar seu combate à máfia da Previdência – e os próprios bicheiros ou traficantes, no limite,

poderiam invocar os empregos criados, a “ordem” mantida nos morros, a ajuda ao futebol, ao Carnaval (à Abia...). As diferenças não seriam senão de grau.

Em segundo lugar, se os princípios são tomados como algo passível de qualificação ou suspensão por razões de tipo instrumental ou de eficácia numa oportunidade dada, cabe esperar que considerações instrumentais pretendam justificar novas quebras de ética, ou novas suspensões na vigência dos princípios, no futuro. Anulam-se, assim, as razões para que se confie nas promessas, nos programas, na palavra empenhada – e instaura-se o oportunismo como norma. Se o PSDB, contra os princípios que o levaram a denunciar no PMDB o fisiologismo quercista e a abrir dissidência, aceita compor-se na primeira oportunidade com o fisiologismo pefelista, não há por que acreditar que o “realismo” oportunista não continue a marcar sua eventual atuação no governo. Cabe esperar, por exemplo, que seu compromisso com a social-democracia (até aqui meramente verbal, já que não há bases sociais que lhe dêem raízes mais firmes no partido) seja sacrificado às “duras realidades” da atualidade econômica global que o neoliberalismo triunfante e José Arthur Giannotti nos apontam.

Em terceiro lugar, se a questão é ter em conta as consequências, quem assegura a acuidade da avaliação das consequências, quem garante que determinada avaliação é, do ponto de vista cognitivo ou factual, a avaliação correta? Onde estão os fundamentos analiticamente criteriosos para a pressa na aproximação com o PFL em nome da necessidade de ganhar a eleição? Será que os ganhos eleitorais compensarão realmente o preço a ser pago na deterioração da imagem do PSDB e de seu candidato, nas prováveis perdas eleitorais acarretadas pela insatisfação produzida entre os próprios eleitores “naturais” de Fernando Henrique e nas concessões programáticas e administrativas da inevitável barganha? Vale lembrar que os acontecimentos recentes no PMDB, em que, afinal, até o ex-arenista Sarney pôde prevalecer, deixam claro que havia amplo espaço e perspectivas de sucesso para a luta contra o quercismo dentro daquele partido – e que houve, portanto, precipitação e erro de diagnóstico, na melhor das hipóteses, quando as atuais lideranças peessedebistas resolveram entregar a rapadura de um partido de estrutura montada e viabilidade eleitoral comprovada. Estarão essas lideranças mais certas agora?

Em entrevista à imprensa, Luciano Martins salientou a importância do apego ao “princípio de realidade”. Como cientista social, ele tem certamente boas razões para isso, que eu, seu colega, compartilho. Mas a política é também ação e aposta. É o PSDB que, pouco atento a consequências e responsabilidades na sua própria criação, tem proclamado e destacado, entre suas apostas, a postura ética. Corre agora o risco de ver essa postura transformada no moralismo oportunista de uma espécie de nova UDN, não mais dos bacharéis, mas dos cientistas sociais. E, ao político que tateia ou ao falível cientista social, cabe sempre perguntar: qual realidade, cara pálida?

*Folha de S. Paulo, 28/4/94*

## A SOCIOLOGIA DO PRESIDENTE

Depois de experimentar a longa proeminência dos bacharéis e, mais recentemente, os economistas-czares, vivemos agora o fato inédito da chegada ao poder de um sociólogo. Há poucas dúvidas de que temos boas razões de otimismo ao inaugurar-se este novo governo, entre as quais se destacam as qualidades da liderança pessoal que Fernando Henrique Cardoso representa. Mas qual a importância de sua obra sociológica? Nas circunstâncias de hoje, quando ele se tornou o presidente da República, o silêncio a respeito é surpreendente; mas o silêncio não é de hoje, neste país sem debate intelectual real. Vale tentar rompê-lo, mesmo na pressa de um artigo de jornal.

Certa dimensão da obra do sociólogo-presidente tem menor interesse público, correspondendo a trabalhos mais “acadêmicos”. Tais trabalhos têm orientação historiográfica, por exemplo, ou, em outros casos, metodológica. Embora um belo esforço de historiografia interpretativa possa ser apontado entre eles (a tese de doutorado defendida na USP, publicada sob o título de *Capitalismo e Escravidão no Brasil Meridional*), o aspecto metodológico da sociologia presidencial é seguramente o mais deficiente e datado. Trata-se, em geral, de estéril contorcionismo intelectual (fatalmente inconsistente, ao cabo), posto em prática em nome da dialética marxista como abordagem supostamente especial no estudo dos fenômenos sociais. Esse contorcionismo se encontra não apenas em textos de juventude (como a introdução ao volume mencionado, que pode ser esquecida na leitura dos demais capítulos), mas mesmo em tentativas de reflexão metodológica já da maturidade, merecendo destaque, como exemplo negativo, um conhecido ensaio sobre “Classes Sociais e História” apresentado em simpósio ocorrido no México em 1973. Tudo somado, a “metodologia” do presidente sem dúvida contribuiu para que se cristalizassem, na sociologia e na ciência política do país, duradouras confusões que ainda hoje custam caro ao esforço de formar adequadamente nossos cientistas sociais.

Muito mais ricos são os trabalhos referidos a questões substantivas da atualidade brasileira e mundial. Creio que tais trabalhos podem ser agrupados em duas grandes categorias. Na primeira figuram temas do Brasil contemporâneo, destacando-se estudos sobre o empresariado brasileiro e importantes contribuições à análise do regime autoritário implantado em

1964. Com o mérito de procurarem levantar e processar sistematicamente dados empíricos, os estudos sobre o empresariado dão realce, entre outras coisas, à ideia de certa passividade e dependência dos empresários perante o Estado, sua carência de “vocação política hegemônica”. Tal perspectiva (que estudos empíricos posteriores, como os realizados por Renato Boschi, vieram matizar) mostra-se relevante para a avaliação que FHC viria a fazer, mais tarde, do papel dos empresários no processo democrático.

A meu juízo, um ponto crucial consiste, aqui, na discutível tese, a ser encontrada em artigo publicado em 1983, da necessidade de criação de um partido por meio do qual o empresariado viesse a afirmar-se autonomamente e a poder chegar ao controle do Estado pela via eleitoral. A tese se mostra discutível sobretudo diante da experiência dos países europeus de maior tradição de estabilidade democrática, onde o arranjo mais típico envolve o prolongado controle do aparelho do Estado por partidos *populares* (e não “burgueses” ou empresariais), combinado com a garantia do acesso empresarial ao Estado através de mecanismos de tipo informal e corporativo – acesso este que se pode ver como inerente ao capitalismo como tal e vem justamente compensar a inviabilidade eleitoral “normal” dos setores empresariais e da “direita” em geral. Esse arranjo seria característico, em particular, do “neocorporativismo” intimamente ligado às social-democracias européias, nas quais o PSDB do próprio Fernando Henrique teria, presume-se, sua inspiração principal. Diante do observado na eleição presidencial de 1994, cabe indagar se o PSDB pretenderá ele próprio representar o foco de uma espécie de nova social-democracia de bases eleitorais à direita; mas dificilmente se poderia dizer que se trata, com ele, da afirmação eleitoral “autônoma” do empresariado.

As argutas análises do regime autoritário de 1964 são provavelmente o ponto alto da obra intelectual do presidente. O reconhecimento das consequências inovadoras e economicamente “revolucionárias” do regime; diagnósticos como o do condomínio estabelecido entre corporação multinacional, grande empresa nacional privada e burocracia pública; a ideia dos “anéis burocráticos”, em que se articulariam as estruturas burocráticas pública e privada – têm-se aí alguns motes frequentemente retomados na literatura latino-americana e mundial sobre a onda recente de autoritarismo político. Essas análises se ligam com a segunda categoria de trabalhos sobre a atualidade acima anunciada, categoria esta onde se situa a parte da produção intelectual de FHC que seguramente maior peso teve em

seu êxito internacional: sua contribuição àquilo que se tornou conhecido como a “teoria da dependência”, exposta sobretudo em livro escrito em fins da década de 60, no Chile, em parceria com Enzo Faletto.

A teoria da dependência é uma espécie de *aggiornamento* das velhas ideias do marxismo-leninismo sobre o imperialismo. Ela tem em mira as transformações ocorridas em decênios recentes no capitalismo mundial, com a internacionalização do capitalismo industrial e sua extensa penetração nos países periféricos (a célebre “internacionalização do mercado interno”), e indaga sobre as formas de articulação entre Estados nacionais, de um lado, e relações de classes nos planos nacional e internacional, de outro. Trazendo muitas observações factuais de interesse quanto a tais questões, os trabalhos de FHC a respeito, como os de outros formuladores da teoria, não escapam de uma deficiência decisiva. Trata-se de que, dada a baixa estima em que o tema nacional é tido na tradição marxista, os aspectos da temática geral que se referem à *nação* como tal (os aspectos culturais e de psicologia social que situam problemas de *identidade* coletiva e cuja importância é dramatizada atualmente com o vigor manifestado pelos irredentismos étnicos e fundamentalismos religiosos e com o ressurgimento de certo nacionalismo fascistoide mesmo na Europa ocidental) são inteiramente omitidos nas análises feitas. Eles entram pela porta dos fundos, contudo, no próprio rótulo de “dependência” que dá nome à teoria, o qual postula o *valor*, supostamente negado pela situação de dependência, da afirmação autônoma das identidades coletivas nacionais – se não houver identidade não haverá por que (nem como) haver autonomia. Assim, contra os reclamos explícitos de Fernando Henrique Cardoso referidos a leituras “vulgares” da teoria, ela redundante, do ponto de vista prático ou doutrinário, num nacionalismo que não ousa chamar-se pelo nome. Na verdade, a acusação de “nacionalismo” foi dirigida à teoria da dependência, há muitos anos, por Francisco Weffort. Mas o ministro da Cultura de Fernando Henrique não pensava em cobrar dele maior atenção para os fenômenos culturais; seu intuito era antes o de cobrar ortodoxia, apontando a contaminação da perspectiva analítica pela introdução do tema espúrio da nação.

O resultado é que temos, com a teoria da dependência, mesmo na versão comparativamente sofisticada de FHC, uma curiosa inversão daquilo que caberia desejar. No plano prático seria necessário: 1. evitar o irracionalismo ao menos potencial de qualquer nacionalismo; 2. dissociar com clareza (sobretudo diante da “globalização” em que se desdobram presentemente as tendências destacadas pela própria teoria) os problemas de identidade pessoal e coletiva,

que em princípio se resolvem no plano da cultura, dos problemas relativos à inserção mais ou menos bem-sucedida dos países na dinâmica econômica planetária, com suas consequências quanto às oportunidades materiais de vida criadas para as populações – em nosso caso, para a generalidade dos brasileiros, sobretudo a massa popular destituída.

Mas, ao silenciar a respeito das complicações que a articulação dos diferentes aspectos do tema geral envolve e que exigiriam esclarecimento (primeiro passo da inversão indicada), o que faz a teoria (segundo passo) é antes favorecer, na prática, o nacionalismo dos economicamente “dependentes”. Com isso, ela termina por vincular, tal como se dava no movimento nacionalista brasileiro dos anos 50, a afirmação autêntica da nacionalidade (e, no limite, o próprio sentido da dignidade nacional) a certo ideal equívoco de autonomia *econômica* dos países. Expõe-se, ao mesmo tempo, a uma pergunta difícil, que lhe pode ser feita tanto na perspectiva da velha crítica ao nacionalismo martelada por um Roberto Campos quanto numa perspectiva radical de esquerda: do ponto de vista das oportunidades vitais que se abrem (ou fecham...) para o brasileiro pobre, qual a importância real de que o sobrenome do capitalista que se dispõe a empregá-lo seja Silva, Jones ou Schmidt? Tudo isso sem falar das espinhosas dificuldades trazidas à teoria da dependência pela questão do socialismo agora em crise, mas no qual ela sem dúvida apostava. Que dizer, por exemplo, das assimetrias existentes nas relações entre os países do extinto bloco socialista? Aplica-se a elas a teoria da dependência? Dirigindo tal pergunta a Fernando Henrique Cardoso, em evento ocorrido no Chile em 1970 e protagonizado conjuntamente por ele e por Manuel Castells (um dos convidados internacionais ao recente seminário de Brasília), lembro do embaraço com que vimos os dois expositores saltarem para responder simultaneamente – um, que sim, a teoria se aplicava, o outro, que não, a teoria não se aplicava, seguindo-se engasgados remendos de parte a parte.

De qualquer forma, nosso presidente, como sociólogo, tem, como todo mundo, seus altos e baixos. Esperemos que, como presidente, nosso sociólogo venha também a justificar, em consonância com o otimismo das expectativas suscitadas por seu governo, a avaliação que, ao cabo, sua obra sociológica talvez justifique: os altos são maiores (mais numerosos, mais férteis) do que os baixos.

*Jornal do Brasil, 23/1/95*

## SINDICATOS, GOVERNO E "MODERNIDADE"

Fácil ou difícil que seja governar o Brasil, não há como negar que, apesar da falta de políticas claras em certas áreas, o país anda bem como há tempos não se via, e a passagem dos primeiros seis meses de FHC se dá com bons motivos de comemoração. Mas a ação do governo suscita reservas numa área importante, tanto mais que tem relevância para a questão da marca “social” (ou social-democrata) da administração de Fernando Henrique. Refiro-me à orientação quanto à estrutura sindical existente no país e ao que caberia fazer a respeito, a qual surge com clareza no noticiário relativo à medida provisória da desindexação, especialmente em certas manifestações do ministro Paulo Paiva. Em declarações reproduzidas textualmente pela *Folha de S. Paulo* no dia seguinte ao do anúncio da MP, por exemplo, dizia ele que “é preciso acabar com os sindicatos por base e estabelecer sindicatos por empresa”.

Ora, é patente a arrogância envolvida na pretensão governamental de dizer como o movimento sindical se há de organizar. Mas isso não é tudo. Se é possível pretender sustentar que a edificação da estrutura sindical corporativa realizada por Getúlio Vargas correspondia a desígnios de manipulação autoritária, ela tem a seu favor pelo menos o fato de que redundava em dotar os trabalhadores do importante instrumento organizacional, que poderia eventualmente ser utilizado (como veio, de fato, a ocorrer) na busca trabalhista de condições de maior autonomia. Agora, ao contrário, a postura autoritária do governo redundava na ironia de tratar de persuadir os trabalhadores a que abdicuem da organização já alcançada e recomecem divididos e fragmentados a tarefa de lutar por seus interesses. Talvez isso fosse bom para o objetivo governamental de desindexação da economia. Do ponto de vista do próprio movimento sindical, porém, a recomendação é um evidente contra-senso.

A que se deverá que um ministro chegue a enunciar esse contra-senso como política de governo? Claramente, a razão está no império da ideologia do “moderno” a que assistimos. Ela se distingue pela suposição de que, se algo pode ser apresentado como correspondendo a tendências “novas” no plano mundial, então tais tendências devem ser vistas também como algo bom e desejável sem que se careça de qualquer argumento mais elaborado. Se as tendências que se observam em países europeus nas relações

trabalhistas, em correspondência com a nova dinâmica econômica da globalização, apontam para a dessindicalização e a fragmentação, então a fragmentação e a quebra das estruturas sindicais centralizadas se transformam em valores a serem almejados. Omite-se, assim, a consideração de que os mecanismos “neocorporativos” em que figuram tais estruturas centralizadas são, em articulação com o estado de bem-estar, parte crucial dos arranjos em que se configurou o compromisso democrático estável que caracterizou aqueles países nos últimos decênios. Como advertem alguns dos mais lúcidos analistas da atualidade política mundial, como Robert Dahl e Adam Przeworski, a ruptura desses arranjos pode significar o comprometimento da própria estabilidade democrática.

Por contraste, é revelador registrar que, em simpósio realizado no Centro Brasileiro de Análise e Planejamento (Cebrap) há alguns meses, conhecido estudioso paulista, depois de apontar as novas tendências à fragmentação das relações trabalhistas na Europa e de recomendá-las com ênfase como parte da necessária “modernização” brasileira, admitia nada ter a dizer a respeito de suas consequências para a questão da governabilidade, não obstante tratar-se do tema central do simpósio. Naturalmente, a contribuição das estruturas corporativas para a governabilidade democrática reside antes de tudo na criação de certa organicidade em que se torna possível o diálogo consequente entre atores capazes de assumir compromissos em nome das coletividades ou categorias que representam – e observe-se que, em comparação com os países de maior tradição democrática, o Brasil se distingue antes pela carência dessa organicidade. Cabe acrescentar, ainda, a ponderação de que as tendências fragmentadoras apontadas se associam, mesmo nos países economicamente mais avançados, com tendências tais como a “nova pobreza”, o desemprego e a intensificação da violência urbana. E que, no que se refere ao nosso país, esses acompanhantes perversos da nova dinâmica globalizante virão cumular a operação dos fatores endógenos que há muito conformam o drama da dualidade social brasileira.

Em síntese, o novo pode ser ruim e pode exigir ação em sentido contrário – coisa que o governo, em certos aspectos importantes de sua atuação, dá estranhamente a impressão de não saber ou suspeitar. Reconheçam-se com realismo as restrições gerais impostas pelas tendências novas da atualidade no plano da administração econômica, com a necessidade de aposta renovada no mercado e de enxugamento e

agilização do Estado. Mas não restarão muitas esperanças se não se puder cobrar, de um governo Fernando Henrique, mais criatividade e menos acomodação “realista” a supostos imperativos econômicos num plano como o das relações trabalhistas, bem como algo diferente da retórica e das vacilações de qualquer governo Sarney ou Collor na esfera social geral.

*Folha de S. Paulo, 19/7/1995*

## “NEO-SOCIAL”, ESQUERDA E REALISMO

A frase agressiva em que se destemperou há algum tempo o coloquialismo de nosso presidente (“não é preciso ser burro para ser de esquerda”) já indicava certo desconforto no empenho de acomodar o realismo exigido do chefe do governo com seu passado esquerdista. Ei-lo agora a repelir de novo o rótulo de “neoliberal” e a proclamar-se “neo-social” – presumivelmente uma posição de esquerda. De qualquer modo, cabe imaginar que exista, na visão do presidente, espaço para uma esquerda inteligente, que seria, decerto, “realista” e, como tal, afim às posições do governo.

Faz tempos, a direita pretende que a lucidez é prerrogativa sua. Contra o sonho das esquerdas, as “duras réplicas da história”, que imporiam a necessidade de atenção pragmática e realista aos fatos. Mas um componente importante do ideário de esquerda sempre denunciou a miopia desse suposto realismo da direita, enquanto reivindicava para si a verdadeira lucidez, que se revelaria com a adequada perspectiva de tempo: não obstante superficiais idas e vindas, a escada rolante da história, na imagem irônica do velho professor Louis Hartz, levaria ao inexorável futuro socialista.

É grande a confusão. Por um lado, entre as razões que a direita (e não só ela) encontra para apontar a estupidez da esquerda destaca-se a rigidez mental que resultaria justamente da visão determinista da história como escada rolante, à qual seria preciso contrapor a abertura intelectual disposta a apreciar com flexibilidade os eventos que emergem em qualquer momento dado. Por outro lado, a lucidez na apreciação dos eventos não pode significar senão a capacidade de avaliar seu significado em termos prospectivos, ou seja, de apreender as *tendências* (e, portanto, as determinações) que neles se expressam e assim vir a estar em condições de agir de maneira eficiente no mundo que tais tendências criam.

Seja o presidente realmente “de esquerda” ou não, a distinção entre direita e esquerda certamente não perdeu relevância, ao contrário do que se tem sustentado a propósito da derrocada do socialismo. Podemos ter, sem dúvida, a convergência ocasional na apreciação analítica dos fatos, onde a questão de realismo, acuidade ou burrice se coloca. Além disso,

esquerdistas e direitistas honestos podem concordar a respeito de alguns valores fundamentais (e é bom que o façam, ou o próprio convívio democrático se tornará impossível). Há, contudo, valores também importantes que entram em choque e disputam prioridade, dando conteúdo suficientemente preciso às posições sintetizadas nas duas categorias: a ordem e a eficiência da dinâmica capitalista, em um caso, a igualdade e a promoção social dos destituídos, em outro. Em certo nível, é claro, todos queremos eficiência, e cabe talvez presumir que sejamos todos simpáticos à ideia de igualdade. Mas qual o equilíbrio a ser buscado entre os imperativos da acumulação capitalista e o desiderato da redistribuição social? Até quando fazer crescer o bolo, quando começar a distribuí-lo? Há aqui escolhas e barganhas fatais, que estão longe de resolver-se de todo em termos de análise arguta e apego aos fatos.

Naturalmente, a referência factual decisiva das discussões correntes se tem nas novas tendências do cenário mundial: a derrocada do socialismo e a dinâmica tecnológica e econômica ligada à globalização. Mas o aspecto curioso do debate, em sua face propriamente analítica e factual, consiste em que existe a presunção generalizada de que somente a esquerda tem razões de perplexidade. Afinal, a queda espetacular do socialismo pode ser lida como o “fim da história” e a superação definitiva da forma de organização política e econômica que sempre serviu à esquerda como modelo alternativo. A verdade, porém, é que sobram razões de perplexidade à direita. Quais são realmente os fatos que temos pela frente? O que, nas “novas tendências”, além de “novo”, corresponde a “tendências” efetivas? Qual é o diagnóstico correto dos processos que defrontamos, com base no qual possamos vir a ter segurança quanto aos *prognósticos* que façamos – e evitar, assim, transformar nossas ações dirigidas ao futuro em meras apostas mais ou menos irracionais? Lembremos a avaliação feita por Michel Camdessus da grande crise mexicana recente: a primeira crise do século 21.

Mas isso não é tudo. Pois não há como escapar dos valores e das escolhas, donde se podem apontar dois desdobramentos. Em primeiro lugar, as novidades, mesmo quando correspondam a tendências reais, podem merecer ser avaliadas como boas ou ruins, e podem eventualmente justificar ações que se lhes oponham, ao invés de favorecê-las. Em contraste, certas posições governamentais aparecem claramente como expressões de uma “ideologia do moderno”, na qual algo se transforma em valor a ser almejado se pode ser apresentado como correspondendo a tendências “novas” no

plano mundial. Em segundo lugar, na falta de decidida opção fundada em valores, tomar decisões governamentais congruentes com os rumos espontâneos da dinâmica capitalista (cujo caráter socialmente perverso a globalização não faz senão intensificar) parecerá sempre mais realista – e “realismo” equivalerá sempre, ao cabo, a remeter para um futuro indefinido a cura de nossas desgraças sociais.

Mas há nessas desgraças urgências inadiáveis. E o governo de um cientista social que reclame pertencer à esquerda lúcida só virá a ter a marca apropriada se a lucidez for o trunfo para garantir resposta inventiva e eficaz a elas. Sem muito neo-nhenhém.

*Folha de S. Paulo, 18/10/95*

## **O REALISTA E O EXEMPLAR**

Segundo conhecida piada italiana dos tempos do fascismo, qualquer cidadão pode ser inteligente, honesto e fascista. Só que as três coisas não vão juntas: se ele é inteligente e honesto, não é fascista; se é fascista e inteligente, não é honesto; se é honesto e fascista, não é inteligente.

Pela mesma lógica, cabe presumir que, ao contrário, podemos ter a combinação de inteligência, honestidade e, digamos, convicções social-democráticas. Como declarou o presidente da República, não é preciso ser burro para ser de esquerda. Ele poderia também dizer, certamente, que não é preciso ser burro para ser honesto. E a biografia do próprio presidente é a prova irrefutável da possibilidade de junção dos três atributos a um só tempo.

Desde que se viu levado a disputar e exercer a Presidência da República, Fernando Henrique Cardoso tem sido exposto à necessidade de agir "inteligentemente" e buscar eficiência. Na avaliação da ação que tem resultado dessa necessidade, algumas ponderações se impõem. Uma delas diz que a busca de eficiência será sempre condicionada pelo contexto, já que não há como abrir mão do diagnóstico cognitivamente tão acurado quanto possível da situação em que se atua. Outra lembra que em política, especialmente, as situações tenderão a ser equívocas do ponto de vista dos valores envolvidos nas ações dos atores e, em particular, frequentemente haverá casos em que os meios disponíveis serão valorativa ou eticamente discutíveis. À luz de ponderações como essas, o realismo que tem marcado a atuação de Fernando Henrique Cardoso seria defensável por referência a fins mais altos perseguidos em circunstâncias problemáticas e difíceis.

Fica, porém, a questão de como a ação do social-democrata honesto e inteligente poderá distinguir-se da ação do político desonesto ou do que busque, mesmo honestamente, valores ou fins que consideremos inaceitáveis. Fora do apelo à luz retrospectiva de um futuro longínquo, que muitos de nós nem chegaremos a ver, uma resposta possível seria a do equilíbrio no uso do realismo, dadas as confusões que este costuma introduzir quanto aos compromissos básicos. De vez em quando o social-democrata honesto dirá “não”, socará a mesa e reafirmará com clareza suas lealdades, abdicará de espertezas e optará singelamente pela ação exemplar

– até por reconhecer a contribuição que ocasionalmente também esta tenderá a trazer, mesmo de um ponto de vista instrumental ou de eficiência, à obtenção dos fins mais altos.

Fernando Henrique Cardoso precisava ganhar a eleição: fez a aliança com o PFL. Precisava assegurar clima simpático no Congresso em nome da “governabilidade”: esquivou-se de vetar a anistia a Humberto Lucena (e, no mesmo momento, precisando preocupar-se com as finanças públicas, vetou o aumento do salário mínimo). Tem, naturalmente, de zelar pela observância estrita da legalidade em movimentos reivindicatórios como os grevistas: jogou duro com os petroleiros. Precisa estar nas boas graças de Antônio Carlos Magalhães, também em nome da “governabilidade”: titubeou na condução do problema do Banco Econômico. Precisa vencer as resistências à aprovação das reformas constitucionais: recorre a práticas fisiológicas. Precisa evitar a desestabilização do sistema financeiro: acolhe e respalda decisões discutíveis sobre o Banco Nacional e recorre a práticas fisiológicas para matar a CPI... Sem entrar no problema da inteligência e acuidade factual da avaliação feita em cada caso, e mesmo admitindo que o governo atual segue sendo provavelmente o melhor que o país tem há muito tempo, creio que já fazemos jus ao murro na mesa. Que, a esta altura, já virá como surpresa.

Cumprir reconhecer que a política requer realismo, é a “arte do possível”, segundo a velha máxima. Há outra velha máxima, no entanto, que diz que o poder corrompe. Por certo, uma não se reduz à outra. Mas até que ponto um governo Fernando Henrique Cardoso, que muitos de nós vemos como efetiva e singular promessa de refundação exemplar, se disporá ao risco de vir a ser mera ilustração da segunda, à força de se valer da primeira?

*Folha de S. Paulo, 5/4/1996*

## A REELEIÇÃO E O GOVERNO

Como era fácil prever que aconteceria, o tema da reeleição ocupa o proscênio nos debates políticos nacionais. Como avaliar as questões em jogo? Claramente, o assunto envolve de novo a tensão perene entre moralidade e realismo na vida política. Pela biografia e imagem original de Fernando Henrique e as expectativas suscitadas, o governo atual parece especialmente exposto aos efeitos dessa tensão.

Podem tomar-se, em primeiro lugar, as questões relativas à oportunidade e aos custos ou benefícios da reeleição do ponto de vista da administração pública. Os adversários da reeleição apontam os prejuízos causados à administração do país justamente pela atenção que ela demanda e pelas manobras e protelações destinadas a viabilizar sua aprovação no Congresso. Seus defensores contrapõem a exiguidade do mandato de quatro anos e a suposta necessidade de assegurar maior prazo para que o governo possa levar a bom termo as medidas administrativas que vem adotando, com destaque para a consolidação da estabilização financeira até aqui conduzida com êxito. Isso envolve, naturalmente, a suposição de que tais medidas estariam ameaçadas na hipótese de que FHC deixasse o governo ao fim do atual mandato.

Mas a denúncia mais comum é certamente a de que o empenho do governo federal na reeleição redundaria em “casuísmo”. Não obstante a alegação do presidente de que casuísmo seria impedi-lo de candidatar-se de novo, é bem claro o sentido em que a denúncia procede. Afinal, assim como a proibição da reeleição nos debates constitucionais recentes teve inspiração circunstancial e casuística no temor da vitória de Lula, também agora se trata de alterar as regras do jogo em função de considerações circunstanciais, ou seja, os prospectos favoráveis que se abrem à reeleição de FHC e à continuidade do esquema de poder vigente.

O governo pode sustentar que o que haja de casuísmo na proposta de reeleição importa pouco, já que, do ponto de vista do eleitor, ela resultaria não em restringir suas opções, mas em aumentá-las – e, a julgar pelas pesquisas que têm sido divulgadas, o apoio popular majoritário recebido pelo governo justificaria presumir que impedir a recandidatura de FHC seria eliminar uma opção efetivamente desejada pelo eleitorado.

Pessoalmente, sou sensível a essa linha de argumento. O componente de plebiscitarismo que ela envolve, em que o respaldo direto do governante pelas massas autorizaria, no limite, que as leis fossem atropeladas, vê-se neutralizado pelo fato de que o que se busca é a introdução da reeleição pelos meios legais e constitucionais apropriados. Pretender questionar a legitimidade disso com a alegação de que o governo controla no Congresso os recursos políticos necessários à aprovação da emenda redundaria em negar ao governo o direito de fazer política.

O assunto é complexo, portanto. No jogo dos prós e contras, creio haver, na combinação de ponderações “substantivas” e uma necessária pitada de realismo, um saldo de razões que justificam o apoio à proposta de reeleição. Confesso, porém, que meu apoio vai cercado de desconforto e reservas. Como disse alguém mais, o empenho pela reeleição certamente não dignifica o governo Fernando Henrique – e é possível vê-lo como um caso a mais dos muitos em que o presidente, posto diante da possibilidade ou necessidade de optar entre uma postura exemplar e outra esperta e “realista”, optou sempre pela segunda.

Daí me parecer que Fernando Henrique foi um ministro da Fazenda melhor do que o presidente da República que vem sendo. Pois do presidente cabe esperar, além da acuidade factual nas avaliações e do realismo nas decisões, também a liderança de natureza simbólica e exemplar. Se não a tivermos com um Fernando Henrique Cardoso, onde buscá-la?

*O Tempo*, 15/12/1996

## REALISMO E LIDERANÇA

Meu amigo Antônio Octávio Cintra, divergindo de opiniões que expressei a propósito da questão da reeleição do presidente Fernando Henrique Cardoso, provoca-me a um debate sobre ética e política, com ramificações na avaliação do governo atual do país. As posições que ele próprio manifesta destacam a necessidade do realismo em política, festejam o aprendizado de realismo que Fernando Henrique teria realizado e sugerem como critério decisivo para a avaliação de sua atuação, na qualidade de líder democrático, o das consequências de suas ações para o bem comum.

Não tenho razões para comprar a imagem de adversário do governo FHC, cujo desempenho administrativo tenho elogiado publicamente com frequência. Por outro lado, quem conheça um pouco das ideias que sustento sabe que tenho sido defensor insistente de uma perspectiva realista no exame de nossos problemas políticos. Mas o realismo não pode reduzir-se a que nos acomodemos à busca míope dos interesses ou, no limite, ao cinismo.

As reservas que exprimo no artigo que suscitou a reação de Antônio Octávio Cintra apontam na direção da falta de equilíbrio e critério no recurso ao “realismo” por parte do presidente. Tenho escrito sobre isso, e tomo aqui somente um caso exemplar: no episódio da anistia a Humberto Lucena, seria realmente a melhor opção, para assegurar a colaboração do Congresso, a de sancioná-la e cortejar os parlamentares, como fez o presidente? Ou nosso líder democrático, eleito havia pouco numa avalanche inédita de votos, teria podido atrever-se a vetá-la, confrontando o Congresso com o peso da opinião pública ao seu lado e transmitindo cedo a mensagem de um jogo político novo e avesso a espertezas e corporativismos escusos?

Especificamente quanto à reeleição, o que digo de negativo no artigo questionado (onde até reconheço um saldo de razões em favor da proposta) é que o empenho do governo em assegurar ao presidente a oportunidade de se recandidatar ajusta-se a esse “realismo” – e não dignifica o governo Fernando Henrique. Creio que a real contestação ao teor do meu artigo por quem desejasse defender o governo consistiria em dizer que sim, a busca da

reeleição dignifica o governo. Isso, porém, Antônio Octávio não se dispõe a sustentar.

Ao revés, o que temos é o apelo às consequências, que redundam na velha fórmula de que os fins justificam os meios. Mas é claramente um abuso pretender associar tal fórmula com a liderança democrática: ela tem sido invocada por todos os autoritarismos, para não falar dos corruptos do “rouba mas faz”. Por essa via, a ênfase no realismo acaba por jogar qualquer liderança na vala comum dos que são “do ramo” – os atores miúdos do jogo vicioso de nosso pantanal de debilidade institucional, pretorianismo fisiológico e carência de civismo.

Aqui está talvez o principal ponto que escapa ao exercício de realismo de meu amigo Antônio Octávio. Ele festeja “o realismo do Plano Real”. De minha parte, acredito que mesmo o êxito no encaminhamento do Plano Real deveu muito a certa imagem especial de respeitabilidade que Fernando Henrique trouxe ao Ministério da Fazenda. Assim, baratear essa imagem, abdicar da postura exemplar, é certamente um erro mesmo do ponto de vista da eficiência que o realismo nos convida a destacar, incluída a eficiência da administração econômica.

Mas há algo mais, e de crucial importância. O “bem comum” para o qual cabe esperar que nossa liderança democrática esteja atenta inclui a solução de um delicado problema de construção institucional, que supõe a criação de uma cultura apropriada e envolve decisivamente o plano valorativo e simbólico. As razões pelas quais admiro Fernando Henrique de longa data me levaram a crer que ele estivesse talhado para cumprir, nesse processo, o papel de liderança inspiradora, que não se opõe à lucidez e ao realismo de vistas largas. Lamentaria vir a ter de admitir que me enganei.

*O Tempo*, 29/12/1996

## ORDEM E JUSTIÇA

O tema da ordem aflorou nos últimos dias em decorrência de duas manifestações de impacto, as declarações do líder do MST, João Pedro Stedile, e o discurso do presidente Fernando Henrique Cardoso em resposta. O tema é de clara importância, sobretudo na cena atual de desmandos e violências, e as leituras equívocas de ambas as manifestações mostram como ele se presta a mobilizar emoções políticas e produzir confusão.

Começando por Stedile, não há dúvida de que se trata de declarações de um líder pouco cioso dos limites da legalidade – como, aliás, mais do que em palavras, tem ficado evidente nas ações do MST. A questão que emerge é a de até que ponto caberá reconhecer algum tipo de legitimidade em ações propensas a desafiar com moderação aqueles limites: ações que se disponham, por exemplo, à invasão de terras desocupadas ou não trabalhadas, mas que se abstenham de recorrer à violência contra pessoas. É duvidoso que o MST se tivesse feito ouvir (e com simpatia) pela opinião pública e conquistado a atenção do governo se não tivesse mostrado o atrevimento que Stedile apenas verbalizou, e certamente não pela primeira vez. Afinal, é um ministro de FHC, Bresser Pereira, quem tem definido a posição de esquerda como aquela que se dispõe a arriscar a ordem em benefício da justiça, definição com base na qual reivindica para si mesmo a condição de esquerdista, sem com isso causar comoção ou parecer menos respeitável. Com toda probabilidade, Fernando Henrique acolhe essa definição como ajustando-se à perspectiva que o orientou em seu próprio passado de esquerda – ou mesmo à sua auto-percepção atual, quem sabe.

Assim, seria possível especular sobre as razões da ressonância dada agora à manifestação de Stedile, especialmente em associação com a inequívoca distorção com que foi tratada a parte mais polêmica de suas declarações. Tendo falado de “manifestações em frente dos supermercados”, suas palavras foram transformadas em incitação a invasões de supermercados e a saques. Seja como for, para o governo FHC, padecendo sua crise talvez mais séria, o ensejo de falar com veemência pela ordem foi sem dúvida politicamente bem-vindo.

Mas há o outro lado da medalha: o equívoco de tentar desqualificar como meramente oportunista o discurso do presidente – ou, pior ainda, de

ver nele, sem mais, nova manifestação das inclinações autoritárias ou despóticas de que se tem acusado o governo. É especialmente notável a leitura negativa da menção presidencial às baionetas. Tendo tido a clara intenção de contrapor a violência militar, tomada como obviamente inaceitável, à violência igualmente inaceitável das pedras e coquetéis Molotov, foi insistentemente lida como ameaça de “chamar o Pires” – ou qualquer que seja o nome do atual ministro do Exército, alguém se lembra?

Contrapor o discurso da ordem ao discurso da justiça, testando permanentemente os limites daquela em nome desta, é certamente condição para que se possa pretender superar a secular rigidez de uma sociedade singularmente desigual e injusta. Mas é preciso evitar resvalar para o erro de que a história recente nos advertiu vigorosamente, ou seja, o de assimilar a ordem à democracia “meramente formal”, à qual seria preciso contrapor a democracia verdadeira ou “substantiva” em que a igualdade se afirmaria. Pois a ordem é também o estado de direito. Em certo sentido, é verdade, isso significa a vigência de determinadas formalidades, e nesse sentido a democracia é formalidade; mas nada justifica que tais formalidades sejam tomadas de maneira depreciativa e que o adjetivo “mero” venha desqualificar a garantia dos direitos fundamentais das pessoas. Nada é mais “substantivo” do que aquilo que está em jogo aqui: trata-se, afinal, no limite, para quem começa talvez a esquecer, de impedir que as pessoas de ideias políticas “erradas” possam ser tiradas de suas casas na calada da noite e enforcadas nos porões do DOI-CODI.

Mas trata-se também de algo mais corriqueiro: de que as pessoas, independentemente de ideias políticas, não sejam surradas e humilhadas, e eventualmente mortas, ao sabor dos humores de PMs boçais. E aqui surge nova e crucial nuance, permitindo lembrar que o presidente, que aplicou tal qualificativo aos PMs de Diadema, não teria precisado esperar a entrevista de Stedile para fazer o veemente discurso da ordem. Dir-se-á que a entrevista de Stedile é um evento mais singular e notável. Mas isso pode ser lido como significando que o PM boçal e o esquadrão da morte também são a ordem. E cabe talvez esperar do presidente também o discurso veemente e apaixonado da justiça.

*O Tempo*, 1/6/1997

## ***NOBLESSE OBLIGE***

Com seu ar de grave estultice, Bóris Casoy se volta para a câmara da esquerda e sentencia: “O PT é um partido igualzinho aos outros”. O pronunciamento se refere, naturalmente, às acusações de irregularidades em administrações municipais petistas. Apesar do acacianismo moral de Casoy e da banalidade de suas solenes denúncias de cada dia (ou por isso mesmo), sua sentença é exemplarmente ilustrativa do ânimo com que o tema tem sido considerado nos meios de comunicação.

Como notou Clóvis Rossi, a ninguém ocorre tratar como “o escândalo do PFL” as denúncias de compra de votos parlamentares envolvendo governadores pefelistas, não obstante o fato de que o partido não tenha mostrado qualquer disposição de agir severamente contra eles, mesmo decidindo expulsar os bagrinhos de cujas conversas resultaram as gravações comprometedoras. A diferença do tratamento dado a cada um dos partidos nos dois episódios tem certamente boas razões. A ironia, contudo, é que tais razões falam em favor do PT.

Elas têm a ver com o fato de que os comportamentos escusos denunciados corroboram as expectativas no caso do PFL, enquanto as frustram no caso do PT. Sem dúvida, não há por que pretender que a condição de membro do PFL seja equivalente à condição de corrupto, e os quadros do partido certamente incluem membros perfeitamente respeitáveis. Não há como negar, porém, o caráter predominantemente negativo da imagem do PFL aos olhos das parcelas mais atentas do eleitorado. O realismo e o pragmatismo que o fazem há tempos frequentador indefectível dos círculos mais íntimos do poder nacional tornam tênues, na percepção do eleitorado, as fronteiras entre o que é e o que não é comportamento aceitável, e a imagem partidária acaba por ser fortemente marcada pela ideia de uma propensão à corrupção.

Simetricamente, seria descabido pretender que o PT fosse à prova de comportamentos impróprios ou mesmo corruptos. Mas isso não altera o fato de que o partido como tal justifica a imagem de algo singular no quadro partidário brasileiro tanto por suas origens efetivamente trabalhistas quanto pela postura de apego a princípios. Na verdade, o reproche que melhor lhe

caberia a respeito é o de um principismo excessivo, ao qual estará faltando a dose adequada de flexibilidade e realismo.

Daí não se segue, naturalmente, que não caiba a cobrança do “E agora, PT?” que alguns lhe têm dirigido. Mas é possível distinguir dois sentidos que essa cobrança pode adquirir: de um lado, o do indigitamento que se desforra do moralismo em que o apego petista a princípios tende a desvirtuar-se e se compraz, à maneira de Casoy, em ver farinha do mesmo saco por toda parte; de outro, o sentido afim ao reconhecimento de que noblesse oblige, ou seja, de que é justamente por aquilo que o singulariza como partido de princípios que o PT se acha obrigado a apurar de maneira transparente e conclusiva os fatos denunciados e dar consequências inequívocas às constatações que daí resultem. Ou verá ameaçado seu precioso capital simbólico.

Mas o assunto tem certo desdobramento de maior alcance, dramatizado também num telejornal da semana que passou. Ecoando manifestações que se têm multiplicado com referência à oposição em geral, Renato Machado, num daqueles diálogos sem graça em que o novo estilo jornalístico da Rede Globo se esforça por dar vivacidade à apresentação do noticiário, cobrava também do PT, a propósito das mesmas denúncias, a formulação de um programa que represente alternativa clara e efetiva à atuação do governo. Não é pequena, com efeito, a perplexidade da oposição diante da complicada situação que defrontamos na cena mundial e brasileira da atualidade. Mas o próprio governo tem estado pouco atento aos aspectos mais negativos dessa situação e das tendências que nela se afirmam. Como sintetizou alguém mais, se a oposição não vê soluções, o governo não parece muito disposto a ver os problemas.

Se é assim, porém, há algo de torto em cobrar sobretudo da oposição as alternativas lúcidas. Afinal, é o governo que tem a responsabilidade de governar, achando-se de posse das alavancas e recursos próprios da atividade governamental, e não lhe cabe agir como se as dificuldades o autorizassem a comprazer-se na acomodação meio preguiçosa às tendências mundiais e seus correlatos perversos. Tem seus méritos, portanto, a atuação oposicionista que redunde meramente em advertir para os problemas – embora a neutralização do pior moralismo oposicionista possa ser importante para o incremento da lucidez geral do país também quanto ao aspecto da administração eficiente.

*O Tempo*, 15/6/1997

## GERENCIAL E BUROCRÁTICO

As discussões da questão da reforma do Estado envolvem com destaque a ideia de se enxugar e agilizar uma aparelhagem supostamente emperrada e ineficiente. No momento, a propósito das denúncias de práticas ilegais em que se confundem policiais e criminosos, vemos um Arnaldo Jabor, por exemplo, apontar o comportamento desembaraçado dos que se dispõem a afrontar a lei e ironizar o caráter “burocrático” da ação policial. O próprio ministro Bresser Pereira, por sua parte, como titular de uma pasta dedicada especificamente à reforma do Estado, tem contraposto com insistência o modelo negativo de um Estado “burocrático” ao modelo de um Estado “gerencial” a ser implantado.

A suposição em que se baseia essa perspectiva é claramente a do Estado como uma espécie de máquina, com respeito à qual a questão exclusiva a colocar-se é a de sua maior ou menor eficiência. Há muito a tendência estatal à burocratização deu origem a uma mitologia negativa, em que “burocrático” se transformou num xingamento a que todos recorrem. E em tempos recentes vimos florescer a indústria que, em nome do valor da eficiência, difunde (e vende) banalidades sob rótulos como os de “reengenharia” e “reinvenção do governo” – usando, na verdade, o mesmo bom senso acaciano que os alunos do antigo curso de administração pública da UFMG, como eu próprio, encontravam em suas velhas apostilas de “organização e métodos”.

Reconhecendo, naturalmente, as óbvias distorções a que os princípios burocráticos se expõem, cumpre trazer certos reparos à nova moda. Para começar, em nome da própria eficiência. Em medida importante, o empenho de padronização é um imperativo da busca de eficiência ao se lidar com decisões sobre numerosos casos ou instâncias de um mesmo problema, como se dará com parte substancial das atividades governamentais rotineiras. Mas há outro aspecto muito mais importante, que tem a ver com as ligações entre burocracia e democracia. Aqui, a feição do Estado como máquina a realizar funções dadas tem de subordinar-se à sua feição de arena em que interesses e objetivos diversos da sociedade devem poder fazer-se presentes. E os fatores de morosidade e emperramento (a “burocracia”) da ação estatal – procedimentos meticulosos, aplicação de regras universalistas e impessoais, observância da

definição apropriada de competências etc. – se ligam ao próprio caráter democrático do Estado.

Alguns embaraços das análises de Bresser Pereira em vários textos recentes ilustram as dificuldades do assunto. Tentando repensar a cidadania de maneira a orientar a reforma do Estado, Bresser faz do que chama “direitos públicos” uma referência decisiva. O mal a ser evitado corresponde à apropriação privada do Estado, que impediria o desfrute dos direitos públicos entendidos como o acesso de todos à “res publica”. Bresser vê duas formas tradicionais de apropriação privada do Estado, a oligarquia e o autoritarismo. Ambas envolvem o controle político do aparelho do Estado como tal por um grupo ou outro e são, portanto, inequivocamente antidemocráticas. Uma terceira forma teria a ver com um fenômeno de nossos dias, a expansão patrimonial do Estado, que passaria a dispor de maiores recursos suscetíveis de serem apropriados privadamente: apesar de certas sinuosidades de Bresser a respeito, vemos que se trata, ao cabo, da corrupção pura e simples.

O que importa é que os males apontados (corrupção ou controle político de índole autoritária) dificilmente poderiam ser vistos como justificando que se recomende sem mais o Estado “gerencial” em vez do “burocrático”. Afinal, a eficiência gerencial foi um dos reclamos de nosso autoritarismo recente, e é patente a necessidade de controles burocráticos no combate à corrupção (a xingada lei de licitações em vigor é um exemplo atual e possivelmente distorcido dessa necessidade). Além disso, esses males certamente levariam a que se destacasse o papel do sistema judiciário, área por excelência das meticulosidades processuais e morosidades “burocráticas”. Mas Bresser, num jacobinismo que acarreta problemática presunção em favor do Executivo, tem um de seus principais vilões no Judiciário brasileiro, acusado de, com seu “viés liberal antiestatal”, embaraçar a ação ágil (“gerencial”...) do Estado.

Por certo, o equilíbrio torna-se muito mais difícil num plano tão sensível como aquele em que questões de democracia se mesclam com ações do Estado na área de segurança pública – especialmente em circunstâncias em que a deterioração geral e a anomia diluem a linha que separa criminosos e agentes da lei.

*O Tempo*, 3/8/1997

## MINAS E CORUJAS

Com seu estilo atraente, Rubem Barboza Filho glosava há alguns dias, no jornal *O Tempo*, o mote de que faltam “palavras mágicas” na cena política, as fórmulas sintéticas que inspiram e mobilizam. Naturalmente, a condição decisiva para que se possa dispor de tais fórmulas é a de que haja ideias a sintetizar e rumos ou ações a propor.

A deficiência a respeito tem sido apontada sobretudo entre os setores de opinião de esquerda, desorientados neste mundo do pós-socialismo e do triunfo do mercado. Na verdade, a movimentação recente dos sem-alguma coisa entre nós deixa perceber que a falta de concatenação programática mais ambiciosa e de um claro horizonte alternativo não impede a disposição afirmativa e aguerrida – pode mesmo, quem sabe, intensificá-la perversamente. Mas, ainda que essa movimentação suscite simpatias, ela carece do lastro que viabilize conclamações de maior alcance. Resta a oposição de base sindical e partidária, envolta em sua própria perplexidade e pendente do eventual desgaste do esquema de forças aglutinado em torno de Fernando Henrique Cardoso, caso em que talvez lhe fosse dado levar sua perplexidade ao poder. Como, aliás, vem ocorrendo na Europa com as vitórias eleitorais das esquerdas, que se dão com importante capitulação (pré ou pós-eleitoral...) aos prosaísmos dominantes e sem que brotem novas palavras mágicas.

E o governo? Há, de parte dele, a invocação insistente da fórmula do “moderno” contra o “arcaico”. Ela tem, porém, certo travo defensivo diante de tradicionais demandas de origem na esquerda, e deixa sem dúvida a desejar como lema capaz de provocar o entusiasmo popular. O governo Fernando Henrique mostra clara e crescente lacuna no plano simbólico. Mas seria preciso não subestimar o capital simbólico contido em coisas prosaicas como a nova moeda, em si mesma, ou os ganhos materiais associados à estabilização da economia. Além disso, uma liderança simbolicamente pouco inspiradora pode pretender ser instrumentalmente efetiva, ou sustentar que a busca de objetivos estratégicos maiores na verdade exige ações cujo preço são o desgaste e a impopularidade. Em outros termos, o valor simbólico que se expressa em palavras de real força mágica pode ter relação problemática com o valor intelectual do diagnóstico acurado e o valor pragmático da ação eficaz.

Quer cobremos simbolismo ou ideias, porém, algo de realmente acabrunhante nos foi ofertado no período recente: a dança de articulações e consultas sucessórias de Itamar Franco. É triste ver a mitologia da suposta vocação política de Minas reduzida a esse espetáculo insosso e inconsistente. Seu epítome foi por certo o esperado ponto alto dos contatos, o diálogo com o ex-governador Hélio Garcia, em que o encontro de duas conhecidas pobreza de ideias e conteúdo de qualquer tipo foi descrito por alguns em termos de habilidade mineira. Mas trata-se antes de uma caricatura desfrutável, cuja única esperteza consiste em saber que não pode pôr-se à prova – e por isso é muda como a coruja atenta da anedota, que alguém quer fazer passar por papagaio que um dia falará.

Faça-se a “união de Minas”. Mas qual será mesmo o projeto, a ideia-força que juntará do PT ao PFL? Talvez a patacoada de um patriotismo regional, empenhado em “restaurar o prestígio de Minas” no cenário nacional? Na impossibilidade de invocar as ideias, invoquem-se a simplicidade e a “correção pessoal” do ex-presidente. Mas onde estarão, na biografia de tibieza e oportunismo, as marcas dessa correção? Talvez no adiamento até o último momento da filiação a um partido: qual atenderá melhor às conveniências? Ou na sinuosa trajetória coroada com a candidatura à vice-presidência na aventura de Fernando Collor e seu grupelho? Talvez na hostilidade miúda e interesseira à candidatura de Tancredo Neves ao governo do Estado, que todos sabiam ser parte de um projeto maior de superação do regime autoritário – hostilidade que culmina, aliás, em vingativa abstenção na votação do colégio eleitoral que escolheu entre Tancredo e Maluf. Ou na conveniente fraqueza de memória que lhe permite agora invocar justamente a eleição presidencial de Tancredo como um momento em que “Minas compareceu em peso”?

Claro, a mera visibilidade assegurada a um ex-presidente tende a garantir a Itamar bom lugar nas pesquisas, sem falar do efeito-surpresa de um governo “simples” que teve a sorte de poder contar com Fernando Henrique e ensejar o espanto que Ziraldo expressou: “Ué! Não é que deu certo?”. Deu certo, sim. Mas esperar que dê de novo é tentar Deus.

*O Tempo*, 10/8/97

## “GOVERNANÇA” E POLÍTICA

A questão da reforma do estado pode ser apreciada de duas perspectivas distintas. A primeira destaca o problema da produção de poder, de incrementar o poder e a eficiência da máquina do Estado na perseguição de seus fins. Os especialistas têm falado aqui de “governança”, restaurando um arcaísmo vernáculo (embora em arremedo ao uso de *governance* pelos americanos) que tem a vantagem de evitar os abusos associados com o emprego de “governabilidade” para indicar aspectos da máquina estatal. Com sua ênfase na eficiência, esta perspectiva pode ser vista como “técnica”, correspondendo à administração como disciplina especial.

A segunda perspectiva, característica da análise propriamente política, salienta o problema da distribuição de poder, indagando como se distribui o poder entre atores e interesses diversos e levando à questão geral de democracia versus autoritarismo. Referida à aparelhagem do Estado, a indagação crucial, por contraste com a ideia da eficiência na busca de fins tomados como dados, é aqui a de quem fixa os fins da ação do Estado. É possível evocar a respeito, por exemplo, a concepção marxista do Estado como “comitê executivo” da burguesia. Mas o presidente Fernando Henrique nos tem propiciado uma ilustração doméstica e atual da mesma óptica básica, ao lembrar com certa insistência que o Estado brasileiro “não foi feito para os pobres”. A sugestão, naturalmente, é de que o Estado, dadas as condições de sua feitura e a categoria de atores que nela predominaram, é menos ou mais sensível a diferentes interesses, com respeito aos quais se mostra menos ou mais capaz de eficiência.

Essa dualidade de perspectivas coloca o problema das relações entre os dois aspectos. O ponto de vista da eficiência, atento para os imperativos “gerenciais” e de *aggiornamento* da aparelhagem estatal brasileira, tem claramente predominado nas discussões recentes. Mas a indagação sobre as relações entre os dois lados traz um desafio de muito maior alcance, envolvendo o reconhecimento de que o problema da administração eficiente não pode ser dissociado do problema político, ou seja, do problema de garantir também a operação democrática do Estado. Esse desafio é, portanto, o da concepção e eventual implantação de um projeto político-institucional (ou constitucional, em sentido sociologicamente denso), em que a aparelhagem organizacional do Estado se articule com a coletividade

e lhe dê expressão adequada – tanto em sua dimensão social, em que se relacionam camadas ou setores sociais diversos, quanto em sua dimensão territorial, onde ocorrem as deficiências do nosso federalismo.

Sem dúvida, os objetivos que surgem da perspectiva “técnica” são, em boa medida, objetivos que se justificam por si mesmos, e vale ponderar que não é preciso fazer tudo para fazer qualquer coisa – por outras palavras, não é preciso esperar a solução definitiva do problema político-institucional para, por exemplo, treinar pessoal, assegurar a possibilidade de demissão por desempenho insuficiente, introduzir tetos ou extra-tetos salariais... Entramos em terreno perigoso, porém, quando o empenho “técnico” de reformar a máquina se combina com a presunção de que o problema político-institucional se acha resolvido. Essa presunção está claramente presente nas orientações explicitadas por importantes lideranças governamentais, e não pode deixar de ter, ela própria, implicações políticas.

Assim, o ministro Bresser Pereira declarava há alguns dias, em simpósio realizado em Brasília, que o problema da “governabilidade” (entendido como o problema institucional do exercício legítimo do poder) está resolvido no país: o que agora defrontamos é mera “crise de governança”. Isso certamente se liga à posição que o ministro tem defendido há tempos em artigos na imprensa, segundo a qual “o pacto é Fernando Henrique”. Por positiva que seja a avaliação a ser feita do governo Fernando Henrique, é ocioso assinalar o otimismo descabelado de se pretender ver nele a solução do nosso problema institucional como tal.

Talvez algo desse otimismo seja inerente à ocupação de altos cargos governamentais. Mas ele não só redundava num jacobinismo de inclinação autoritária e tecnocrática: ele produz também a disposição de negar com tranquilidade a atribuição de qualquer prioridade à reforma político-institucional. As disputas em torno desta passam a poder ser vistas como compondo um jogo menor, e ela se torna, na verdade, amplamente supérflua.

*O Tempo*, 17/8/1997

## ***EL NIÑO***

Ciro Gomes é novidade potencialmente importante na cena política brasileira. Jovem, mas já de posse de relevante experiência eleitoral e administrativa, associado à imagem de êxito e eficiência do PSDB cearense de Tasso Jereissati, com estilo pessoal atrevido e cheio de verve e propenso, assim, a atrair a atenção dos meios de massa, pode vir a cumprir papel de destaque na sucessão presidencial já em marcha. Representará alternativa política real e consistente, seja em termos do que propõe ou de viabilidade político-eleitoral?

Sua recente entrevista ao *Jornal do Brasil* oferece a oportunidade de uma avaliação das propostas. A consistência é claramente precária. Há, de um lado, a denúncia afirmativa de insuficiências e vacilações do governo Fernando Henrique com a qual é necessário concordar. Assim, não obstante a arrevesada (e postiça) linguagem gramsciana de perda de “hegemonias” diversas (para não falar da desfrutável tentativa de contrapor a disposição analítica à sensibilidade a impulsos freudianos na orientação política), merece acolhida a acusação do déficit em que incorre FHC como liderança intelectual e simbólica. Esse aspecto é adequadamente ligado, além disso, a “erros” políticos que são ou a expressão direta do estilo pessoal talvez excessivamente afável do presidente (e que faz pensar que talvez lhe viesse bem uma pitada da afirmatividade de Ciro Gomes) ou o resultado de opções substantivas certamente ponderadas e medidas – com destaque para a malfadada (ou mal-datada) aposta na reeleição. Somem-se as advertências com respeito a aspectos específicos da política econômica posta em prática pelo governo, não obstante serem, em sua maior parte, pontos para os quais muitos têm chamado a atenção e cuja correção não parece supor reviravoltas radicais.

Mas a dose de patacoada é demasiado grande – e, no todo, não há como tomar as críticas a sério. Qual é mesmo a posição de Ciro Gomes a respeito da questão das alianças, e em que diverge da de Fernando Henrique? São necessárias alianças amplas. Ora, Fernando Henrique tem sido acusado justamente pela amplitude das alianças. Mas as alianças não podem ser clientelistas ou fisiológicas, e as de Fernando Henrique, comprometidas pela perda de hegemonia, supostamente o seriam – o que parece envolver, naturalmente, sobretudo o indiciamento da aproximação

com o PFL, partido-símbolo do pragmatismo fisiológico. Ciro Gomes, no entanto, faz o elogio do PFL, apontado como álibi de adeptos “esquerdosos” do governo, e, forçado a incluir o nome de Antônio Carlos Magalhães numa lista negativa, abre-lhe enorme ressalva de sentido equívoco, que resulta em barretada mais que positiva.

Com quem é, pois, a briga de Ciro? Maluf, Newton Cardoso, Sarney... Convenhamos que é pouco inimigo para tanta celeuma. Contra eles, recomenda Ciro, Fernando Henrique deveria apelar diretamente ao povo: “vou enfrentar a velhacaria, vocês me ajudem”. Bonapartismo, messianismo? Não na leitura de Ciro, que prefere enxergar messianismo na vinculação da imagem de Fernando Henrique ao Real – vinculação esta que, seja o que for que se diga do plano de estabilização, o presidente dificilmente teria podido evitar, ainda que tivesse razões para empenhar-se em fazê-lo.

E qual é o plano de governo de Ciro, quais os seus cinco dedos? Ora, o plano de Fernando Henrique: “os cinco dedos são os mesmos, a agenda é essa aí”... E o PT, acrescente-se, acaba de fora da ampla aliança de Ciro porque não percebe a importância da estabilidade.

Ciro vem do PDS. Em aparições na televisão se declara não socialista, mas social-democrata, apesar de não deixar claro o que entende por isso. Supostamente nessa condição, flerta com o PSB enquanto há indícios de que sua filiação e candidatura à presidência pelo partido têm viabilidade. Mas acaba no PPS, onde as coisas parecem mais fáceis. Se for efetivamente candidato, será provavelmente um adversário incômodo para Fernando Henrique em eventuais debates públicos. É duvidoso, porém, que o recorte sinuoso de seu espaço no jogo político-partidário da sucessão seja suficiente para garantir-lhe a penetração em que parece apostar, sem falar do preço a pagar em incompatibilidades políticas e pessoais pela afirmatividade que tende a desandar em estouvamento. Para nós, porém, o realmente importante seria aquilo que a combinação de sinuosidade e estouvamento justificaria esperar no exercício da presidência da República. Cabe apontar os defeitos das virtudes de Fernando Henrique. Mas haja virtudes rutilantes para os defeitos de Ciro Gomes.

*O Tempo, 28/9/1997*

## ESTADO DE QUEM?

O presidente Fernando Henrique Cardoso tem claramente um de seus traços positivos num estilo pessoal informal e à vontade. No plano da linguagem, esse estilo se expressa num coloquialismo desenvolto e ocasionalmente mesmo saboroso. O inconveniente é que o estilo o leva, com bastante frequência, a falar demais e dizer bobagem.

Tivemos há pouco a infeliz manifestação a respeito dos índices de desemprego. Sem mais aquela, o presidente trata em público os números desfavoráveis ao governo que resultam do trabalho do Dieese e da Fundação Seade como o produto de manipulações levianas. Ora, os procedimentos de que se vale esse trabalho são conhecidos. Ainda que possam apresentar diferenças metodológicas quanto aos procedimentos adotados pelo IBGE, por exemplo, não há motivos aparentes para questionar-lhes a seriedade – na verdade, a implantação da metodologia correspondente contou com a participação de destacadas figuras ligadas ao governo. O estouvamento que aí se revela é bastante ruim, indicando que a “leveza” atribuída pelo presidente aos supostos manipuladores provavelmente serve para descrever o seu próprio comportamento no episódio. Mas há a agravante da desinformação exibida pelo presidente-sociólogo, que ganha mesmo uma nota estapafúrdia com a invenção de um limite superior de 24 anos de idade na população supostamente investigada na pesquisa contestada.

Vemos agora o presidente dizer e repetir de público, a propósito da crise produzida pela disposição manifestada pela Volkswagen de despedir milhares de trabalhadores, que não é trabalhador nem dono de empresa, e portanto não tem nada com isso. Como o presidente não é tampouco favelado, sem terra, agricultor, pobre, estudante, morador de zona pouco segura, financista etc. etc., a proposição, tomada ao pé da letra, leva a uma espécie de abdicação – ou então redundante na estranha tese de que o presidente da República só conta com justificção para agir na defesa de seus interesses pessoais de qualquer tipo, ou dos interesses do presidente como tal (talvez a reeleição?).

Pondo de lado o destempero verbal, é claro que a intenção do presidente é aludir a certa concepção do papel do Estado: a intervenção nas

relações capital-trabalho deve ser evitada, pois corresponde a algo que merece ser desqualificado como “populismo”. O problema, naturalmente, é que o estado acaba de fazer enorme intervenção no mercado, com o pacote econômico recente, e não teve dúvidas quanto a intervir no sistema financeiro com o PROER (que o presidente reivindica, aliás, como tema de sua campanha para a reeleição). Fica, assim, a questão do que é que diferencia um caso dos outros, o que é que legitima a intervenção aqui e a torna imprópria acolá.

Ora, se concordamos em que o governo deve administrar a economia, não há por que excluir, em princípio, a intervenção estatal nos problemas relativos ao emprego. Ver “populismo” nisso é omitir que a administração neocorporativa desses problemas, entre outros, tem sido característica crucial da social-democracia que o partido do presidente reivindica e que até há pouco era o arranjo incontestado dos países que tendemos a tomar como modelo. Mesmo no quadro ideológico do neoliberalismo, porém, a justificação para a intervenção é fornecida pelas consequências sociais negativas que a dinâmica espontânea do mercado tenderá ocasionalmente a produzir – e não cabe dúvida de que é isso que o presidente tem em mente ao reclamar o PROER como tema de campanha. Mas qual é o tamanho do estrago que justificará a intervenção: dez mil desempregados são pouca coisa, cem mil serão suficientes?

Há outra óptica, que tem a ver com a lógica do sistema, que temos evocado às vezes. Ocorre que, nas condições próprias do capitalismo, a sensibilidade governamental aos danos sociais é mediatizada pelo que se passa no mundo da produção e do capital. Numa palavra, o problema social é um problema econômico: o governo agirá em favor do social, supostamente, assegurando as condições propícias ao vigor capitalista e neutralizando as consequências danosas para todos dos desastres a que se expõe o jogo do capitalismo. As circunstâncias do mundo globalizado, hipermercantilizado e “financeirizado” do momento não teriam feito senão exacerbar essa lógica, que autores de inspiração marxista tratam há muito como a dependência do Estado perante o capital. Nessa óptica, Fernando Henrique (à parte a sociologia, o passado esquerdista, o charme, a verve) é apenas mais do mesmo. E talvez até tenha a razão possível.

*O Tempo*, 14/12/1997

## BARGANHAS E SHIRLEYS

No encontro do Círculo de Montevideú, o presidente Fernando Henrique se queixava da tendência que teria a imprensa de tomar qualquer negociação com os membros do Congresso como vil barganha. Ao mesmo tempo, a movimentação suscitada entre os partidos pela reforma ministerial em andamento, especialmente pela designação de José Serra para o Ministério da Saúde, levava Bóris Casoy e assemelhados à denúncia da falta de sensibilidade dos políticos para com o bem público, presos como se achariam ao jogo menor dos interesses político-partidários.

A visão da política existente na imprensa bem-pensante e no público em geral é, com efeito, marcada por intenso moralismo, em que tudo tende a aparecer como baixeza. Tal visão decorre, de maneira apenas aparentemente paradoxal, da imprópria idealização do que deveria ser a “boa” política ou a política genuína, por contraste com as formas “degeneradas” que ela tende a assumir diante da dificuldade de pôr-se à altura do ideal. E é curioso observar que daquela visão não escapam nem mesmo alguns setores compostos de gente que deve ocupar-se profissionalmente em refletir sobre a sociedade e de quem se deveria esperar, portanto, maior sofisticação. Este é particularmente o caso dos economistas, entre os quais o paradoxo aparente se aguça: sendo os reis do realismo em sua seara própria e contemplando a atividade econômica como orientada, naturalmente, pelo egoísmo e a motivação de ganho pessoal, costumam engrossar o coro moralista quando se dispõem a tratar de política – como se os agentes em um e outro campo fossem feitos de massas diferentes. Exemplo bem claro é um rumoroso artigo do finado Mário Henrique Simonsen publicado na revista *Veja* alguns anos atrás, cujos heróis, os capitalistas “verdadeiros” na busca bem sucedida do lucro privado, fazem contraponto com a “farsa” e os motivos suspeitos e viciosos daqueles que se acercam de algum modo do Estado no “capitalismo cartorial”.

Não se trata, por certo, de dizer que não há corrupção na política, em nosso país como em outros. Mas a perspectiva adequada sobre o tema impõe algumas ponderações importantes. Em primeiro lugar, a de que não há por que separar cortantemente, a respeito, a política das formas privadas de atividade, onde eventualmente pululam empresários, profissionais e mesmo consumidores corruptos e prevalece a ética do “quero levar vantagem em tudo”. Em segundo lugar, assim como seria impróprio presumir que a atividade empresarial venha

a orientar-se antes de mais nada por preocupações solidárias e altruístas (o economista que fundasse em tais supostos suas eventuais recomendações não teria o respeito de ninguém, com boas razões), assim também não cabe esperar que os políticos sejam altruístas e cívicos, como decorrência da suposição de que na política se trataria do bem público. Pois os agentes envolvidos na política buscam também, “naturalmente”, antes de tudo os seus fins próprios – e, tanto quanto a economia, o espaço da política é, nesse sentido, também o espaço dos interesses.

Duas consequências podem ser apontadas como decorrendo dessa perspectiva. Por um lado, cumpre reconhecer que o problema de implantar padrões de moralidade e civismo só terá solução se tomado como algo que se refere simultaneamente aos planos privado e público e que ressalta justamente a articulação deles. Por outro lado, o que singulariza a política é o fato de que nela, ao invés dos ajustamentos espontâneos e cegos (e às vezes brutais) do mercado, a conciliação dos interesses é buscada por meio de um elemento de natureza intencional, que se incorpora em procedimentos e instituições e se torna assim capaz de conduzir o processo de maneira controlada e atenta também a considerações universalistas e solidárias.

Mas o esforço de construção institucional requerido só será bem-sucedido se for ele próprio realista. E o exemplo por excelência é aqui provavelmente o dos “pais fundadores” da constituição dos Estados Unidos, que, preocupados com o efeito deletério das “facções” (ou do corporativismo fisiológico do nosso vocabulário corrente), em vez de ansiar por um mundo sem facções, dedicaram-se a elaborar a complexa estrutura dos “freios e contrapesos”, que conta com o jogo egoísta das facções e dos interesses múltiplos para a sua neutralização recíproca e a eventual promoção do interesse público. De resto, não é o nosso tempo, afinal, o tempo do pretense fim das ideologias e do império do pragmatismo, que tantos vêem com bons olhos?

Insistamos: nada disso elimina a diferença entre políticos maiores e menores, nem abole a elegância e a compostura da política. E, se há moleques prontos a ofender de público um ex-presidente (meio parvo e trapalhão, que fazer...) com a evocação de apelidos como “Shirley”, incomoda, sim, ver um presidente supostamente elegante e ético que se deixa fotografar em risonha confraternização com eles.

*O Tempo*, 29/3/1998

## HONRADEZ

Visto de Minas, o sombrio noticiário dos últimos dias tem duas vertentes. A primeira, que alcança o país por inteiro e ganha a primeira página de todos os jornais, é a da morte de Sérgio Motta e Luís Eduardo Magalhães. A segunda, de ressonância mais regional, é a da divulgação das atas da reunião secreta da Assembléia Legislativa em que foram cassados, há 34 anos, os deputados Dazinho, Riani e Bambeara, com o espantoso voto favorável da unanimidade dos presentes.

Sendo peças cruciais da chamada “articulação política” do governo FHC, Serjão e Luís Eduardo se achavam no centro mesmo da arena em que emergiram muitos dos problemas que ameaçaram comprometê-lo em sua imagem. Cada um deles tem sua ambiguidade. Quanto a Serjão, a imagem pública que predominava, por suas próprias artes, é sem dúvida a de um político realista ou mesmo cínico, empenhado em agir despachadamente para fazer o que é necessário fazer (comprar votos, talvez?) e pouco preocupado em dissimular as asperezas dessa disposição realista. Mas de repente emergia o lado do Serjão-candura – e ei-lo, por exemplo, nas páginas amarelas de “Veja”, a dizer singela e vigorosamente a verdade sobre o que quer que fosse: sobre os adversários ou as pessoas de que se distanciava, mas também sobre aquilo que ocasionalmente o envergonhava na própria atuação do governo de seu amigo Fernando Henrique. E por certo se ajusta a esta segunda face, embora soe algo surpreendente à luz da imagem dominante de estouvamento e cinismo, a exortação dirigida ao presidente na mensagem que acabou vindo a ser sua despedida: “não se apequene”.

Já Luís Eduardo tem um lado cinza em suas origens, como filho e cria política que era de Antônio Carlos Magalhães (figura humana, ele próprio, rica e ambígua, mas fortemente marcado pela convivência confortável e proveitosa com a ditadura de 1964). Luís Eduardo, porém, não apenas adquiriu luz própria; na verdade, as razões que fizeram dele o parlamentar destacado e o político de futuro promissor são altamente reveladoras no que têm de singular. Pois o que todos lhe reconhecem, os adversários não menos que os aliados, é que, num quadro em que a política é vista como sinônimo de desonestidade e oportunismo esperto, Luís Eduardo era um homem honrado, cuja palavra valia. Se falamos tanto das

imposições realísticas da vida política e tanto se tergiversa a respeito do lugar que nela teriam as convicções e as virtudes morais, o exemplo de Luís Eduardo vem certamente questionar esse “realismo” autocomplacente e supostamente lúcido: a razão por excelência de que ele pudesse ser o elo instrumental e eficiente do governo com o Congresso residia justamente no fator “simbólico” de sua honradez pessoal. O que não o impediu, na presidência da Câmara, de exercer forte liderança, com aptidão e gosto.

Mas as notícias de Minas resgatam tristemente o realismo. O que aí vemos são o cálculo das conveniências pessoais e o puro e simples medo levando parlamentares escondidos numa sessão secreta a pôr de lado qualquer consideração ética ao decidir sobre a sorte de colegas visados pela truculência do regime que se inaugurava. Mais que isso: na verdade, há mesmo a ironia de certa invocação da ética contra os colegas na alegação de falta de decoro parlamentar (afinal, eram comunistas...) como razão para a cassação. E é claro que Bamberga tem razão ao recusar a explicação que alguns tentaram dar, segundo a qual não existiriam alternativas. Não havendo constrangimento físico imediato, havia, por certo, a alternativa digna de votar contra – e ser cassado, se fosse o caso.

Nelson Rodrigues nos falava da unanimidade burra. Pois os fatos de 34 anos atrás nos lembram que a unanimidade pode ser também indigna – e o calor do unânime apoio recíproco tenderá especialmente a produzir-se, talvez, em circunstâncias em que a opção de mostrar a cara em divergência custe algum preço e exija coragem. Quem sabe teremos a sorte de ver agora a democracia brasileira, com todas as suas precariedades, durar para sempre. Assim seremos expostos com menor frequência a situações-limite como as de 1964, em que as deficiências que o realismo aponta nas motivações e ações dos agentes políticos tendem a transformar-se em tal feiúra.

*O Tempo*, 26/4/1998

## AMADEO E CARONAS

Há um par de semanas, na *Gazeta Mercantil*, Maria Clara do Prado resumia opiniões recolhidas em entrevista do ministro do Trabalho, Edward Amadeo, sobre a flexibilização do mercado de trabalho brasileiro e a necessidade de novo modelo de organização sindical. O ministro desfiou o rosário que se tornou usual: acabar com o poder normativo da Justiça do Trabalho; eliminar o imposto sindical; liquidar a unicidade sindical e aumentar a competição entre os sindicatos, o que é apresentado como ganho para os trabalhadores, que passariam a “poder optar entre vários sindicatos”, com a preferência recaindo sobre aquele que oferecesse melhores benefícios laterais ao trabalhador individual e sua família, como creches, por exemplo.

Cumprido reconhecer, sem dúvida, que as razões apresentadas em defesa das diferentes contas desse rosário têm lá topicamente os seus méritos, um exemplo sendo o efeito desestimulante trazido pela Justiça do Trabalho para as negociações entre patrões e empregados. Mas é notável a candura com que Amadeo (como antes dele Paulo Paiva, a insistir na necessidade de substituir os sindicatos de categorias por sindicatos de empresas) se dispõe a atuar como ideólogo e a revelar de público seu empenho, na condição de ministro do Trabalho, em desarticular a estrutura organizacional com que conta o movimento trabalhista.

Para começar, há algo de claramente autoritário em que o governo pretenda dizer até que ponto os sindicatos de trabalhadores haverão de competir entre si. Afinal, estamos diante de um governo que reclama o fim da era Vargas, cujo autoritarismo tem supostamente uma de suas faces na busca de controle do movimento trabalhista. Mas há bem mais. Pois, não obstante o autoritarismo, o varguismo redundou em dotar o movimento trabalhista do instrumento organizacional, enquanto a disposição atual do governo arrisca resultar, se bem sucedida, em privá-lo dele. Cabe lembrar que a organização é compatível com a decisão de agir descentralizadamente, ao passo que a desorganização não permite a decisão de agir organizada ou coesamente. Do ponto de vista do movimento trabalhista, portanto, a postura governamental pode significar o convite a pura e simplesmente abrir mão de um recurso.

Merece especial registro, porém, a insensibilidade do ministro (afinal, um economista e cientista social) perante a possibilidade de se falar de objetivos coletivos como estando envolvidos no movimento trabalhista – e do caráter de “bens públicos” que esses objetivos assumem, com os problemas decorrentes para sua perseguição eficaz. Vasta literatura técnica aponta as dificuldades que cercam a busca de “bens públicos” ou objetivos coletivos no caso de categorias sociais numerosas como a dos que devem vender força de trabalho, dadas as circunstâncias que levam ao cálculo individual de ganhos e benefícios e à tendência universal a tomar “carona” nos esforços dos outros. Benefícios individuais laterais (como creches, assistência médica etc.) não são, nessa óptica, senão estímulos secundários ou “incentivos seletivos” que, recompensando os interesses mais estreitos e míopes dos indivíduos como tal, ajudam a produzir comportamentos afins aos objetivos coletivos e a garantir as estruturas organizacionais complexas que estes exigem. Mas o ministro os trata como o fim por excelência do envolvimento sindical dos trabalhadores, vendo os problemas pertinentes meramente em termos da oferta de produtos num mercado em que os trabalhadores isolados fazem suas escolhas.

Essa distorção tem muito maior alcance do que pareceria à primeira vista, estando claramente por detrás da tendência do governo à acomodação intelectualmente preguiçosa e autocomplacente à dinâmica geral da globalização. Pois a inserção dos diferentes países nessa dinâmica geral, com as promessas e os riscos nela contidos, acha-se submetida à mesma lógica e aos mesmos dilemas básicos: por um lado, a colaboração e a organização em grande escala (no limite, em escala planetária) são necessárias para ajustar o esforço de controle e coordenação ao plano transnacional do mercado em que operam os mecanismos econômico-financeiros do novo capitalismo globalizado, com suas consequências perversas; por outro lado, as forças da globalização são por si mesmas propensas a engendrar, ao revés, comportamentos competitivos e a postura do “carona”. Não serão animadoras as perspectivas se tais desafios complicados se tiverem de enfrentar com o simplismo de Amadeos.

*O Tempo*, 14/6/1998

## SEU ALBINO

O folclore pontenovense da família de minha mulher inclui a figura de um certo seu Albino, cidadão de uma Ponte Nova já remota. Tal como entra no folclore familiar, o que distinguia o seu Albino era a mania peculiar de meter-se entre as pessoas. Se, por exemplo, na igreja, um banco se achava inteiramente tomado, lá vinha de repente o seu Albino a espremer-se entre os ocupantes (o folclore não esclarece se especialmente os do sexo oposto), reduzindo o espaço disponível para todos e o conforto de cada um.

Seu Albino é aqui lembrado a propósito de um traço da cena contemporânea que redundava em estreitamento e desconforto. Tal traço ganha feição mais nítida na ideia de uma “terceira via” e nas ambiguidades que envolve. Comentando discurso de Tony Blair, o primeiro ministro social-democrata da Suécia, Goran Persson, assinalou há alguns meses que a terceira via é a social-democracia tradicional. Essa observação se baseia, naturalmente, na suposição de que a primeira e a segunda vias são o liberalismo econômico, de um lado, e o socialismo propriamente dito, de outro. Contudo, a proposta de Blair parece aplicar-se, na verdade, a um espaço bem mais restrito, em que a terceira via vem enfiar-se, à moda do seu Albino, entre o liberalismo econômico e a própria social-democracia. Assim, se representava até há pouco não apenas uma opção legítima, mas o meritório ponto de equilíbrio entre tendências extremadas e como tal problemáticas, a social-democracia surge agora como problemática e ilegítima ela própria. E, diante da força com que se impõe o ânimo liberal nos dias que correm, a apertada busca de uma terceira via ao estilo de Blair já seria em si mesma o resultado de um esforço de flexibilidade, e assim tende a ser apresentada e apreciada.

Esse estreitamento tem claros reflexos na dinâmica do processo político-eleitoral brasileiro, que se mostram na mudança do papel simbólico cumprido pela candidatura Lula nas disputas presidenciais que vão da eleição de 1989 à atual. Em 1989, num mundo em que o socialismo ainda existia e a globalização não era a realidade corriqueira de agora, a eventual vitória de Lula sem dúvida representava em maior medida, aos olhos do *establishment* do sistema sociopolítico brasileiro, o risco de uma tentativa de efetiva implantação do socialismo (lembramos Mário Amato e os 800

mil empresários que deixariam o país). Em contrapartida, certamente se abria como opção respeitável para um presidente Lula (provavelmente com problemas em sua retaguarda petista mais radical...) a de fazer social-democracia, talvez reformulando a estrutura corporativa herdada de Getúlio Vargas de forma a ajustá-la ao modelo do neocorporativismo social-democrata dos países da Europa ocidental – modelo que, afinal, acabara de inspirar o próprio nome ao recém-fundado PSDB. Agora, em contraste, provavelmente ninguém acredita que haja razões para temer iniciativas efetivamente socialistas de um eventual governo de Lula. Mas a mera possibilidade de políticas de teor social-democrata, contando com a presença importante do Estado e com o deslocamento de recursos para o plano social, passa a justificar as denúncias de “caos” que presenciamos.

Não se trata de dizer que o PT mostre saber como administrar o país de maneira competente, ademais de socialmente orientada e eticamente inspirada, nas novas condições da cena mundial. Mas tampouco há razões para acreditar que Fernando Henrique, aparentemente identificado com os horizontes estreitos da terceira via de Blair, conheça o truque para torná-la consequente no segundo mandato que tudo indica virá a conquistar. Em circunstâncias em que o nosso velho fosso social se torna o cenário para políticas centradas (forçosamente, em ampla medida) na promoção do valor da competitividade, e portanto no acirramento da competição em que uns ganham e outros perdem, não há perspectivas claras de promoção da dimensão social da cidadania entre nós, como condição de eventual consolidação da própria democracia como tal. Talvez caiba esperar, quem sabe, que um novo mandato de FHC, representando o adiamento de certos confrontos e turbulências, nos dê algum tempo extra para o aprendizado que o mundo novo requer.

*O Tempo*, 30/8/98

## NÃO COMECE DAQUI

Anedota que li há pouco em livro sobre a transição político-econômica corrente nos países da Europa oriental, às voltas com a carência tanto de mercados efetivos quanto de estados fortes, fala do viajante perdido no interior da Irlanda que encontra no caminho um camponês e lhe pede informação sobre como chegar a Dublin. Depois de pensar um instante, o camponês responde: “Não comece daqui”.

A história me ocorre a propósito do evento representado pela última eleição presidencial do século, que vivemos neste domingo, e das circunstâncias em que se realiza. Naturalmente, se a anedota tem graça é porque é fatal que comecemos do lugar onde estamos. Mas ela contém também a sugestão de que há um componente de arbítrio e escolha nas ações que nos levam a estar em certo lugar em dado momento, e de que podemos escolher com maior ou menor lucidez. Assim, os embaraços com que nos defrontamos a cada passo são sempre, em algum grau, de nossa própria feitura.

Fernando Henrique e os integrantes de seu governo ou grupo político certamente prefeririam estar diante da oportunidade de um segundo mandato com perspectivas mais favoráveis. A crise econômico-financeira internacional deflagrada no ano passado e seu agravamento atual claramente não constavam das expectativas do governo. Não obstante os efeitos notavelmente amenos da crise sobre o próprio processo eleitoral, com a recandidatura do presidente persistindo incólume e mesmo se fortalecendo, o período pós-eleitoral e o provável segundo mandato se abrem agora num quadro mais sombrio: incerteza quanto ao controle pelo governo dos recursos necessários para poupar o país das consequências mais dramáticas (ou trágicas) do colapso financeiro mundial, necessidade imperiosa de prontas medidas recessivas e impopulares, risco de rápido desgaste da liderança presidencial, com consequências políticas e administrativas talvez funestas... No entanto, a exclusão do cenário negativo atual das expectativas governamentais não foi mais que uma aposta mal fundada, que contrariava o princípio estratégico elementar de prevenir-se contra o pior. Ela se torna especialmente inaceitável dado que, além de tratar-se de decisões governamentais destinadas a afetar pesadamente a vida de tanta gente, não havia razão para presumir que o pior fosse improvável.

De sua parte, o PT, força principal de oposição, tem motivos para lamentar a sorte madrastra que o fez defrontar-se, mal nascido como fruto promissor do amadurecimento de nossa dinâmica político-social de longos decênios, com o mundo radicalmente alterado do pós-socialismo e da globalização. Mas, posto agora diante da provável e talvez definitiva terceira derrota de seu líder mais importante e da possível ameaça a sua própria sobrevivência como partido coeso e relevante, o PT é também vítima, por certo, da falta de disposição de esforçar-se para processar com lucidez e realismo esse mundo novo, com suas vagas promessas, perigos numerosos e tantas razões de perplexidade. É melancólico que a novidade petista venha a desaguar na rançosa aliança com um Brizola. E cumpre reconhecer que, com todo o parlapatório meio inconsistente, Ciro Gomes, aliado possível, não deixou de denunciar com antecipação as dificuldades da política econômica do governo. O que é talvez o fator decisivo de seu avanço de última hora nas pesquisas, preocupando, ao que parece, os arraiais de Fernando Henrique.

Ficamos nós, eleitores, com a indagação de como contribuir para a caminhada coletiva a partir das incertezas do ponto em que nos encontramos. Parte crucial do desafio, que os dados das pesquisas indicam ter-se colocado com clareza nestes termos para o eleitorado em geral, é a possível tensão entre simpatias políticas, de um lado, e, de outro, a avaliação judiciosa das consequências da decisão eleitoral para os prospectos de que possamos escapar do desastre que nos ameaça a todos. Para quem achar que basta, resta o consolo do que há de fortuito e eventualmente absurdo no próprio processo de agregação eleitoral de preferências numa coletividade de milhões, que faz de cada um de nós um participante sem importância de um jogo meio cego em seus resultados no nível agregado. Tal como tende a dar-se nos mercados que agora nos caem na cabeça.

*O Tempo*, 4/10/98

## O PRESIDENTE SEGUNDO O SOCIÓLOGO

Tempos atrás, a propósito de manifestações em que o presidente da República declarava que não é preciso ser burro para ser de esquerda, Wanderley Guilherme dos Santos comentou pelos jornais que tampouco é preciso ser burro para ser presidente, como o caso de Fernando Henrique Cardoso demonstra. À parte qualquer intenção irônica da observação de Santos, eis, de fato, a jóia rara de um presidente inteligente. O livro que resulta de entrevistas com Roberto Pompeu de Toledo (*O Presidente Segundo o Sociólogo*, Companhia das Letras, 1998), expandindo entrevista anterior publicada na revista *Veja* em setembro de 1997, impõe de novo essa constatação ao colocar-nos longamente diante da desenvoltura, a riqueza de informações e com frequência a argúcia com que o presidente trata de múltiplos assuntos de alguma forma relacionados ao governo do país. Para nós, afeitos a Figueiredos e Itamarés, é certamente um luxo.

O livro contém relatos instrutivos, curiosos ou saborosos, às vezes, sobre numerosos eventos e figuras de uma carreira em que a atividade política bem-sucedida se segue ao êxito singular como profissional das ciências sociais. Mas o interesse principal reside, naturalmente, naquilo que o título promete: ter as diretrizes e ações do presidente apreciadas analiticamente pelo sociólogo. Seria impróprio pretender que o rigor analítico fosse levado a níveis profissionais num volume que, como este, é produto da dinâmica algo fluida de entrevistas e se destina ao público em geral. De qualquer forma, alguns temas, dentre os muitos tratados, prestam-se melhor do que outros à avaliação desse aspecto.

Um ponto importante, mas analiticamente frágil, é a tentativa presidencial (capítulo quatro) de dar formulação abstrata ao tema da mudança social na atualidade. Ela resulta numa confusa teoria do “curto-circuito”, que na verdade envolve certa abdicação irracionalista e com a qual se articula, de maneira também pouco clara, a tese da volta do ator ou do indivíduo na história, ao menos parcialmente em detrimento de supostos sujeitos coletivos tais como as classes sociais. A ela se pode ligar ainda o destaque dado ao “atraso” como categoria central na análise da política brasileira atual. Por um lado, a categoria é assimilada a “conservadorismo”, mas em termos que não se superpõem à distinção entre direita e esquerda (“perpassa todos”) e que parece desqualificar tal distinção, propondo

implicitamente a modernidade como valor comum. Logo em seguida, porém, deparamos com uma concepção idealizada (e reiterada) dos partidos, que têm de agregar “valores” ou “conceitos”, em contraste com os meros interesses – e o fato de os valores serem eventualmente “os mesmos para todos” é visto, de maneira inconsistente, como resultando na situação claramente negativa em que os partidos se “dissolvem”, a direita não se assume como tal e a esquerda se perde na oposição pessoal ao presidente...

O tema da mudança remete, num plano mais concreto, ao da globalização, que se liga com a contribuição de FHC à teoria da dependência, além de corresponder a um componente crucial dos desafios de seu governo. As reflexões a respeito são talvez o ponto alto do volume, exibindo com clareza e força a percepção informada e sofisticada que tem o presidente dos processos e dilemas envolvidos: a internacionalização do capital e dos mercados; seus aspectos tecnológicos e de “financeirização” e especulação; os efeitos perversos em termos de bem-estar social; o reconhecimento da impossibilidade de solução nacional para as questões e da necessidade de regras e instrumentos internacionais (eventualmente de um governo mundial), com suas conexões problemáticas com Estados nacionais que se debilitam, mas seriam participantes indispensáveis no encaminhamento de soluções; e, em especial, o realismo lúcido na avaliação do significado que subsiste como possível para a ideia de afirmação nacional, percebida como devendo ocorrer no campo da cultura num mundo em que a inserção na dinâmica do capitalismo globalizado é um fato que se impõe como tal. Mas as aproximações feitas pelo presidente entre a sua própria contribuição à teoria da dependência e os processos atualmente correntes omitem tanto o elemento de denúncia e a aposta socialista que se achavam presentes na primeira quanto o fato de que aquela denúncia redundava num nacionalismo, ao afirmar implicitamente o valor da autonomia nacional contra a dependência. E a ênfase de agora na cultura como o espaço próprio da afirmação nacional é uma clara mudança de perspectiva.

No reduzido espaço de que dispomos, um tema adicional merece realce: o que se refere ao modelo a ser implantado quanto ao papel do Estado. Curiosamente, há aqui um aparente recuo do presidente com relação a formulações mais ambiciosas que figuravam na entrevista do ano passado. Nesta se falava da busca de uma “nova social-democracia”, capaz de controlar o mercado ao mesmo passo em que evitaria a burocracia, e na

“radicalização da democracia”, dando “mais acesso às decisões” e tornando o Estado “mais permeável”. É sem dúvida difícil perceber como se traduzirão concretamente tais fórmulas, sobretudo em confronto com a forma específica de permeabilidade do Estado permitida pelos mecanismos neocorporativos da velha social-democracia. Em vez de seu esclarecimento, porém, encontramos agora, ao lado de certo apelo às organizações não-governamentais como elo entre o Estado e a sociedade, uma proposta de reconstrução do Estado em que se destacam duas vertentes fundamentais, vistas como de algum modo convergindo para uma “missão universalizadora” dele: a de permitir o crescimento da economia e a de atender as camadas mais pobres.

Os objetivos aí envolvidos são certamente inquestionáveis como definição abstrata do papel do Estado nas novas condições. Mas, para um governo com a marca intelectual do nosso presidente, são frustrantemente vagos diante das perplexidades com que nos enfrentamos. Celso Furtado falava há pouco, na imprensa, do abalo sofrido na atualidade pelo tripé em que a ação reguladora do poder público garantia certo tipo de equilíbrio entre empresas e massas trabalhadoras. Qual será a forma de atenção para as camadas mais pobres capaz de vir a ser resposta adequada a esse abalo em circunstâncias em que o nosso grande fosso social se torna o cenário para a afirmação do valor da competitividade – e portanto para o acirramento da competição em que uns ganham e outros perdem?

*Folha de S. Paulo, Caderno de Resenhas, 10/10/1998*

## MERCADO E AJUSTE

A conjuntura em que se encontra o país, marcada pela necessidade premente de ajustes dolorosos, faz ressaltar certos paradoxos perenes nas relações mercado-estado. Há, para começar, um aspecto relacionado com perspectiva de tempo. Estamos diante do imperativo de ajustamento urgente às exigências do mercado numa conjuntura de extrema fluidez, da qual decorre que a atenção ao curto prazo predomine inteiramente, como condição até de que se possam preservar opções menos negativas para o prazo mais longo. Ocorre, porém, que essa situação é claramente a consequência da desatenção anterior, por parte do governo, para os riscos contidos no futuro que agora nos bate à porta, com a acomodação fácil às circunstâncias imediatas levando à aposta em que se negligenciou o princípio estratégico elementar de preparar-se para o pior. Assim, a miopia num primeiro momento impõe estreitamento de opções e maior miopia no momento subsequente.

Esse aspecto se liga com outro, em que a lógica da dispersão própria do mercado se contrapõe ao Estado como instrumento de coordenação e de afirmação de desígnios coletivos. O ajustamento que agora se impõe diz respeito ao mercado em sua face mais banal: trata-se da busca de eficiência alocativa e de garantir altas taxas de retorno de curto prazo para o capital, no empenho de assegurar, em nossa conjuntura, condições atraentes para o volátil capital internacional de que nos tornamos dependentes. Ora, mesmo no plano econômico é possível conceber a eficiência em termos distintos, que envolvem em maior medida a busca de objetivos fixados coletivamente e percepção mais complexa das responsabilidades do Estado. A literatura econômica tem falado, por exemplo, daquilo que certo jargão designa pela expressão *x-efficiency*, aludindo, como formulado em volume recente (J. R. Hollingsworth e outros, *Governing Capitalist Economies*, 1994), a processos sociais complexos orientados por preocupações tais como a melhoria no longo prazo dos níveis de qualificação dos trabalhadores, a qualidade dos produtos e a capacidade de inovação no seu desenvolvimento, o incremento da capacidade das firmas para mudar de um produto a outro em resposta às condições mutáveis dos mercados – preocupações que estão longe de ser inequivocamente servidas por uma perspectiva de lucratividade imediata. Na mesma óptica, certas restrições

do mercado de trabalho, por contraste com a flexibilidade que o neoliberalismo tem apregoado, são percebidas como podendo servir para “suspender ou contrabalançar a preferência empresarial pela eficiência alocativa e a lucratividade de curto prazo, de maneira que contribui, em última análise, para a competitividade internacional das firmas”. Sem falar, naturalmente, da existência de objetivos coletivos que eventualmente se opõem à própria ideia de eficiência.

Torna-se claro, nessa óptica, que a orientação geral do governo não apenas engendrou apostas mal fundadas em termos dos elementos por ela contemplados. Ela tem também contido importante viés na percepção do que se acha em jogo nos processos correntes e da atuação que cabe esperar do Estado diante deles. A intuição básica a contrapor é a de que cumpre atender para o papel do Estado até quanto a “fazer mercado”. Isso se refere primeiro, sem dúvida, à necessidade de intervenção do Estado para neutralizar a tendência “espontânea” do mercado a produzir oligopólios e monopólios e portanto embaraçar a operação do mercado – quando não a desandar em crises paralisantes. Mas a ideia pode ser tomada em termos mais ambiciosos, que vão além da esfera econômica convencional e se referem à conexão do mercado com valores como autonomia e liberdade. Nesses termos, “fazer mercado” vai então indicar, em condições como as da estrutura social brasileira da atualidade, o esforço de superar o fosso social e criar maior igualdade, em que a competição não seja, para muitos, um jogo de cartas marcadas – e competitividade não seja sinônimo de exclusão.

Claro, o mercado que agora requer ajustes, mais do que o de oligopólios, é o que se define e circunscreve pelo próprio fosso. Talvez mais tarde se possa pensar no objetivo de fazer mercado em termos socialmente ambiciosos. Resta saber em que mandato de qual presidente.

*O Tempo*, 25/10/1998

## APOSTA

A propósito do pacote de ajuste fiscal, discutimos recentemente a questão das relações entre a motivação das decisões governamentais ou os fins por ela buscados, de um lado, e a maior ou menor competência técnica na avaliação das condições a que elas se aplicam, de outro. A questão se ramifica em vários aspectos de interesse, alguns dos quais ilustrados pela situação atual.

Na “Folha de S. Paulo” da última quinta-feira, Clóvis Rossi reproduz trechos de entrevista concedida pelo presidente Fernando Henrique à “Gazeta Mercantil” em 19 de junho do ano passado, pouco antes da deflagração da crise que agora ameaça engolir-nos de vez. Além de esclarecer que a política do governo se orientava pelo objetivo de mudar “o padrão estrutural do sistema produtivo”, num período “de três a quatro anos”, o presidente admitia de maneira totalmente explícita que um “desarranjo do sistema financeiro internacional” seria um “abalo” de “consequências negativas”, porque “não teríamos elementos de controle da situação”, e que “estamos fazendo uma aposta de que esse risco é transitório”, o que significaria que, feita a mudança no sistema produtivo, o país teria escapado dele.

Seria possível assinalar que o objetivo enunciado, em si mesmo, suscita indagações complicadas quanto ao problema da fixação dos fins da ação de um estado democrático. Sem pretender defender o princípio do mandato imperativo, em que o governo fosse apenas o executante de políticas específicas que o próprio eleitorado tivesse estipulado, é bem claro que a reestruturação do sistema produtivo em torno de ideias como liberalização e competitividade pode ser questionada do ponto de vista do grau em que nela se acham contemplados os interesses reais de diferentes setores da sociedade. Mesmo os empresários brasileiros demandam com vigor crescente uma política industrial e maior ênfase no mercado interno, propostas a que a crise retira o caráter de heresias impensáveis. E, à parte a questão de até que ponto o eleitorado popular tem condições de avaliar com acuidade o que se acha em jogo na reestruturação e de respaldar as decisões envolvidas, é provavelmente supérfluo insistir no que pode haver de perverso em promover, sem grandes reservas, o valor da competitividade em circunstâncias em que o nosso fosso social não é objeto de qualquer

empenho especial de remoção. Por outro lado, sem dúvida comporta discussão a indagação de até que ponto o governo dispõe (ou dispunha) de alternativas reais quanto ao objetivo geral de reestruturação.

Mas há a questão das relações entre fins e diagnóstico, ou entre política e técnica. O que caracteriza uma perspectiva “tecnocrática” é a suposição de que os fins a serem buscados com as decisões em qualquer campo são claros e não problemáticos, enquanto a avaliação dos meios para a realização dos fins é complexa e requer conhecimentos especializados, donde se seguiria a exclusão dos palpites dos leigos – e do eleitorado em geral. Acabamos de ver que os fins são, na verdade, problemáticos: a ideia subjacente às ponderações acima é a de que a democracia não pode abdicar, sem mais, de um processo transparente, mesmo se laborioso, de estabelecimento dos fins coletivos. Mas a entrevista do presidente nos mostra também os limites da avaliação técnica na área econômica (como certamente em qualquer outra, embora talvez em graus diversos): a equipe econômica de governo lhe apresenta certas possibilidades, tidas como prováveis ou improváveis com um grau de acuidade de difícil avaliação, a escolha dos meios se torna ela própria um jogo meio cego – e a decisão político-administrativa se transforma numa aposta. Mesmo admitindo que a atividade política, propriamente, contém sempre um elemento legítimo e positivo de vontade e aposta, será aceitável que se aposte também quando se trata da administração do país? E estaremos condenados a ver nossas lideranças políticas, quaisquer que sejam, agir dessa maneira?

Pode ser que um primeiro aspecto pelo qual as lideranças se diferenciam diga respeito à qualidade intelectual, a partir da qual caberia talvez esperar apostas menos ou mais bem fundadas e exitosas. Nessa perspectiva, há talvez boas razões de surpresa em ver Fernando Henrique – nosso luxo de presidente inteligente e possivelmente o chefe de governo com melhores credenciais intelectuais do momento atual – apostar tão mal. Não restaria senão lamentar, por esse aspecto, o caráter inerentemente incerto e nebuloso de certas decisões.

Mas há outro aspecto. Há qualidades como prudência e senso de responsabilidade, das quais certamente não queremos prescindir com respeito a nossos líderes. E aqui, cumpre admitir, torna-se propriamente chocante ver o presidente optar por certo rumo com plena consciência de que ele exclui a consideração de uma possibilidade cuja ocorrência

confrontaria o país com uma situação que escaparia ao controle governamental. A alternativa, talvez de mais difícil colocação em prática, envolveria o cuidado de prevenir-se contra o pior, que aquela possibilidade, logo transformada em realidade, representava. Até que ponto Rudiger Dornbush terá razão na avaliação de que nosso presidente, de quem já sabemos que não dá socos na mesa, tampouco toma decisões difíceis? O pacote, é claro, não chega a ser exemplo de decisão difícil: é o que resta.

*O Tempo*, 8/11/98

## **BNDES, EMPRESARIADO E INTERESSE PÚBLICO**

A sociologia do empresariado no Brasil, em que figurou com destaque o nome do sociólogo Fernando Henrique Cardoso, tem um de seus temas salientes na avaliação das relações entre os empresários e o estado. A divulgação das conversas gravadas entre o ministro Mendonça de Barros e André Lara Resende, colocando em foco a atuação do BNDES na condução das privatizações, traz o tema de novo à tona em circunstâncias em que, curiosamente, Fernando Henrique passou a ser o representante máximo do Estado brasileiro.

A confusão é grande a respeito do assunto. Em diferentes momentos ou, às vezes, ao mesmo tempo, os empresários surgem quer como liderança potencial de um processo de desenvolvimento nacionalista, quer como irremediavelmente dependentes perante o Estado ou marcados por deficiências de ordem psicossocial ou ideológica que negariam viabilidade a um projeto de “hegemonia burguesa”; quer como integrados num processo de desenvolvimento dependente e prestando apoio ao autoritarismo político em função dos proveitos que dele extrairiam, quer como opondo-se, em nome do liberalismo, a um Estado que se valia das formas politicamente autoritárias para expandir-se na esfera econômica e invadir o que seria a seara própria da iniciativa privada.

A atuação do BNDES no passado e no presente ilustra o que há de equívoco e escorregadio nas avaliações em questão. São fato notório, que pesquisas acadêmicas têm documentado com clareza, as autênticas (e volumosas) doações de recursos públicos a poderosos setores empresariais em que redundaram reiteradamente os empréstimos a juros reais negativos do banco. Naturalmente, a justificativa pretendida para tais empréstimos, referindo-se ao fomento da atividade econômica, apelam para o interesse público. Eles podem ser vistos, não obstante, como exemplo da frequente assimilação entre o interesse público e o interesse empresarial privado que resulta ser uma característica do capitalismo como tal. Se a imagem do Estado provedor de recursos que se liga com essa face tradicional do BNDES permite, talvez, que se pretenda ver o Estado como mentor de um empresariado dependente, é bem clara a afinidade que ela apresenta também com a ideia contida na clássica fórmula marxista do Estado como comitê para a administração dos negócios da burguesia.

Nas circunstâncias atuais, certamente não há razão para maiores ênfases na ideia de nacionalismo ou de um empresariado propriamente nacional. De qualquer forma, as gravações divulgadas nos mostram o Estado, personificado pelo presidente do BNDES, o ministro das Comunicações e outros burocratas de alto nível, às voltas com um interesse empresarial que é plural – não há “o interesse empresarial”, há interesses empresariais diversos, que competem uns com os outros. O Estado é, então, “autônomo”. Para começar, são dele as normas que regulam a competição. Mas as fitas revelam, naturalmente, algo mais: no embate dos interesses empresariais, os agentes tecnoburocráticos do Estado sabem, ou reclamam saber, onde está o interesse público, ainda que as normas fixadas pretendam que o interesse público esteja resguardado sobretudo pela isenção e imparcialidade do Estado.

Sentem-se, assim, aqueles agentes à vontade para manipular os termos em que se há de dar a competição e eventualmente o seu resultado. De novo, como é próprio da perspectiva tecnocrática, temos a suposição de que os fins (no caso, aquilo que cabe tratar de obter com os leilões de privatização) são claros e inequívocos, sendo presumivelmente o objeto de um consenso latente entre todos os cidadãos de boa vontade que viessem eventualmente a ocupar a posição em que os tecnocratas se acham eles próprios. Tal suposição se conjuga com outra: a de que a informação especial de que os tecnocratas dispõem, seja em sua condição de peritos ou em decorrência da posição que ocupam, pode legitimamente ser usada em sigilo (denuncie-se com veemência o ilícito contido na gravação e divulgação das fitas!) para assegurar que o interesse público tal como definido prevaleça.

Resta outro aspecto que a questão da administração tecnocrática sempre suscita: qual é a relação com a chefia política do governo, no caso o presidente da República? As fitas mostram Fernando Henrique reagindo positivamente, em nome do adequado atendimento da população, ao relato que lhe faz Mendonça de Barros do “bombardeio” de um “monte de loucura” (o consórcio “inimigo” que incluía o empresário Carlos Jereissati), acrescentando o ministro: “Não adianta criar competição e depois criar problema para a frente”. Diante do respaldo explícito do chefe do governo, torna-se problemático pretender ver no episódio propriamente os males da tecnocracia, sem mais. É antes o Estado como tal que atua num estilo cuja descrição sintética é fornecida pela própria fala do ministro que obtém a

imediate aprovação do presidente: além de criarmos as normas, “criamos” também a competição – e tratamos de definir nós mesmos os limites em que a competição será para valer. Em nome do interesse público. Não é mera sorte que o grupo de nosso amigo Pérsio Arida aconteça ser ótimo. Pois somos homens competentes e honrados.

*O Tempo*, 22/11/1998

## O FERRABRÁS DO PALÁCIO

Já sabíamos que a globalização incrementa a importância e o impacto mundial dos atores econômicos. Do chamado megaspeculador George Soros às velhinhas poupadoras dos grotões dos Estados Unidos ou a instituições asiáticas, nossa tranquilidade tende crescentemente a ser perturbada por decisões de impacto financeiro de gente remota. Naturalmente, à parte a globalização na esfera econômica, a cena mundial continua a ser também o palco convencional das lideranças políticas, com manchetes que se abrem para a saúde ou os porres de Boris Ieltsin ou o zíper de Bill Clinton. E casos como o de Fernando Henrique Cardoso nos mostram há algum tempo certa mescla peculiar entre o antigo e o novo, em que uma liderança política brasileira de singular prestígio internacional encontra nas dificuldades do mundo globalizado um desafio e um espaço potencial de atuação transnacionalmente relevante.

Talvez Fernando Henrique não tenha estado, até aqui, à altura do desafio e da promessa que representou. Mas temos agora mais novidades no espaço correspondente à mescla mencionada. Em nota apropriadamente mal redigida e inconsistente, nosso diminuto e enfezado governador chama no braço o governo federal e balbucia “moratória!” – e as bolsas de Europa, Tóquio e Bahia vêm abaixo, jornais americanos dão manchete, a CNN destronca a língua para pronunciar “Gerais”. O mundo se curva perante Minas, é a glória!

Ou mera trapalhada? O auxiliar da Casa Civil diz que não disse, o secretário da Fazenda faz meia-volta e restringe a moratória à dívida com os fornecedores... O problema é que a ação dos trapalhões tem consequências. E a exibição juvenil de macheza do ferrabrás do Palácio da Liberdade acaba sendo, na verdade, simples irresponsabilidade.

Razões para surpresa? Certamente nunca houve motivo de entusiasmo com a lucidez de Itamar e seus dotes intelectuais, assim como não há por que festejar a correção pessoal e o senso de responsabilidade na biografia de tibieza, oportunismo e rancor. De minha parte, penso que cabe, sim, lamentar a molecagem de que foi vítima na convenção do PMDB de início do ano, com o beneplácito do chefe do governo, não obstante a inépcia com que administrou o processo de que a convenção foi o desfecho.

Seja como for, ei-lo, hoje, distante da presidência da República a que sonhava retornar e governador a cozinhar-se no fel das frustrações e dos rancores novos, com destaque para o reservado agora a Fernando Henrique. É esta, claramente, a motivação básica da atitude arrelenta e irresponsável que desemboca na moratória, provavelmente combinada com o cálculo problemático de erigir-se em líder da oposição ao governo federal.

Em reunião na Fiemg pouco antes da posse do novo governo, os participantes se indagavam se Itamar, com a escassez relativa de instrumentos e recursos como governador de Minas, poderia vir a representar efetivo embaraço para o governo de Fernando Henrique. Aí está a resposta, que nos escapou a todos em sua truculência banal e míope.

Infelizmente, não é certo que o efeito seja apenas o de transformá-lo em objeto de chacota. Afinal, as consequências de sua ação são potencialmente sérias até para Tóquio e Nova York, donde representarem ameaça séria também para o país. Além disso, miopia não é, certamente, privilégio dele, e cabe contar com a possibilidade de alguma ressonância favorável entre governadores ou prefeitos em dificuldade, sem falar dos arroubos de uma oposição até aqui perplexa e agora estimulada pela fragilidade que as apostas perdidas e o quadro adverso trazem ao governo FHC. Resta torcer para que o preço que nos toque pagar seja pequeno.

Durante a presidência de Itamar Franco, os moradores de Juiz de Fora falavam bem-humoradamente do Rio de Janeiro como integrando “a Grande Juiz de Fora”. É notável como Juiz de Fora agora se expandiu, apesar de Itamar ter trocado a presidência pelo governo do Estado. Pena que a face transnacional mostrada pela Manchester mineira seja tão rústica – e que, aparentemente, não haja um Fernando Henrique estadual para domá-la e dar-lhe algum brilho.

*O Tempo*, 10/1/1999

## GOVERNO, RISO E COMPUNÇÃO

Tivemos, na segunda-feira passada, a longa entrevista do presidente Fernando Henrique Cardoso ao programa “Roda Viva”. Não há dúvida de que se saiu muito bem. Suas características pessoais o tornam imbatível nesse tipo de situação: o estilo relaxado e desenvolto, a simpatia pessoal, a fala coloquial, as respostas prontas, a imagem de veracidade que transmite... Mas que fazer do otimismo presidencial, ou como situar-se diante da avaliação lhana e risonha da atuação do governo e da situação do país?

É certo, os desdobramentos da crise que atravessamos há algum tempo não confirmam as expectativas mais pessimistas que pareceram justificar-se no momento da ruptura da âncora cambial. Temos a estabilização do câmbio em níveis aceitáveis, a volta dos investidores internacionais, a inflação sob controle, os juros que caem e indícios de que a recessão será provavelmente menor e mais breve do que se chegou a esperar. É inegável que, de par com o êxito da implantação inicial do Plano Real, tivemos medidas acertadas, com destaque para o tão xingado Proer, cujos efeitos saneadores sobre o sistema financeiro ajudaram a que o país pudesse recuperar-se mais rapidamente e a menores custos do que outros da recente rodada de crise financeira internacional.

Mas são igualmente inegáveis os pesados custos da linha geral de ação adotada pelo governo no primeiro mandato de FHC. Ela envolveu, para começar, avaliação superficial e equivocadamente otimista da nova dinâmica internacional e de nossa inserção nela, redundando numa “aposta” explicitamente apresentada como tal (apesar de que o presidente, agora, corrija num trejeito o lapso que o leva a usar de novo a palavra, “se não gostam dela”...), a qual se traduziu na teimosia (e nos bilhões perdidos) da aposta específica na âncora cambial mesmo quando os indícios apontavam em outra direção – e, em seguida, no momento do fatal trambolhão, em ações no mínimo tontas e atabalhoadas que não fizeram senão intensificar os estragos. O preço de tudo isso requereria ao menos, a esta altura, um Fernando Henrique compungido, e dá certo ar de escárnio à candura televisiva do presidente: a explosão da dívida interna e externa, penosa estagnação econômica, apesar das novas perspectivas menos sombrias, níveis inéditos de desemprego, intenso programa de privatizações destinado a produzir recursos comparativamente magros que se evaporam no

pagamento de juros, esforços hercúleos para arrancar contribuições de inativos para a Previdência cujo resultado financeiro para os cofres públicos é dilapidado em um par de intervenções do Banco Central no jogo turvo de um mercado em polvorosa...

Este último aspecto tem ramificações complexas. Há algo de claramente escandaloso no fato de que seja possível a tecnoburocratas do Banco Central tomar decisões que, provavelmente sem ilegalidade, equivalem a transferir dos cofres públicos para alguns bolsos privados, de uma tacada, a quantia de 1,5 bilhão de reais. Naturalmente, trata-se aqui de um problema institucional de alcance bem mais amplo que o das políticas específicas do governo FHC, dizendo respeito às relações a serem mantidas entre o Estado e o setor empresarial nas condições da lógica própria do capitalismo como tal. Alguns autores falam, a respeito, de dependência estrutural do Estado perante os donos do capital, cujos interesses são o motor do dinamismo da economia capitalista e, como consequência, da prosperidade da sociedade como um todo. Dada a face odiosa da articulação que daí resulta entre agentes privados e públicos, torna-se difícil aceitar realisticamente que o próprio interesse público vem impor e justificar, com frequência, o apoio estatal a interesses que surgem à primeira vista como meramente privados.

Mesmo se aderimos ao realismo, porém, é claro que essa articulação proporciona oportunidades numerosas para relações escusas e inaceitável promiscuidade. Onde estará o ponto de equilíbrio? Se o Proer é defensável, a operação recém-anunciada pelo BNDES para socorrer grandes empresas e bancos endividados com a desvalorização da moeda é certamente discutível nas atuais circunstâncias – e que dizer do dinheiro doado aos bancos Marka e Fonte-Cindam... Daí que seja talvez enviesada a preocupação que, em nome das instituições democráticas, alguns têm manifestado a respeito do ânimo investigador das CPIs e especialmente do Ministério Público. A eventual obtenção do almejado equilíbrio nas relações entre o Estado e legítimos interesses privados sem dúvida exige vigilância apropriada. E a pressa em conter excessos aqui pode redundar em leniência com os excessos acolá.

Se voltamos a Fernando Henrique Cardoso, ressalvados sobretudo o Plano Real e a honestidade básica que não há por que questionar, fica a questão de qual será o diferencial, o algo mais que em certo momento

pareceu possível esperar de seu governo. Se não há especial lucidez nos diagnósticos e avaliações e na conduta consequente, contentar-nos-emos com a lhaneza risonha e otimista? Vale registrar que, mesmo na área da moralidade, ela acaba levando o presidente a citar como algo favorável ao governo o fato de que ministros de conduta imprópria, quando pilhados, pagam o prejuízo causado, e pronto. Não é bem essa a concepção de governo honesto a que muitos de nós aderimos.

*O Tempo, 2/5/1999*

## **A POLÊMICA DA CPI**

A CPI dos bancos tem sido objeto de ardorosa polêmica, que agita os meios de comunicação e pontilha o cotidiano de alguns de nós com debates pessoais calorosos e nem sempre esclarecedores. Nessa polêmica, a posição hostil à CPI tende a desqualificá-la como “circo” montado por políticos movidos por vaidades ou interesses menores, além de incompetentes e prontos a se lançarem ao assassinato moral de depoentes incautos. Vale talvez a pena um pequeno esforço de equilíbrio a respeito.

Pode ser que tenha havido excessos e impropriedades em certas ações do Ministério Público – apesar de aparentemente executadas em conformidade com o que dispõe a legislação relativa a essa entidade nova e peculiar, sobre cuja atuação geral parece prematuro pretender emitir juízo categórico. Essas ações certamente resultaram em tornar delicada a posição de algumas das pessoas chamadas a depor na CPI, especialmente o ex-presidente do Banco Central, Francisco Lopes, cuja postura produziu perplexidade e a decisão juridicamente discutível de prendê-lo. Por outro lado, além das limitações intelectuais e de informação com frequência exibidas pelos inquiridores, é certo que não há por que idealizar os motivos que levaram à instalação da CPI ou que orientam o desempenho deste ou daquele membro da comissão.

É claro, porém, que o sistema financeiro brasileiro fornece de longa data, nas relações que nele se dão entre o público e o privado, boas razões para o ânimo de investigação de que a CPI é tradução precária. Nos acontecimentos ligados à desvalorização do real ocorrida em janeiro, tivemos apenas a manifestação dramática de duradouros problemas subjacentes. E, não obstante o foco restrito que caracterizou os trabalhos da CPI até agora, não parece caber dúvida quanto aos benefícios que deles já resultaram. Ainda que se admita a boa fé nas ações relativas aos bancos Marka e Fonte Cindam, é por certo positivo que tenha sido trazido a público com nitidez o que há de equívoco, atabalhoado e eventualmente mesmo irresponsável e ilegal em deliberações e tratativas como as que envolveram a burocracia do Banco Central e a Bolsa de Mercadorias & Futuros a propósito de decisões passíveis de resultar (como de fato resultaram no caso) em pesadas perdas para os cofres públicos. E do próprio Banco Central já nascem reformulações ensejadas pelas revelações da CPI.

Quanto ao suposto furor de assassinato moral, cumpre notar que os depoimentos mais esclarecedores e convincentes sobre a questão Marka/Fonte Cindam foram depoimentos prestados de maneira cândida e veraz por funcionários graduados do Banco Central que se identificam com a instituição e tenderam a justificar as decisões tomadas, apesar de ocasionalmente reconhecerem erros. Esses depoimentos foram sem dúvida favoráveis ao ponto de vista do governo relativamente ao assunto em investigação – o que não impediu que senadores governistas e oposicionistas, em geral, se congratulassem por sua postura e desempenho com os depoentes, que saíram da CPI festejados. Naturalmente, não há por que culpar a CPI como tal se depoentes de rabo preso não podem ser cândidos e devem recorrer ao direito de calar-se, que tende a colocá-los sob suspeita aos olhos do público. O que, de novo, não impede de reconhecer o problema lateral da ameaça aos direitos de cada um contida na apreensão eventualmente imprópria e na divulgação precipitada de certos documentos ou informações.

Fica a questão de como situar-se diante do que pode ser a mais importante indagação suscitada pelas revelações da CPI, dadas as implicações que dela decorrem: a da postura do ministro Pedro Malan quanto ao episódio investigado e aquilo que ela expressa. Após meses de “elegante” silêncio sobre dramáticos eventos econômicos que preocupam e alvoroçam a opinião pública e lhe provocam suspeitas mais que razoáveis, o ministro, autoridade maior da área econômica, manifesta com veemência sua “indignação” perante declarações no sentido de ter sido ele informado das decisões de ajuda aos bancos. A clara sugestão aí contida é a de que se trata, com tais decisões, de algo impróprio ou inepto, de que se impõe dissociar-se. Ocorre, porém, que a defesa dessas decisões, vocalizada digna e eficientemente pelos funcionários do BC, liga-as com o risco inequívoco de catástrofe nacional iminente – e a indignada reação de Malan redundando em afirmar de pés juntos, e de certa forma reivindicar, o alheamento do ministro da Fazenda relativamente a decisões em que se acham em jogo a ameaça de catástrofes econômicas nacionais e seu eventual abortamento. Ora, não seria o caso de Malan vir a público indignado antes por não ter sido informado, e agir de maneira consequente com essa indignação? Quem, afinal, faz política econômica no país, e de quem cobrar responsabilidades? Que será que devemos desejar quanto ao presidente da

República, que ele tenha ou não sabido das decisões, entre jantares e almoços com o ministro e o presidente do BC? Haja CPIs...

Seja como for, é possível ver na CPI o exemplo modesto de um mecanismo institucional a operar, neste caso como em outros, em proveito da coletividade, não obstante as feiúras que se queiram apontar na motivação dos agentes envolvidos e suas limitações de outra ordem. Tudo somado, essa é a alquimia que cabe buscar com as instituições políticas.

*O Tempo*, 16/5/1999

## PODER, ECONOMIA E ALTERNATIVAS

Em entrevista publicada pela *Folha de S. Paulo* na última segunda-feira e carregada de sarcasmos dirigidos ao governo FHC, José Luís Fiori, por mérito ou deficiência, coloca de maneira intrigante a questão das eventuais alternativas às políticas que no momento se executam. Indagado se existem “alternativas viáveis”, sua resposta é a de que, do ponto de vista técnico e econômico, haveria dezenas de alternativas. O problema estaria no “viável”, ligado por ele ao plano do poder: o que não existiria no momento seria “uma coalizão de forças capaz de alterar e sustentar uma agenda diferente dessa que está aí”. Infelizmente, a entrevista se encerra nesse ponto.

Algumas questões emergem. Em primeiro lugar, que significa a afirmação de que economicamente as alternativas são muitas? Significa que se podem conceber abstratamente tais alternativas, ou o que se sustenta é antes que as alternativas concebidas são compatíveis com as condições econômicas efetivamente em operação no mundo atual? Os socialistas Mitterrand, na França, e González, na Espanha, contaram com apoio eleitoral para permanecer longos anos no poder; suas políticas, no entanto, podem ser vistas como capitulação e ajustamento da agenda diante de imposições econômicas. Em segundo lugar, até que ponto será de fato apropriado separar condições técnico-econômicas e políticas no exame das alternativas? A sugestão de Fiori é que a viabilidade das alternativas econômicas depende de condições políticas e da adequada coalizão de forças; mas as próprias opções e coalizões políticas não terão sua viabilidade condicionada pelas circunstâncias econômicas? Há autores clássicos, que provavelmente contam com as simpatias de Fiori, para quem este era um postulado básico.

Com efeito, apesar da elíptica e enevoada resposta de Fiori, o que dela sobressai é o voluntarismo contido na recomendação implícita de que o que cabe fazer é construir a boa coalizão política, ou as condições políticas adequadas. As indagações envolvidas podem talvez ilustrar-se com o confronto entre as trajetórias de Fernando Henrique Cardoso e de Ciro Gomes na política brasileira da atualidade. Fernando Henrique, com perspectivas precárias até de reeleição para o Senado, depara-se por circunstâncias meio fortuitas com a oportunidade de chegar à Presidência da República, defronta-se ao ocupá-la com condições dadas tanto no plano econômico quanto no político – e faz o que pode, em certo sentido, tendo de

acomodar-se aos instrumentos político-institucionais disponíveis para alcançar metas que são elas próprias vistas como realistas e como representando avanços nas circunstâncias do mundo atual. Ciro Gomes, em contraste, persegue com empenho a Presidência ao longo de anos, percorre o país e busca espaço nos meios de comunicação em função desse objetivo – e trata de viabilizar um projeto político em que uma nova coalizão, supostamente de centro-esquerda, se articule com a mobilização popular para permitir extrair da aparelhagem político-institucional do país o apoio para a colocação em prática de novas medidas econômicas. Pode-se, sem dúvida, indagar se FHC não terá sido demasiado conformista em seu suposto realismo político (não terá faltado o famoso soco na mesa em ocasiões oportunas?) ou pouco criativo em sua acomodação à dinâmica econômica mundial. Mas não se vê com clareza em que consiste a alternativa de inserção econômica do país nessa dinâmica que Ciro Gomes representa. E, reconhecida a legitimidade do maior voluntarismo de sua aposta de poder em comparação com FHC, ficam, quanto a ele, duas questões relacionadas.

A primeira é a de até que ponto existirá a perspectiva de real modificação das condições político-institucionais como consequência da estratégia adotada. Apesar do notável crescimento do apoio do eleitorado e dos inegáveis recursos de que Ciro Gomes dispõe, nesse plano, com a retórica articulada e o estilo afirmativo e persuasivo, sucesso eleitoral está longe de significar, naturalmente, capacidade de comando institucional real. E não é difícil imaginar um presidente Ciro acomodado: a biografia e o discurso são suficientemente tortuosos para sugeri-lo.

A segunda questão é o que caberia esperar do que se consegue divisar da proposta política de Ciro Gomes em caso de êxito mais efetivo. O que nela se vê de mais distintivo é a ideia da mobilização popular como instrumento de pressão sobre o Congresso das oligarquias e clientelismos de sempre. Uma possibilidade seria a de reedição, em algum grau, de um movimento à maneira de Hugo Chávez. Outra, cuja probabilidade talvez aumentasse justamente na medida em que a ameaça de reedição de Chávez se tornasse real, é a da cristalização de resistências que lhe encurtassem o mandato.

De qualquer forma, mesmo pondo de lado as perplexidades técnicas, não é com um estalar de dedos que se constroem alternativas políticas. Fiori sonhará com um estalar de bombas?

*O Tempo*, 26/9/1999

## CHARME, CARISMA, COMPASSO DE ESPERA

No dia 1º de novembro de 1998, comentávamos aqui a apreensão e a insegurança produzidas pelo pacote de medidas de ajuste então lançado pelo governo. Quase exatamente um ano depois, cá estamos nós, ainda inseguros, com um governo fragilizado que se move em espasmos depois de relativa letargia e com a continuidade, em novos episódios, da crise geral que nos envolve: um PPA que se reedita às pressas, a reafirmação do dilema da previdência diante da decisão do STF sobre os inativos e a subsequente agitação também pressurosa do governo, o dólar que sobe e a inflação que volta a preocupar...

A impopularidade que passou a marcar o governo FHC é provavelmente um traço mais importante da situação do que se poderia pensar. O norueguês Jon Elster destacava em texto de há alguns anos que, dada a dependência recíproca entre o êxito de um esforço de reforma e a crença de que ele será bem-sucedido e de consequências duradouras, o resultado final pode ser altamente sensível a pequenas diferenças na confiança popular durante as fases iniciais do processo. E o problema se agrava quando há circularidade entre o sucesso instrumental e a confiança e legitimidade: se o sucesso depende da legitimidade e esta, por sua vez, deve ser gerada pelo sucesso, a política reformista se torna, adverte Elster, uma arte difícil – certamente mais difícil do que quando o esforço instrumental se assenta na legitimidade proveniente de outras fontes.

O caso de Fernando Henrique corresponde claramente a essa circularidade limitadora. As taxas demoradamente altas de aprovação com que seu governo pôde contar se ligam de maneira inequívoca ao êxito do plano de estabilização financeira. Num eleitorado que se orienta majoritariamente por imagens difusas, Fernando Henrique beneficiou-se enquanto possível dos ganhos materiais da estabilização e da imagem que o associava à mística da nova moeda. Mas, cessados os ganhos e incorporada a moeda à paisagem do dia-a-dia, as turbulências econômicas da virada do ano vieram romper de vez o encanto. Seria necessário, assim, que o governo pudesse valer-se da força simbólica que lhe viria de outras fontes de legitimidade e confiança popular.

Ora, este é um governo patentemente deficitário no plano simbólico. Dominado pelo intelectualismo afável de FHC, avesso a enfrentamentos dramáticos e gestos que possam ser vistos como demagógicos, optou sempre por seguir “realisticamente” as aparentes imposições instrumentais da política menor como forma de assegurar que os objetivos fossem alcançados. Falta-lhe, assim, não obstante o charme pessoal e a aura acadêmica do presidente, qualquer componente da liderança carismática que as análises clássicas de Max Weber contrapuseram de maneira positiva aos burocratismos da autoridade “racional-legal”. Descobrimos, com Fernando Henrique como presidente, que charme não é carisma.

Mas a postura característica do governo revela deficiências importantes ainda se apreciada do ponto de vista meramente intelectual e instrumental. No mesmo texto mencionado, Elster aponta também a necessidade de que o esforço de mudança seja avaliado do ponto de vista da articulação problemática entre consequências localizadas e globais e entre efeitos parciais e líquidos, ou passageiros e duradouros. Nessa perspectiva, caberia falar, por exemplo, de certa tendência do realismo instrumental à miopia. Relativamente ao governo FHC, diversas perguntas se podem fazer a partir daí. Valerá a pena buscar a coalizão expedita com as forças capazes de assegurar a “governabilidade” se dessa coalizão resultam aliados permanentemente propensos a instrumentalizar em benefício próprio as ocasionais fragilidades do governo? Será o caso de lutar com afinco pela reeleição, que supostamente assegurará mais tempo para o necessário trabalho reformista, se ela produz o atraso do próprio cronograma de passos reformistas e arrisca desaguar num governo reeleito que se mostra de partida débil? Caberá tomar decisões de política econômica em termos de apostas que excluam as possibilidades mais negativas e a necessidade de resguardar-se contra elas? Justificar-se-á a adesão a uma concepção de “modernidade” que se cega para as perversidades sociais da condição assim designada e busca sem maiores cuidados nossa inserção nela? Valerá a pena ficar sobre o muro numa eleição em Minas e depois ter pela frente o Itamar das moratórias e primitivismos? Tudo isso pondo à margem, note-se, as consequências instrumentais do próprio déficit simbólico.

Um realismo de vista curta, para começar. Agora, espasmos e compasso de espera, com nossos nervos à flor da pele.

*O Tempo*, 24/10/1999

## A TERCEIRA VIA EM FLORENÇA E BH

Dois itens do noticiário dos últimos dias nos remetem aos desafios da atualidade nos planos nacional e internacional. O primeiro deles é o encontro de chefes de governo em torno da ideia da “terceira via”, com a participação de Fernando Henrique Cardoso. O segundo é o congresso do PT que no momento se realiza em Belo Horizonte, cujas teses têm sido divulgadas, algumas com posições um tanto surpreendentes. Ambos reforçam o sentimento de perplexidade e impotência diante dessa turbulenta virada de século e de milênio.

Quanto ao encontro de Florença, as razões para a inclusão de Fernando Henrique numa reunião dos líderes de algumas das maiores potências ocidentais certamente se ligam ao fato de se ter nele, além do chefe de estado e de governo, também o sociólogo de renome, do qual caberia talvez esperar contribuição significativa ao debate. Em que consistiu a contribuição de FHC? A crer no noticiário, sobretudo em insistir na ideia da imposição de regras e controles, ao estilo da taxa Tobin, sobre o mercado de capitais. Ora, cabe observar três coisas a respeito da proposta e da recepção que lhe foi dada: ela corresponde claramente aos desafios que supostamente justificavam o encontro, e talvez tenha mesmo sido a única proposta ali surgida cuja colocação em prática representaria novidade real; trata-se, na verdade, de ideia banal diante da natureza dos problemas que enfrentamos, não exigindo maiores recursos intelectuais para respaldá-la (nos círculos franceses que até o nosso Itamar andou frequentando recentemente, por exemplo, a ideia circula como central); no entanto, foi polidamente posta de lado por Clinton e Blair, que preferiram destacar a necessidade de esforços de cada país para ajustar-se à lógica competitiva da dinâmica transnacional. Assim, se o desafio é de certa forma claro, consistindo em construir instituições que permitam justamente enquadrar a lógica em jogo e domesticá-la, não escapamos ao paradoxo de que a proposta nele contida, ao voltar-se contra essa lógica, parece voltar-se também contra a apreciação “realista” dos fatos envolvidos. Tudo indica que precisaremos de algo mais do que a concordância em torno de um vago ânimo de “governança progressista” (quem sabe a crise que alguns anunciam no coração avançado do capitalismo mundial?) para que boas novidades comecem realmente a surgir.

Já o congresso do PT tem seu principal interesse no fato de que nele se confrontam o ideário em torno do qual se deu o nascimento do partido, de um lado, e, de outro, perspectivas e teses que supostamente pretendem ajustá-lo ao

mundo novo que lhe caiu em cima. O espinhoso problema para estas últimas é o de apontar o rumo em que, abandonada a inviável revolução socialista, evite-se a capitulação liberal sem mais. A complexidade da tarefa fica evidente se tomamos a tese proposta por José Genoíno e outros, sob o título de “Por uma Democracia Republicana”: com todos os méritos da tese ao se atrever a pensar “pra frente”, e não obstante as críticas dirigidas ao atual governo, é difícil, como apontou Antônio Octávio Cintra, ver em que, na verdade, as políticas propostas se distinguem das de FHC – o qual, aliás, recusa ele próprio o rótulo de “neoliberal”.

Mas que dizer da velha social-democracia? É preciso evitá-la ou superá-la também, como sustentam os proponentes dessa obscura e fugidia “terceira via”? De minha parte, penso que as filigranas de Anthony Giddens ao tentar esboçar a “terceira via” resultam em fracasso, e que os problemas com que nos deparamos agora não são de molde a desqualificar a velha social-democracia. Os embaraços com que esta se enfrentou a partir da crise fiscal dos anos 70, solapando o keynesianismo e o welfare state, não fizeram senão agravar-se com a intensificação da globalização e seus efeitos. Certas avaliações otimistas (ou ao menos esperançosas) das perspectivas social-democráticas, levadas a cabo na década de 80 por autores como Adam Przeworski (que apostava na combinação de forte taxa sobre os lucros com isenções e incentivos para os investimentos, de maneira supostamente capaz de assegurar crescimento da produtividade e dinamismo econômico), mostram-se, retrospectivamente, deficientes ao ignorar o impacto da competição internacional por capitais que a transnacionalização e a ágil financeirização acarretam.

No entanto, é no espaço variado das experiências que merecem a designação de social-democracia que encontramos a maior criatividade institucional ao lidar com os problemas da administração da economia e de sua conciliação com anseios e preocupações sociais. E se a organização de formato social-democrático não propicia por si mesma resposta adequada aos problemas que a transnacionalização traz consigo, essa resposta tampouco vem de qualquer outro formato de organização nacional – e a social-democracia é pelo menos ideologicamente mais sensível aos custos humanos associados. O PT que procura pensar o mundo novo não merece mais cobranças do que FHC ou quem mais seja pela perplexidade geral quanto aos problemas da transnacionalização. Cabe esperar que se evite a confusão adicional ao estilo de Blair e seus mentores.

*O Tempo*, 28/11/99

## LAMBANÇAS, CRISPAÇÃO, PAIXÃO

As coisas andam melancólicas, vistas na perspectiva de Minas. No plano estadual, recrudescer a idiotia que prevalece no governo mineiro. Quinta-feira passada Vittorio Mediolli recordava com minúcias, em seu artigo diário no jornal *O Tempo*, os meandros da trajetória inconsistente de Itamar Franco, omitindo apenas a indômita abstenção no colégio eleitoral que decidiu entre Tancredo Neves e Paulo Maluf. Como esperar que desse canção tope tudo a oscilar ao vento de interesses míopes possa provir algo mais que trapalhadas de motivação miúda e truculência juvenil? Infelizmente, isso não parece suficiente para poupar-nos da lambança que o PT, talvez cansado de perder com Lula, está aparentemente disposto a promover, com suas novas afinidades newtoniano-itamaristas, no jogo da sucessão presidencial – e que, Deus nos livre, nas circunstâncias fluidas desse jogo, quem sabe até dê certo eleitoralmente. Resta, para o PT, a questão de saber se eventualmente ganhar com Itamar será ganhar de fato, ou arriscar dilapidar o patrimônio que até aqui singulariza o partido.

De seu lado, o governo de Fernando Henrique Cardoso emerge penosamente de um novo inferno astral. Desastradas comemorações dos 500 anos, com índios apanhando da polícia e naus capitânicas que não navegam, base aliada que racha em longas e aflitas manipulações políticas em torno de salários ínfimos, tudo culminando nas ousadias do MST e na “crispação” autoritária, como a chamaram alguns, em que veio a consistir a tardia resposta governamental, com retórica de Lei de Segurança Nacional e ameaça de chamar o Exército...

Já ao emergir do inferno, porém, a retórica do presidente acaba de nos brindar, em sua participação na reunião do Fórum Nacional, com algo curioso. Reclamando a paixão como condição de que a ação política possa mudar as coisas, queixou-se o presidente de que o acusem de ser distante e frio: “É porque não me conhecem”.

Ponhamos de lado que a formulação mais explícita da acusação de que falta paixão ao governo se deve, talvez surpreendentemente, ao “sargentão” Clóvis Carvalho, auxiliar presidencial chegado e de longos anos. De qualquer forma, como pode um governante, ao cabo de cinco anos e meio no exercício da Presidência da República e de alguns mais de decisivo poder ministerial, pretender que nós, os governados, não conheçamos a paixão que de fato o empolga? Já que não se trata, naturalmente, daquilo que o presidente possa ter

de apaixonado em sua intimidade, mas na qualidade de governante, é supérfluo que nos conte sobre sua paixão: ela deveria transparecer em seus atos de governo.

Apesar de surgir numa observação aparentemente ociosa do presidente, o tema subjacente remete a problemas relevantes da comunicação política e de seu caráter mais ou menos eficiente e veraz. Somos expostos com frequência à ideia de que o governo “se comunica mal”, lidando com a imprensa de maneira inepta e assim impedindo que suas realizações e virtudes sejam conhecidas pela população. Na percepção do próprio governo, a ideia assume feição diferente: a culpa é da imprensa (falar mal da imprensa, ao que consta, é um dos esportes prediletos das horas vagas dos integrantes do governo), a qual, por venalidade ou mera incompetência, não retrata a verdade quanto às atividades governamentais – com a consequência de que, assim como não sabemos da paixão do presidente, tampouco tomamos conhecimento das bondades de suas políticas. Mas, de novo, já que somos nós o público-alvo dessas políticas, será realmente necessário que nos informem de suas bondades?

Existe, é claro, a possibilidade de que as políticas estejam orientadas pelo longo prazo e envolvam mediações complexas, sobre as quais nós, presos a urgências e leigos nas complexidades técnicas dessas mediações, precisaríamos ser esclarecidos. Ocorre, porém, que esse é o discurso tecnocrático da distância e frieza que o presidente repele, e que a paixão que apregoa como traço de sua conduta governamental se caracterizaria justamente pela sensibilidade às urgências e aos dramas imediatos e por espicaçar a criatividade intelectual capaz de eventualmente conciliar a atenção aos dramas com as imposições da perspectiva de longo prazo – na suposição, certamente problemática, de que o longo prazo seja ele próprio objeto de diagnóstico intelectualmente correto. É talvez revelador, a propósito, que o presidente, na mesma fala em que procurava exhibir-nos o governante tomado de paixão, tenha omitido o trecho do discurso (preparado de antemão e distribuído à imprensa) em que se tratava dos indicadores negativos referentes à distribuição de renda no país.

Anos atrás, a oposição ao regime militar, que o MDB de Fernando Henrique catalisou no plano partidário e eleitoral, traduziu em feliz slogan uma percepção quanto à capacidade popular de sentir as consequências das políticas governamentais bem distinta da que se acha envolvida na suposição de que a comunicação laboriosa seja necessária: “Vote no MDB. Você sabe por quê.”

*O Tempo*, 21/5/2000

## A AFIRMAÇÃO ELEITORAL DO PT

O traço mais saliente das eleições municipais que acabamos de presenciar é a afirmação eleitoral do PT. O fato de que o partido já vinha há tempos disputando com chances reais a própria presidência da República e alcançando alguns governos estaduais compõe-se agora com o acesso a um número expressivo de prefeituras, algumas das quais de grande importância.

A emergência inicial do PT no processo político-eleitoral brasileiro pode ser vista como a tradução institucional, na esfera partidária, do caráter crescentemente “constitucional” que aquele processo adquire ao longo de vários decênios e no qual as disputas eleitorais e seus desdobramentos assumem cada vez mais a feição de um enfrentamento entre propostas que se presumiam profundamente antagônicas para a própria organização sociopolítica do país. Quaisquer que tenham sido, de parte a parte, os erros de avaliação envolvidos, uma consequência importante desse enfrentamento foi certo “complexo de sublevação” dentre as elites, culminando, em 1964, na percepção de iminente e séria ameaça revolucionária e na reação que implantou o duradouro regime ditatorial. Já no apagar das luzes do regime, mas em circunstâncias em que o socialismo como meta não fora ainda comprometido, a cena política brasileira ganha, com o PT, um partido que, além de mostrar-se eleitoralmente viável, distingue-se pelas raízes mais genuinamente populares e a proposta socialista.

É natural, assim, que a nova afirmação do partido coloque outra vez em foco a questão de até que ponto se manterá fiel a seus objetivos insurrecionais ou terá aprendido a moderar-se e a valorizar de fato os princípios democráticos. Na verdade, o tema surgiu de forma aguda já antes das eleições municipais, com as denúncias relativas à atuação do PT no Rio Grande do Sul formuladas por J. A. Giusti Tavares e outros.

A questão poderia ser examinada por vários ângulos. As denúncias ao estilo de Tavares, por exemplo, podem ser apreciadas do ponto de vista do realismo das percepções envolvidas. É bem claro que o colapso do socialismo mundial transforma em fantasia a hipótese de uma real tentativa de implantação do socialismo no país, um dos efeitos sendo a diluição ao menos parcial do “complexo de sublevação” das elites. Enquanto a eventual vitória de Lula em 1989 era vista por Mário Amato como razão para que 800 mil empresários deixassem o país, Marta Suplicy pôde agora contar com o seu apoio – e é difícil, nesse clima, que as denúncias de insurreição antidemocrática e

“totalitarismo” não surjam, em boa medida, como tentativa de exploração algo paranóica do complexo que se dissipa.

Outro aspecto diz respeito à natureza do mandato que o PT pode pretender ter obtido ou vir a obter nas urnas. Apesar da heterogeneidade há muito evidenciada pelas pesquisas no eleitorado brasileiro, em que o eleitor gaúcho em particular aparece como uma espécie de “vanguarda” ideológica, não há como negar a desinformação e as precariedades associadas com o voto popular em muitos casos, de onde dificilmente se poderia querer extrair o respaldo para políticas “constitucionais” de sentido radical. Sem falar, por exemplo, de que a principal vitória petista, a que se deu em São Paulo, provavelmente não teria sequer ocorrido não fosse o antimalufismo que ajudou a trazer um matiz “moderado” ao voto em Marta, a qual evitou a “federalização” da campanha e os temas de maior alcance nacional e “constitucional”.

À parte as reservas quanto a certas características do eleitorado, esses aspectos são talvez propícios do ponto de vista das perspectivas de consolidação de um jogo político-partidário estável e democrático e da eventual contribuição do PT para esse resultado. Mas há dois pontos negativos que cabe ressaltar.

O primeiro diz respeito à clara dificuldade do PT para lidar de forma consequente com a articulação entre a inclinação revolucionária de suas origens, de um lado, e, de outro, tanto as exigências pragmáticas da inserção eleitoral bem-sucedida quanto os desafios de um mundo globalizado e pós-socialista. Sem insistir na preservação da retórica de subversão da democracia que Giusti Tavares aponta em algumas lideranças mais vocais do partido, essa dificuldade transpareceu de novo no “tilt” a que Marta Suplicy se sentiu forçada a recorrer em entrevista recente quando posta diante da pergunta sobre como o “socialismo moderno”, que ela invocava, se relaciona com a social-democracia: há expressões, como esta última, cujo uso é vedado pela economia interna do partido...

O segundo ponto tem a ver com a consistência do aprendizado de tolerância eventualmente ocorrido entre os adversários do partido, bem como sua conexão com as novas realidades mundiais. Pois a própria social-democracia, concessão e pecado ideológico aos olhos do PT, tende agora a surgir como distorção onerosa no mundo da hegemonia do mercado. Resta saber se as perplexidades que esse mundo oferece ao PT são maiores do que as que traz a seus oponentes. O que não o dispensa do desafio de confrontar-se lucidamente com os fatos.

*O Tempo*, 5/11/2000

## QUE CRISE É ESSA?

Há gente se indagando que crise é essa. Para começar, a indagação permite que se pergunte de volta: essa qual? Pois a crise Jader-ACM, com ramificações na Sudam e no Banpará, transforma-se na do painel do Senado, passa rapidamente pelo afastamento do ministro envolvido em irregularidades na Sudene, bifurca-se na correria governamental para impedir a CPI da corrupção – e deságua, apesar dos rios secos, na crise do apagão e da surpreendente “surpresa” do governo com a gravidade da escassez de energia. Não estou certo de que se possa dizer que se trata de uma só crise se o assunto é examinado do ponto de vista das causas do que ocorre. Parece claro, contudo, que o produto final do aluvião que observamos é uma crise importante.

Em sua dimensão política, a questão da natureza da crise se desdobra em algumas indagações específicas. Ela é “estrutural” (terá a ver com deficiências estruturais da aliança governista) ou será a consequência inadvertida de meras querelas políticas menores? Será talvez, como em certa interpretação governista algo paranóica, “fabricada” pela imprensa? Qual a sua conexão com a sucessão presidencial e os cálculos e manobras que suscita? Terá ela alcance ou significado institucional?

A tese da fabricação pela imprensa, que supõe um conluio improvável, omite o fato objetivo que, trazido fatalmente à primeira página dos jornais, deu há algum tempo o sinal de partida para o processo em curso: a conversa de Antônio Carlos Magalhães com os procuradores, gravada e divulgada por um deles. Esse fato é também relevante para a questão da conexão com a sucessão presidencial. A acreditar no que se divulgou sobre a conversa, incluindo as sugestões aos procuradores sobre como “pegar” o governo, ACM terá possivelmente sido motivado, entre outras coisas, pelo empenho de criar embaraços para Fernando Henrique e de continuar se beneficiando, assim (talvez até mesmo em termos de uma eventual candidatura presidencial), de sua imagem de liderança forte a relacionar-se com um presidente indeciso e tolerante com a corrupção. Se, porém, a ação de ACM deriva de cálculo, este é sem dúvida lamentável como tal, quem sabe por certa turvação ligada às dificuldades na eleição para a presidência do Senado e ao enfrentamento pessoal com Jader Barbalho. De todo modo, é notável a inépcia com que o senador baiano vem se comportando, apesar da experiência e da imagem de astúcia, e que acabou fazendo dele uma das principais vítimas da confusão armada.

A questão relativa à ligação da crise com o caráter da aliança governista e suas possíveis deficiências “estruturais” comporta, creio, resposta positiva. Uma aliança que permite ou incentiva “querelas de enforcados”, na expressão que a imprensa andou usando, entre figuras do relevo de Jader e ACM tem, naturalmente, deficiências estruturais. Sendo a convergência mais ou menos oportunista de partidos, interesses e personalidades, ela está sujeita a ser comprometida por meras ojerizas pessoais, projetos circunstanciais de *A* ou *B* ou mesmo indisposições pessoais de natureza passageira. Daí as precariedades que levam o presidente a estar sempre às voltas com o esforço de recompô-la, ou que com frequência fazem dos próprios aliados os problemas principais do governo.

Já a questão do alcance institucional da crise requer avaliação mais matizada. Em certo sentido, que tem a ver com o fato de que a crise, em sua face política, desenrola-se no quadro das regras legais e não se levanta a hipótese de que as regras sejam rompidas, é claramente um exagero falar de “crise institucional”. É mesmo possível, ao contrário, apontar o que há de institucionalmente positivo no aspecto mais espetacular dos eventos que presenciamos, a lavagem pública e transparente de roupa suja realizada no Senado, com as sessões do Conselho de Ética transmitidas ao vivo pela televisão (não obstante, que fazer, as limitações pessoais e o pobre desempenho de alguns dos seus integrantes).

Mas é também possível destacar um aspecto institucional de cores mais negativas. A crise política que agora experimentamos parece poder ser vista, em boa medida, como a consequência de algo que tenho assinalado: o déficit simbólico do governo FHC. Como candidato, Fernando Henrique nos prometeu a “refundação” política do país. Mas, nas manobras “realistas” para administrar (e reeleger-se, supostamente para concluir a obra administrativa), acabou por esquecer e sacrificar o importante elemento simbólico que a empreitada envolveria. Seja como for que se avalie a administração, pode-se dizer, numa síntese meio maldosa, que a reeleição tomou o lugar da refundação.

Mas agora há o problema de que, com o apagão e o país às escuras, também a imagem administrativa do governo corre o risco de sofrer severo desgaste. E não há dúvida quanto à possível conexão desse desgaste com a sucessão presidencial.

*O Tempo*, 20/5/2001

## RESPONSABILIDADE E APAGÃO

O momento que vivemos no país apresenta um traço peculiar, que permite refletir sob luz nova a respeito de certos temas políticos recorrentes. Pois juntam-se nele o relevo adquirido pelo problema da ética na política, incluído o suposto “denuncismo” que é motivo de enfáticas manifestações e advertências alarmistas do próprio presidente da República, e a clara evidência de imprevidência governamental que se tem com a crise do apagão.

O interesse dessa junção consiste em que ela apresenta crucial relevância para a questão da ética do líder político. Em ocasiões anteriores, como na aula magna proferida em Brasília em 1998, o presidente Fernando Henrique recorreu ao contraste entre duas éticas, a “ética das convicções” e a “ética da responsabilidade”, sustentando que esta última seria a ética própria do estadista a que ele mesmo aderiria, atento às consequências de suas ações para a coletividade. Enquanto a ética das convicções se inclina à afirmação mais ou menos rígida ou inflexível de princípios, a ética da responsabilidade destaca a ideia de que ações apegadas aos princípios podem ter consequências catastróficas, assim como ações em princípio questionáveis podem ter consequências benéficas: os fins justificam os meios, como propõe a fórmula antiga.

Como aponte em outro lugar, a posição em favor da ética da responsabilidade pode ser questionada em termos do solapamento que traria para a ideia mesma de uma política eticamente orientada. Se os princípios podem ter a sua vigência suspensa em dado momento em função de considerações instrumentais quanto à realização eficiente de determinados fins, cabe esperar que novas considerações do mesmo tipo justifiquem novas suspensões dos princípios, ou novas quebras de ética, no futuro. Expomo-nos, assim, ao risco de que se anulem as razões para que se confie nas promessas, nos programas, na palavra empenhada, e de que se instaure o oportunismo como norma. Mas a situação atual coloca em especial destaque uma outra dimensão que então salientei como problemática, a saber, a de que a avaliação das consequências envolve, ao lado do aspecto do zelo com que é executada (que se situa ele próprio no terreno moral), também um aspecto de natureza cognitiva ou intelectual: se a questão é ter em conta as consequências, quem assegura a acuidade em seu exame, quem afiança que determinada avaliação é, do ponto de vista cognitivo ou factual, a avaliação correta? Se o governante

certamente dispõe de maiores informações sobre uma variedade de assuntos, isso está longe de justificar a presunção arrogante de lucidez e clarividência.

Notoriamente, a defesa presidencial da ética da responsabilidade tinha como referência saliente as críticas dirigidas a suas alianças políticas. Nesse aspecto, a ideia proposta era a de que as exigências realistas da “governabilidade” justificavam concessões mais ou menos importantes no plano simbólico e institucional e a associação com lideranças ética e ideologicamente discutíveis. Como diz agora Fernando Henrique, na recente entrevista a Tereza Cruvinel, foi-lhe necessário “avançar com o atraso, uma ironia da história”. Se era fatal, contudo, que o atraso cobrasse seu preço no plano simbólico e institucional, a ironia maior consiste em algo que foi objeto de advertências por parte de alguns já no primeiro momento eleitoral das alianças “realistas”, na campanha de 1994: o preço cobrado à “governabilidade”, ou os custos mesmo administrativos que as alianças provavelmente envolveriam. Os fatos que vimos presenciando deixam bem clara, por um lado, a dificuldade de governar com o Congresso tomado por denúncias de corrupção e atos ilícitos que, tendo em membros da coligação governista não só os principais autores, mas também o alvo, não podem senão ameaçar o governo. Mas, por outro lado, é também o próprio presidente da República, no afago aos correligionários do PSDB, quem põe na conta dos atrasados aliados carlistas e pefelistas o crédito pelo grande desastre administrativo do apagão.

Bela ética da responsabilidade! Tivemos antes, na política cambial, a evidência de precárias apostas governamentais relativamente ao cenário internacional, substituindo-se à regra de elementar prudência que recomenda tratar de prevenir-se contra o pior, especialmente num contexto carregado de incertezas. Vemos agora um governo que entrega áreas economicamente estratégicas a aliados incompetentes e pouco confiáveis, olha para o lado e faz ouvidos moucos a advertências reiteradas de desastre iminente, apostando de novo (agora nas chuvas), para depois declarar-se “surpreso” e defender-se jogando a culpa na incompetência dos aliados, que ele sustenta ter transformado em aliados justamente para garantir a eficiência... Sem falar de possíveis desdobramentos maiores dessa postura supostamente atenta às consequências: a eventual entrega do governo a algum Itamar Franco vitorioso nas urnas, com a ética da irresponsabilidade a implantar-se de vez.

*O Tempo*, 10/6/2001

## PT, MODERAÇÃO E SUCESSÃO

No quadro geral da movimentação dos partidos e pré-candidatos motivada pela eleição presidencial do próximo ano, o fato mais saliente da conjuntura é a iniciativa do PT no sentido de discutir de maneira aberta e eventualmente fixar um programa realista e passível de ser percebido como moderado e aceitável. Como era de esperar, as avaliações a respeito incluem os que não vêem aí senão lamentável capitulação do principal partido oposicionista diante do dominante discurso monocórdio e a adesão aos princípios da política econômica atual – austeridade fiscal, estabilidade monetária etc. Mas há sobretudo os que suspeitam da seriedade, consistência ou mesmo relevância da iniciativa: *O Estado de S. Paulo* ironiza em editorial o receio petista de colher “a tempestade da retração dos investidores”, depois de “semear os ventos da inviabilização do governo”, enquanto destaca que nenhum dos candidatos oposicionistas seria “alternativa confiável para o pós-Fernando Henrique”; e outros advertem que o candidato petista será provavelmente o mesmo Lula “despreparado” de sempre, pouco afim à nova linguagem ou à “roupa nova” do partido. Sem falar da saraivada de críticas que o próprio governo, na pessoa do ministro Malan, tem dirigido mesmo ao revisionismo moderado que subsiste nas ideias reformuladas do partido.

As críticas desse segundo tipo podem ser lidas de maneira amena. Nas declarações de Malan, por exemplo, alude-se à inviabilidade *eleitoral* de propostas como a de mudar a política de metas inflacionárias ou a de restrição orçamentária – o que, naturalmente, remete a decisões a serem tomadas pelos eleitores, e pronto. Além disso, que há políticas mais ou menos capazes de serem percebidas como favoráveis pelos investidores internacionais não é senão um fato, com o qual cumpre lidar. Mas não há como deixar de registrar o componente adicional que se associa com fórmulas como a da inexistência de alternativa oposicionista “confiável” ou, nas declarações de Malan, a desqualificação de quem adere às propostas revisionistas como correspondendo a gente que “não saberá o que fazer” se chegar ao governo. Temos aí um claro e problemático desdobraimento, que resulta em deslegitimar de antemão a alternância no poder e lançar a sombra de problemas sérios de governabilidade e eventual desestabilização sobre um possível governo das atuais forças oposicionistas. E se Lula e o PT, alvo particular de Malan, representam um caso especial a esse respeito, pela face revolucionária das origens recentes do partido, certamente não é tranquilizadora a hipótese de que o futuro presidente

venha a ser um Itamar Franco ou um Ciro Gomes, ambos de trajetória equívoca e perfil imprevisível, apesar de presumivelmente mais suscetíveis de absorção e cooptação pelo *establishment* político-econômico do país.

Essa projeção sombria se torna tanto mais preocupante por outro aspecto da conjuntura. Afinal, tivemos recentemente o próprio presidente da República a falar de ameaças à democracia brasileira: seu governo resistirá, mas “um outro, não sabe”, como relata Tereza Cruvinel de entrevista telefônica com Fernando Henrique. É claro, o ânimo do presidente naquela entrevista se achava, provavelmente, influenciado de maneira demasiado negativa pelas circunstâncias criadas com o acúmulo de denúncias envolvendo figuras ligadas de alguma forma ao governo. Mas, tendo em conta as singulares credenciais de Fernando Henrique como analista sofisticado e líder político supostamente equilibrado, é difícil pretender reduzir sua manifestação a mera conversa fiada – ou deixar de ligá-la com o terrorismo das declarações de seu ministro da Fazenda. E há ainda a responsabilidade do cargo: um presidente da República alarmado é, em si mesmo, boa razão de alarme, quaisquer que sejam seus motivos subjetivos.

Além disso, se o “neo-udenismo” e o “terror moral”, nas expressões do presidente, ocuparam o foco de sua atenção na conversa com Tereza Cruvinel, fica a questão de como as incertezas do plano político se articulam com a crise de energia e com o agravamento das expectativas econômicas por ela produzido. Nas circunstâncias novas que se criam, corremos o claro perigo de ver deflagrar-se um círculo vicioso em que os aspectos econômicos da crise tragam o agravamento adicional das expectativas no plano político, agravamento que por sua vez deprima as avaliações econômicas, assuste o mercado e eleve o “risco Brasil”, com mais deterioração das expectativas políticas e reservas talvez crescentes quanto à hipótese de alternância no poder...

Menos mal que tivemos outra entrevista do presidente, desta vez ao *Financial Times*, em que ele, provavelmente dando-se conta do caráter irresponsável das declarações anteriores e dos possíveis efeitos para o que resta do seu próprio governo, tratou de acalmar os investidores, tal como o PT com a divulgação de propostas moderadas. Tomara que a prudência prevaleça de vez entre os petistas. E que não acabemos tendo na presidência gente de quem não cabe esperar essa virtude.

*O Tempo*, 24/6/2001

## A DEMOCRACIA BRASILEIRA E EU

Talvez algum leitor ocasional de minha colaboração neste jornal se lembre de um artigo com o título de “Brasil ao Quadrado” que aqui publiquei anos atrás. Usei há pouco o mesmo título, na forma de interrogação, em artigo apresentado, em maio, no Fórum Nacional que o ex-ministro João Paulo Velloso organiza anualmente no Rio de Janeiro. O objetivo era procurar responder à pergunta “Como vai a democracia brasileira?”, proposta por Velloso para uma das sessões do Fórum. Minha tentativa de resposta continha, entre várias outras coisas, uma nota de advertência a respeito de riscos de instabilidade com a eleição presidencial do próximo ano, dada a possibilidade, que as pesquisas indicam, de vitória da oposição, especialmente do PT, como partido de esquerda e de proposta originalmente revolucionária, que tende a suscitar resistências.

Os leitores talvez tenham visto os desdobramentos no noticiário da imprensa nos últimos dias. Tendo aparentemente despertado o interesse de Olavo Setubal, meu texto foi distribuído por ele aos convidados de um jantar que reuniu o presidente da República e um grupo de empresários na sexta-feira da semana passada. Eu próprio não tinha conhecimento do jantar ou do uso do artigo, de que fui informado pela *Folha de S. Paulo* ainda na véspera do dia em que se daria a reunião. De qualquer forma, em seguida à publicação pela *Folha* de matéria sobre o assunto (e com certeza antes de que o artigo chegasse a ser lido por quem quer que seja além, talvez, do próprio Setubal...), o texto passou logo a ser usado politicamente de maneira surpreendente. Em especial, Ciro Gomes não apenas resolveu denunciar publicamente o jantar como conspiração antidemocrática, mas sustentou explicitamente que a denúncia nesses termos se justificava pelo fato de que se estaria discutindo meu artigo. No que foi secundado por José Genoíno, que concordou com Ciro na denúncia de um conchavo antidemocrático patrocinado pelo presidente da República, em que os empresários e eu, com meu modesto artigo, estaríamos “cumprindo nosso papel”.

A denúncia, além de precipitada, é desfrutável e ridícula. Especialmente com respeito ao PT, a perspectiva que elaboro no texto vê o partido não como fator de instabilidade, mas antes como possível vítima de temores e resistências por parte da elite socioeconômica. Daí se segue que, ao verem conspiração antidemocrática na reunião de empresários com o presidente, Ciro e Genoíno estariam antes corroborando a minha posição e as razões para a preocupação

que manifesto – em contraste claro, por exemplo, com o teor das declarações, em seguida à reunião, de um dos participantes, Antônio Ermírio de Moraes, para quem os empresários não vêem problema na eventual vitória do candidato petista. Permanece, de maneira latente, apenas a ideia esquisita, que alguns formularam de maneira equívoca, de que falar de riscos de instabilidade na hipótese de vitória do PT resultaria em produzir consequências negativas para o partido, seja criando uma espécie de profecia que se cumpre a si mesma em seus efeitos junto ao *establishment*, seja assustando eleitores e levando-os a se afastarem do candidato petista. Os desdobramentos dessa ideia, porém, são inadmissíveis. Por um lado, ela resulta numa proposta de mordada e autocensura quanto ao esforço de reflexão sobre os problemas de nossa conjuntura, ou na defesa das distorções e da burrice que a omissão e o silêncio tenderão a produzir; por outro, ela lançaria suspeita sobre o comportamento do próprio PT no processo eleitoral: as propostas moderadas que o partido vem apresentando para a administração econômica do país, por exemplo, serão mero recurso eleitoral, destinado a enganar o eleitor?

É claro, há também perspectivas de instabilidade, de tipo talvez diferente, na hipótese de vitória de candidatos como Ciro e Itamar, com a imprevisibilidade que se associa à inconsistência pessoal e intelectual de Itamar, seu oportunismo, seu nacionalismo tosco, os acenos ocasionais aos militares e, no caso de Ciro, ao estouvamento irresponsável que se revelou de novo agora e à disposição cesarista a transparecer na retórica que destaca explicitamente a mobilização popular contra o encastelamento institucional das oligarquias de sempre. Mas é o PT que importa, justamente pelo que pode vir a representar de positivo em nosso processo democrático. Imaginemos a situação em que Lula, eleito e governando ao longo de todo o mandato, venha a transmitir a presidência, sem mais, a seu sucessor também eleito. Esse desenlace significaria um extraordinário passo à frente para a democracia brasileira, que passaria então a merecer, sem dúvida, que se apostasse nela. Mas o grande significado desse desenlace hipotético de um governo Lula tem a ver justamente com o fato de que as chances de que venha a ocorrer são em princípio problemáticas, justificando reservas e os cuidados possíveis por parte dos democratas.

De qualquer modo, alguma insegurança parece existir numa democracia em que passagens de certo texto de um vago professor podem, de repente, suscitar a celeuma que vimos estes dias.

*O Tempo*, 22/7/2001

## EPÍLOGO: IR PARA CASA EM PAZ

Começo sendo um cidadão de inspiração clássica e republicana. Quero participar, votar e eventualmente ser votado, envolver-me no debate público com meus concidadãos, todos transformados em sujeitos a um tempo autônomos e cômicos de nossas responsabilidades coletivas. Mas a Atenas clássica, que ela própria dependia de escravos para realizar contraditória e precariamente seu ideal democrático e cívico, está longe. O país é grande e desigual, a herança escravista e as condições materiais e intelectuais impedem o sentimento pleno da autonomia para muitos, que dizer do civismo.

Viro comunista. Quero ajudar na construção da sociedade efetivamente igualitária, em que a solidariedade abrangente sirva de substrato à livre realização pessoal de cada um, e cogito de instrumentalizar o Estado, enquanto necessário, nesse esforço construtivo. Mas há gente poderosa que discorda de meus projetos generosos, vendo neles violência e ditadura, e que reage violenta e ditatorialmente. Dou com os costados num Brasil de 1964, vivo anos de repressão, censura e sobressalto cotidiano nas escolas, sindicatos e locais de trabalho, ocasionalmente de tortura e morte. Escaldado, aprendo a importância da democracia como garantia de direitos civis e políticos básicos, disponho-me ao compromisso quanto ao empenho na realização da igualdade social, e vejo com alívio a superação de duas longas décadas de autoritarismo político.

Converto-me à social-democracia. Anseio agora por reproduzir a experiência de países capitalistas avançados, em que o compromisso democrático se assenta no amadurecimento do próprio capitalismo e inclui a conformação de um Estado capaz de apresentar-se como estado de bem-estar e de voltar-se com vigor para a tarefa de prover saúde, educação e seguridade para todos. Apropriadamente, dá-se a criação de um partido que faz alarde de sua adesão à social-democracia, incluindo entre seus líderes a figura brilhante de um intelectual de singulares credenciais quanto aos valores que o guiaram nas lutas do passado, quem sabe fazemos dele o presidente da República? Mas descubro que o estado de bem-estar já vem, há algum tempo, sendo posto em xeque pela crise fiscal por toda parte, e há eventos novos que o solapam com mais força, criando um mundo de competição intensificada em que a social-democracia aparece ela própria como uma espécie de extremismo arcaico e oneroso. O governo de meu intelectual-presidente vacila em suas convicções, e

acaba por convidar-nos à lucidez de uma acomodação realista à moderna e poderosa lógica da nova dinâmica mundial.

Respondo ao convite à lucidez, e me enredo em perguntas e nuances. Virarei neoliberal? Mas há o perigo da neoburrice, que meu presidente denuncia com neointeligência. Poderei seguir sendo social-democrata enquanto favoreço o ajustamento tão expedito e apto quanto possível ao dinamismo e à agilidade crescente dos mercados, apostando em seu eventual transbordamento social, ajudado por algum investimento em educação básica e certo assistencialismo residual? Mas, se as crises e os azares da economia tornam precária a aposta nos próprios mercados e em seu dinamismo, o transbordamento social que deles se nota em escala mundial é antes perverso, com maior desigualdade, desemprego, informalização e insegurança econômica para muitos, criminalidade crescente mesmo e sobretudo no país em que a inserção no jogo econômico novo é mais bem-sucedida, a prisão como endereço permanente de parcela cada vez maior dos derrotados no jogo competitivo...

Renuncio a qualquer tomada de posição abrangente e rótulo sintético. Confuso, agarro-me à afirmação fragmentária de certos valores mais ou menos comezinhos. Quero compostura nos agentes públicos, e talvez um pouco da paixão de cuja falta no governo se queixava Clóvis Carvalho. Mas juízes aderem à fisiologia do “meu pirão primeiro” e dos auxílios-moradia, deputados se articulam com a economia da droga, vereadores do interior montam a indústria dos *impeachments*, enquanto os da metrópole vendem votos a prefeitos corruptos, a demagogia de governadores e senadores se enfrenta aos pressupostos arrogantes de tecnocratas que, como Paul Samuelson dizia de Milton Friedman, aprenderam a soletrar “banana” mas não aprenderam quando parar.

Basta! Reclamo simplesmente o mais elementar dos direitos civis, quero ir para casa em paz. Mas narcotraficantes infestam as vizinhanças, há tiros na madrugada. Chamar a polícia? Ela é cúmplice e autora da violência. Transformado em Luiz Eduardo Soares, denuncio-a, e tenho de deixar o país. Quem sabe consigo a segurança de um condomínio fechado? Mas as chances maiores são de que, virando-me na economia informal, não me reste senão ser usuário de ônibus em Betim, morador das favelas do Rio de Janeiro ou da periferia de São Paulo, adolescente no bairro Água Branca de Contagem. E expor-me a morrer em chacina com armas modernas ou enforcado com cordões de tênis.

*O Tempo*, 2/4/2000